

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

THIAGO AGUIAR DE MORAES

**“Entreguemos a emprêsa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”:
os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista
“Democracia e Emprêsa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande
do Sul (1962-1971)**

Porto Alegre

2012

THIAGO AGUIAR DE MORAES

**“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”:
os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista
“Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande
do Sul (1962-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre

2012

Catálogo na Fonte

M827e Moraes, Thiago Aguiar de

“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971) / Thiago Aguiar de Moraes. – Porto Alegre, 2012.
228 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, Área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. Brasil – História. 2. Imprensa - Brasil - História. 3. Brasil - História Política. 4. Brasil - História - Golpe Militar, 1964. 5. Brasil - Política e Governo. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

CDD 981.06

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204

THIAGO AGUIAR DE MORAES

**“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”:
os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista
“Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande
do Sul (1962-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira – PUCRS (orientador)

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez – UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman – UFRGS

A todos que acreditam em mudanças.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, quero agradecer a todos que participaram direta ou indiretamente da feitura deste trabalho. Inevitavelmente, deixarei de citar pessoas que foram importantes neste processo, e espero que perdoem de antemão este historiador desmemoriado.

Agradeço, inicialmente, ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa durante seus dois anos de duração. Com esta bolsa de pesquisa, pude me dedicar exclusivamente à construção desta dissertação de mestrado.

Agradeço ao professor Helder da Silveira, pela orientação precisa, pela dosagem admirável entre profissionalismo e descontração, pelo respeito às minhas escolhas e limitações ao longo da pesquisa e pelos incentivos.

Agradeço ao professor Charles Monteiro pela primeira oportunidade de pesquisa na iniciação científica, ainda na graduação. Este aprendizado foi muito importante para minha formação, e o presente trabalho é também produto do conhecimento acumulado através das discussões no grupo de pesquisa do professor e das orientações naquele período.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS e outros com quem tive contato, pelas discussões e trocas produtivas para o trabalho e para a vida. Agradeço em especial aos professores Flavio, Jurandir, Luciano, à professora Janete, e à professora Helena, da Psicologia. Agradeço também ao professor Enrique Padrós, da UFRGS, sempre disposto a ajudar.

Agradeço aos funcionários desta e de outras instituições que visitei, sempre solícitos, gentis, e prontos para resolver qualquer problema.

Agradeço aos colegas de grupo de pesquisa: Diego, Bruno, Luis, Moacir, Bruna, Rafael Carvalho, Rafael Panke, Débora, Caroline, Guilherme. Não tenho como expressar minha gratidão pelo convívio e pelo amadurecimento intelectual que vocês me proporcionaram.

Agradeço especialmente a Raquel, pelo companheirismo desde a graduação, dentro e fora da academia.

Agradeço ao Vicente Gil pela documentação dos Estados Unidos sobre o IPÊS.

Agradeço aos amigos que fiz na graduação em História, no PPGH da PUCRS e na UFRGS. São muitos os nomes, e todos muito importantes para mim. Citarei apenas alguns: Bruno, Patrícia, Ianko, Jaime, Mateus, Eduardo, Caroline, Franciele. Registro aqui a minha profunda gratidão pelo privilégio de ter conhecido e convivido com vocês.

Agradeço às amigas da PUCRS Karina, Bruna e Taiane. Mesmo que o cotidiano acabe nos distanciando, saibam que penso sempre com muito carinho em vocês e na nossa caminhada na História e na vida. Obrigado por tudo!

Agradeço ao grupo de amigos, sempre presentes *online* ou *offline*: Leo, Pietro, Josh, Lothar e Pedro. Com certeza, vocês fizeram as minhas noites de trabalho na internet serem menos difíceis e mais divertidas. Pedro e Lothar: valeu pela força em São Paulo e Niterói!

Agradeço a todos os amigos e familiares que participaram direta ou indiretamente deste trabalho. Incluo aqui a família da Carol, por todo o apoio, sempre.

Agradeço especialmente à minha família: Julio, Sonia e Michelle. Sem vocês, eu não chegaria até aqui. Muito obrigado.

Finalmente, quero agradecer a uma pessoa muito especial, e que me acompanha há muito tempo. Carolina, te agradeço todo o apoio e amor incondicionais. Sem a tua presença, sinceridade e carinho diários esta pesquisa não existiria – e eu, como sou hoje, também não.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar os discursos da fração de “vanguarda” da classe empresarial gaúcha através das edições da revista *Democracia e Empresa*, publicadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL), no período de 1962 a 1971. O IPESUL era uma das seções regionais dos Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) centrais, localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os diversos IPÊS, formados por civis e militares, desencadearam uma campanha de desestabilização do governo de João Goulart a partir de 1961, e contribuíram para a sua deposição. Em 1964, muitos ipesianos ocuparam cargos de alto escalão no aparato estatal. Os discursos em questão serão analisados de forma qualitativa, e será utilizado o conceito de ideologia a partir de John B. Thompson. Analisaremos como os sentidos dos textos analisados foram utilizados entre 1962 e 1971 para estabelecer ou sustentar relações de dominação entre classes. Para cumprir este objetivo, o trabalho foi dividido em três capítulos, um de contexto e dois de análise dos textos das revistas. No primeiro, abordaremos o processo de fundação do IPESUL, seus sócios-fundadores e a campanha de desestabilização do governo João Goulart no Rio Grande do Sul, bem como a atuação da entidade no pós-golpe. Além disso, trabalharemos com a revista *Democracia e Empresa*, o contexto do mercado editorial em que ela se insere, a história da revista em si e alguns apontamentos sobre a publicidade da revista e a recepção desta. No segundo analisaremos o ponto de vista da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha através de textos sobre a idéia da modernização das empresas, a defesa da “democracia”, e a oposição ao “comunismo”. No terceiro abordaremos os problemas brasileiros identificados pela fração de classe referida e as propostas para solucioná-los.

Palavras-chave: IPÊS – IPESUL – *Democracia e Empresa* – golpe militar de 1964 – ditadura civil-militar – História e Imprensa – História do Brasil República

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse the discourse of the "vanguard" fraction of the businessmen from Rio Grande do Sul using the *Democracia e Empresa* journals published by the Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL), from 1962 to 1971. The IPESUL was one of the regional segments of the central Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), located in Rio de Janeiro and in São Paulo. The numerous IPÊS, formed by civilians and military, launched a campaign to destabilize the João Goulart government in 1961 and contributed for his deposition. In 1964, several members of the IPÊS occupied high positions in the government. The discourses will be analyzed qualitatively and with the use of the concept of "ideology" as defined by John B. Thompson. We'll analyze how the articles in the journals were used, from 1962 to 1971, to stabilize or maintain relations of dominance between classes. In order to achieve our objective, this thesis was divided in three chapters, one on context and two with the analysis of the articles from the journals. In the first one, we'll deal with the foundation of the IPESUL, its founding partners and the campaign to destabilize the João Goulart government in Rio Grande do Sul, as well as with the institution's actions after the coup. We'll also work with the *Democracia e Empresa* journal, the editorial context in which it was published, the history of the journal per se and make some notes on the reception of the journal and the marketing strategies employed by its staff. In the second chapter, we'll analyze the point-of-view of the Rio Grande do Sul businessmen "vanguard" through essays on the idea of modernization of companies, on the defense of the "democracy", and on the opposition to "communism". In the third chapter, we'll work with the problems Brazil faced according to the social segment of the class we are analyzing and their suggestions on how to handle those issues.

Keywords: IPÊS – IPESUL – *Democracia e Empresa* – military coup of 1964 – civilian-military dictatorship – History and Press – History of Republican Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Relação entre os IPÊS centrais e periféricos.....	40
TABELA 1 – Membros do IPESUL e ingresso na entidade antes ou após curso na ADESG.....	67
GRÁFICO 1 – As dez fontes mais utilizadas.....	79
GRÁFICO 2 – Anunciantes.....	82
TABELA 2 – 10 maiores anunciantes antes e depois do golpe.....	83

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACPA – Associação Comercial de Porto Alegre
ADEP – Ação Democrática Popular
ADESG – Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADP – Ação Democrática Parlamentar
ADR – Ação Democrática Renovadora
AI – Ato Institucional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio Grande do Sul
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CBR – Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDESRS – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul
CEIS – Comissão Especial de Investigação Sumária
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DE – Democracia e Empresa
DSI – Doutrina Social da Igreja
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FBI – Federal Bureau of Investigation
FEDERASUL - Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB - Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Libertador
PRP - Partido da Representação Popular
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ACERVOS CONSULTADOS

Acervo Pessoal Carlos Gastaud Gonçalves

Acervo Pessoal Coronel Pedro Américo Leal

Acervo Pessoal Ecilda Haensel

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Arquivo do Estado de São Paulo

Arquivo Nacional

Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria

Biblioteca das Humanas da Universidade Federal Fluminense

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Biblioteca do Instituto Militar de Engenharia

Biblioteca Nacional

Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural - PUCRS

Divisão de Registros da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul

Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa

Solar dos Câmara

Títulos e Documentos Pessoas Jurídicas – Serviço de Registros de Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Historia e imprensa: o sentido crítico do conceito de ideologia e a análise das formas simbólicas.....	18
Metodologia.....	20
O Estado e suas relações com a sociedade civil: o pré e o pós-golpe	22
A Doutrina de Segurança Nacional e o desenvolvimento econômico: convergências entre militares e civis na luta contra o “comunismo”	27
A fração vanguardista do empresariado, o anticomunismo e a Doutrina Social da Igreja	29
As causas do golpe.....	32
1 O IPESUL E A REVISTA DE: A DINÂMICA REGIONAL DA CONSPIRAÇÃO GOLPISTA NACIONAL	37
1.1 Os IPÊS regionais, sua fundação e atuação: uma questão de autonomia relativa?	38
1.2 O IPESUL e a dinâmica regional da desestabilização do governo João Goulart	41
1.2.1 O processo de fundação do IPESUL.....	42
1.2.2 Os sócios-fundadores	44
1.2.3 O IPESUL e sua atuação no pré-golpe: rumo à defesa da “democracia”.....	51
1.2.4 Objetivos do IPESUL	56
1.2.5 Apontamentos sobre as articulações golpistas no Rio Grande do Sul	58
1.2.6 O IPESUL e sua atuação no pós-golpe	66
1.2.6.1 A ADR e sua relação com o IPESUL: civis e militares na defesa da “revolução”	71
1.3 A revista <i>DE</i> e o contexto do mercado editorial nos anos 1960.....	76
1.3.1 Mercado editorial nos anos 1960 e a Livraria do Globo.....	76
1.3.2 A revista <i>DE</i>	78
1.3.3 A questão da publicidade	82
1.3.4 Acerca da recepção da revista e de sua ideologia	85
1.4 Considerações parciais	86
2 A MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, A DEFESA DA “DEMOCRACIA” E A OPOSIÇÃO AO “COMUNISMO”	88
2.1 Empresas, empresários e a reformulação de seus papéis	88
2.1.1 As encíclicas, a DSI e suas relações com a “democracia”	89
2.1.2 “Humanização do trabalho” e “harmonização” entre capital e trabalho	92
2.1.3 “Democratização” do capital e “co-gestão”	94
2.1.4 Reforma da “mentalidade” empresarial, o papel da empresa e do empresário e a necessidade de integração e ação	102
2.1.5 A “democracia”, sua adaptabilidade, crise e relações com o desenvolvimento econômico.....	107
2.2 O “comunismo” e suas ameaças	111
2.2.1 A construção do inimigo “comunista” e a caracterização do “comunismo”	113

2.2.2 Os “inocentes úteis” e os “comunistas”	119
2.2.3 A infiltração “comunista” e o discurso da guerra contra o Brasil	122
2.2.4 O “comunismo” progressista, de esquerda e nacionalista como “mistificação”	125
2.2.5 Entre Berlim Ocidental e Oriental: os discursos sobre as Alemanhas	128
2.3 Considerações parciais	130
3 PROBLEMAS BRASILEIROS E AS PROPOSTAS DA FRAÇÃO DE VANGUARDA DO EMPRESARIADO	132
3.1 Problemas políticos	132
3.1.1 A estrutura do Estado e a questão da intervenção no plano político e cultural	132
3.1.2 Demagogia, governo e corrupção.....	137
3.1.3 Partidos Políticos	142
3.2 Problemas econômicos	147
3.2.1 Inflação	148
3.2.2 Capital Estrangeiro	151
3.2.3 O papel do Estado no plano econômico.....	155
3.2.4 Desenvolvimento econômico e sua relação com os impostos.....	163
3.2.5 Reforma Agrária e os problemas do campo	166
3.3 Considerações parciais	168
CONCLUSÃO	169
REFERÊNCIAS	173
A – FONTES SECUNDÁRIAS	173
1 – Referências teóricas e metodológicas	173
2 – Livros.....	173
3 – Capítulos de livros.....	175
4 – Artigos de periódicos.....	176
5 – Teses de doutorado	177
6 – Dissertações de mestrado	177
7 – Monografias	178
8 – Referências virtuais	178
9 – Textos de anais de eventos.....	179
B – FONTES PRIMÁRIAS	179
1 – Documentos Administrativos.....	179
2 – Documentos do IPÊS.....	181
3 – Documentos do IPESUL.....	182
4 – Revista <i>Democracia e Empresa</i>	182

5 – Periódicos.....	190
6 – Documentos virtuais.....	190
7 – Fontes orais.....	191
8 - Outros.....	191
ANEXOS.....	193
Anexo A – Capa da primeira edição da revista <i>Democracia e Empresa</i>	194
Anexo B – Panfleto de assinatura da revista <i>Democracia e Empresa</i>	195
Anexo C – Ata de Fundação e Estatutos do IPESUL.....	196
APÊNDICES.....	214
APÊNDICE A – Sócios-fundadores e dirigentes do IPESUL por gestão.....	215
APÊNDICE B – Lista de anunciantes da revista <i>Democracia e Empresa</i> e quantidade de anúncios.....	219
APÊNDICE C – Lista de fontes de artigos transcritos utilizados na revista <i>Democracia e Empresa</i>	220
APÊNDICE D – Índice Onomástico.....	222

INTRODUÇÃO

Nos anos 1960, frente à ascensão de João Goulart a Presidente da República, os setores mais conservadores da sociedade mobilizaram-se para desestabilizar seu governo, visto que, segundo esses setores, representava um processo de “comunização” do país nos moldes cubanos. Logo após Jango assumir a presidência foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)¹ por empresários e militares, com o suposto objetivo de informar a população a respeito dos problemas pelos quais o país estava passando e defender a “democracia” frente ao avanço do “comunismo”.² O IPÊS foi criado inicialmente em São Paulo, estendendo-se para o Rio de Janeiro e posteriormente para diversas outras cidades, incluindo Porto Alegre. Nesta foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL), em março de 1962. Tinha como proposta difundir a idéia da “humanização do trabalho”, “harmonia” entre empregador e empregado e “democratização” do capital da empresa para os trabalhadores. Os principais autores utilizados para compreendermos a atuação dos diferentes IPÊS foram René Dreifuss³, Hernan Ramirez⁴ e Heloisa Starling⁵.

Desde outubro de 1962 o IPESUL publicava uma revista chamada *Democracia e Empresa*⁶ (DE), mensário com alguns artigos próprios e muitos selecionados de jornais e revistas, além de transcrições de palestras e estudos técnicos. Circulou até 1971, sendo que desde 1970 mudou seu nome para *Desenvolvimento e Empresa*. Esta revista tinha como objetivo difundir uma nova “mentalidade”⁷ empresarial para que fosse possível defender a “democracia” contra o “comunismo”. Através de modernizações, a nova empresa seria capaz

¹ A grafia da sigla é com acento circunflexo, em referência à árvore nativa do Brasil. Segundo Denise Assis, um dos motivos para a escolha da sigla foi porque esta “caía como luva no exacerbado espírito nacionalista do grupo fundador da instituição [...]”. Além disso, o ipê é “uma árvore resistente e que para florir perde as folhas. Na teoria, era o que pretendiam: derrubar o poder para fazer florir uma ‘nova’ sociedade [...]”. ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001. p. 13.

² Para mais informações a respeito da criação do IPÊS, seus membros, a conspiração civil-militar e a atuação do Instituto no pré-golpe, ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.

³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit..

⁴ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709 f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁵ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

⁶ As revistas estão disponíveis para consulta local na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com a série incompleta, e disponíveis para retirada na Biblioteca da Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a série completa.

⁷ Quando nos referirmos ao termo “mentalidade”, tratar-se-á da concepção dos agentes a respeito deste, e não de um conceito utilizado pela historiografia.

de contemplar as demandas sociais do período e evitar a “comunização” do país. A revista contribuiu para a construção deste consenso, e o IPESUL participou ativamente da conspiração golpista civil-militar pela deposição de João Goulart e continuou atuando durante a ditadura civil-militar.

Após a leitura das revistas, que constituem nosso objeto de estudo, formulamos a seguinte problemática: que estratégias de mobilização de sentido compunham a construção da ideologia que os discursos publicados na revista *DE* pretendiam difundir no contexto estruturado de 1962 a 1971? A partir deste problema, traçamos três objetivos, referentes a cada um dos três capítulos da dissertação: compreender o papel do IPESUL, de seus agentes e da revista *DE* na campanha de desestabilização do governo de João Goulart e durante a ditadura civil-militar; analisar os discursos do empresariado vanguardista sobre as modernizações empresariais e sua relação com a “democracia”, o “comunismo” e a Doutrina Social da Igreja (DSI), especificamente a católica; analisar os discursos do empresariado vanguardista sobre os problemas brasileiros, seu diagnóstico e suas possíveis soluções.

Historia e imprensa: o sentido crítico do conceito de ideologia e a análise das formas simbólicas

Para cumprir tais objetivos e contemplar a problemática em questão, optamos por utilizar como referencial teórico John B. Thompson⁸ para embasarmos a nossa análise dos conteúdos da revista.

Thompson propõe um conceito de ideologia que contempla a carga histórica de sua formação. O autor divide as diversas utilizações do conceito de ideologia em *concepções neutras*, onde esta é apenas “um aspecto da vida social”⁹, e *concepções críticas*, as quais “implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia [...] é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito”¹⁰. O autor se apóia na *concepção crítica* para elaborar o seu conceito, pois defende ser importante manter a crítica às relações de dominação, que só estaria presente nesta concepção.

⁸ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁹ *Ibid.*, p. 72.

¹⁰ *Ibid.*, p. 73.

Thompson estuda as formas simbólicas, “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”¹¹, como os artigos que analisaremos. Assim, “o que nos interessa aqui não é [...] a verdade ou a falsidade das formas simbólicas; antes, interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação”¹². Ou seja, há um contexto estruturado¹³ no qual as formas simbólicas circulam, e é especificamente dentro deste marco espaço-temporal que pretendemos analisá-las. Além disso, interpretaremos tais formas a partir de suas próprias lógicas, e analisaremos a mobilização de sentido efetuada sobre estas dentro do contexto específico. O autor propõe, então, “conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação”¹⁴. Optamos por trabalhar com relações de dominação entre classes, embora Thompson advirta que existem outros tipos.¹⁵ Nesta pesquisa, analisaremos o conteúdo dos artigos selecionados e, através do cruzamento com o contexto estruturado no qual as formas simbólicas se inserem, realizaremos inferências sobre a possibilidade destas estabelecerem ou sustentarem relações de dominação sistematicamente assimétricas¹⁶, sendo, portanto, ideológicas.¹⁷

Neste trabalho, pensamos ser razoável supor que a localização social¹⁸ dos possíveis leitores da revista é a própria classe empresarial. As matérias selecionadas para a composição das edições das revistas *DE*, sejam de jornais, revistas, palestras ou mesmo criadas pelo IPESUL, são voltadas para os empresários, e não para os trabalhadores. São orientações e debates que interessavam à classe empresarial, visto que havia um grande debate sobre a “função social” da empresa privada e as condições da possibilidade de intervenção estatal na economia no governo de João Goulart. O próprio título da revista dá o tom do tipo de conteúdo que podemos encontrar nesta. Portanto, não trabalharemos com a idéia de que os trabalhadores liam a revista e poderiam ser influenciadas por seus conteúdos, de acordo com suas diferentes recepções, mas com a premissa de que era a própria classe empresarial que a lia e que tais formas simbólicas geravam sentido e serviam como ferramenta para a construção do consenso intra-classe que a fração vanguardista do empresariado estava

¹¹ Ibid., p. 79.

¹² Ibid., p. 77.

¹³ Ibid., p. 79.

¹⁴ Idem. (grifos no original).

¹⁵ Ibid., p. 77.

¹⁶ Ibid., p. 80.

¹⁷ Ibid., p. 76.

¹⁸ Ibid., p. 79-80.

realizando no período estudado. Além disso, o IPESUL também apoiava a ditadura civil-militar, além de fornecer orientações para o empresariado em geral.

Metodologia

De 1962 a 1971 foram publicadas 43 revistas, somando 571 artigos. Para contemplar os objetivos desta pesquisa, optamos por utilizar as propostas de Laurence Bardin¹⁹ a respeito da análise de conteúdo. Realizamos inicialmente uma leitura flutuante de todas as revistas e artigos, que consiste em “estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”²⁰. Assim, pudemos identificar dois temas em comum: os discursos do empresariado vanguardista sobre as modernizações empresariais e sua relação com a “democracia”, o “comunismo” e a Doutrina Social da Igreja; e os discursos referentes aos problemas brasileiros, seus diagnósticos e possíveis soluções. Tais temas foram analisados e constituíram posteriormente os Capítulos 2 e 3, respectivamente. Os artigos foram fragmentados em unidades de informação menores para aprimorar a análise. Desta forma, foi possível identificar temáticas diferentes dentro do mesmo artigo. Criamos as duas temáticas já referidas e refinamos a classificação adicionando subtemas. Descartamos fragmentos referentes a temas pouco recorrentes ou que apresentavam estudos técnicos que fugiam do escopo de nossa análise como transportes, alimentação, energia elétrica e habitação popular. A razão pela qual se optou pela fragmentação dos artigos ao invés de artigos inteiros é que o primeiro tipo de análise não possibilitaria o grau de complexidade que gostaríamos para esta pesquisa, visto que cada artigo teria que ser classificado de forma estanque em uma temática, algo que não se aplica às nossas fontes. Em segundo lugar, porque nosso objetivo é identificar nos discursos das revistas temas em comum, pois o nosso objeto de pesquisa é a revista, e não os artigos separadamente. Portanto, desconstruímos os artigos com o olhar crítico do pesquisador para identificarmos as temáticas em comum e para que pudéssemos dar conta dos objetivos propostos.

Durante a classificação, atribuímos graus de importância para os fragmentos, tendo como objetivo destacar os mais representativos das idéias propostas, dentro da perspectiva de uma pesquisa qualitativa. Após a fragmentação e classificação das unidades de informação, procedemos à análise, fichando os fragmentos e realizando inferências a respeito de seus

¹⁹ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

²⁰ *Ibid.*, p. 96.

significados mobilizados no contexto estruturado em questão de modo qualitativo. De acordo com Bardin, “o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a “inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual.”²¹. Além disso, argumenta que “a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação”²². Como argumentamos, nosso objeto de estudo são as revistas *DE* e como serviram de ferramenta para difundir determinadas idéias e construir um consenso a respeito da modernização das práticas empresariais, não os artigos e a frequência de suas temáticas. Assim, é possível compreender as razões pelas quais selecionamos discursos que não são necessariamente frequentes ao longo das edições da *DE*, mas são representativos das idéias que pretendiam difundir.

Para cumprir os objetivos que explicitamos anteriormente, também entrevistamos três agentes importantes relacionados ao IPESUL e outras organizações anticomunistas: os civis Paulo Vellino e Carlos Gastaud Gonçalves, e o militar Pedro Américo Leal²³. Verena Alberti argumenta que “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”²⁴, e a história realizada com fontes orais oferece tal oportunidade. Desta forma, foi possível compreender o que há de singular sobre o IPESUL em relação aos outros Institutos e como se deu a articulação entre o regional e o nacional na conspiração golpista civil-militar e durante a ditadura civil-militar. Os entrevistados foram considerados informantes²⁵, e não analisamos as questões de memória envolvidas em seus discursos, o que está em aberto para estudos posteriores. Os roteiros das entrevistas foram semi-estruturados e abertos, possibilitando novos questionamentos que surgiam de acordo com o fluxo do relato dos informantes.

Como trabalharemos com os discursos dos agentes, cabe um esclarecimento. Sempre que nos referirmos a uma ação no futuro do pretérito durante uma análise de conteúdo, estaremos narrando o discurso das fontes, e não a nossa análise sobre seus discursos. Por exemplo, quando dissermos que os setores mais conservadores da sociedade pensavam que o

²¹ Ibid., p. 115-116.

²² Ibid., p. 115.

²³ Os depoimentos estão depositados no Laboratório de Pesquisa em História Oral do PPGH/PUCRS. O depoimento de Pedro Américo Leal não foi utilizado no corpo da dissertação. Neste, não há informações novas a respeito do IPESUL, embora o mesmo seja de grande valia para a compreensão de outras entidades anticomunistas e da conspiração civil-militar.

²⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 165.

²⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 2. ed. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 apud MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 41.

“comunismo” **extinguiria** a propriedade privada e **acabaria** com a religião cristã. Além disso, colocaremos entre aspas conceitos como democracia e comunismo quando se referirem à compreensão que os agentes têm dos mesmos, para evitar qualquer problema de comunicação ou confusão a respeito da argumentação do autor e do pensamento dos agentes, seja na leitura do texto ou em possíveis referências a esta dissertação em outros trabalhos. A narrativa pode tornar-se um tanto exaustiva com o uso das aspas, mas é o ônus da clareza neste tipo de argumentação. Em diversos momentos estaremos reconstruindo o pensamento dos agentes para facilitar a compreensão de nossa análise.

A seguir, relacionaremos algumas argumentações teóricas com o nosso objeto de estudo, a revista *DE*, na tentativa de tornar concreta a relação entre a teoria e sua aplicação às nossas fontes.

O Estado e suas relações com a sociedade civil: o pré e o pós-golpe

Para lidar com a questão do Estado e de suas relações com a sociedade civil, utilizaremos o conceito de Estado ampliado de Gramsci na leitura de Martin Carnoy e, por diversas vezes, as interpretações que René Armand Dreifuss fez a respeito de Gramsci e aplicou para o caso do IPÊS.

De acordo com Carnoy, para Gramsci a sociedade civil não constituía uma antítese com o Estado nem se referia apenas à infra-estrutura, mas fazia parte do próprio Estado e ligava-se fundamentalmente à superestrutura.²⁶ Conforme Carnoy,

para Marx e Gramsci, a sociedade civil é o fator chave na compreensão do desenvolvimento capitalista, mas para Marx a sociedade civil é estrutura (relações na produção). Para Gramsci, ao contrário, ela é superestrutura, que representa o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise, e não a estrutura.²⁷

Articulado ao conceito de sociedade civil, Gramsci também utilizava o de hegemonia, que na leitura de Carnoy “significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas”²⁸. O conceito de hegemonia pode ter dois significados, o primeiro relacionado à conquista da hegemonia de uma fração da classe

²⁶ CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990. p. 92-93.

²⁷ *Ibid.*, p. 93.

²⁸ *Ibid.*, p. 90.

dominante em relação às outras, e o outro ligado à relação entre classe dominante e classes dominadas. Trabalharemos principalmente com a primeira noção, onde a fração dirigente “representa um processo politicamente transformativo e pedagógico, pelo qual a classe (fração) dominante articula um princípio hegemônico, que combina elementos comuns, extraídos das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados”²⁹.

Segundo a visão de Carnoy sobre Gramsci, uma das acepções do conceito de Estado incluiria a sociedade civil, constituindo uma síntese entre consentimento e repressão, e não uma oposição entre Estado e sociedade civil.³⁰ O Estado é parte da hegemonia da classe dominante, e, portanto, “uma extensão do aparelho hegemônico, como parte do sistema desenvolvido pela burguesia para perpetuar e expandir seu controle sobre a sociedade no contexto da luta de classe”³¹. Esta concepção de Estado pode ser compreendida como “Estado ampliado”.

Em determinados momentos da história ocorre a crise de hegemonia, onde as classes sociais não vêem os partidos políticos como representação sua e “o meio tradicional de usar o Estado para manter a hegemonia da classe dominante se deteriora”³². Tal crise pode ser desencadeada pelo “intensificado ativismo político de massas anteriormente passivas”³³. Trata-se da necessidade de construir um novo consenso para conquistar a hegemonia que está em crise, período em que a autoridade da classe dominante passa a ter como suporte fundamentalmente a coerção. Segundo Gramsci, “a crise consiste em que o velho está morrendo e o novo não pode nascer”³⁴.

O IPÊS foi criado logo após a renúncia de Jânio Quadros, em novembro de 1961.³⁵ O início dos anos 1960 pode ser interpretado como uma crise de hegemonia, onde a classe dominante se mobilizou através de uma ação política para construir um consenso intra e extra-classe, conquistar a hegemonia e o Estado e, então, estabelecer-se como classe efetivamente dominante através do uso do consenso e da coerção dentro do aparato estatal, na concepção de Estado ampliado que já explicitamos acima.

Dreifuss argumenta que houve dois períodos no projeto para assumir o controle do Estado: 1) o transformismo molecular, que vai da criação da ESG em 1948 até a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961; 2) Foco em influenciar determinadas pessoas para

²⁹ GIROUX apud *ibid.*, p. 95.

³⁰ *Ibid.*, p. 99.

³¹ *Ibid.*, p. 100.

³² *Ibid.*, p. 105.

³³ *Ibid.*, p. 105.

³⁴ GRAMSCI apud *ibid.*, p. 106.

³⁵ Há uma controvérsia em relação à data de fundação. No entanto, para os objetivos desta dissertação, tal controvérsia não é relevante. Ver RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *op. cit.*, p. 187-188.

que o João Goulart não conseguisse governar, que vai da renúncia de Jânio até o golpe militar ocorrido em 1964.³⁶ O transformismo molecular visava a uma doutrinação da população em relação às reformas do Estado que interessavam às empresas ligadas ao capital multinacional e associado, para que essas idéias fossem internalizadas. Em relação a esta fase, Dreifuss afirma:

Uma situação é favorável desde que existam tais agentes [o poder de classe organizado em suas formas civis e militares] de domínio de Estado e de ação de classe e que esses estejam minuciosamente preparados. É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais, organizações de classe políticas e ideológicas tornam-se autoridade e força orgânicas de Estado, e é neste sentido que se pode falar de uma classe “vir a ser” Estado. Nesse Processo, os intelectuais orgânicos são cruciais, como a elite de uma classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada, representando e implementando uma preparação estratégica para a ação de uma classe, preparação esta que permite àquela classe reduzir o imponderável a zero.³⁷

A fase de transformismo molecular de Gramsci é pré-condição que implica necessária conquista da hegemonia antes da tomada do Estado. Conquistar o Estado não significava controlar a sociedade, mas era apenas mais uma etapa na conquista do poder efetivo.³⁸

A tarefa de construir o consenso intra e extra-classe estava a cargo dos intelectuais orgânicos da fração da classe dominante ligada ao capital multinacional e associado, constituída por civis e militares. Esta fração era composta pelos dirigentes e membros dos IPÊS de todo o país. Dreifuss argumenta que os tecno-empresários dos órgãos de consultoria técnica e econômica dos anos 1950 ocupavam cargos em empresas estatais e na direção de empresas. Muitos destes tecno-empresários foram ipesianos no início dos anos 1960, constituindo os intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado.

O tipo de consenso a ser construído pelos ipesianos nos anos 1960 tinha como objetivo conquistar a hegemonia dentro da classe dominante e em relação à classe dominada. No entanto, nesta pesquisa focaremos a busca pela hegemonia intra-classe, pois a revista *DE*, nosso objeto de estudo, tinha como público-alvo o empresariado em geral. O consenso a ser construído era o de que os empresários que quisessem defender a “democracia” e a propriedade privada deveriam realizar modernizações em suas empresas visando partilhar a mesma com os empregados, pois se não o fizessem, pereceriam junto com a “democracia” frente ao Estado “totalizante” que acreditavam que se avizinhava. Esta fração da classe

³⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 106-107.

³⁷ *Ibid.*, p. 105.

³⁸ CARNOY, Martin. op. cit., p. 108.

dominante afirmava que os outros empresários buscavam incessantemente o lucro e não se importavam com a “função social” do capital. Se estes não fossem convencidos da importância das modernizações, toda a classe poderia se comprometer, e com ela a “democracia”. No Capítulo 2 estas questões ficarão mais claras.

Com a campanha de desestabilização do governo de João Goulart e a crise do “populismo”³⁹, a ação política da fração de classe ligada ao capital multinacional e associado foi intensificada, unindo forças com a coalizão que efetivou o golpe militar de 1964. Optamos pela expressão golpe militar ao invés de golpe civil-militar porque entendemos que se a conspiração golpista foi civil-militar, somando forças para depor João Goulart, o golpe em si foi militar, com manobras executadas por militares, mesmo com o apoio financeiro e logístico de civis. De acordo com Carlos Fico, “se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares”⁴⁰. Além disso, o autor também argumenta que

desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. Por certo, como demonstrou Dreifuss, importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar.⁴¹

Discordamos da afirmação do autor, pois embora os militares ocupassem cargos dirigentes em importantes instâncias do aparato estatal e que as crises fossem solucionadas em grande parte pelos mesmos e suas decisões, não haveria possibilidade de sustentar o regime sem o apoio que teve dos civis, seja financiando, acatando suas idéias ou oferecendo auxílio técnico. O consentimento ativo do apoio ao novo governo e a tentativa de legitimar o novo regime são questões essenciais na análise do caráter do Estado pós-1964. Nenhum regime se sustenta apenas através da repressão, e a ditadura dosou consenso e repressão, enfatizando um ou outro aspecto de acordo com as crises que enfrentava. Segundo Rezende,

³⁹ Sobre o conceito de populismo, ver FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, ps. 29-60, 2004, p. 52.

⁴¹ Idem. Grifos no original.

A afirmativa de que a ditadura tentava legitimar suas ações e medidas através da construção de um suposto ideário de democracia significa que se está empregando o sentido de legitimidade como busca de reconhecimento, por parte da maioria dos segmentos sociais, em torno dos valores propalados como fundantes do regime militar, bem como a procura de adesão às suas pressuposições em torno da convivência social.⁴²

Este consenso permeou civis e militares, e é nesse sentido que podemos falar de uma ditadura civil-militar, visto que nosso referencial teórico é o Estado ampliado de Gramsci.

Conforme veremos nos Capítulos 2 e 3, as críticas que os ipesianos faziam ao governo de João Goulart por diversas vezes não cessaram durante os governos militares, mantendo-se semelhantes seja no período democrático, seja no período autoritário. De acordo com Fernando Henrique Cardoso, é necessário diferenciar Estado de regime político, pois “uma forma idêntica de estado – capitalista e dependente, no caso da América Latina – pode coexistir com uma variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático”⁴³. Independentemente do apoio que os empresários que se consideravam vanguarda da modernização ofereceram à conspiração golpista e à ditadura civil-militar em sua fase inicial, nas páginas da *DE* há vários questionamentos à ação do governo federal no pós-golpe, o que indica que acima do apoio à defesa da “democracia”, por vezes encontra-se a defesa da empresa privada e de sua integridade frente às medidas de um governo centralizador. Portanto, embora o regime político tenha mudado após o golpe, o Estado continuou capitalista e dependente, e as relações específicas do empresariado com seus interesses econômicos mais imediatos permaneceram. Estas manifestações nas revistas *DE* não constituem a regra, mas são importantes para matizar a nossa compreensão a respeito do empresariado vanguardista. Além disso, o fato de haver críticas ao regime por parte desta fração de classe não resulta em uma “ditadura militar”, já que a “revolução” obteve intensa adesão por alguns setores civis e militares, o que também justifica nossa opção por referenciar a ditadura como civil-militar.

Outra questão importante a considerar é a trajetória das pessoas que participavam do IPESUL e como a instituição e seus membros agiram na conspiração civil-militar para defender a “democracia” e depor João Goulart, bem como a atuação de ambas as instâncias após o golpe militar. Desta forma, é possível compreender o papel da sociedade civil nestes dois períodos e as relações desta com o Estado. Estas questões serão analisadas no Capítulo 1.

⁴² REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: UEL, 2001. p. 3.

⁴³ CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41-62. p. 47.

A Doutrina de Segurança Nacional e o desenvolvimento econômico: convergências entre militares e civis na luta contra o “comunismo”

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi desenvolvida ao longo do século XX por militares e a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG), por civis e militares. Segundo Maria Helena Moreira Alves, a DSN

constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.⁴⁴

Com o intuito de ser um curso de altos estudos, a ESG se aproximou dos civis gradativamente desde a sua criação. De acordo com Alfred Stepan, “na turma inicial, de 1950, dos 62 diplomados apenas 16 eram civis, mas no período de 1950-1967 já contaram 646 do total de 1 276 diplomados”⁴⁵. Já na Associação de Diplomados da ESG (ADESG), suas idéias foram difundidas até 1975 para mais de 25 mil civis e militares.⁴⁶

Vários membros da ESG eram também integrantes do IPÊS e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) no pré-golpe. Dreifuss afirma que existia um grupo IPÊS/ESG⁴⁷ que congregava “militares de linha dura e os conspiradores históricos, os extremistas de direita e os tradicionalistas”⁴⁸, conforme a tipologia utilizada pelo autor, através de Hernani D’Aguiar⁴⁹. Nesse sentido, articulavam-se para a ação golpista de acordo com seus interesses em comum: a deposição de João Goulart e o desenvolvimento econômico do país.

De acordo com Stepan, a ADESG “também participou ativamente na campanha de resistência ao que consideravam ser um clima de radicalização, inflação e anarquia no governo de Goulart. Ela intensificou sua campanha de doutrinação através de conferências realizadas em todo o país”⁵⁰. No entanto, não temos informação da atuação da seção do Rio Grande do Sul da ADESG no pré-golpe. Só sabemos que o primeiro curso organizado por esta

⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 26.

⁴⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. p. 130.

⁴⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 80.

⁴⁷ Ibid., p. 369-373.

⁴⁸ Ibid., p. 369.

⁴⁹ Ibid., p. 404. Nota 49.

⁵⁰ STEPAN, Alfred. op. cit., p. 135.

entidade iniciou em 1964, após o golpe militar. Com exceção de Moziul Moreira Lima, que fez o curso da ESG em 1956, os membros do IPESUL não fizeram cursos nesta entidade, até onde pudemos apurar. Na ADESG sim, mas apenas no período do pós-golpe. Os ipesianos estavam afinados com os discursos da ESG e da ADESG, visto que muitos deles participaram do primeiro e do segundo curso realizados na ADESG/RS, ocorridos respectivamente em agosto de 1964 e agosto de 1965 em Porto Alegre.

Uma das idéias propostas na DSN era a de que com o desenvolvimento econômico o país venceria o “inimigo interno”, ou seja, a potência de revolução “comunista”, visto que o grande poder sedutor deste sistema era o subdesenvolvimento latino-americano, que abria espaço para reivindicações de justiça social que seriam utilizadas de forma oportuna pelos comunistas para angariar membros para sua causa. De acordo com Alves,

a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O *slogan* governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”.⁵¹

Nesta pesquisa nosso foco é a convergência desta idéia-chave com o pensamento dos civis e militares no pré-golpe e durante a ditadura civil-militar. Desenvolvimento seria sinônimo de segurança. Alves também afirma que

o manual da ESG define como meta do desenvolvimento econômico a conquista de completa integração e completa segurança nacional, em especial considerando-se que um país subdesenvolvido é particularmente vulnerável à estratégia indireta do inimigo comunista. Uma estratégia contra-ofensiva possível consiste, assim, em promover rápida arrancada do desenvolvimento econômico, para obter o apoio da população.⁵²

Aspectos como o inimigo interno, as fronteiras ideológicas, os componentes da DSN e sua construção através do século XX, bem como as diversas interpretações sobre a DSN⁵³, constituem aspectos importantes da análise que, todavia, não dizem respeito diretamente ao nosso objeto de estudo.

⁵¹ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 27. Grifos no original.

⁵² Ibid., p. 48.

⁵³ Para interpretações sobre a DSN e a ESG ver: COMBLIN, Padre José. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978; ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit.; DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 77-82.

A fração vanguardista do empresariado, o anticomunismo e a Doutrina Social da Igreja

Conforme referido, nesta pesquisa temos como objeto de estudo a revista *DE* publicada por uma parcela específica do empresariado gaúcho, a qual chamaremos de empresariado vanguardista. Em primeiro lugar, consideramos empresariado os dirigentes e acionistas de empresas, de modo genérico, sejam industriais, comerciantes, banqueiros⁵⁴, ou ligados ao campo. Neste universo, analisaremos a fração vanguardista. Esta denominação não se deve a juízos de valor ou posituação de um suposto pioneirismo destes empresários. A nossa proposta é identificar como os agentes se viam e compreendiam suas ações e a necessidade de transformar suas atitudes e empresas em algo diferente do que haviam feito até então. Nesse sentido, entendiam-se como uma parcela modernizadora do empresariado que se preocupava em levar as idéias de “humanização do trabalho” e “democratização” do capital para seus pares, dentro da perspectiva de uma reformulação da “mentalidade” empresarial que seria vital para a defesa da “democracia” no embate que ocorria contra o “comunismo”. Portanto, tratava-se de uma ação política consciente para a defesa dos interesses de sua classe. Estes empresários eram intelectuais orgânicos a serviço da modernização e da transformação da “mentalidade” de seus pares. Segundo Gramsci

todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico mas também nos campos social e político.⁵⁵

A fundação do IPESUL e a produção e publicação da revista *DE* constituiu um esforço construtivo de um consenso por parte da fração vanguardista do empresariado dos rumos que toda a classe deveria tomar. Para cumprir nossos objetivos nesta pesquisa, nossa análise será focada na função mobilizadora de sentido que estes discursos possuem. Portanto, não analisaremos se os rumos que o empresariado deveria seguir segundo o IPESUL e a revista *DE* foram efetivados ou não, mas a construção de um consenso. Nela, enfatizavam a necessidade de compreender a “função social do capital” para que seus pares adquirissem consciência da importância de seu trabalho e de que ele fosse realizado levando-se em conta

⁵⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 107. Nota 1.

⁵⁵ GRAMSCI apud DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 107.

as necessidades da comunidade e de seus empregados, e não guiado pela busca incessante pelo lucro. Estas questões serão analisadas no Capítulo 2.

O IPESUL era uma das várias organizações anticomunistas que surgiram ao longo da história do país, principalmente após a renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart à presidência. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “durante a crise que antecedeu o golpe militar, dezenas de organizações anticomunistas surgiram no Brasil, uma profusão sem precedentes na nossa história”⁵⁶. Partilhamos da caracterização que o autor emprega para o anticomunista, como o indivíduo que tem sua atuação baseada “numa atitude de recusa militante ao projeto comunista”⁵⁷.

A historiografia brasileira sobre o anticomunismo é recente, e há relativamente poucos trabalhos que se dedicam a compreender o fenômeno ao longo da história do país. Não faremos uma revisão dos trabalhos referentes ao tema⁵⁸, mas cabe lembrar o pioneirismo de Rodrigo Patto Sá Motta⁵⁹ e Carla Simone Rodeghero⁶⁰ neste tipo de trabalho, além das importantes pesquisas de Carla Luciana Silva⁶¹ e Ianko Bett⁶².

Caracterizamos as organizações anticomunistas como grupos de pessoas que se aglutinaram em cursos ou entidades voltadas para a oposição ao “comunismo” de alguma forma, como através da defesa da “democracia” e/ou da propriedade privada, por exemplo. O IPESUL se enquadra nesta caracterização. As formas como o “comunismo” era caracterizado pela revista *DE* e como este inimigo era construído, além de outras facetas das oposições entre “democracia” e “comunismo” serão analisadas no Capítulo 2. É importante destacar que as organizações que serão analisadas no Capítulo 1 não se arrogam a denominação de anticomunistas, que é utilizada pelo pesquisador em função dos ideais que tais entidades defendiam e do significado que tais defesas adquiriam em seus respectivos contextos.

Para Luciano Bonet, o anticomunismo seria a “oposição à ideologia e aos objetivos comunistas”. No entanto, também afirma que “o Anticomunismo assumiu necessariamente

⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP. 2002. p. 139.

⁵⁷ *Ibid.*, p. XIX.

⁵⁸ Para uma breve revisão historiográfica dos estudos sobre anticomunismo no Brasil, ver BETT, Ianko. *A (re)invenção do comunismo*: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. p. 19-24 e RODEGHERO, Carla Luciana. *O diabo é vermelho*: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF, 2003. p. 13-16.

⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op. cit.*

⁶⁰ RODEGHERO, Carla Simone. *op. cit.*, e RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria*: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁶¹ SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha*: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

⁶² BETT, Ianko. *op. cit.*

valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”⁶³. Nesse sentido, não se nega a riqueza, a complexidade e a heterogeneidade das organizações anticomunistas do início dos anos 1960.

Uma das bases teóricas de algumas organizações anticomunistas como o IPESUL era a DSI. Esta é

um “corpo” doutrinal que foi se constituindo progressivamente a partir da encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891) do Papa Leão XIII. Com efeito, não se trata de um tratado completo e definitivo. É muito mais um discernimento que a Igreja vai realizando à medida que toma consciência dos grandes desafios colocados pelos “sinais dos tempos”.⁶⁴

A principal encíclica mobilizada pelos artigos das revistas *DE* era a *Mater et Magistra*, publicada pelo papa João XXIII em 15 de maio de 1961. A novidade da Encíclica, além de trabalhar com a questão do proletariado industrial, já discutida em outras, é que esta tratava “de maneira ampla e profunda dois problemas até então na sombra da doutrina social da Igreja e que estavam no centro do momento histórico brasileiro: o dos países subdesenvolvidos e o da questão social do campo”⁶⁵.

O contexto de produção deste documento é o Concílio Vaticano II (1962-1965), que foi convocado já em 1959 pelo Papa João XXIII. O Concílio foi “um acontecimento histórico: foi a passagem oficial de uma forma de entender a Igreja, sua atitude em relação à sociedade, e seu lugar dentro dela, para outra mais conseqüente com o irreversível fenômeno da modernidade”⁶⁶. Tratava-se de uma reformulação da Igreja Católica após a Revolução Cubana que teve como um de seus frutos a encíclica *Mater et Magistra*, produzida antes do Concílio em si, mas inserida nas novas preocupações manifestadas pela instituição.

De acordo com José Oscar Beozzo,

É no contexto, pois, de uma rápida radicalização das posições na sociedade brasileira, frente ao problema do subdesenvolvimento e dos caminhos do desenvolvimento, frente aos problemas do campo e da reforma agrária e de um crescente empenho da Igreja no campo social que chega a encíclica *Mater et Magistra*.

⁶³ BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998. p. 34.

⁶⁴ GUTIERREZ, Exequiel Rivas. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 13.

⁶⁵ BEOZZO, Padre José Oscar. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 45.

⁶⁶ LARAÑA, Ildefonso Camacho. *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 247.

[...] Todos buscam de algum modo valer-se da palavra do papa, para confirmar e sacramentar posições cada vez mais antagônicas no campo social e político [...]⁶⁷

O autor segue argumentando que a encíclica foi editada e difundida por agentes tão opostos quanto Leonel Brizola e o IPÊS.⁶⁸ Trabalharemos nesta dissertação com as mobilizações simbólicas da DSI, principalmente da *Mater et Magistra*, realizada pelos ipesianos para defender seus interesses e alcançar seus objetivos. Ou seja, focaremos mais seus usos na conspiração golpista e na ditadura civil-militar do que os debates que a Igreja Católica realizava internamente buscando reformular-se.

As causas do golpe

Diante da diversidade de interpretações a respeito das causas do golpe militar de 1964, nos propomos a debater as principais críticas à obra de René Dreifuss, nossa principal referência bibliográfica, e argumentar sua utilidade para nossa pesquisa.

René Armand Dreifuss⁶⁹ argumenta que as empresas ligadas ao capital multinacional e associado se consolidaram e alcançaram supremacia econômica durante meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, mas não atingiram um poder político correspondente. Os empresários não conseguiam inserir-se no poder através dos mecanismos “populistas”. Nesse sentido, foi necessário recorrer a meios extraconstitucionais, visando à “conquista do Estado”, ou seja, ao exercício direto do poder nos altos cargos estatais, e não à influência indireta. Com a renúncia de Jânio Quadros foi desencadeada uma campanha de desestabilização do governo de João Goulart através do complexo IPÊS/IBAD.⁷⁰ As ações abrangiam principalmente a propaganda anticomunista em vários meios de comunicação e a ação parlamentar na defesa

⁶⁷ BEOZZO, Padre José Oscar. op. cit., p. 48.

⁶⁸ Ibid., p. 48-49.

⁶⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit.

⁷⁰ Em função das escassas informações a respeito da atuação do IBAD no Rio Grande do Sul, não trabalharemos com este Instituto, embora tenha sido um importante canalizador de fundos multinacionais para o IPÊS, e possivelmente, de forma indireta, para o IPESUL. De todo modo, o IBAD foi fechado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1963 considerado culpado por corrupção política em decorrência das eleições de 1962. O IPÊS só não foi fechado porque a mesma CPI não conseguiu apurar a existência de irregularidades na atuação do Instituto, embora elas existissem. Entretanto, isto não significa que os membros do IBAD tenham parado de agir para influenciar a política do pré-golpe. Sobre a articulação entre o IPÊS e o IBAD e o relatório da CPI, ver respectivamente DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 101-104 e p. 319-338; p. 205-208. Sobre a visão da imprensa do Rio Grande do Sul a respeito da CPI do IBAD, ver DETOFFOL, Carolina. *Direita volver: o IBAD no golpe de 64 lido pela imprensa gaúcha*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010. Não tivemos acesso a esta dissertação.

dos interesses dos empresários citados. A conspiração contra o governo de João Goulart foi, então, realizada fundamentalmente por parte da sociedade civil organizada, e com o apoio dos militares. Após o golpe, vários empresários que representavam os interesses do capital multinacional e associado estavam em altos cargos do governo de Castelo Branco, como Roberto Campos, que foi Ministro do Planejamento.

A principal idéia de Dreifuss, em suma, é a de que “havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado [...] e sua falta de liderança política”⁷¹. Ou seja, houve uma busca dos empresários ligados ao capital multinacional e associado por poder político ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart que culminou no golpe militar de 1964.

A partir de um artigo produzido por Carlos Fico⁷², que apresenta as argumentações de alguns dos principais autores sobre as possíveis causas do golpe, apresentaremos as críticas centrais que foram feitas ao trabalho de René Armand Dreifuss.

Argelina Cheibub Figueiredo, cientista política com tese de doutorado defendida em 1987 e publicada no Brasil em 1993, argumenta que Dreifuss dá muita ênfase à “burguesia” e que a existência de uma conspiração não seria condição suficiente para a eclosão do golpe militar em 1964.⁷³ De fato, a conjuntura política e as possibilidades de ação concreta das esquerdas e do governo de João Goulart disponíveis em um leque de escolhas devem ter um peso importante na análise daquele contexto. No entanto, se por um lado Dreifuss peca por conferir um grau de poder exacerbado à capacidade de influência da dita burguesia internacional, por outro parece proposital a ênfase nas atividades conspiratórias do IPÊS e suas articulações justamente em função da crença concreta na possibilidade de estes influenciarem radicalmente as opiniões intra e extra-classe a respeito da “democracia”, do “comunismo” e das reformas propostas pelo Instituto. Estudos de recepção não constituíram uma preocupação por parte do autor, que enfatizou sua análise, portanto, no campo da intencionalidade dos atores.

De maneira semelhante, Daniel Aarão Reis Filho, autor marxista, defende que há no trabalho de Dreifuss uma superestimação da capacidade do IPÊS, ESG e IBAD de condução do processo histórico, e também argumenta que não é razoável supor que as idéias difundidas pelo IPÊS e IBAD eram aceitas passivamente pela classe média.⁷⁴

⁷¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 105.

⁷² FICO, Carlos. op. cit.

⁷³ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub apud FICO, Carlos. *Ibid.*, p. 47.

⁷⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão apud FICO, Carlos. *Ibid.*, p. 52.

Gláucio Ary Dillon Soares, que estudou depoimentos de militares, afirma que houve uma conspiração dos próprios militares que contou com apoio dos empresários brasileiros, e não o contrário, como defende Dreifuss. O golpe teria sido essencialmente militar. Além disso, não houve uma organização tão articulada no pré-golpe como Dreifuss afirma, mas um caos conspiratório.⁷⁵

Concordamos que a argumentação de Dreifuss nos leva a crer que os militares foram títeres da conspiração do empresariado ligado ao capital multinacional e associado, instrumentalizados para aplicar o golpe. No entanto, a inversão do pólo explicativo não dá conta da complexidade da conspiração levada a cabo no pré-golpe. Se os empresários não fizeram uso dos militares para depor Jango, os militares também não utilizaram os empresários como instrumento para efetivar o golpe. Pode-se dizer que houve diversas conspirações, com graus variados de articulação entre os grupos civis e militares. Todavia, por mais afinados que tais grupos estivessem com os discursos anticomunistas e com o objetivo de depor João Goulart, isso não evitou que Olympio Mourão Filho apressasse o golpe, por exemplo.⁷⁶ Houve ação conjunta no sentido de ideal comum, de fio condutor compartilhado, mas não necessariamente com alto grau de organização e difusão de informações da conspiração. Cabe lembrar que Dreifuss exagera quando, por exemplo, afirma que os intelectuais orgânicos eram cruciais, “como a elite de uma classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada, representando e implementando uma preparação estratégica para a ação de uma classe, preparação esta que permite àquela classe **reduzir o imponderável a zero**”⁷⁷.

Estamos de acordo com a afirmação do autor de que o golpe foi essencialmente militar, como já explicitamos anteriormente. Em relação à idéia de caos conspiratório, é importante lembrar que ela não implica ausência de conspiração e de efetividade da mesma. Como veremos no Capítulo 1, o IPESUL não era independente dos IPÊS centrais, mas também não deixava de prestar contas e buscar auxílio nos seus pares, configurando uma autonomia relativa que matiza a argumentação de que houve um “caos conspiratório”. Havia um alto grau de organização na estrutura interna do IPÊS, o que não implica coordenação de todas as células golpistas existentes fora do Instituto, tarefa certamente hercúlea. No entanto, a existência de uma conspiração relativamente organizada não exige centralização. Ou seja, a

⁷⁵ SOARES, Gláucio Ary Dillon apud FICO, Carlos. *Ibid.*, p. 52-54.

⁷⁶ Segundo Dreifuss, “foi de Juiz de Fora que o General Mourão Filho lançou e precipitou o golpe de 31 de março de 1964 [...]”. Além disso, “a data do golpe havia sido determinada para o dia 2 de abril pelo estado-maior informal e não para o dia 1.º de abril, considerado inconveniente por ser o Dia da Mentira, no Brasil”. DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 396 e p. 414.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 105. Grifos nossos.

descentralização da conspiração golpista não implica necessariamente “caos conspiratório”, como afirma Soares.

O grupo que integra o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) assinala que embora houvesse um relacionamento entre militares e membros do IPÊS, o golpe em si dependia de manobras militares, e não da conspiração dos grupos econômicos, que, aliás, o CPDOC afirma que foi descentralizada.⁷⁸ Estamos de acordo com estas afirmações, como já explicitamos.

Maria Victória de Mesquita Benevides, realizou uma crítica à obra de Dreifuss que reside no questionamento da idéia do “golpe de classe”, visto que a ditadura civil-militar teve um impulso estatizante, que ia de encontro aos preceitos que o IPÊS defendia a respeito da livre-empresa. Desta forma, a autora defende que,

quanto aos empresários, ou já sabiam dos rumos da revolução (a estatização e a repressão) e se tornaram, portanto, cúmplices do arbítrio e do “estatismo selvagem” (na expressão recente de um indignado representante da classe), ou não sabiam e se mostravam incompetentes, sem uma clara visão do processo histórico.⁷⁹

Trata-se de uma crítica importante à obra, já que Dreifuss defende que havia uma organização coesa, bem articulada e planejada na conspiração que culminou com o golpe militar. Além disso, a autora também se questiona: “os empresários que hoje reclamam, e que participaram ativamente da derrocada do regime em 64, teriam sido ingênuos diante do projeto estatizante que logicamente se armava?”⁸⁰ Trata-se de um questionamento importante, e que deve ser problematizado.

Como já afirmamos, Estado e regime político são diferentes, e o Estado pós-golpe continuou capitalista, mesmo sob governo autoritário. A crítica às estatizações feita pelos membros do IPÊS no pré-golpe permaneceram na ditadura civil-militar. Os ipesianos, ao menos na revista *DE*, se posicionaram criticamente em relação às ações governamentais por diversas vezes, seja de forma sutil ou ríspida. Além disso, não é possível exigir uma avaliação política de longo alcance por parte dos agentes, visto que as contingências históricas dos diferentes governos pós-golpe foram tão complexas quanto as circunstâncias em que o golpe ocorreu. Nesse sentido, o fato de os ipesianos criticarem a política econômica cada vez mais

⁷⁸ FICO, Carlos. op. cit., p. 54-56.

⁷⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss)”. *Lua Nova*, n. 58, CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil, 2003, p. 257. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a12n58.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 258.

estatizante do pós-golpe não desautoriza a argumentação de Dreifuss de que houve um golpe de classe em 1964.

1 O IPESUL E A REVISTA *DE*: A DINÂMICA REGIONAL DA CONSPIRAÇÃO GOLPISTA NACIONAL

A primeira metade dos anos 1960 foi extremamente conturbada. Diante das rápidas transformações na vida política nacional e da efervescência social, o embate entre visões de mundo e propostas para solucionar os problemas do Brasil foram tônicas do período. Neste período, diversas entidades anticomunistas foram criadas, defendendo a “democracia” e opondo-se à “comunização” do país, que pensavam ser iminente.

Com a proposta de informar a população a respeito dos principais problemas que o Brasil estava enfrentando naquele contexto turbulento, foi criado o IPÊS. Assumindo uma posição de neutralidade, acima das paixões político-partidárias, o Instituto pretendia não apenas produzir estudos sobre a realidade brasileira e propor soluções para seus problemas, mas também influenciar a sociedade. O IPÊS expandiu sua área de atuação para a maior parte do Brasil, com vários IPÊS regionais somando forças para a efetivação de seus objetivos, como o IPESUL. O IPÊS teve participação ativa na campanha de desestabilização do governo de João Goulart, auxiliou e apoiou fortemente o golpe militar em 1964.

O IPESUL, seção regional do IPÊS, teve forte atuação no contexto pré e pós-golpe junto com o IPÊS de Belo Horizonte. A entidade tinha como sócios-fundadores representantes de vários setores do empresariado gaúcho, e também profissionais liberais. Dentro desta dinâmica de conquistar adeptos para as suas propostas no seio do empresariado gaúcho, publicou uma revista chamada *DE*, de 1962 a 1971. Nesta, havia propostas para a reformulação do papel do empresário e da empresa, que converge com a atitude do IPÊS de conquistar paulatinamente pessoas e empresas para que apoiassem as proposições da entidade.

Neste capítulo, abordaremos inicialmente uma discussão sobre a autonomia relativa dos IPÊS regionais, principalmente o IPESUL. Após, falaremos do processo de fundação do IPESUL, de seus sócios-fundadores e da campanha de desestabilização do governo João Goulart no Rio Grande do Sul, bem como a atuação da entidade no pós-golpe. Além disso, falaremos das ligações entre membros do IPESUL e a Ação Democrática Renovadora (ADR), entidade civil-militar criada em 1965. Em seguida, trabalharemos com a revista *DE*, o contexto do mercado editorial em que ela se insere, a história da revista em si, e alguns apontamentos sobre a publicidade da revista e a recepção desta.

1.1 Os IPÊS regionais, sua fundação e atuação: uma questão de autonomia relativa?

O IPESUL, criado em 1962 e com sede em Porto Alegre, era um órgão regional similar ao IPÊS, criado anteriormente, em 1961, e com sede em São Paulo, inicialmente. Tinham como objetivo, em suma, produzir e distribuir críticas ao governo de João Goulart e seus apoiadores. Além destes dois institutos, havia outros em Curitiba, Belém do Pará, e Belo Horizonte, por exemplo.⁸¹ Aqui abordaremos as relações entre o IPESUL, o IPÊS de Belo Horizonte e os IPÊS centrais do Rio de Janeiro e de São Paulo, buscando compreender se houve autonomia, dependência ou autonomia relativa das entidades regionais em relação às centrais. Falaremos apenas sobre dois institutos em função da escassez de estudos sobre os IPÊS regionais, com exceção do de Belo Horizonte.

De acordo com a reunião da Comissão Diretora do IPÊS do dia 27/3/1962, foi dito pelo presidente da entidade: “acho que devemos fundar IPES nos Estados, já havendo cinco solicitações (Nordeste, M. Gerais, R. G. do Sul, etc). Definição de ordem política, orientação comum. Esforço nacional – Convicção geral, que deve ser a do IPÊS”⁸². Na mesma reunião, é dito que não se deve desprezar o trabalho feito pelos IPÊS estaduais, pois dariam substância ao IPÊS.⁸³ Ora, o IPESUL foi fundado em 23 de março do mesmo ano, portanto antes da reunião ocorrer. O IPÊS de Minas Gerais, no entanto, foi fundado em 9 de maio de 1962, após a reunião ocorrer. Seria possível que a Comissão Diretora não soubesse que o IPESUL já havia sido criado? Tais informações nos permitem supor que houve alguma comunicação entre membros do IPESUL e dos IPÊS centrais antes da fundação da congênere gaúcha, e foi criada a entidade sem a anuência daqueles. Houve, portanto, uma certa autonomia do IPESUL em relação aos IPÊS centrais no processo de sua fundação.

Já em 12/4/1962, o primeiro ponto da reunião do Comitê Executivo era “São Paulo não reconhece o IPÊS-SUL, não tomou conhecimento de sua existência”⁸⁴, e continuou em discussão como “Caso do IPÊS-SUL”. De acordo com Hernán Ramírez, a criação do IPESUL “foi objeto de algumas restrições iniciais pela seccional de São Paulo e que era alentada pelos membros do Rio de Janeiro”⁸⁵. O autor também afirma que tais restrições estavam inseridas

⁸¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 813-184.

⁸² IPÊS. Reunião da Comissão Diretora, 27/3/1962. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas da Comissão Diretora 1962, Súmula das reuniões da Comissão Diretora (cópias) 1962.

⁸³ *Ibid.*, p. 2

⁸⁴ IPÊS. Reunião do Comitê Executivo, 12/4/1962. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas do Comitê Executivo 1962, Súmulas das reuniões do Comitê Executivo cópias 1962.

⁸⁵ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. op. cit., p. 189.

na disputa pela direção do IPÊS entre as seccionais do Rio e de São Paulo, que só cessou temporariamente em outubro de 1962 até 27 de maio de 1964, quando as duas seccionais se separaram definitivamente.⁸⁶ No entanto, temos a informação de que o General Moziul Moreira Lima teria auxiliado a organizar o IPESUL, provavelmente a mando do IPÊS de São Paulo. Falta de informação ou não, talvez a organização da campanha golpista não tenha sido tão eficiente quanto aparenta nesta questão. Pensamos que é possível falar de uma autonomia relativa do IPESUL na questão da fundação.

Em um depoimento de Carlos Gastaud Gonçalves, diretor do IPESUL no pós-golpe, este afirmou, a respeito da fundação e da atuação da entidade, que

inclusive, por exemplo, esse pessoal da esquerda, dizia tudo que o IPESUL tava ligado [...] ao similar que tinha em São Paulo e no Rio, que [...] estavam fazendo propaganda da interferência americana, e querendo que o Brasil se submetesse aos [seus] princípios. Tudo errado, [...] **o IPESUL não tinha nada que ver com os outros. Foram revistas, que foram criadas, isoladas em cada estado**, por [...] vontade das representações que tinham, tanto da classe empresarial, da civil e [...] das entidades de classe, que se agruparam para colaborar pra fazer isso. Foi um período muito difícil.⁸⁷

Gonçalves não participou da fundação da entidade, mas já a conhecia anteriormente e tinha um amigo sócio-fundador. Segundo Gonçalves, seu amigo Itacyr Pinto Schilling, das Casas Masson e sócio-fundador do Instituto, foi quem o convidou para participar deste, ainda antes do golpe.⁸⁸ Portanto, seu depoimento pode ter algum valor informativo a respeito dos primórdios desta organização. Neste trecho, Gonçalves tentou distanciar o IPESUL dos IPÊS centrais, talvez em função da má fama que os Institutos do Rio e de São Paulo provavelmente possuíam entre as esquerdas do período. Ou seja, tem a memória de que o Instituto era completamente autônomo em relação às outras entidades, embora concordasse que as classes empresariais estavam mobilizadas pela defesa da “democracia”. Gonçalves não relacionou esta ideia com os ideais dos IPÊS centrais, que eram os mesmos. As revistas referidas eram as publicações dos diversos Institutos, sendo a do IPESUL a *DE*.

Paulo Vellinho, sócio-fundador do IPESUL, ao ser questionado em um depoimento sobre a autonomia da entidade, argumentou que os ideais eram os mesmos que os IPÊS centrais defendiam, mas não havia uma subordinação daquele em relação a estes: “eu acho que a causa é que era importante. Em função da causa nós agíamos. Sem olhar pro lado nem

⁸⁶ Ibid., p. 187-189.

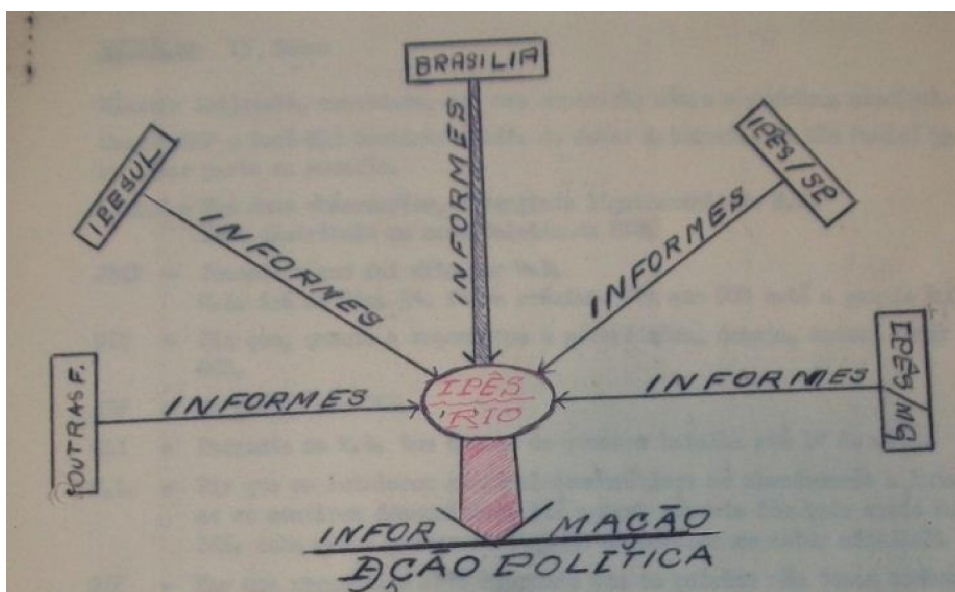
⁸⁷ GONÇALVES, Carlos Gastaud. *Sobre o IPESUL, sua participação na entidade e a revista Democracia e Empresa* [03/05/2011]. Entrevistador: Thiago Aguiar de Moraes. Porto Alegre. p. 2. Grifos nossos.

⁸⁸ Ibid., p. 5.

pra cima. Eu diria, pra resumir: havia autonomia. Nós não prestávamos conta, porque supostamente nós executávamos aquilo que os IPÊS praticavam”⁸⁹. O depoente complementou sua visão, afirmando que não lembrava “de qualquer grau de subordinação nosso às diretrizes deles, porque nós tínhamos absorvido bem quais eram os ideais deles, e praticávamos aqui, dentro da nossa visão. Talvez os caminhos não fossem os mesmos, mas o **objetivo era o mesmo**”⁹⁰. Vellinho chama a atenção para a comunhão de ideais, mas também defendeu a autonomia do IPESUL, mesmo a relativizando.

Diante destes depoimentos e das informações elencadas anteriormente, cabe destacar uma imagem mostrada em uma reunião do IPÊS que diz respeito diretamente à questão da autonomia dos congêneres regionais (ver Imagem 1).

Imagem 1 – Relação entre os IPÊS centrais e periféricos



Fonte: IPÊS. Reunião do Comitê Executivo (pleno) Rio/São Paulo, 22/1/1963. p. 6. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1963.

Esta imagem demonstra o suprimento de informações do IPÊS do Rio de Janeiro através do IPÊS de São Paulo, da Assessoria de Brasília, do IPÊS de Minas Gerais e do IPESUL, além de outras fontes, rumo à ação política por parte do próprio IPÊS do Rio de Janeiro. Se houve uma autonomia relativa na fundação do IPESUL e também em sua atuação,

⁸⁹ VELLINHO, Paulo D'Arrigo. *Sobre o IPESUL, sua participação na entidade e a revista Democracia e Empresa* [27/04/2011]. Entrevistador: Thiago Aguiar de Moraes. Porto Alegre. p. 5.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 12. Grifos nossos.

é necessário ter em mente que o pensamento dos IPÊS centrais, principalmente do IPÊS do Rio, era de centralizar as informações para atuar politicamente e utilizar os IPÊS regionais de forma instrumental para o esforço realmente importante que seria das entidades centrais. Não havia subordinação em termos de prestação de contas ou de satisfações de suas atividades, mas comunhão de interesses na defesa da “democracia” e no combate ao “comunismo”, onde com certeza houve troca de informações. É evidente que se o IPÊS do Rio pensava em centralizar informações para agir, isso não impedia o IPESUL de munir-se das informações e estudos produzidos e publicados pelas outras entidades para atuar no Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, Heloísa Starling argumenta que “o IPES-MG procurou difundir amplamente a idéia de que sua ação era autônoma, embora mantivesse uma <<afinidade de pensamento>> com o Rio e São Paulo”⁹¹. A autora também observa que a manutenção da denominação do Instituto “idêntica à utilizada pelo Rio de Janeiro e São Paulo foi justificada por possibilitar, a médio prazo, a criação de um Conselho Nacional de Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais, de forma a garantir no futuro uma ação coordenadora pública, de âmbito nacional”⁹². Se tal conselho fosse criado, o que não ocorreu, possivelmente a ação coordenadora seria realizada pelo IPÊS do Rio, se nos basearmos na Imagem 1. Além disso, é importante enfatizar a sutileza do nome que o IPESUL recebeu de seus membros: Instituto de Pesquisas **Econômicas e Sociais**. Os IPÊS de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo se chamam Instituto de Pesquisas e **Estudos Sociais**. Até mesmo no nome o IPESUL procurou se diferenciar, e possivelmente de forma consciente. Portanto, com base no que foi explicitado acima, pensamos que havia uma autonomia relativa do IPESUL em relação aos IPÊS centrais, seja em sua fundação, seja na sua atuação no pré e no pós-golpe.

1.2 O IPESUL e a dinâmica regional da desestabilização do governo João Goulart

Houve uma profusão de IPÊS regionais em 1962 e, no entanto, há escassez de estudos sobre o funcionamento de cada um e sua articulação em nível nacional. Portanto, é necessário compreendê-los para inseri-los de forma adequada no contexto da campanha de desestabilização desencadeada pelas direitas no governo de João Goulart. Como observamos, os dois IPÊS regionais mais ativos eram o de Belo Horizonte e o de Porto Alegre.

⁹¹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. op. cit., p. 61.

⁹² Ibid., p. 60.

Analisaremos a seguir o processo de fundação do IPÊS de Porto Alegre, o IPESUL, a sua atuação no pré e no pós-golpe, a história e atuação de alguns de seus membros e a ligação da entidade com a ADR a partir de 1965.

1.2.1 O processo de fundação do IPESUL

Às 20h do dia 23 de março de 1962, no Salão de Reuniões da Associação Comercial de Porto Alegre, localizada no 6º andar do Palácio do Comércio, foi fundado o IPESUL em assembléia, da qual Antonio Jacob Renner foi presidente.⁹³ Na ata desta Assembléia Geral de Constituição⁹⁴ consta que Álvaro Coelho Borges, primeiro presidente da entidade recém-criada, fez uso da palavra e comentou a respeito do contexto em que se inseria a fundação do IPESUL.

Para Borges, diante das propostas de soluções para os problemas brasileiros que desvirtuavam das tradições democráticas, os empresários deveriam “contrapor a êsses pronunciamentos a nossa orientação, de conformidade com o que, na realidade, mais convém aos cidadãos e à Pátria, com fundamento em dados tecnicamente apurados e lealmente analisados”⁹⁵. O destaque dado ao saber objetivo se contrapõe à suposta irracionalidade do “comunismo” ou da aceitação deste no Brasil, pois tratava-se de uma ideologia importada que nada tinha a oferecer aos brasileiros a não ser a privação da liberdade, entregue ao Estado. Através da ciência, técnica e objetiva, as qualidades da “democracia” e da livre iniciativa seriam provadas. Este tipo de discurso será analisado no Capítulo 2.

O presidente do IPESUL prossegue citando três conferências onde apoiou teses que defendiam a proposição de soluções para o país dentro da livre-iniciativa: a III Conferência Brasileira de Comércio Exterior, realizada em setembro de 1959 em Recife; a IV Conferência, realizada em novembro de 1960 em Porto Alegre; a V, realizada na Bahia em outubro de 1961; e a II Reunião Plenária das Classes Produtoras Nacionais, realizada em dezembro de 1961 no Rio de Janeiro.⁹⁶ Borges dá destaque à última, afirmando que nesta foi produzido um documento chamado “Carta do Rio de Janeiro” onde

além de definir-se claramente a posição das classes empresariais, inscreveram-se decisões do mais alto sentido patriótico, do ponto-de-vista da consolidação e

⁹³ IPESUL. Ata da Assembléia Geral de Constituição, 1962. p. 1.

⁹⁴ A ata de fundação do IPESUL e seus estatutos encontram-se no Anexo C.

⁹⁵ Ibid., p. 4.

⁹⁶ Idem.

aprimoramento do regime, da função social do capital e do trabalho, da necessidade de se promover o aceleração do desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, inclusive pela remuneração justa e pela possibilidade de participação dos trabalhadores no capital e a sua ascensão [sic] aos postos dirigentes das empresas.⁹⁷

Este documento, que reforça a importância da livre iniciativa, da “democracia” e do capitalismo, teve particular importância para o IPESUL, pois foi publicado posteriormente pela entidade. Na reprodução da Carta, destacamos alguns pontos que serão importantes para nossas análises posteriores. Logo no início, o documento se posiciona a favor do combate aos extremismos, que deve ser realizado “mediante a adoção de uma posição ideológica, definida, clara, indiscutível, de repulsa total e indisfarçável a quaisquer de suas formas, mas também, e sobretudo, por uma posição de afirmação inquebrantável nas virtudes do sistema democrático”⁹⁸. No documento há uma série de propostas para problemas econômicos, políticos e sociais do país, as quais não detalharemos aqui, mas que serão retomadas através do Capítulo 3, onde poderemos ver que os discursos do empresariado de modo geral convergiam, ressalvadas matizes e diferenças de opinião inerentes à pluralidade desta e de todas classes. No entanto, destacaremos aqui a adesão aos princípios da Aliança para o Progresso⁹⁹, a necessidade de “democratizar” o capital e a própria empresa através da venda de ações aos seus empregados¹⁰⁰. Também enfatizaremos a participação destes nas instâncias decisórias e a preocupação com a formação de uma imagem favorável da livre empresa no Brasil através de diversos mecanismos de mobilização da opinião pública, inclusive a imprensa¹⁰¹. Cabe lembrar que, em dezembro de 1961, mês em que a Carta foi escrita, o IPÊS já atuava, e é possível identificar clara convergência entre as propostas da Carta e os objetivos da entidade que explicaremos em seguida.

O documento, de modo geral, orientava os empresários a unirem-se contra os extremismos e a agirem politicamente para defender a “democracia”. Para alcançar estes objetivos, Álvaro Coelho Borges afirmou que era necessário um órgão estruturado com

⁹⁷ Ibid., p. 5.

⁹⁸ IPESUL. Carta do Rio de Janeiro. Relatórios parciais das comissões da II reunião plenária das classes produtoras. 1962?, p. 3. Localização: Biblioteca Central da PUCRS, Delfos, Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP), Fundo 5 – Diversos, Série 3 – Folhetos, Seção 3.1 Documentos.

⁹⁹ Ibid., p. 4.

¹⁰⁰ Ibid., p. 6.

¹⁰¹ Ibid., p. 4-5.

participação plural¹⁰², e fundou o IPESUL junto com “individualidades do mais alto gabarito moral e intelectual”¹⁰³. De acordo com Borges,

através desse Instituto, serão realizados trabalhos objetivos, no sentido de evitar que a situação difícil que atravessa o país venha a comprometer nossas instituições democráticas e tradições cristãs, com risco para a sua preservação, promover o bem-estar geral, com respeito à dignidade humana, e, finalmente, atualizar a nossa organização social de modo a satisfazer as aspirações de um número sempre crescente de cidadãos, sem prejuízo de suas liberdades, inclusive a de iniciativa.¹⁰⁴

Portanto, o IPESUL foi constituído como uma entidade para ação política em defesa da “democracia” e da livre iniciativa por parte do empresariado do Rio Grande do Sul, através, principalmente, de trabalhos “objetivos”.

A entidade foi fundada com um Conselho Orientador, formado pelos sócios fundadores, e tinha 29 pessoas¹⁰⁵, em grande parte empresários importantes na economia do Rio Grande do Sul, como A. J. Renner, Fábio Araújo Santos e Paulo Vellinho. Havia representantes de cada uma das principais forças econômicas do estado naquele momento dentre os sócios-fundadores, sobre os quais faremos alguns comentários a seguir.

1.2.2 Os sócios-fundadores

Para obter informações sobre os sócios-fundadores utilizamos principalmente a internet, dois volumes do anuário *Who's who in Brazil*, de 1971¹⁰⁶, e um livro de referência sobre escritores gaúchos¹⁰⁷. Estamos cientes dos problemas metodológicos relacionados à utilização dos *Who's who* como fontes de informação¹⁰⁸, bem como o uso das outras fontes citadas. No entanto, foi possível filtrar as informações através do cruzamento destas três fontes principais. Não nos propomos a realizar um estudo prosopográfico, mas apenas lançar

¹⁰² IPESUL. Ata da Assembléia... op. cit., p. 5.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Ibid., p. 6.

¹⁰⁵ Os sócios-fundadores eram: A. J. Renner, Álvaro Coelho Borges, Antonio Chaves Barcellos, Antonio Saint Pastous, Carlos Dreher Neto, Carlos Osório Lopes, David Enzo Guaspari, Diego Blanco, Don Charles Bird, Eugênio Martins Pereira, Fábio Araújo Santos, Imério Kuhn, João Dico de Barros, João Alves Osório, Jorge Sehbe, Julio Eberle, Kurt Weissheimer, Leopoldo de Azevedo Bastian, Luiz F. Guerra Blessmann, Marius Smith, Moziul Moreira Lima, Paulo Barbosa Lessa, Paulo Simões Lopes, Paulo Vellinho, Rico Harbich, Roberto H. Nickhorn, Sérgio Freytag de Azevedo Bastian, Walter Cechella, Werner P. Wallig. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v.1, n. 1, out. 1962, contracapa.

¹⁰⁶ *WHO'S who in Brazil*. 3. ed. São Paulo: [s/e], 1971. 2 v.

¹⁰⁷ MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: URGs, 1978.

¹⁰⁸ Sobre os problemas metodológicos envolvendo a utilização desta fonte, ver HEINZ, Flavio M.. Notas sobre o uso de anuários sociais do tipo *Who's who* em pesquisa prosopográfica. In: HEINZ, Flavio M.. (org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-165.

luz sobre as atividades e trajetórias de alguns membros da entidade em questão. O critério de seleção utilizado foi a possibilidade de encontrar informações, o volume destas e a importância do agente, seja em função dos cargos ocupados na entidade, seja em função da sua representatividade em relação à sua profissão.

A pluralidade de setores representados na listagem dos sócios-fundadores é sintomático da solidariedade de interesses entre os mesmos rumo à ação política pela defesa da “democracia”. Falaremos de alguns profissionais das áreas representadas, tentando compreender suas origens sociais.

Álvaro Coelho Borges era presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) de 1959-1963, e fez parte de empresas como a Moinhos Rio-grandenses S.A., a Bunge & Born, a Fundação Minuano S. A., a José Berta S. A. Export. e Import., e a Comercial Técnica Export. e Import..¹⁰⁹ Seu cargo na ata de fundação consta como comerciante.¹¹⁰ Em um depoimento de Paulo Vellinho, sócio-fundador do instituto, este afirma que “na verdade o líder do IPESUL aqui no Rio Grande do Sul foi o Álvaro Coelho Borges. Ele foi o instigador e promotor, e nós corremos atrás, porque acreditávamos no Álvaro e nos ideais do instituto”¹¹¹. Além disso, também afirmou que “ele nos liderava”¹¹², o que indica a representatividade que este tinha para a classe empresarial naquele contexto. Borges faleceu em 4 de junho de 1969 em decorrência de um acidente de automóvel.¹¹³

Antônio Saint-Pastous de Freitas nasceu em 1892, em Alegrete, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Médico e pecuarista, foi membro da Academia Nacional de Medicina e reitor da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, futura Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS), de 1943-44.¹¹⁴ Publicou livros sobre medicina e também sobre o meio rural, como “O homem e a terra: caminho da evolução pecuária”, pela editora Globo, em 1953.¹¹⁵ Foi presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) de 1961-1963. Em artigo publicado na revista *Veritas*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Saint-Pastous defendeu a Aliança para o Progresso e a atuação do IPÊS e do IPESUL na solução dos

¹⁰⁹ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 511.

¹¹⁰ IPESUL. Ata da Assembléia... op. cit., p. 9.

¹¹¹ VELLINHO, Paulo D'Arrigo. op. cit., p. 2.

¹¹² Ibid., p. 6.

¹¹³ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Álvaro Coelho Borges. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 15, abr./jun. 1969, p. 15.

¹¹⁴ MARTINS, Ari. op. cit., p. 234.

¹¹⁵ Idem.

problemas brasileiros.¹¹⁶ A FARSUL era a principal entidade representativa dos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul. Com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no estado em 24 de junho de 1960¹¹⁷ e a intensificação do debate sobre a reforma agrária, houve a necessidade de lidar com tais demandas populares. Supomos, portanto, que a presença de Antônio Saint-Pastous de Freitas como sócio-fundador na entidade tem sentido apenas se pensarmos o embate entre as duas entidades no início dos anos 1960.

Carlos Osório Lopes foi pioneiro da área de radiologia no Brasil, fundador do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR) em 1948¹¹⁸ e criador do consultório de radiologia CROL, em Porto Alegre.

Paulo Barbosa Lessa nasceu em 1924 e formou-se em Direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1947. Foi diretor e professor da Faculdade de Direito da PUCRS a partir de 1964 e livre docente da Faculdade de Direito da UFRGS. Além disso, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça em 1966.¹¹⁹ De acordo com Dreifuss, Paulo Barbosa Lessa participava das companhias e grupos Diário de Notícias, Televisão Record, Televisão Paulista, Barbosa Lessa Produções Artísticas, J. W. Thompson Publicidade e Cia. Cine Vera Cruz.¹²⁰ Suas relações com os meios de comunicação de massa provavelmente auxiliaram o IPESUL a cumprir seus objetivos. Paulo Barbosa Lessa faleceu em 2008.¹²¹

Fábio Araújo Santos nasceu em 1926 em Porto Alegre. Formou-se em Contabilidade e Economia na PUCRS respectivamente em 1946¹²² e em 1950, e tornou-se presidente da J. H. Santos S/A Comércio e Indústria, empresa de seu pai onde já trabalhava.¹²³ Foi presidente da FEDERASUL e da ACPA de 1963 a 1970, sucedendo Álvaro Coelho Borges. Entre 1980-81, também foi reeleito para os mesmos cargos. Santos foi apoiador de primeira hora da ditadura civil-militar, e teria explicado tal apoio dizendo que “Não estávamos à beira do caos. Já tínhamos entrado nele. O governo não dispunha das condições mínimas para o exercício da autoridade e, acumulando erros e desmandos, a par de uma nítida tendência esquerdista,

¹¹⁶ FREITAS, Antônio Saint Pastous de. Aliança para o Progresso. *Veritas*, Porto Alegre, vol. 7, n. 2, p. 119-127, jul. 1962. p. 125.

¹¹⁷ HARRES, Marluza Marques. Movimentos Sociais Rurais. In: GERTZ, René E.; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4, p. 235-256. p. 239.

¹¹⁸ COLÉGIO BRASIEIRO DE RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.unimagem-net.com.br/cbrportal/publico/?historico>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹¹⁹ MARTINS, Ari. op. cit., p. 311.

¹²⁰ DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. op. cit., p. 537.

¹²¹ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 4 nov. 2008, p. 17.

¹²² *Zero Hora*, Porto Alegre, Ano 28, 12/3/2009, Edição Especial (Fábio Araújo Santos), p. 7. Disponível em: <http://issuu.com/tradesign/docs/tradesign_fabioaraujosantos>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹²³ *Ibid.*, p. 2.

chegou a março de 1964 completamente desmoralizado”¹²⁴. Santos admirava muito o General Castelo Branco, a ponto de iniciar uma campanha para produzir um monumento em sua homenagem. Tal obra situa-se no Parque Moinhos de Vento, no cruzamento da Avenida Goethe com a Avenida 24 de Outubro, e foi inaugurada em 25 de abril de 1979. Santos faleceu em um acidente de avião em 23 de setembro de 1981.¹²⁵

Donald Charles Bird nasceu em 1913 nos Estados Unidos e formou-se em Direito. Foi diretor vice-presidente da Joaquim Oliveira S. A. e atuou no Conselho Administrativo da Granja Quatro Irmãos, Ferragem Americana S. A. e Imobiliária Real. Também foi Delegado da Associação Brasileira de Supermercados e Diretor da Associação Comercial de Porto Alegre.¹²⁶ Bird teria vindo para a América Latina para realizar contra-espionagem contra alemães nazistas no Sul na Segunda Guerra. Max Paul Friedman argumenta que em entrevista com Donald Charles Bird, este lembrou-se de que havia recebido duas semanas de aulas de espanhol em agosto de 1941 antes de ser enviado para o Brasil.¹²⁷ Ele era agente do Federal Bureau of Investigation (FBI), assim como muitos outros que foram enviados para as embaixadas estadunidenses pela América Latina, trabalhando secretamente. De acordo com Friedman, “one of their primary duties was to compile lists of suspected Axis nationals and sympathizers”¹²⁸. Além disso, antes do fim da guerra havia 360 agentes deste tipo na América Latina, utilizando um orçamento de mais de 5 milhões de dólares.¹²⁹ Bird casou-se com uma gaúcha¹³⁰ e se estabeleceu em Porto Alegre, criando o primeiro supermercado do Rio Grande do Sul, o Real, em 1953¹³¹. De acordo com Leslie Rout e John Bratzel, alguns dos agentes do FBI no Brasil, “like Donald Bird in Porto Alegre and Arthur Baker in Sao Paulo, posed as businessmen, while maintaining informal relations with the local police”¹³². Se Bird utilizou sua *expertise* do passado como agente do FBI em sua atuação no IPESUL e na desestabilização do governo de João Goulart e se seu trabalho com o supermercado Real era na verdade uma fachada são questões em aberto para outros estudos. O que é certo é a

¹²⁴ Ibid., p. 5.

¹²⁵ Ibid., p. 2.

¹²⁶ *WHO'S who in Brazil*. op. cit., vol. 1, p. 253.

¹²⁷ FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis and good neighbors: the United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 62.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ LEAL, Natália. *Super Aurora parabeniza toda rede supermercadista pelo dia do supermercado*. Disponível em: <http://www.jovemsulnews.com.br/user3/index.php?id=36506>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹³¹ Idem.

¹³² ROUT JR., Leslie B.; BRATZEL, John F.. *The Shadow War: German Espionage and United States Counterespionage in Latin America during World War II*. [s/c]:Praeger, 1986. p. 158.

importância atribuída à sua atuação como comerciante no Rio Grande do Sul. Donald Charles Bird faleceu em 1997.¹³³

Antônio Jacob Renner nasceu em 1884 em Santa Catarina do Feliz, Rio Grande do Sul. Economista e industrialista, fundou em 1912 a A. J. Renner & Cia., fábrica de vestuário, tornando-se um dos empresários de maior sucesso e com a maior indústria de fiação e tecelagem do Rio Grande do Sul. Foi deputado estadual em 1935, membro do Conselho Consultor do Estado do RS e do Centro de Indústria Fabril do RS¹³⁴, além de participar ativamente da vida política do estado dos anos 1930 aos 1960. O Centro de Indústria Fabril, criado em 1930, deu origem à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) posteriormente¹³⁵. Renner defendeu a participação dos empregados nos lucros da empresa, sendo um dos primeiros a adotar um sistema que efetivasse tal mecanismo, em 1950.¹³⁶ Morreu em dezembro de 1966.

Paulo D'Arrigo Vellinho nasceu em 1927 em Caxias do Sul, e é um dos poucos sócio-fundadores do IPESUL vivos. Formou-se em Química Industrial na UFRGS¹³⁷, especializou-se em Administração de Empresas e foi presidente da Springer S/A¹³⁸. Foi também presidente da Telespring S/A Indústria Eletrônica quando de sua fundação, em 1960, até 1971 ao menos¹³⁹. Foi presidente da FIERGS de 1971-1974¹⁴⁰ e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 1976-1980¹⁴¹. Atualmente, Paulo Vellinho integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul (CDESRS) desde 2011 e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nacional desde 2003¹⁴².

¹³³ DIÁRIO POPULAR. *Cidade: Empreendedorismo marcou a vida de Necy Oliveira Bird*. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/18_11_05/ps171101.html>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹³⁴ MARTINS, Ari. op. cit., p. 479.

¹³⁵ RENNER, A. J.. *Discursos e artigos (1931/1952)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/CORAG, 2000. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=2XQW0SJYcU%3D&tabid=3101&language=pt-BR>>. Acesso em: 29 ago. 2011. p. 15.

¹³⁶ Ibid., p. 35.

¹³⁷ CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Conselheiro Paulo Vellinho*. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conselho/3/paulo-vellinho.html>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹³⁸ MORAES, Gilmar Ferreira de. *A Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul no contexto da abertura 1974-1984*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 109.

¹³⁹ WHO'S Who in Brazil. op. cit., p. 1935.

¹⁴⁰ MORAES, Gilmar Ferreira de. op. cit., p. 109.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² PTSUL. *CDES prepara-se para a primeira reunião*. Disponível em: <http://www.ptsul.com.br/t.php?id_txt=33246>. Acesso em: 29 ago. 2011.

Kurt Weissheimer foi o primeiro presidente da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio Grande do Sul (ASCAR) em 1955¹⁴³, atual Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁴⁴, que oferecia crédito para pequenos produtores. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em 1956¹⁴⁵. Kurt Weissheimer também foi diretor do Banco Agrícola Mercantil ao menos desde 1946¹⁴⁶. Tal banco, em 1950, estava em 12º lugar dentre os 13 bancos brasileiros com mais de 50 agências e filiais, com 60, e sendo o único banco gaúcho a figurar na listagem¹⁴⁷. Em 1967 o Banco Agrícola Mercantil “era um dos maiores bancos do país com operações que, embora concentradas principalmente no Rio Grande do Sul (102 agências) e secundariamente em Santa Catarina (13 agências), estendiam-se também ao Paraná, a São Paulo e ao então Estado da Guanabara”¹⁴⁸. No entanto, estava passando por um período de dificuldade e fundiu-se com o Banco Moreira Salles, resultando na União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO)¹⁴⁹. Kurt Weissheimer foi diretor da FARSUL na gestão do presidente Antônio Saint Pastous de Freitas (1961-1963)¹⁵⁰. Foi o primeiro presidente do Sindicato Rural de Viamão em 1972¹⁵¹, e presidente do Hospital Parque Belém de 1977-1982¹⁵². Consta como economista nas atas de fundação do IPESUL¹⁵³, embora não tenhamos conseguido verificar tal informação.

Walter Cechella nasceu em 1915 em Santa Maria¹⁵⁴. Em 1937 tornou-se bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre¹⁵⁵.

¹⁴³ CAPORAL, Francisco Roberto. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991. p. 38. Nota 2.

¹⁴⁴ MAYER, Helmut. Helmut Mayer. *Revista Sindilat/RS*, v. 2, n. 6, edição especial 40 anos. Disponível em: <http://issuu.com/sindilat/docs/especial40anos_final>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹⁴⁵ RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo; Minas Gerais: Annablume; CPP/Emater, 2000. p. 107.

¹⁴⁶ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 21 fev. 1946, p. 2722.

¹⁴⁷ COSTA, Fernando Nogueira da. *Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n. 106, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto106.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011. p. 5.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ FARSUL. *Mandato de 1961 a 1963*. Disponível em: <http://www.farsul.org.br/pg_presidentes.php>. Acesso em: 29 ago. 2011

¹⁵¹ SINDICATO RURAL DE VIAMÃO. 35 anos de outorga da Carta Sindical. Disponível em: <http://www.sindicatroruraldeviamao.com.br/novosite/index.php?option=com_content&view=article&catid=6&id=16&Itemid=18>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹⁵² ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *96ª Sessão Ordinária, em 3 de novembro de 2009*. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/visualiza.asp?ID_SESSAO=917>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹⁵³ IPESUL. Conselho Orientador (sócios-fundadores), 1962.

¹⁵⁴ DARONCO, Marilice. *Na medida da fé*. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/impressa/4,38,2276881>>. Acesso em: 29 ago. 2011

Foi vereador em Santa Maria no período de 1952-1955 pelo Partido da Representação Popular (PRP) e presidente da Câmara de Vereadores em 1952 e 1953¹⁵⁶. Além disso, foi presidente da Associação Comercial de Santa Maria de 1956 a 1967¹⁵⁷. De acordo com Calil, Cechella “era um militante pouco destacado do PRP em Santa Maria (RS), mas possuía bastante representatividade nos meios empresariais”¹⁵⁸. Através de decreto presidencial, em 26 de novembro de 1957 é nomeado presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), cargo vago devido ao falecimento de Wolfram Metzler¹⁵⁹, um quadro integralista importante. Sua gestão é marcada por denúncias de corrupção¹⁶⁰. Mantém-se no cargo até 14 de junho de 1960, quando foi aceito seu pedido de exoneração e Zeferino Vezio Lotário foi nomeado em seu lugar¹⁶¹. Após os anos 1960, tornou-se diretor gerente da Caixa Rural de Santa Maria¹⁶². Em uma portaria de 6 de janeiro de 1971 é nomeado Professor Assistente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)¹⁶³ na área de economia¹⁶⁴. Morreu em 1982.¹⁶⁵

Moziul Moreira Lima nasceu em Cruz Alta e tornou-se militar. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e lutou como voluntário em Monte Castelo, quando já era Capitão¹⁶⁶. Foi diplomado no curso da ESG de 1956, como General-de-Divisão¹⁶⁷. Foi promovido a General-de-Brigada posteriormente. De acordo com Dreifuss, Moziul Moreira Lima era um dos oficiais de vanguarda da rede IPÊS/IBAD/ADEP (Ação Democrática Popular), ocupando os cargos de Secretário do IBAD em São Paulo, Secretário do Diretório Regional do Partido Libertador (PL) em São Paulo e secretário do IPÊS de São Paulo¹⁶⁸.

¹⁵⁵ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 24 ago. 1937, p. 17862.

¹⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. *Ex-presidentes*. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/?conteudo=expresidentes>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹⁵⁷ CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE SANTA MARIA. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cacism.com.br/sites.php?page=historico/2/>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹⁵⁸ CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 546. Nota 46.

¹⁵⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 26 nov. 1957. p. 26535.

¹⁶⁰ Sobre a disputa pela presidência, a problemática gestão de Walter Cechella no INIC e suas relações com os integralistas do PRP, ver CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo...* op. cit., p. 546-550.

¹⁶¹ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 14 jun. 1960. p. 9104.

¹⁶² SOARES, André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos. Imigração japonesa em Santa Maria através do jornal A Razão: 1956-1958. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210796488_ARQUIVO_ArtigoANPUHjapaocompleto.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011. p.10

¹⁶³ BRASIL. *Diário Oficial da União*. 18 jan. 1971. p. 136.

¹⁶⁴ SOARES André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos. op. cit., p. 10.

¹⁶⁵ DARONCO, Marilice. op. cit.

¹⁶⁶ MEMÓRIAS DO VENTURA. 23 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://ventura-memriasdoventura.blogspot.com/2009/09/23-de-setembro-de-2009.html>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

¹⁶⁷ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Turma de 1956. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1956/>>. Acesso em; 29 ago. 2011.

¹⁶⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 366.

Ainda conforme Dreifuss, este trabalhava em conjunto com Luiz Cássio dos Santos Werneck, também do IPÊS de São Paulo, para assegurar a presença dos integrantes do Instituto nas reuniões¹⁶⁹. Também participava da Unidade de Planejamento, ligada ao Grupo Especial de Conjuntura¹⁷⁰ Moziul Moreira Lima também participava da empresa Máquinas Moreira S/A¹⁷¹, e constava nas atas de fundação do IPESUL como comerciante¹⁷². Cabe lembrar que era o único militar sócio-fundador do Instituto. Em 1979, na reserva, tornou-se diretor de redação do jornal Diário Popular, de São Paulo¹⁷³.

Durante toda sua existência, o IPESUL sempre teve um de seus sócios-fundadores como representante máximo de alguma entidade de classe. A presidência da FEDERASUL foi ocupada por Álvaro Coelho Borges (1959-1963) e Fábio Araújo Santos (1963-1970). Saint-Pastous foi presidente da FARSUL (1961-1963), e Paulo Vellinho presidiu a FIERGS (1971-1974). Portanto, entre 1962 e 1971, ano da possível extinção do Instituto, as principais entidades de classe tinham representatividade no IPESUL, o que conferia importância ao mesmo em termos de articulação econômica e política. Além disso, destacamos a heterogeneidade da formação e das profissões dos sócios-fundadores. Embora não seja nosso objetivo aprofundar estas questões, é possível identificar as ocupações de advogado, químico, médico, economista, político, comerciante, professor, dentre outras. Estes pontos de contato e as diferenças entre os integrantes do IPESUL são importantes na medida em que nos possibilita compreender quem são estas pessoas que auxiliaram na campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Além disso, nos permite encontrar pistas para aprofundar a investigação.

Com este breve histórico de alguns dos sócios-fundadores, buscamos evidenciar a diversidade das trajetórias e profissões representadas na mesma entidade. Com estas informações, passaremos para a análise do IPESUL e de sua atuação e de seus membros antes e depois do golpe de 1964.

1.2.3 O IPESUL e sua atuação no pré-golpe: rumo à defesa da “democracia”

¹⁶⁹ Ibid., p. 185.

¹⁷⁰ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. op. cit., p. 197.

¹⁷¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 539.

¹⁷² IPESUL. Conselho Orientador... op. cit.

¹⁷³ PAULA, Luis Antonio de. *As sete mortes do Diário Popular - 117 anos de um jornal à procura de identidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 113. Nota 43.

De acordo com Hernán Ramírez, o IPÊS de “Belo Horizonte e de Porto Alegre acabaram por se revelar como os mais ativos”¹⁷⁴. Embora exista uma tese de doutorado publicada em 1986 sobre o IPÊS de Minas Gerais¹⁷⁵, a respeito do IPESUL foram dedicadas poucas páginas na historiografia. Cabe lembrar que Olympio Mourão Filho, mobilizador das tropas golpistas que depuseram João Goulart em 1964, revela em seu livro de memórias¹⁷⁶ as reuniões estratégicas que levou a cabo no Rio Grande do Sul para a articulação golpista. Portanto, tentaremos lançar luz sobre este tema pouco explorado pela historiografia do golpe no Rio Grande do Sul.

O IPESUL foi fundado em 23 de março de 1962¹⁷⁷, tendo suas atas de fundação registradas em 23 de abril do mesmo ano¹⁷⁸. O General Moziul Moreira Lima, sócio-fundador da entidade e membro do IPÊS e do IBAD de São Paulo, foi a Porto Alegre e “ajudou a organizar o IPESUL”¹⁷⁹. A prática de enviar membros dos IPÊS centrais, já acostumados com suas atividades e estrutura de funcionamento, para outras cidades com o objetivo de auxiliar na criação de seus congêneres locais foi repetida. Em reunião da Comissão Diretora do IPÊS de São Paulo de 10/04/1962, ou seja, pouco após a fundação do IPESUL, foi discutida a ida do General Golbery do Couto e Silva a Recife para fundar o IPÊS, e inclusive teriam solicitado nesta cidade estatutos como modelo para a criação da entidade¹⁸⁰. Estas atitudes demonstram o grau de organização do empresariado e a rapidez com que as ações ocorriam. Outro fator a ser levado em conta na análise é a importância do Rio Grande do Sul nos planos de expansão dos IPÊS centrais. Em reunião conjunta dos IPÊS de São Paulo e do Rio de Janeiro, dia 5/2/1962, seus membros afirmaram que “as próximas etapas de expansão devem ser: Recife, Fortaleza, Salvador, P. Alegre, Curitiba e B. Horizonte. **RS deverá ser o primeiro**”¹⁸¹. Menos de dois meses depois, o IPESUL foi criado.

¹⁷⁴ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. op. cit., p. 192.

¹⁷⁵ STARLING, Heloísa Maria Murgel. op. cit.

¹⁷⁶ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

¹⁷⁷ IPESUL. Ata da Assembléia... op. cit., p. 1.

¹⁷⁸ IPESUL. Inscrição, 1962. p. 1.

¹⁷⁹ IPÊS. Reunião Geral, 23/10/1962. p. 2. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1962, Súmulas e Atas de reuniões conjuntas e plenárias (cópias) 1962

¹⁸⁰ IPÊS. Reunião da Comissão Diretora, 20/04/1962. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas da Comissão Diretora 1962, Súmula das reuniões da Comissão Diretora (cópias) 1962.

¹⁸¹ IPÊS. Reunião Conjunta, 5/2/1962. p. 1. Grifos nossos. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1962, Súmulas e Atas de reuniões conjuntas e plenárias (cópias) 1962.

A respeito da fundação do IPESUL, um despacho de 6 de abril de 1962 do agente consular¹⁸² estadunidense em Porto Alegre afirmava que “IPESUL will receive financial assistance in the form of fees from individuals and firms and all studies that may be completed will be made public. **IPESUL is particularly interested in the study of the agrarian reform problem**”¹⁸³. A compreensão deste discurso passa por uma análise aprofundada das relações entre a FARSUL e o MASTER no pré-golpe e nas relações concretas entre a FARSUL e o IPESUL para além da participação de seu presidente, Antônio Saint Pastous de Freitas, como sócio-fundador do Instituto. Não é nosso objetivo fazer esta análise, mas apontaremos uma possibilidade de interpretação. É curioso o fato de que a maior parte dos artigos publicados na revista do Instituto, a *DE*, trata das relações entre empresários e empregados no meio urbano, e não no meio rural, embora uma grande quantidade de artigos sobre assistência rural e a importância da educação no campo também tenham sido publicados. A visão do agente consular a respeito do que seria o principal interesse do IPESUL não corresponde ao discurso do primeiro presidente eleito, Álvaro Coelho Borges, contido em sua ata de fundação, tampouco ao alto grau de representatividade de industriais e empresários ligados à cidade na lista de sócios-fundadores do Instituto. Não obstante, tal documento permite entrever a opinião estadunidense a respeito da criação da entidade no Rio Grande do Sul, o que tem grande valia para outros estudos como o de Carla Rodeghero a respeito da visão estadunidense do anticomunismo brasileiro de 1945 a 1964¹⁸⁴. De acordo com Rodeghero, “o Consulado em Porto Alegre, por sua vez, esteve atento a todos os passos dados pelo governador Leonel Brizola, os quais também eram acompanhados e criticados pela Embaixada”¹⁸⁵. Esta pode ser uma chave para compreender a visão estadunidense do IPESUL no documento citado, já que Brizola está bastante relacionado com a questão da reforma agrária e aproximou-se do MASTER, criticando fortemente a FARSUL. Uma das relações que podemos apontar entre o IPESUL e a FARSUL ao menos no pré-golpe é o fato de que 5 dos 29 sócios-fundadores do IPESUL pertenciam à FARSUL: Kurt Weissheimer, Paulo Simões Lopes, Antônio Chaves Barcelos e João Alves Osório, na gestão de Antônio Saint

¹⁸² Sobre a produção de fontes diplomáticas, principalmente dos EUA no Brasil, ver RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. op. cit., p. 37-50.

¹⁸³ INAUGURATION of Economic and Social Research Institute, do agente consular dos Estados Unidos da América (EUA) em Porto Alegre para o Departamento de Estado dos EUA, Porto Alegre, RS, 06/04/1962. Localização: NARA II, RG 59, Publication Number C-80 dos microfilmes, Records of US Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil 1960-1963, Rolo 12. Grifos nossos.

¹⁸⁴ RODEGHERO, Carla Simone. op. cit.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 40.

Pastous de Freitas (1961-1963), incluindo o próprio.¹⁸⁶ Na gestão de Oscar Carneiro da Fontoura (1963-1965), Paulo Simões Lopes e João Alves Osório aparecem novamente como diretores.¹⁸⁷ De acordo com Dreifuss, “com o intuito de combater a influência dos dois movimentos [União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a ULTAB, e o MASTER], a Igreja Católica passou a patrocinar e organizar sindicatos rurais em oposição às ligas “atéias” em várias partes do Nordeste e do Sul”¹⁸⁸. Uma das entidades criadas no RS para tal combate foi a FARG.¹⁸⁹

O IPESUL, de acordo com seus estatutos, tratava-se de uma “sociedade civil (...) sem fins lucrativos, de intuítos educacionais e pesquisas científicas, tendo por finalidade a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”¹⁹⁰. Além disso, o IPESUL “usará de quaisquer meios adequados, entre os quais Campanhas educativas, Cursos, Conferências, Seminários, Difusão e Propaganda, Manutenção de Escolas, Institutos, Entidades ou Bolsas de Estudos, etc”¹⁹¹. Suas rendas eram provenientes de contribuições mensais dos associados, contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, de seus bens, e da receita de seus serviços e publicações.¹⁹² O Conselho Orientador, formado inicialmente pelos 29 sócios-fundadores do IPESUL e prevendo o máximo de 50 membros eleitos pela Assembleia Geral Ordinária¹⁹³, tinha, dentre as suas funções, as de “traçar as idéias gerais sôbre a doutrina” e “deliberar em linhas gerais, sôbre a obtenção de recursos”¹⁹⁴. Além disso, havia o Departamento de Estudos, o de Contato e o Administrativo, que eram os órgãos de execução do IPESUL, cada um com seu respectivo diretor.¹⁹⁵ O primeiro executava pesquisas e estudos solicitados pela Comissão Diretora, tendo uma chefia e número variável de seções para cada tipo de estudo, como doutrina, economia, etc;¹⁹⁶ o segundo tinha como função contatos externos para atingir os objetivos do Instituto;¹⁹⁷ o terceiro era encarregado das tarefas administrativas, tendo uma chefia e número variável de seções específicas, como tesouraria, contabilidade, pessoal, etc.¹⁹⁸ Além disso, a entidade previa o funcionamento de dois órgãos de consulta, o Conselho de Representação Setorial e o Conselho de Representação Regional. Ambos são de consulta da

¹⁸⁶ FARSUL, op. cit.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 299.

¹⁸⁹ Ibid., p. 303. O autor não diz o significado da sigla.

¹⁹⁰ IPESUL. Estatutos do IPESUL, 1962. p. 1.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibid., p. 2.

¹⁹³ Ibid., p. 3-4.

¹⁹⁴ Ibid., p. 4.

¹⁹⁵ Ibid., p. 5.

¹⁹⁶ Ibid., p. 5-6.

¹⁹⁷ Ibid., p. 6.

¹⁹⁸ Ibid., p. 5-6.

Comissão Diretora. O primeiro não tinha limite de membros. Já o segundo teria “8 representantes, um por região geo-econômica do Estado”¹⁹⁹. Nas disposições transitórias, os estatutos dizem que “os Conselhos de Representação, Regional e Setorial, serão constituídos [sic] à medida que fôr julgado necessário pela Comissão Diretora”²⁰⁰. Ao longo da pesquisa não encontramos indícios do funcionamento destes conselhos, o que não significa, no entanto, que não tenham existido.

A renda do IPESUL era constituída, inicialmente, por Cr\$ 5.000,00 por sócio-fundador²⁰¹, totalizando Cr\$ 145.000,00 [R\$ 12.811,61, em valores convertidos de março de 1962 para 1/12/2011]²⁰² de capital inicial. O restante da renda poderia advir de contribuições mensais dos associados; auxílios, subvenções ou doações de pessoas físicas ou jurídicas de Direito Público ou Privado; a renda dos seus próprios bens; a receita de seus serviços e publicações²⁰³. A renda declarada oficialmente pelos IPÊS centrais era uma parcela ínfima do montante total que movimentavam. No entanto, para o caso do IPESUL, não foi possível encontrar informações que confirmassem este tipo de prática, tampouco registros financeiros.

A sede do IPESUL estava localizada em Porto Alegre, no Palácio do Comércio, 4º andar, conjunto 433.²⁰⁴ A Comissão Diretora de 1962-1963 tinha como presidente Álvaro Coelho Borges, como vice-presidente Carlos Osório Lopes, e como coordenador o economista Eraldo de Luca. Este foi Assessor Econômico da Associação Comercial de Porto Alegre e membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 4ª Região.²⁰⁵ O cargo de coordenador e de seus secretários eram os únicos remunerados, por serem de tempo integral.²⁰⁶

A publicação do IPESUL era a revista *DE*, mensário editado de outubro de 1962 a julho/dezembro de 1969 (referente à última edição), com variações na periodicidade após o golpe. Posteriormente, mudou o nome para *Desenvolvimento e Empresa*²⁰⁷, com a primeira

¹⁹⁹ Ibid., p. 7.

²⁰⁰ Ibid., p. 8.

²⁰¹ Ibid., p. 2.

²⁰² Os valores em cruzeiros e cruzeiros novos atualizados para os valores em reais atuais foram convertidos através do serviço de Atualização de Valores online da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php), cujo link foi encontrado na tese de CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político...* op. cit. p. 184. Tais valores são apenas aproximações, de forma que o leitor possa imaginar o que eles significavam, pois a alta inflação dos anos 1960 provavelmente distorce tais conversões.

²⁰³ IPESUL. Estatutos do IPESUL, 1962, op. cit., p. 2.

²⁰⁴ Em 1969 a sede já havia mudado para o conjunto 401, permanecendo no mesmo prédio. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 749.

²⁰⁵ LUCA, Eraldo de. *Enciclopédia das sociedades comerciais*. Porto Alegre: Sulina, 1961. p. 4.

²⁰⁶ IPESUL. Estatutos do IPESUL, 1962, op. cit., p. 8.

²⁰⁷ Para fins de análise dos discursos publicados na revista, consideramos que não há diferença significativa entre a *DE* e a *Desenvolvimento e Empresa*, a não ser no título.

edição em janeiro/março de 1970, e que durou mais um ano, até janeiro/março de 1971, somando 5 edições. Cabe lembrar que todas as edições das duas revistas foram impressas pela Livraria do Globo, como é possível observar nas capas. No total, somando ambas, são 48 edições.

O IPESUL foi declarado de utilidade pública através do Decreto Estadual 15.113, de 07/05/63. Neste período, quem governava o estado era Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD). Visto que o Instituto era anticomunista e sustentava posições contrárias ao governo federal, este decreto adquire um significado importante. A concessão do status de utilidade pública era regulamentada pelo Decreto n. 3565 de 15 de outubro de 1952, o qual diz em seu artigo 7º que “é obrigação das entidades declaradas de utilidade pública, na forma deste decreto: a) apresentar anualmente à Secretaria do Interior e Justiça, salvo justo impedimento, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade”²⁰⁸. Atualmente, o órgão responsável pelas declarações de utilidade pública diz respeito ao registro das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Trata-se da Divisão de Registros da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Todavia, não encontramos tais relatórios onde deveriam estar arquivados. É possível que tenham sido perdidos, ou até mesmo destruídos. Sabemos da existência de relatórios produzidos em cada uma das gestões, e que provavelmente eram os mesmos que deveriam ser enviados para as autoridades competentes para manter o status de entidade de utilidade pública.

1.2.4 Objetivos do IPESUL

O IPESUL tinha como objetivo a “formação de uma opinião pública esclarecida e justa”²⁰⁹, para que fosse possível, através de tal serviço informativo, a defesa da “democracia” e a solução dos problemas do país, nas palavras do próprio Instituto, e em harmonia com as idéias do IPÊS. Através de seu suposto caráter apartidário e neutralidade científica²¹⁰ pretendia informar a população a respeito dos problemas brasileiros: “seus objetivos deverão ser alcançados através do estudo honesto, criterioso e científico dos problemas atuais”²¹¹. Além disso, pretendia divulgar a idéia da “humanização do trabalho”, buscando “harmonização” entre capital e trabalho.

²⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. 16/10/1952, p. 1.

²⁰⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. IPESUL. Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 2-9, out. 1962. p. 2.

²¹⁰ *Idem*.

²¹¹ *Idem*.

Tanto o IPÊS como o IPESUL defendiam uma reformulação do capitalismo, pois o sistema econômico vigente no início dos anos 1960 não estaria cumprindo sua “função social”, em desarmonia com uma realidade que demandava adaptações por parte das empresas e da própria “democracia”. Portanto, haveria uma assimetria entre o que se configurava como realidade no Brasil e as novas demandas sociais. O Instituto era contra o “comunismo”, e fazia propostas para a solução dos problemas brasileiros tendo como base o capitalismo. No entanto, não haveria espaço para um capitalismo que não contemplasse as demandas sociais daquele período. Frente ao avanço do “comunismo” após a Revolução Cubana e de um governo que, temiam os mais conservadores, tomaria ares cada vez mais estatizantes, era necessário, segundo os empresários, que a empresa privada, base dinâmica da economia capitalista, agisse para evitar tal avanço. Havia a compreensão de que o subdesenvolvimento tinha uma relação direta com a potência da eclosão de uma revolução “comunista”, daí o forte apoio à Aliança para o Progresso, por exemplo. Portanto, cabia às empresas privadas cumprir com a “função social do capital”, sob a égide de um novo tipo de capitalismo, que não seria mais individualista nem pautado unicamente pela busca incessante do lucro, mas um que se colocasse como “terceira via” entre o totalitarismo de esquerda, que eliminaria a liberdade do indivíduo no desenvolvimento econômico, ficando sob o comando do Estado, e o capitalismo egoísta, que seria o oposto. Este sistema seria alcançado através da já citada “humanização do trabalho”. De acordo com Dreifuss,

as atividades sócio-ideológicas do complexo IPES/IBAD enfatizavam a “função social do capital”. Esse representava um esforço calculado de propaganda para dar às massas trabalhadoras um proveito claramente visível no sistema econômico, a idéia de participação nos lucros, propriedade social indireta e co-responsabilidade administrativa. Tal ação tinha dois objetivos: melhorar a imagem pública da empresa privada, equipará-la com a democracia, e retardar um violento levante até que se pudesse desenvolver uma ação política apropriada.²¹²

Esta ação política apropriada trata-se da instauração da ditadura civil-militar, regime que pôde reprimir fortemente as mobilizações sociais. Já a equiparação da iniciativa privada à “democracia” se refere à possibilidade de “mudança” apresentada pelos empresários e representada por uma “terceira via”. Esta idéia foi bastante trabalhada e divulgada pelo IPESUL através da *DE* e também da imprensa, como podemos identificar em um palestra transcrita do coordenador Eraldo de Luca, realizada no 2º Congresso de Proprietários de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul, em julho de 1963:

²¹² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 307.

[...] é preciso que se incremente cada vez mais e que se generalize amplamente a difusão dessas idéias para que o público tome conhecimento de uma vez por tôdas que as classes empresariais não estão se omitindo e que têm consciência da sua alta responsabilidade social.

Aos proprietários de jornais presentes a este conclave, dirigimos especialmente o nosso apelo para que assumam decisivamente posição frente ao problema, conscientes do papel que lhes cabe na formulação de uma nova ordem de valores morais que irá nos permitir alcançar a ao desejada paz social em nosso País.²¹³

Assim, é possível compreender a magnitude da difusão das idéias do IPESUL, que pretendia divulgar a “humanização do trabalho” através da imprensa do interior do Rio Grande do Sul para que fosse possível alcançar a paz social, ou seja, a idéia de “humanização do trabalho”, de “anulação” dos conflitos entre capital e trabalho da qual falamos anteriormente.

1.2.5 Apontamentos sobre as articulações golpistas no Rio Grande do Sul

Desde o início dos anos 1960, o Rio Grande do Sul estava envolvido na articulação golpista²¹⁴. O III Exército, que englobava Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, mas com sede em Porto Alegre, teve uma participação importante no processo. De acordo com Dreifuss, “apesar de o III Exército ser o maior em número e em potencial bélico devido a sua localização na fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai, ele tinha menos peso político do que o I e o II Exércitos, para os quais estava principalmente dirigida a campanha do complexo IPÊS/IBAD”. No entanto, o apoio do III Exército mostrou-se determinante para a eclosão do golpe militar em 1964, e tal apoio tem raízes nas articulações golpistas anteriores. Portanto, algumas indicações a respeito das relações entre o IPESUL, seus agentes, os militares e o processo que culminou com o golpe militar são necessárias para compreender a dinâmica regional deste.

O ano de 1962 foi chave para os setores descontentes com João Goulart como presidente do regime parlamentarista, pois em outubro houve eleições para todos os cargos eletivos, exceto para presidente e vice-presidente. Neste ano houve uma série de mobilizações para que opositores de Goulart vencessem as eleições e pudessem fazer frente, no Congresso,

²¹³ LUCA, Eraldo de. Humanização do Trabalho e participação da imprensa na sua divulgação. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 12, p. 4-8, set. 1963. p. 7.

²¹⁴ Para mais informações sobre a articulação golpista no Rio Grande do Sul, ver LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os movimentos sócio-políticos e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. 2008. 153 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

à suposta “comunização” do país que estaria sendo realizada também a partir do parlamento.. De acordo com os resultados das eleições, os opositores não lograram uma vitória expressiva nas urnas. Segundo Dreifuss, o IPÊS

alcançou sucesso parcial no campo eleitoral, com a eleição de um grande número de políticos conservadores pertencentes aos partidos de centro-direita para as disputadas cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado, como também para o governo de alguns Estados.. Contudo, não foi capaz de conter a ascensão de políticos pertencentes à Frente Nacional Parlamentar, bem como não conseguiu impedir a eleição de algumas figuras muito influentes no bloco nacional-reformista.²¹⁵

No entanto, no Rio Grande do Sul, caso que nos interessa nesta pesquisa, Ildo Meneghetti, através de uma coligação²¹⁶ conservadora encabeçada pelo PSD, venceu as eleições para governador. De 1959 a 1962 o governador era Leonel Brizola, e tornava-se mister para o sucesso da campanha golpista a vitória de um político que não fosse do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), objetivo no qual foram bem-sucedidos. Nesta campanha do pré-golpe contra João Goulart, o General Olympio Mourão Filho assumiu papel importante, embora não tanto quanto a importância que ele mesmo se atribui na realização do golpe. A seguir utilizaremos as memórias de Mourão Filho através da leitura de Dreifuss para seguirmos alguns indícios da trajetória golpista no Rio Grande do Sul.

De acordo com René Dreifuss, em dezembro de 1961 “o General Mourão Filho recebeu um telegrama do General Penha Brasil [Comandante do III Exército e vinculado ao IBAD] pedindo que hospedasse e auxiliasse cerca de 400 membros da FARSUL [...], que iam a Santa Maria para uma reunião política de sua organização”²¹⁷. O autor argumenta que o IPESUL a esta altura já funcionava como um “guarda-chuva político de várias associações empresariais do Estado”²¹⁸. Entretanto, não temos informações sobre o IPESUL em forma embrionária, e podemos apenas supor que as entidades de classe do Rio Grande do Sul estavam preocupadas com o perigo “comunista” a partir da ascensão de João Goulart à presidência do regime parlamentarista em setembro de 1961 e buscaram unir forças lentamente. Após a citada reunião, realizada em janeiro de 1962, Mourão Filho teria sido aliciado pela FARSUL.²¹⁹ Dreifuss também aponta que “[...] alguns dias depois o General Mourão Filho foi a Porto Alegre, sede do III Exército, e pediu que o General Penha Brasil

²¹⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 337-338.

²¹⁶ A coligação recebia o nome de Ação Democrática Popular (ADP) e compreendia o PSD, a UDN, o PL, o PDC e o PRP. *Ibid.*, p. 334.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 374.

²¹⁸ *Idem.*

²¹⁹ *Idem.*

marcasse uma reunião com Saint Pastoux [sic], presidente da FARSUL, para meados de janeiro²²⁰. Nela, os dois generais e Saint Pastoux discutiram sobre as providências a tomar, e concordaram que a primeira fase duraria até as eleições de 1962, “que precisavam ser ganhas, assegurando a eleição do maior número possível de deputados [...]”²²¹.

Dreifuss também fala da importância de Tadeu Onar, jornalista com ligações entre os empresários de Porto Alegre, para Olympio Mourão Filho. De acordo com o autor,

auxiliado por Onar, que desenvolveu um trabalho importante de articulação entre militares e civis durante dois anos, o General Mourão Filho ligou-se ao presidente da Federação das Associações Comerciais. Articulou-se também ao político do PSD e empresário Ildo Meneghetti, o candidato apoiado pelo complexo IPES/IBAD ao Governo do Rio Grande do Sul, e ao Deputado Federal Coronel Peracchi Barcellos, também ligado ao IBAD.²²²

A respeito de uma reunião de setembro de 1962 na casa do bispo Dom Vítor José Sartori, em Santa Maria, à qual compareceram personagens influentes na política nacional e regional, inclusive o general Olympio Mourão Filho, Dreifuss argumenta, baseando-se nas memórias do general, que

compareceram também [Miguel] Sevi Vieira [Prefeito de Santa Maria] e o advogado João Dentice, secretário da campanha eleitoral de Meneghetti, que na época estava envolvido com o IPESUL e FARSUL. Essa reunião, ocorrendo um mês antes das eleições de outubro de 1962 para o Congresso, serviu para reunir e coordenar a ação de importantes figuras políticas da coalizão antipopulista e anti-PTB do Rio Grande do Sul.²²³

Ou seja, já havia uma organização prévia do empresariado gaúcho com o político que lhes interessava ganhar as eleições para governador do Rio Grande do Sul. Também participaram desta reunião o deputado federal Peracchi Barcellos (PSD), e o deputado federal Tarso Dutra (PSD).²²⁴ Em relação ao financiamento dos candidatos de oposição ao governo, Dreifuss argumenta que “o General Mourão Filho recebeu do líder do IPES Othon Barcellos 30 milhões de cruzeiros para serem usados na campanha para as eleições ao Congresso e Governos Estaduais de outubro de 1962.”²²⁵ De acordo com Dreifuss, “Ildo Meneghetti [...]

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem.

²²² Ibid., p. 378.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Idem.

enfativava que a indústria e o comércio locais, sob a égide do IPESUL, contribuíram para a vitoriosa campanha”²²⁶.

Os políticos que compunham o bloco da Ação Democrática Parlamentar (ADP) na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e no Congresso eram Alberto Hoffmann (PRP), Daniel Faraco (PSD), Joaquim Duval (PSD), Raul Pilla (PL), Tarso Dutra (PSD).²²⁷ Sobre Raul Pilla, líder do PL, temos a informação de que participou do Comitê Nacional de Defesa da Democracia, órgão criado logo após o IBAD ser fechado em função da CPI que o investigava. Segundo Dreifuss, “o comitê adotou as bandeiras políticas e ideológicas que o complexo IBAD/ADEP havia conduzido até o período da investigação. Um decreto de outubro de 1963 finalmente fechou os seus escritórios”²²⁸. Sobre Daniel Faraco, houve denúncias de que teria recebido financiamento através do IBAD.²²⁹ Além disso, “o líder do IPES Rui Gomes de Almeida se referiu a três casos específicos de ação do IPES em eleições brasileiras, a nível estadual, no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul”²³⁰. Outros políticos apoiados no estado foram Clóvis Pestana (ex-Ministro do Transporte de Jânio Quadros), o Coronel Peracchi Barcellos (PSD), Euclides Triches (Partido Democrata Cristão, PDC), Cid Furtado, Luciano Machado e Rubem Bento Alves.²³¹ Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), dissidência do PTB, também foi apoiado pelo IPESUL, embora tenha sido derrotado por Ildo Meneghetti.²³² Outras pessoas que faziam parte do complexo IPÊS/IBAD no Rio Grande do Sul eram o General Plínio Lohman de Figueiredo, referência do IBAD no estado²³³, e o Coronel Jurandir Palma Cabral, administrador do IBAD da Guanabara e chefe do setor sul da ADEP²³⁴. Nas eleições de 1962 o IPÊS havia financiado 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores.²³⁵

Um dos grupos de ação do IPÊS era o Grupo de Assessoria Parlamentar, chamado de “Escritório de Brasília” para soar menos explícito o propósito de suas atividades. Este grupo “era o canal de financiamento do IPES para a sua rede parlamentar de beneficiários e receptores de ajuda”²³⁶. Além disso, a ADP era o principal canal do IPES no Congresso,

²²⁶ Ibid., p. 334.

²²⁷ Ibid., p. 321.

²²⁸ Ibid., p. 337.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Ibid., p. 354. Nota 223.

²³¹ Ibid., p. 334.

²³² Ibid., p. 331.

²³³ Ibid., p. 366.

²³⁴ Ibid., p. 367.

²³⁵ Ibid., p. 331.

²³⁶ Ibid., p. 190.

agindo de forma mais silenciosa, enquanto a linha de frente da oposição era a rede IBAD/ADEP.²³⁷ Dentro deste esquema de financiamento, “o IPES de São Paulo provia a maior parte do dinheiro necessário para a ação política. Nesse aspecto eles contavam com a adesão do IPESUL, outra importante fonte de apoio financeiro para atividades clandestinas”²³⁸. Em reunião do Comitê Executivo Pleno, composta por membros do Rio e de São Paulo em 22/1/1963, foi dito que “talvez o IPESUL queira integrar-se na Assessoria”²³⁹, referendo-se ao Grupo de Assessoria Parlamentar. Em um tópico de reunião referente ao repasse de verbas para a Assessoria de Brasília, consta que “o IPESUL vai colaborar”²⁴⁰, o que indica a participação da entidade no financiamento de deputados para a ação política via parlamento²⁴¹.

No mesmo ano das eleições, após elas ocorrerem, Álvaro Coelho Borges, primeiro presidente do IPESUL, viajou para São Paulo acompanhado do General Moziul Moreira Lima e visitou João Baptista Leopoldo Figueiredo, um dos líderes do IPÊS, o que constituiu uma pauta na Reunião Geral de 23/10/1962.²⁴² De acordo com o mesmo documento, “êste deseja colaborar com o IPÊS- São Paulo. Deverá vir aqui amanhã [sic] 4ª feira às 18 horas. João Baptista pede para todos comparecerem”²⁴³. Não fica claro se a pessoa referida é Borges ou Lima. No entanto, de acordo com Dreifuss, Moziul Moreira Lima já participava do IPÊS de São Paulo pelo menos desde setembro do mesmo ano²⁴⁴, e além disso foi sócio-fundador do IPESUL. Moziul Moreira Lima colaborou ativamente com o IPÊS de São Paulo após a fundação do IPESUL, mas a pessoa referida pode ser Borges. O mais importante é que este documento confirma uma articulação entre o IPESUL e o IPÊS de São Paulo.

Em 12/2/1963 Glycon de Paiva, um dos mais importantes líderes ipesianos, “propõe um pedido ao IPESUL, à Associação Comercial do Paraná, ao IPÊS de Belo Horizonte e Pernambuco, de um estudo sôbre o grau de estatização atingido no Estado, como subsídio para um trabalho dêste IPÊS”²⁴⁵, o que foi aprovado na mesma reunião. De acordo com Dreifuss, os diversos institutos congêneres do IPÊS “supriam o IPES do Rio de dados sobre o

²³⁷ Idem.

²³⁸ Ibid., p. 191.

²³⁹ IPES. Reunião do Comitê Executivo (Pleno) Rio/São Paulo, 22/1/1963. p. 2. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1963.

²⁴⁰ IPÊS. Assuntos com Dr. João B. L. Figueiredo, 12/3/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1963.

²⁴¹ Sobre a ação política do IPÊS através dos partidos políticos e do Congresso Nacional, ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 319-337.

²⁴² IPÊS. Reunião Geral. 23/10/1962, op. cit., p. 2.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 185 e p. 217, Nota 90.

²⁴⁵ IPÊS. Reunião do Comitê Executivo, 12/2/1963. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e Súmulas 1963.

grau de estatização em seus respectivos Estados”²⁴⁶. O autor remete o leitor às cartas escritas por Fábio Araújo Santos para Glycon de Paiva em fevereiro de 1963.²⁴⁷ Aparentemente, era Santos quem supria o IPÊS com as informações sobre o grau de estatização das empresas no estado. Santos visitou o IPÊS em 24/9/1963.²⁴⁸ Infelizmente não sabemos se o objetivo da visita foi cumprir com suas funções de diretor do Departamento de Contato do IPESUL, realizando contatos externos, ou prestar as informações solicitadas sobre as estatizações, mas ambas as possibilidades devem ser consideradas. Cabe lembrar que, de acordo com Lameira, Fábio Araújo Santos “classificou 1963 como o ano de avanço do estatismo no Brasil, patrocinado pelo governo Goulart”²⁴⁹, no final do ano. A troca de informações referida demonstra a atividade conjunta dos IPÊS regionais com os centrais, complementando a ideia de autonomia relativa das congêneres regionais que explicamos anteriormente. Além disso, houve troca de materiais entre o IPESUL e as outras entidades, como um estudo sobre fundações que o IPESUL teria enviado²⁵⁰, e o recebimento de 10 unidades da editora APEC, provavelmente livros, por parte dos IPÊS centrais.²⁵¹

De acordo com René Dreifuss, em meados de 1963,

no Rio Grande do Sul, podia-se contar com dois terços dos oficiais do III Exército, com a Polícia Civil e com a Força Pública. O Coronel [Peracchi] Barcellos agiu ativamente na subversão das forças policiais do Rio Grande do Sul. O General da reserva Armando Cattani estava encarregado da organização dos proprietários de terras nas zonas rurais em unidades paramilitares, que agiriam como um grupo coordenado na época do golpe. O plano teve o apoio total de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, que era ligado à FARSUL e ao IPESUL.²⁵²

A solidariedade de interesses entre o IPESUL e as entidades que representava, além da oposição parlamentar e militar a João Goulart tornava-se cada vez mais evidente, e o processo que culminou com o golpe militar em 1964 estava chegando próximo de cumprir seus objetivos. Nesse sentido, cabe enfatizar uma fala do presidente do IPESUL Álvaro Coelho Borges, em uma entrevista coletiva, a respeito do primeiro ano de atividades da entidade recém fundado. Segundo referência de Rafael Lameira, Borges afirmou:

²⁴⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 222, Nota 165.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ IPÊS. Reunião da Comissão Diretora, 24/9/1963. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e Súmulas 1963.

²⁴⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/12/1963, p. 48. Localização: Arquivo Histórico de Santa Maria. Apud LAMEIRA, Rafael Fantinel. op. cit., p. 101.

²⁵⁰ IPÊS. Reunião do Comitê Executivo, 8/11/1963. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 2, PAC 01, Súmulas do comitê executivo 1963.

²⁵¹ IPÊS. Reunião do Comitê Executivo, 22/11/1962. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas do Comitê Executivo 1962, Súmulas das reuniões do Comitê Executivo cópias 1962.

²⁵² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 389.

Estamos realizando um trabalho metódico de conquista da classe empresarial para as idéias que defendemos. Organismo novo, as vezes mais [sic] compreendido, lutando contra obstáculos de difícil transposição, entre os quais o indiferentismo de alguns setores de opinião pelos problemas sociais, tivemos neste primeiro ano algumas metas alcançadas. Várias sementes foram plantadas e algumas delas começaram a germinar.²⁵³

Além disso, Borges também agradeceu a “colaboração prestada ao instituto pelos jornais estações de rádio e televisão, neste primeiro ano de atividades”²⁵⁴.

O XXIII Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) ocorreu entre os dias 22 e 28 de julho de 1963 em Santo André, no estado de São Paulo, e definiu os rumos da entidade já no período presidencialista de João Goulart, o que investia o evento de grande importância. A principal chapa de oposição, a Frente de Juventude Democrática, era patrocinada pelo IPÊS.²⁵⁵ De acordo com o autor, “uma delegação de uns quarenta membros, do Rio Grande do Sul, ficou impedida de comparecer, em decorrência de um desentendimento, também de última hora, com o IPESUL que pagaria as suas passagens aéreas”²⁵⁶. Embora tal viagem não tenha ocorrido, demonstra a tentativa por parte do IPESUL de colaborar com a campanha oposicionista no meio estudantil.

Em um depoimento de Antônio Pires, Secretário da Administração do governo Ildo Meneghetti (1962-1966), este fala de um encontro que teve com Oscar Carneiro da Fontoura (FARSUL), Fábio Araújo Santos, Álvaro Coelho Borges e o presidente do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul em 1964, antes do golpe. Pires não se recorda do nome, mas na época o presidente era Emílio Otto Kaminski²⁵⁷, de 1963 a 1965.²⁵⁸ Kaminski foi integralista e deputado estadual pelo PRP, além de diretor do IPESUL após o golpe. Nesta reunião, Pires teria ouvido de Fontoura que os presentes queriam criar uma entidade para combater o “comunismo”, sugestão que foi negada.²⁵⁹ O curioso neste depoimento é o fato de Fábio Araújo Santos e Alvaro Coelho Borges terem sido sócio-fundadores do IPESUL. Inclusive,

²⁵³ *Correio do Povo*, 21/03/1963, Porto Alegre, p. 11. Localização: Arquivo Histórico de Santa Maria apud LAMEIRA, Rafael Fantinel. op. cit., p. 95.

²⁵⁴ *Idem*.

²⁵⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 285.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 286.

²⁵⁷ Para uma entrevista com Emílio Otto Kaminski, ver SILVA, Carla Luciana Souza da; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). *Velhos Integralistas: a memória de militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 25-77.

²⁵⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Exposição de motivos*. Projeto de Lei n. 274/07. p. 1. Disponível em:

<http://200.169.19.94/processo_eletronico/081712007PLL/081712007PLL_PROJETO_25449570_70.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2012.

²⁵⁹ PIRES, p. 96-98 apud CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*, ano 1, n. 1, p. 55-76, abr. 2005. p. 73.

Borges foi o primeiro presidente, em 1962. Outra questão curiosa é o fato de dois diretores da mesma gestão de Oscar Carneiro da Fontoura (1963-1965), Paulo Simões Lopes e João Alves Osório, também terem sido sócios-fundadores do IPESUL. Os próprios artífices da entidade não poderiam desconhecê-la. De acordo com Gilberto Calil, Antônio Pires “desempenhou funções tanto de articulação nacional das forças anti-Goulart, como na organização do movimento conspiratório no estado”²⁶⁰. Portanto, ademais de seu depoimento controverso, seria interessante estudar mais a fundo tanto sua entrevista como também sua trajetória. Neste mesmo depoimento, Pires sugere que sejam apoiadas as iniciativas já criadas, ao invés da fundação de uma entidade específica:

como exemplo concreto e imediato citei as providências preliminares que estavam sendo articuladas para realizar aqui a ‘Marcha da Família’ – à semelhança do que ocorria em São Paulo e outros lugares. Os representantes das Três Federações concordaram com minhas ponderações e prontificaram-se a reconhecer o numerário necessário. [...] Fui autorizado a transmitir às organizadoras da ‘Marcha da Família’ o conveniente respaldo financeiro, ponto de partida para outros apoios. Só que a ‘Marcha’ não chegou a realizar-se, porque antes as tropas de Olímpio Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e a Nação toda levantou-se em 31 de março para 1º de abril.²⁶¹

Embora o depoimento seja controverso, esta informação é relevante e pode encontrar sua veracidade no fato de que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo e levada a cabo pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), contou com o financiamento do IPÊS.²⁶² Partindo do princípio de que tanto Fábio Araújo Santos como Álvaro Coelho Borges participavam do IPESUL no período em cargos importantes, é possível depreender que o financiamento da marcha em Porto Alegre passou, de forma direta ou indireta, pelo Instituto.

Sobre as relações entre o empresariado gaúcho e os militares antes do golpe e também logo após, há uma consideração importante a fazer. Maria Isabel Herz da Jornada argumenta que houve

freqüentes visitas da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), bem como do alto comando do III Exército, à FIERGS [Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul] nos meses que antecederam o golpe de 1964 e no período subsequente.²⁶³

²⁶⁰ CALIL, Gilberto. *Os integralistas...* op. cit., p. 73.

²⁶¹ Ibid., p. 74.

²⁶² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 296-298.

²⁶³ JORNADA, Maria Isabel Herz da. Os industriais gaúchos e a política salarial: “por quem os sinos dobram”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 10, n. 1, p. 47-82, 1989, p. 51. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1277/1643>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

Trata-se de mais uma informação a corroborar a relação entre os grandes empresários do Rio Grande do Sul e o Exército na conspiração golpista.

No dia do golpe, em 1º de abril, Ildo Meneghetti transferiu a sede do governo para Passo Fundo, voltando 3 dias depois.²⁶⁴ Permaneceu no governo apoiando os militares até 1966, quando foi substituído pelo Coronel Walter Peracchi Barcellos.²⁶⁵

As informações que elencamos evidenciam o envolvimento nacional e regional de civis e militares na desestabilização do governo de João Goulart, rumo ao poder político que desejavam, e também na colaboração com a ditadura civil-militar depois de sua implantação. A seguir, iremos analisar a participação do IPESUL e de seus membros na ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul.

1.2.6 O IPESUL e sua atuação no pós-golpe

Após o golpe, podemos perceber o apoio do IPESUL e da revista *DE* através da publicação de artigos como o que foi intitulado “As Fôrças Armadas e as classes empresariais”, de dezembro de 1965, referente a uma conferência realizada pelo militar Octavio Pereira da Costa no Salão Nobre da Associação Comercial de Porto Alegre em dezembro de 1964, destacando o relacionamento entre civis e militares no desenvolvimento nacional.²⁶⁶ A aproximação com os militares também se revela na própria coordenação do IPESUL após o golpe. O Coronel Yeddo Jacob Blauth assumiu a presidência da entidade em 1965 e alternou cargos de presidente e vice-presidente até 1971, quando o IPESUL foi extinto.²⁶⁷ Trata-se do único militar que participou do IPESUL em cargos diretivos, mas ocupando uma posição importante, o que demonstra sua relevância.

²⁶⁴ PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPESZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.) *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. Vol. 1. p. 33-50. p. 60. Para mais informações sobre o episódio, que ficou conhecido como “Operação Farroupilha”, ver ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à *Operação Farroupilha*. In: *Jornada de Estudos sobre ditaduras e direitos humanos: Anais*. Porto Alegre: APERS, 2011. Disponível em: <
http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011. p. 151-160.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 62.

²⁶⁶ COSTA, Octavio Pereira da. As Fôrças Armadas e as classes empresariais. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 3, n. 3-4, p. 1-14, dez./jan. 1965.

²⁶⁷ Para uma listagem dos dirigentes do IPESUL por gestão, ver Apêndice A.

No cenário pós-golpe, é importante considerar também que vários dos membros do IPESUL fizeram curso no I e no II Ciclo de Estudos da ADESG realizados, respectivamente, em 1964 e 1965 pela seção de Porto Alegre, como é possível ver na Tabela 1. Além disso, membros do IPESUL diplomados no I Ciclo de Estudos tornaram-se Adjuntos Colaboradores Efetivos no Exercício de 1965 do departamento regional do Rio Grande do Sul da ADESG: David Enzo Guaspari, José Zamprogna e Carlos Gastaud Gonçalves.²⁶⁸ Empresários atuantes no IPESUL também auxiliaram no II Ciclo de Estudos, através da colaboração de suas empresas, como a Renner e as Indústrias Wallig.²⁶⁹

Tabela 1 – Membros do IPESUL e ingresso na entidade antes ou após curso na ADESG

I Curso da ADESG/RS (agosto de 1964) – Lista de membros do IPESUL		
Nome	Cargos no IPESUL	Ingresso após ADESG?
Fábio Araújo Santos	Sócio-fundador e chefe do Departamento de Contato de 1962-64	Não
Eraldo de Luca	Coordenador do IPESUL de 1962-64	Não
Davi Enzo Guaspari	Sócio-fundador	Não
Cel. Yeddo Jacob Blauth	Presidente de 1965-68, 3º vice-presidente de 1968-70 e presidente novamente como general em 1970-72	Sim
Carlos Gastaud Gonçalves	1º diretor-administrativo de 1965-66, diretor de 1966-68 e 1º diretor-secretário de 1968-70	Sim
José Zamprogna	Diretor de 1965-66, 2º vice-presidente de 1966-68, 1º vice-presidente de 1968-72, redator da revista de 1968-72	Sim
Paulo de Souza Jardim	Diretor de 1965-66, 1º diretor-administrativo de 1966-68, diretor de 1968-70 e 2º vice-presidente de 1970-72	Sim
Oudinot Willadino	3º vice-presidente de 1965-66, diretor de 1966-68, 1º diretor-administrativo de 1968-70, diretor de 1970-72	Sim
Hugo João Hübner	Não encontrado (N/E)	N/E
Mário José	N/E	N/E

²⁶⁸ ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *II Ciclo de Estudos*. Porto Alegre: Editoras Gráficas da Livraria Selbach, 1965. p. 13.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 15.

Zamprogna		
Mário Goldin	N/E	N/E
II Curso da ADESG/RS (agosto de 1965) – Lista de membros do IPESUL		
Nome	Cargos no IPESUL	IPESUL após ADESG?
Roberto Herbert Nickhorn	Sócio-fundador	Não
João Antonio Osório Martinez	2º diretor-secretário de 1965-66, 3º vice-presidente de 1966-68, 2º diretor-administrativo de 1968-70, diretor de 1970-72	Sim
Kurt Arnaldo Halbig	1º diretor-secretário de 1970-72	Sim
Cyro Garcia Canabarro	N/E	N/E

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, op. cit., p. 167-171 e 133-135 e dados da *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, 1962-1971.

O papel da ESG e da ADESG na sociedade brasileira já foi explicado na Introdução. Aqui, enfatizamos apenas a convergência ideológica dos ipesianos no Rio Grande do Sul com os adesguianos do mesmo estado nos primeiros dois cursos desta entidade em Porto Alegre. Os dois cursos contavam com a presença de pessoas importantes da sociedade civil, muitos pertencentes a altos cargos do aparato estatal. Juizes, industriais, comerciantes, deputados, representantes de entidades classistas e militares fizeram parte de ambos os cursos. De acordo com o relatório,

participaram do II.º Ciclo de Estudos, representantes de todos os setores de atividade, elementos de alto nível indicados pelos poderes públicos e entidades privadas, como sejam Deputados, Professôres, Membros do Poder Judiciário, Dirigentes de Entidades, Chefes de Serviços Públicos, Diretores de Empresas, Médicos, Advogados, Engenheiros, Militares, Jornalistas, Agrônomos, Economistas, Contadores, etc.²⁷⁰

Daí a importância de destacarmos os ipesianos do sul e sua participação na consolidação da ditadura civil-militar através, inicialmente, da participação nos cursos citados. É importante observar que os que já participavam do IPESUL antes de realizarem cursos na ADESG eram todos sócios-fundadores ou da primeira gestão, como Eraldo de Luca, coordenador da entidade de 1962-1964. Os outros ocuparam cargos diretivos apenas após a entrada nos cursos da ADESG. É possível depreender que o curso e os estudos realizados ao longo deste serviam como formação e uma espécie de comprovação ideológica para alguns

²⁷⁰ Ibid., p. 17.

dos dirigentes do IPESUL. No entanto, cabe lembrar que não temos informações a respeito dos outros cursos e da participação de outros vários dirigentes do IPESUL nos mesmos.

Outro fato importante a destacar é que alguns dos membros do Instituto ocuparam cargos públicos logo depois do golpe militar. Destes, destacamos Ary Burger, que foi Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul no ano de 1966.²⁷¹ Também fez parte do Conselho Monetário Nacional, foi diretor do Banco Central do Brasil, atuando de 31/03/1967 a 28/11/1969²⁷², e presidente interino do mesmo, de 07/02/1968 a 21/02/1968²⁷³. Embora não tenhamos encontrado indícios de sua participação no IPESUL na documentação pesquisada, Dreifuss lista seu nome como participante da entidade.

René Dreifuss enfatiza bastante a questão de que membros do IPÊS participaram dos altos escalões do governo pós-64. Em relação ao IPESUL, não foi possível nesta pesquisa seguir as trajetórias de cada um de seus membros para averiguar a colonização do aparato estatal ou não. Supomos, a partir das poucas informações que puderam ser levantadas, que os atores, de modo geral, mantiveram as altas posições que já tinham antes do golpe, e que mesmo colaborando com o governo instaurado não participaram em grande parte das instâncias decisórias. No entanto, trata-se de um tema muito importante e que deve ser melhor trabalhado e explorado para obter conclusões mais rigorosas.

Logo após o golpe houve a chamada “Operação Limpeza”, onde muitas pessoas consideradas de esquerda, de políticos a militantes, tiveram seus mandatos cassados, foram presos e, como é o caso de alguns professores da UFRGS e da PUCRS, expurgados. Em relação a esta fase da ditadura, um membro do IPESUL assumiu papel importante. Amadeu Fagundes da Rocha Freitas era engenheiro, foi diretor do IPESUL de 1965-66, 2º vice-presidente de 1968-70, e sócio-fundador da ADR, da qual falaremos a seguir. Com a abertura da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS, foi necessário que cada unidade acadêmica indicasse um representante para compor a Comissão, que seria responsável pelos expurgos. A Faculdade de Arquitetura se recusou a indicar um nome. De acordo com Jaime Mansan, “por esse motivo, foi escolhido Amadeu Fagundes da Rocha Freitas, Instrutor de Ensino vinculado à Escola de Engenharia”²⁷⁴. Além disso, Freitas teria se

²⁷¹ BURGER, Ary. Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 4, n. 12, p. 31-40, nov./dez. 1966. p. 31.

²⁷² BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Composição Histórica da Diretoria – por área de atuação – desde 1965*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/historia/comp_historica_BCB_area.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011. p. 5

²⁷³ *Ibid.*, p. 3.

²⁷⁴ MANSAN, Jaime Valim. *op. cit.*, p. 89.

apresentado voluntariamente ao diretor da unidade para compor a Comissão.²⁷⁵ Seu interesse em participar da Comissão responsável pelos expurgos pode explicar em parte sua vinculação posterior ao IPESUL e à ADR.

A respeito dos meios de difusão do IPESUL, temos a informação de que o instituto transmitia um programa de rádio através da Rádio Difusora aos sábados, semanalmente, com duração de 5 minutos, ao menos no ano de 1968. Segundo a *DE*, nele eram “apresentados comentários sobre assuntos políticos, econômicos sociais de atualidade”²⁷⁶. Tratava-se, portanto, de um programa modesto, sem grande duração. Não tivemos acesso a transcrições do áudio ou ao programa em si, mas a veiculação pela Rádio Difusora nos faz pensar que o conteúdo de tais transmissões provavelmente era anticomunista. Além do programa *A Voz do Pastor*, do qual já falamos anteriormente, a Rádio Difusora pertencia à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos²⁷⁷ e tinha uma programação variada, embora parte dela fosse voltada especificamente à religião²⁷⁸.

De acordo com o relatório-geral referente ao período entre 1º de agosto de 1964 e 31 de julho de 1965, o IPESUL promoveu

a divulgação de publicações diversas, confeccionou boletins informativos, realizou programas radiofônicos pela Rádio Difusora de Pôrto Alegre, tôdas as quintas-feiras, focalizando a democracia, a justiça social, a inflação, bem como outros temas de importância vital para o regime democrático. Manteve contatos com órgãos de imprensa da capital gaúcha e do interior do Estado, através da distribuição de noticiário e, conforme acentua o relatório, foi aumentado o intercâmbio com as outras entidades e dada intensa colaboração na realização do Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Departamento do Rio Grande do Sul. Realizou ainda a entidade sulina reuniões de sua Comissão Diretora, tendo promovido ainda as eleições para escolha dos membros do seu Conselho Fiscal e dos novos integrantes da Comissão Diretora.²⁷⁹

No ano de 1965, portanto, já havia o programa de rádio referido anteriormente. Além disso, a distribuição de notícias pelo IPESUL é um fato importante, que provavelmente ocorria no período pré-golpe também. Embora o relatório afirme que o intercâmbio entre as entidades congêneres tenha aumentado, não temos informações sobre o grau desta colaboração. No entanto, tal afirmação complementa a ideia de autonomia relativa do IPESUL, explicitada no início deste capítulo. Já a colaboração para a realização do Ciclo de estudos da ADESG foi de grande importância, no sentido de consolidar o apoio ao governo

²⁷⁵ *Idem*.

²⁷⁶ *DEMOCRACIA E EMPRÉSA*. Porto Alegre, vol. 6, n. 1, jan./jun. 1968. p. 21.

²⁷⁷ FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: Ed. ULBRA, 2007. p. 78.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 79.

²⁷⁹ IPÊS/GB. *Boletim Mensal*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40-41, nov./dez. 1965. p. 50.

militar recém instaurado. O relatório diz respeito ao período final de julho de 1965, mas provavelmente o IPESUL também colaborou fortemente para a realização do II Ciclo de Estudos da ADESG, realizado um mês depois. Além disso, no mesmo relatório consta que o IPESUL “deteve um programa semanal na TV Cultura, canal 2, denominado *Peço a Palavra*.”²⁸⁰

Alguns empresários que atuaram no IPESUL asseguraram seus interesses também na redemocratização, em torno da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. De acordo com Dreifuss, José Zamprogna, ex-diretor do IPESUL, teria dito: “‘Após a estabilidade no emprego, o próximo passo será o socialismo’. (Aliás, com a estabilidade) ‘nossos empregados poderão roubar, faltar ao trabalho e produzir menos, pois não serão punidos, como acontece na administração pública’”²⁸¹. Aqui, podemos identificar como os interesses de Zamprogna iam de encontro aos dos trabalhadores, e também podemos evidenciar um anticomunismo que é perfeitamente compatível com sua participação anterior no IPESUL, dado o perfil da entidade. Do mesmo modo que a “humanização do trabalho” serviu para conter demandas dos trabalhadores, no contexto de redemocratização Zamprogna discursa contra a estabilidade no emprego, por exemplo, utilizando o “socialismo” para qualificar a idéia como negativa.

Hoje, alguns dos membros do IPESUL ainda estão vivos, embora muitos membros importantes tenham falecido, como Ary Burger em novembro de 2010. Carlos Gastaud Gonçalves, Paulo de Souza Jardim e Sérgio de Azevedo Bastian são Conselheiros Beneméritos Vitalícios da Associação Comercial de Porto Alegre.²⁸² Paulo Vellino é Conselheiro para a gestão 2010-2012.²⁸³ Paulo do Couto e Silva é advogado e reside em Porto Alegre. Até o momento, são destes ex-membros do IPESUL de que temos informação de estarem vivos.

1.2.6.1 A ADR e sua relação com o IPESUL: civis e militares na defesa da “revolução”

Em uma das edições da *DE* encontramos um artigo chamado “Reforma Eleitoral” assinado por Paschoal Pery Gorrese, de uma palestra realizada na sede da ADR em Porto

²⁸⁰ Relatório Geral do Instituto de Pesquisas e Estudos [sic] Sociais do Rio Grande do Sul, 1º agosto 1964 a 31 julho 1965, mimeo. (Arquivo particular Prof. René Dreifuss) apud STARLING, Heloísa Maria Murgel. op. cit., p. 67, Nota 60.

²⁸¹ DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 187.

²⁸² FEDERASUL. *Gestão Atual*. Disponível em: <<http://www.federasul.com.br/acpa/gestao.asp>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

²⁸³ Idem.

Alegre no dia 18/10/1965.²⁸⁴ Tratava-se, de modo geral, de uma argumentação a favor do voto indireto já na ditadura civil-militar. Já sabíamos que ele participara do II Ciclo de Estudos da ADESG no mesmo ano.²⁸⁵ Encontramos algumas informações sobre a participação da ADR na vida política brasileira em seus 26 anos de existência.

A ADR surgiu um ano depois do golpe militar. Segundo sua ata de fundação, a entidade foi criada na sede do IPESUL, situada no Palácio do Comércio, no dia 13 de setembro de 1965. Sua sede, ao menos em 1991, era na Avenida Otávio Rocha, n. 54, 8º andar, local onde hoje funciona um prédio residencial.²⁸⁶ Apresenta em seu estatuto, como uma de suas finalidades, “‘C) combater as idéias extremistas, de modo especial o comunismo’”. Antes, no seu art. 1º, apresenta-se como entidade cívico-patriótica, fundada sob a inspiração dos superiores objetivos da Revolução de 31 de março de 1964”²⁸⁷. Possuía 37 sócios-fundadores²⁸⁸, e vários pertenciam aos quadros do IPESUL como sócios-fundadores ou diretores, evidenciando uma relação entre as duas organizações. Destes, é possível identificar Amadeu da Rocha Freitas (diretor do IPESUL de 1965-1966 e 2º vice-presidente do IPESUL de 1968-1970), Candido José de Godoy Bezerra (1º vice-presidente de 1965-1968, presidente de 1968-1970 e 3º vice-presidente de 1970-1972), Fabio Araújo Santos (sócio-fundador e chefe do Departamento de Contato de 1962-1964) e Paulo de Souza Jardim (diretor de 1968-1970). No entanto, também temos a informação da composição dos cargos diretivos referentes ao ano de 1970. Presidente: Hugo di Primio Paz; Vice-presidente: Dagmar Pedroso; 1º secretário: Roberto Leite Lopes; 2º secretário: Candido Godoy Bezerra; 1º tesoureiro: Carlos Romano Cerizara; 2º tesoureiro: José Paulo Corrêa Lopes; Conselho Fiscal: Yeddo Blauth, José Zamproga e Otto Albuquerque; Suplentes: Julio Castilhos de Azevedo, Darci Geyer da

²⁸⁴ GORRESE, Paschoal. Reforma Eleitoral. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 7-8-9, p. 15-21, abr./jun. 1966.

²⁸⁵ ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. op. cit., p. 14.

²⁸⁶ RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial Indústria e Comércio*, Porto Alegre, v. 16, n. 77, 23 abr. 1991, p. 12.

²⁸⁷ VARGAS, João Protásio Farias Domingues de. *Dialética e Defesa do Consumidor: A Relação Dialética de Consumo como correlativo necessário da Relação Dialética de Produção. Quem defende trabalhador, defende consumidor: o trabalhador é o “elo de papel” entre o cidadão e o consumidor, na formação da humanidade da modernidade*. Disponível em: <http://www.protasiovargas.com.br/bdvp/tex/dialconsum_mon1.htm>. Acesso em: 30 jan. 2011. Nota de rodapé n. 123.

²⁸⁸ Adolpho João de Paula Couto, Aldo Leão Ferreira, Amadeu da Rocha Freitas, Antônio Loebmann S. J., Bruno Hartz, Candido José de Godoy Bezerra, César Saldanha, Cláudio Candiota, Clovis Pasternoster, Clovis Stenzel, Dagmar Souza Pedroso, Elvo Clemente, Ernani Mazza Wetternick, F. J. Gaeltzer, Fabio Araujo Santos, Flávio Vellinho de Lacerda, Guido Navarro de Camino, Homero Jobim, Hugo di Primio Paz (foi representado no dia da fundação da ADR), Ibá Mesquita Ilha Moreira, Jacy de Souza Mendonça, João de Souza Jardim, Jorge Escosteguy, José Carlos Antunes S. J., Julio Castilhos Azevedo, Leonardo Pelegrini, Maximiano Rodrigues, Nagipe Buaes, Odílio de Magalhães, Olmir Borba Saraiva, Paulo de Souza Jardim, Pedro Américo Leal, Protazio de Paiva Bueno, Ruy de Paula Couto, Telmo Santana, Victor Della Mea e Waldomiro Lopes. AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *Relação dos sócios-fundadores (cópia do livro de presença de 13/9/65)*. 13 nov. 1970. Protocolo de Inscrição n. 356.789, p. 8.

Costa e João Souza Jardim.²⁸⁹ Desta forma, podemos identificar outros integrantes do IPESUL, e é, portanto, provável que estivessem presentes em outras gestões da ADR. Dos membros desta gestão que participaram do IPESUL, identificamos Candido Godoy Bezerra, Yeddo Blauth e José Zamprogna. É importante destacar que Bezerra, Blauth e Zamprogna assumiam altos cargos do IPESUL enquanto desempenhavam atividades na ADR em 1970. Além disso, vários de seus membros fizeram curso na ADESG entre os anos de 1964 e 1965.²⁹⁰ Dos sócios-fundadores cabe destacar Clóvis Stenzel, que também participou de um curso denominado “Educando para a Democracia”, coordenado pela PUCRS.²⁹¹

O mesmo Clóvis Stenzel foi deputado federal do Rio Grande do Sul pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), cumprindo mandato em 1968. No dia 3 de junho deste ano, fez um discurso respondendo a críticas sobre uma entrevista sua publicada no jornal *O Globo*. Nesta entrevista, citavam a sua ligação com os militares. Portanto, Stenzel afirmou o seu apoio aos militares e passou a contar um pouco da história da ADR:

Estava, como professor da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica e da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolvendo minha missão de professor e de jornalista, quando o então comandante do IV Exército Brasileiro, à época o General Justino Alves Bastos pediu que um Coronel do Exército, hoje, General Adolfo João de Paula Couto, Comandante da Escola Militar de Agulhas Negras, me fizesse uma visita e me convidasse para ir ao Quartel General do IV Exército a fim de ter uma entrevista com eminentes Oficiais de Exército e professores das duas Universidades do Rio Grande do Sul.²⁹²

O deputado ainda prossegue:

E, ali, então, numa mesa ampla, com militares e professores universitários e dois estudantes, líderes sindicais, foi proposto que se formasse, no Rio Grande do Sul, uma associação civil-militar – os militares que dela participariam seriam da reserva – no sentido de se criar uma consciência democrática no País e evitar que descambássemos para uma ditadura.²⁹³

²⁸⁹ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *Relação da atual diretoria*. 13 nov. 1970. Protocolo de Inscrição n. 356.789, p. 9.

²⁹⁰ I Ciclo: Fábio Araújo Santos, Hugo di Primio Paz (também cursou a ESG na turma de 1965), Iba Mesquita Ilha Moreira e Paulo de Souza Jardim. II Ciclo: Elvo Clemente, Júlio Castilhos de Azevedo e Pedro Américo Leal. ADESG. op. cit., p. 167-171 e p. 133-135.

²⁹¹ Para mais informações sobre o curso “Educando para a Democracia”, ver MORAES, Thiago Aguiar de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: *Jornada de Estudos sobre ditaduras e direitos humanos*: Anais. Porto Alegre: APERS, 2011. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011. p. 114-123.

²⁹² BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, Brasília, vol. 13, 3 jun. 1968. p. 90.

²⁹³ *Ibid.*, p. 91.

Após, o deputado fala da vontade dos Oficiais do IV Exército de criar uma associação que agisse na sociedade brasileira e defendesse a “democracia” contra o “comunismo”:

Quero anotar aqui, Sr. Presidente, o desejo dos mais credenciados Oficiais do IV Exército, já àquela época, de formarem uma associação que tivesse por objetivo ir à imprensa, fazer conferências, redigir artigos em jornal, para que se conscientizasse o povo brasileiro da necessidade da organização de nossa democracia e, por intermédio dessa pregação, se evitasse que caíssemos numa situação de subversão que presidiu a sociedade e a política brasileira antes de março de 1964, e para que se prevenissem aqueles que, porventura, desejassem encaminhar o Brasil para o regime ditatorial de que se encontrariam, nos meios militares e civis, conscientes de sua responsabilidade, o obstáculo para a implantação de uma ditadura.²⁹⁴

A seguir, Stenzel comenta sobre o tipo de atividade que a ADR promovia:

Assim foi fundada, Sr. Presidente, a Ação Democrática Renovadora – ADR – e aí estão as nossas publicações, as nossas conferências feitas na televisão e no rádio, no Rio Grande do Sul, alertando o povo brasileiro, de modo especial gaúcho, de que outro caminho não resta ao País, na atual conjuntura, senão o democrático, de que tôda ditadura, afinal, cai na corrupção e é difícil sucedê-la.²⁹⁵

Através destas passagens da fala de Stenzel, podemos perceber que a atuação da ADR era intensa, se utilizando de televisão, rádio, imprensa e publicações. O tom anticomunista, em defesa do regime vigente contra a possível implantação de uma ditadura de esquerda também é evidente. Além disso, é importante destacar o caráter civil-militar da entidade.

Temos a informação de que foi organizado o II Ciclo de Palestras da ADR em 5 de novembro de 1975, em Porto Alegre, e sua abertura foi realizada pelo general Oscar Luís da Silva²⁹⁶, além de ser presidido por Adolpho João de Paula Couto, que palestrou sobre Guerra Política²⁹⁷. Nos anais da Câmara dos Deputados de Pernambuco foi solicitado pelo deputado Ribeiro Godoy que fosse incluído o discurso de abertura de Oscar Luís da Silva. Nele, Silva alerta que a “*subversão está contida, mas, os subversivos, ainda continuam agindo*”²⁹⁸. Portanto, a luta contra o “comunismo” continuaria mesmo depois do golpe militar ocorrido em 1964.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Não se iluda, eminência*. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/MAN%2075-11-13%20N%C3%A3o%20se%20iluda.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

²⁹⁷ PERNAMBUCO. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, Recife, 10 nov. 1975, p. 357-358. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/013_08-1-001-1-140.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2011.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 358. Grifos no original.

Mesmo com uma produção cultural que aparenta ser ampla, a única publicação da ADR a que tivemos acesso foi um livro com a transcrição das conferências no III Ciclo de Palestras, realizado em 1977, possivelmente em Porto Alegre.²⁹⁹ Os conferencistas foram: Diogo de Figueiredo, da ESG; Sergio Ferraz; Manoel Gonçalves Ferreira Filho, vice-governador de São Paulo de 1975-1979³⁰⁰; Maria José Villaça; José Camarinha, da ESG; e João de Scantimburgo.³⁰¹ O principal tema abordado pelos conferencistas foi o do desenvolvimento.³⁰² Neste livro há um prefácio que revela um pouco dos objetivos da ADR:

Defensora que é dos ideais da Revolução de 1964, vem lutando a ADR pelo amplo esclarecimento, em alto nível, de tais temas [atuais], procurando dar-lhes uma abordagem racional, à luz de argumentação lógica e convincente. Trata, assim, de reunir em torno de seus ideais o maior número de pessoas esclarecidas e ciosas de que todos os legítimos democratas devem ser combatentes convictos e conscientes, dentro do conflito ideológico de nossos dias.³⁰³

Nesse sentido, a ADR assumia a função de tratar de temas atuais de forma coerente para que os “democratas” pudessem fortalecer seus argumentos contra o “comunismo”. De acordo com o mesmo livro, a ADR “situa-se, assim, rigorosamente dentro de sua elevada missão pedagógica”³⁰⁴ ao realizar o Ciclo de Palestras.

A ADR ainda participou em 1988 da elaboração de um panfleto de 11 páginas, feito por várias entidades, intitulado “Alerta à Nação em Defesa da Democracia”, tendo como público-alvo “os constituintes; os oficiais-generais da ativa e da reserva das três armas; ministros civis e militares; jornalistas e autoridades governamentais”³⁰⁵. Portanto, a luta contra o “comunismo” e em defesa da “democracia” continuava na chamada Nova República. Trata-se da única referência que temos da atuação da ADR nos anos 1980.³⁰⁶

Ao contrário do IPESUL, que não tem uma ata de extinção registrada no Serviço de Registros de Porto Alegre, a ADR dispõe de uma³⁰⁷. De acordo com o Diário Oficial de Indústria e Comércio, a decisão da extinção decorreu de Assembléia Geral Extraordinária

²⁹⁹ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *III Ciclo de Palestras*. Rio de Janeiro: s/e, 1977.

³⁰⁰ FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1973-1974)*. Disponível em: <http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_30.php>. Acesso em: 30 jan. 2011.

³⁰¹ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *III Ciclo de Palestras*. op. cit., p. 7-8.

³⁰² *Ibid.*, p. 7.

³⁰³ *Idem.*

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 9.

³⁰⁵ DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. op. cit., p. 173.

³⁰⁶ Embora a década de 1980 escape da delimitação temporal de nossa pesquisa, pensamos tratar-se de uma informação importante para compreender o caráter das ações da entidade, que permaneceu anticomunista mesmo após 1985.

³⁰⁷ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *Ata de Extinção*. Protocolo de Inscrição n. 698.181.

feita em 28/11/1990, e sua extinção foi efetivada em 23 de abril de 1991.³⁰⁸ O presidente na época era o general Ramão Menna Barreto. De acordo com a apresentação de uma entrevista dada por este, “já na reserva, presidiu, por nove anos a Ação Democrática Renovadora”³⁰⁹. Na mesma entrevista, o general afirma sobre a ADR que “depois de muitos anos, lastimavelmente, tivemos que fechá-la”³¹⁰, o que evidencia a inconformidade com a extinção da entidade.

1.3 A revista *DE* e o contexto do mercado editorial nos anos 1960

A revista *DE* foi veiculada de 1962 até 1971. Para compreendermos o papel que a revista desempenhou no embate ideológico do início dos anos 1960 é importante conhecer o contexto do mercado editorial com ênfase na Livraria do Globo, que imprimiu todas as revistas.

1.3.1 Mercado editorial nos anos 1960 e a Livraria do Globo

A polarização política da década de 1960 marcada pela Guerra Fria e pela experiência da Revolução Cubana refletia-se no mercado editorial. Havia editoras que davam ênfase à publicação de livros com uma visão de mundo que busca uma transformação do *status quo* e outras que lançavam livros com caráter mais conservador. Os estudos sobre mercado editorial neste período são escassos, mas bastam para montarmos o pano de fundo em que a revista *DE* se insere.

Conforme Martina Gonçalves, “o mercado editorial brasileiro estava iniciando o seu período de expansão [no início dos anos 1960], que culminará com o ‘milagre brasileiro’ da década de 1970”³¹¹. Além disso, o mercado editorial estaria refletindo o momento de efervescência política neste período.³¹² Se de um lado havia o projeto editorial encabeçado

³⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial de Indústria e Comércio*. op. cit., p. 12.

³⁰⁹ MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação geral). *31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 13. p. 132.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 158.

³¹¹ GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 54.

³¹² *Ibid.*, p. 55.

pelo IPÊS que “utilizou a edição de livros de maneira ideologicamente instrumental, divulgando valores como o anticomunismo e uma democracia específica”³¹³, de outro havia editoras consideradas progressistas, como a editora Brasiliense, a Civilização Brasileira e a Zahar Editores, que defendiam um posicionamento de esquerda³¹⁴. Neste contexto inseria-se a Editora Globo e a Livraria do Globo, da qual falaremos agora.

A Editora Globo³¹⁵ publicou, entre outros livros, *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell. Naquele contexto, início dos anos 1960, o livro tornou-se um libelo contra os regimes totalitários, de esquerda ou de direita. Em uma reunião da Comissão Diretora do IPÊS em 1964, “foi resolvido também que HH [General Herrera] passasse um telegrama à Livraria do Globo, em P. Alegre, a vêr se consegue 1.000 exemplares do livro ‘A Revolução dos Bichos’, pelo preço de C\$ 200,00 cada exemplar, para distribuição gratuita”³¹⁶. Ou seja, houve cooperação entre a Livraria do Globo e o IPÊS para distribuição deste livro como parte da campanha contra o “comunismo” mesmo depois do golpe de 1964.

Em um livro de memórias de José Otávio Bertaso, que trabalhava na Livraria do Globo e na Editora Globo, este afirma que “naquele início da década de 60, estávamos imbuídos de um verdadeiro espírito anticomunista e não ficamos cingidos à publicação de *A Revolução dos bichos* e *O Zero e o Infinito*”³¹⁷. Além disso, afirma que esta campanha visava à publicação de livros de autores “que haviam mergulhado na ideologia marxista [...] e dela havia emergido [...]”³¹⁸.

Quatro livros da Editora Globo constavam nas listas do IPÊS de aquisição de livros: *O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil*, de Osvaldo Peralva; *O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*, de Pedro Brasil, *A revolução dos bichos*, de George Orwell; e *1984*, do mesmo autor. O primeiro teve 1500 exemplares distribuídos pelo IPÊS, e o último 1000, como já referimos.³¹⁹ Além disso, nas mesmas listas do IPÊS, a Editora Globo tem 8% dos livros publicados no total, figurando em terceiro lugar

³¹³ Ibid., p. 56.

³¹⁴ Ibid., p. 60.

³¹⁵ Sobre a Editora Globo nos anos 1930 e 1940, ver TORRESINI, Elisabeth Wenhausen Rochadel. *Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos Anos 30 e 40*. São Paulo;Porto Alegre: Editora da Universidade de São Paulo/Com-Arte;Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

³¹⁶ IPÊS. Reunião da Comissão Diretora, 21/9/1964. p. 1. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (Código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmula das reuniões do comitê executivo e da comissão diretora 1964, Súmula das Reuniões do Comitê Executivo e Comissão Diretora copias, 1964.

³¹⁷ BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993. p. 175.

³¹⁸ Ibid., p. 178.

³¹⁹ GONÇALVES, Martina Spohr. op. cit., p. 65.

como uma das principais editoras ligadas ao IPÊS, das que foram possíveis identificar pela autora.³²⁰

Em 1965, com a criação do Centro de Bibliotecnia do IPÊS-GB³²¹, que pretendia oferecer “*assistência técnica e financeira* às instituições e empresas vinculadas à indústria editorial do livro”³²², a Editora Globo passou a contribuir financeiramente com esta³²³, apoiando o projeto editorial do IPÊS após o golpe.

Sobre a Livraria do Globo nos anos 1960 temos poucas informações. No entanto, a sua vinculação com os outros empreendimentos da Globo e a campanha anticomunista de Bertaso deixam claras as intenções de seus agentes. Da mesma forma, a impressão de todas as edições da revista *DE* pela Livraria do Globo se insere nesta mesma campanha, visto que a publicação era o veículo do IPESUL, abertamente anticomunista.

1.3.2 A revista *DE*

A *DE*³²⁴ era constituída de seleções de matérias de jornais e revistas consideradas pertinentes às idéias do IPESUL, além de alguns artigos e pesquisas de autoria do Instituto, transcrições de palestras, traduções, trechos ou capítulos de livros, entre outros. O fio condutor dos textos publicados era a defesa da “democracia”, que remetia ao anticomunismo. Tal idéia se confundia com a defesa do livre mercado, em contraposição ao “comunismo”. No campo da recepção pressupomos os empresários, visto o tom de orientação para o empresariado que os artigos muitas vezes assumem. Cabe lembrar que a data de publicação da primeira edição da *DE*, outubro de 1962, coincide com as eleições gerais ocorridas no Brasil. O Rio Grande do Sul, que até então era governado por Leonel Brizola, do PTB, ficou sob comando de Ildo Meneghetti, que apoiou o golpe em 1964. Em seu início, a revista *DE* custava Cr\$ 50,00 [R\$ 3,66, em valores de outubro de 1962 atualizados para 1/12/2011], aumentando para Cr\$ 100,00 [R\$ 3,47, em valores de janeiro de 1964 atualizados para 1/12/2011] no número 4 do ano 2, a décima sexta revista. Posteriormente, ela aumentou para Cr\$ 200,00 [R\$ 4,09, em valores de novembro de 1964 atualizados para 1/12/2011] a partir do número 1-2 do ano 3. Na primeira edição do quinto ano, o valor foi atualizado conforme a

³²⁰ Ibid., p. 67.

³²¹ Trata-se do IPÊS/Guanabara, criado após a separação definitiva das seccionais IPÊS/São Paulo e IPÊS/Rio, em 27/5/1964. RAMÍREZ, Hernán Ramiro. op. cit., p. 189.

³²² GONÇALVES, Martina Spohr. op. cit., p. 43.

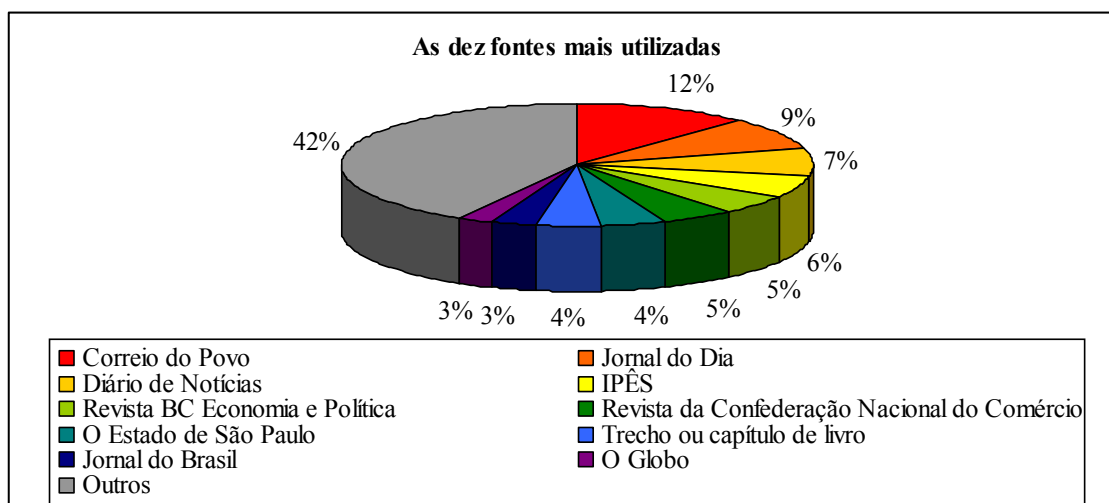
³²³ Ibid., p. 44.

³²⁴ Para uma cópia da capa da revista, ver Anexo A.

nova moeda, e o custo da revista ficou NCr\$ 0,50 [o preço é R\$ 0,00 em valores de fevereiro de 1967 atualizados para 1/12/2011]. Quando trocou de nome para *Desenvolvimento e Empresa*, na primeira edição do oitavo ano, a revista passou a custar NCr\$ 1,50 [R\$ 7,54 em valores de março de 1970 atualizados para 1/12/2011], valor que se manteve até a última edição.

O número total de edições é 48, totalizando 571 artigos, que serão analisados nos Capítulos 2 e 3 desta dissertação. Do total de artigos, 267 (46,76%) são transcritos de alguma fonte citada no fim do texto, sejam com autoria definida ou não. Os outros artigos, ou têm um autor definido, ou não há autoria nem fonte atribuída. Parte-se do pressuposto de que, quando o artigo não é assinado e não há indicação de sua fonte, este foi escrito pela equipe da revista *DE*. Já em relação aos artigos que têm apenas autoria definida não é possível dizer com certeza se foram escritos apenas para a revista. No entanto, partimos do pressuposto que sim, pois de outra forma haveria indicação da fonte. Há também textos especiais para a *DE*, totalizando 16³²⁵ ao longo de toda trajetória da revista. Sua ênfase era na publicação de artigos que versassem sobre a questão da “humanização do trabalho”, organização empresarial no geral, críticas ao “comunismo”, artigos com dados técnicos e artigos sobre os problemas brasileiros em geral.

Gráfico 1: As dez fontes mais utilizadas



Fonte: *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, 1962-1971.

³²⁵ Os autores destes artigos especiais são: Lio Cezar Schmitt, General Antônio Adolfo Manta, General Anápio Gomes, Lourival Cândido dos Santos, Edson Quintella Martins, Juracy Rocha e José Zamprogna.

De acordo com o Gráfico 1, a fonte mais utilizada para transcrever artigos foi o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, com 12% dos artigos que citam suas fontes. Além disso, é importante observar que os três primeiros colocados são jornais, e que das 10 fontes mais utilizadas, 6 são jornais. Todos estes estavam envolvidos na campanha de oposição a João Goulart, com exceção do *Jornal do Dia*, de Porto Alegre, pois não temos informações que comprovem sua vinculação, embora possamos supô-la. De acordo com Dreifuss, faziam parte da campanha “J. Dantas, do *Diário de Notícias*, a TV Record e a TV Paulista, ligadas ao IPES através de seu líder Paulo Barbosa Lessa, o ativista ipesiano Wilson Figueiredo do *Jornal do Brasil*, o *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul e *O Globo*, das Organizações Globo[...]”³²⁶, e também *O Estado de São Paulo*. O volume de artigos dedicados a divulgar as conclusões dos estudos dos IPÊS centrais também é grande, figurando em quarto lugar no gráfico. A parcela denominada “Outros” contém 64³²⁷ diferentes publicações, entre jornais, revistas e boletins.

No período do pré-golpe, a profusão de artigos com críticas ao “comunismo” e a defesa da “democracia” frente ao “perigo vermelho” era maior. Após o golpe militar de 1964, a revista *DE* sofreu gradativamente uma transformação no seu perfil editorial e na sua periodicidade, além de manifestar claramente seu apoio ao novo regime. O número de edições da *DE* após o golpe, de abril/maio de 1964 a janeiro/março de 1971, é de 30, e de 1962 a 1964, é de 18. Portanto, há uma redução considerável, levando-se em conta que após o golpe a revista dura cerca de 7 anos. Esta redução quantitativa deveu-se a restrições financeiras, como podemos ver através do seguinte apelo feito pela revista, após alguns meses sem edições da *DE*:

Embora enfrentando dificuldades de ordem financeira, nossa revista volta aos seus leitores depois de alguns meses de ausência. Todos compreenderão a razão disso. Nossos recursos são pequenos e o custo da revista é elevado. [...] Esperamos que nossos leitores aceitem nossas explicações, compreendam nossos esforços e nos auxiliem para que possamos prosseguir em nosso trabalho.³²⁸

A publicação de artigos com caráter mais técnico tornou-se mais frequente, embora não exclua um grande número de artigos anticomunistas e de apoio, neste momento explícito, aos militares no poder. Na edição de agosto/setembro de 1964 a revista *DE* foi especialmente dedicada à infiltração “comunista” na América Latina. De acordo com o editorial,

³²⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 233.

³²⁷ A listagem com todas as fontes para transcrição utilizadas na revista *DE* encontram-se no Apêndice C.

³²⁸ *DEMOCRACIA E EMPRESAS*. Editorial. Porto Alegre, vol. 6, n. 1, p. 1, jan./jun. 1968. p. 1.

trata-se, realmente, de trabalho da mais alta importância, de leitura indispensável para todos aqueles que desejam conhecer a real situação do comunismo na América Latina e no Brasil, assim como, sua infiltração em todos os setores, para, debilitando a democracia, mais facilmente implantar o totalitarismo vermelho. [...] Ao divulgar tão importante trabalho, “Democracia e Empresa” espera estar contribuindo para o esclarecimento público, alertando-o contra o grande inimigo do regime democrático.³²⁹

Esta edição tem 65 páginas, sendo que 52 delas são dedicadas a este artigo. Na verdade, trata-se da reprodução de uma conferência realizada no Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, em 31 de julho de 1964, organizada pelo Coronel Carlos Alberto da Fontoura e o Major Washington Bermúdez.³³⁰

Os diretores responsáveis pela revista foram Eraldo de Luca (da primeira edição, referente a outubro de 1962 a de dezembro/janeiro de 1965), Armando Ferreira (da edição de fevereiro/março de 1965 a de julho/dezembro de 1969) e Juracy Rocha (da edição de janeiro/março de 1970 até a última edição, de janeiro/março de 1971, tendo como redator José Zamprogna). Juracy Rocha entrou quando a revista trocou de nome para *Desenvolvimento e Empresa*. Antes de a revista trocar de nome, há um editorial um tanto esclarecedor da situação econômica em que a revista se encontrava:

Embora com dificuldade, conseguimos chegar ao fim do ano [...]. Não nos foi possível circular com mais assiduidade, em virtude do alto custo das publicações, principalmente a nossa, que não conta com grande publicidade para sustentá-la. [...] pretendemos mudar o nome de nossa revista para “DESENVOLVIMENTO E EMPRÊSA”. [...] Pretendemos circular em cada trimestre. Para isso, contamos com o apoio e a colaboração de todos, de modo a que possamos levar a cabo o importante trabalho a que nos dedicamos.

Também a partir do próximo ano, deixa a direção de nossa revista o jornalista Armando Ferreira, impossibilitado de continuar nessas funções, em virtude de seus inúmeros afazeres. Assumirá a responsabilidade da revista a diretora executiva do IPESUL, Srta. Juracy Rocha, que dará continuidade ao roteiro de trabalho a que se propôs nossa revista desde sua fundação.³³¹

Com o novo título, a revista durou apenas 5 edições. O diretor da revista, Eraldo de Luca, era economista e Armando Ferreira, jornalista. Sobre Juracy Rocha não encontramos informações. É possível supor que a mudança na periodicidade e as restrições financeiras que a revista sofreu após o golpe tenha ocorrido devido ao próprio golpe. Após o principal objetivo da conspiração civil-militar ter sido cumprido, não havia necessidade de

³²⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Editorial. Porto Alegre, vol. 2, n. 11-12, ago./set. 1964. p. 1.

³³⁰ *Idem*.

³³¹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Editorial. Porto Alegre, v. 7, n. 3-4, p. 1, jul./dez. 1969. p. 1.

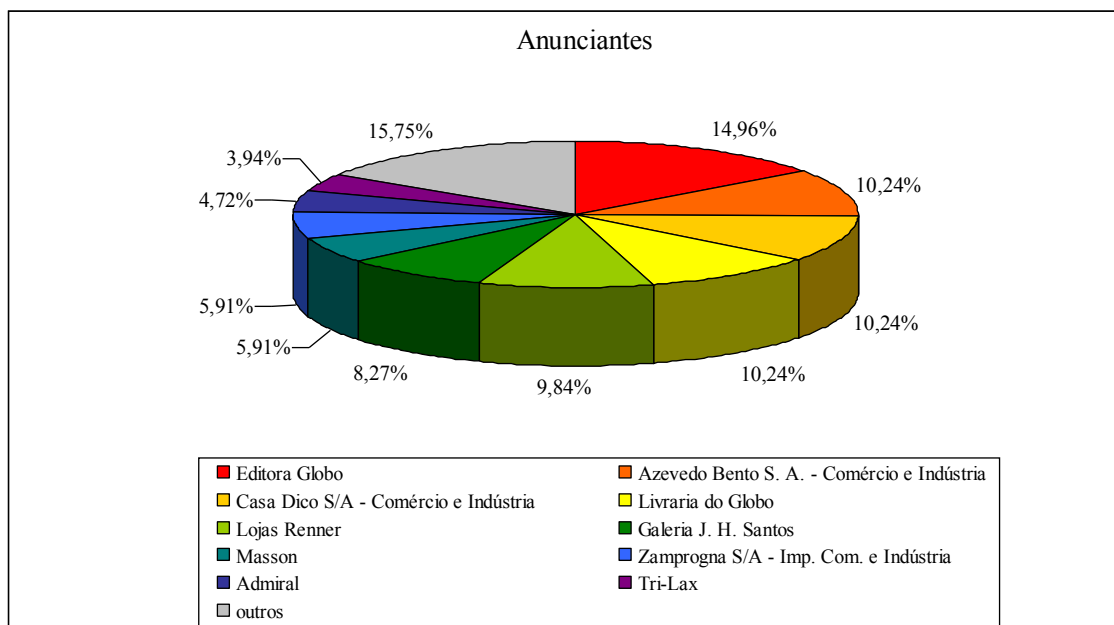
investimentos de grande porte na revista, embora permanecesse a tarefa de construção de consenso.

Embora o editorial acima afirme que a publicidade movimentava um valor pequeno para dar conta de uma publicação cara como a revista *DE*, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre as empresas que anunciavam, o volume de anúncios e a relação entre anúncios do pré-golpe e anúncios do pós-golpe de acordo com cada empresa.

1.3.3 A questão da publicidade

A revista *DE* contou com uma série de anunciantes ao longo de quase uma década de existência. Conhecer as empresas que sustentaram a revista antes e depois do golpe é fundamental se pensarmos que foram elas que forneceram a base de capital necessária para a difusão ideológica intra e extra-classe através desta publicação. Através de uma análise quantitativa pudemos calcular os 10 maiores anunciantes³³², que podemos ver no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Anunciantes



Fonte: *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, 1962-1971.

³³² No Apêndice B encontra-se uma listagem de todos anunciantes da revista e a quantidade de anúncios.

A ordem hierárquica dos anunciantes neste gráfico é da esquerda para a direita e de cima para baixo. Inicialmente, o que mais chama a atenção é que a Editora Globo e a Livraria do Globo são responsáveis por 25,2% do total de anúncios publicados na revista. Além disso, a Editora Globo está em primeiro lugar, com 14,96% dos anúncios. Todos os outros anunciantes, com exceção de Azevedo Bento S. A. e Tri-Lax, são empresas de membros do IPESUL, que sustentavam a publicação através destas publicidades. Cabe lembrar que a Livraria do Globo, em quarto lugar na listagem e responsável por 10,24% dos anúncios, era a responsável pela impressão de todas as edições da revista. Anteriormente já nos referimos às relações entre o IPÊS e a Editora Globo, bem como a cruzada anticomunista que José Otávio Bertaso estaria realizando no início dos anos 1960 através de suas publicações.

Além destas considerações, aprofundamos a análise dos anúncios referidos e isolamos os que foram realizados antes e depois do golpe³³³, como podemos ver na Tabela 2:

Tabela 2 – 10 maiores anunciantes antes e depois do golpe

10 maiores anunciantes	Anúncios no pré-golpe	Anúncios após o golpe
Editora Globo	17	21
Azevedo Bento S. A. - Comércio e Indústria	12	20
Casa Dico S/A - Comércio e Indústria	17	9
Livraria do Globo	18	21
Lojas Renner	17	8
Galeria J. H. Santos	18	3
Masson	0	15
Zamprogna S/A - Imp. Com. e Indústria	0	15

Fonte: *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, 1962-1971.

Podemos observar na tabela que a Livraria do Globo e a Galeria J. H. Santos anunciaram em todas as edições do pré-golpe, e a Editora Globo, Casa Dico e Lojas Renner deixaram de anunciar em apenas uma. A Galeria J. H. Santos, as Lojas Renner e a Casa Dico

³³³ Contamos da primeira edição à de março de 1964 para o pré-golpe, e da edição de abril/maio de 1964 à de janeiro/março de 1971 para o cálculo após o golpe.

foram bastante ativos no pré-golpe, mas reduziram consideravelmente o número de anúncios depois. O que gostaríamos de enfatizar nesta tabela é a concentração de esforços publicitários na manutenção da revista antes do golpe de 1964, esforços que vão se reduzindo em algumas empresas com o passar do tempo. Infelizmente não foi possível obter informações sobre os recursos mobilizados pelo IPESUL em função destes anúncios ao longo da pesquisa. Um tema que pode ter grande relevância é a relação das empresas citadas com o IPESUL em termos financeiros, algo que fica em aberto para futuros trabalhos.

A Casa Masson, embora não tenha nenhuma publicidade na revista no pré-golpe, era presidida por Itacyr Schilling, sócio-fundador do IPESUL, o que evidencia sua participação no período pré-golpe. A empresa possuía filial no Rio de Janeiro e sede em Porto Alegre. De acordo com Hernán Ramírez, a empresa Casa Masson Rio S/A Jóias e Relógios começou a patrocinar o IPÊS em janeiro de 1962.³³⁴ Cabe lembrar que o IPESUL foi fundado pouco depois, em março. A empresa também teve participação nos anos de 1967 e 1968. Além disso, a Casa Masson mantinha publicidade na revista mensal do IPÊS/Guanabara, o *Boletim Mensal*, ao menos desde edição referente a setembro/outubro de 1964 e durante todas as revistas do ano de 1965, indo até metade de 1966, referente à última edição da revista que tivemos acesso.³³⁵ Portanto, a Casa Masson financiava tanto o *Boletim Mensal* como a revista *DE* simultaneamente, colaborando com ambos os IPÊS.

Além disso, é importante ressaltar que, dentro dos limites desta pesquisa, não foi possível averiguar se cada uma das empresas desta lista, bem como as representadas através dos membros do IPESUL, possuíam capital multinacional ou associado. Várias possuíam capital aberto no início dos anos 1960, entretanto não pesquisamos empresa por empresa para aprofundar e tirar conclusões precisas a respeito desta questão. É possível que a dinâmica regional do Rio Grande do Sul tenha sido diferente da de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, bem como a dinâmica de outros IPÊS regionais do Brasil como o de Manaus, Recife, Santos, etc. De qualquer modo, os anúncios viabilizavam a produção da revista, e eram feitos pelas empresas citadas acima, que provavelmente estavam envolvidas mais intimamente com a conspiração civil-militar. A julgar pelos outros IPÊS, a base de financiamento do IPESUL era maior e mais complexa do que apenas alguns anúncios. Agora dedicaremos algumas reflexões para a questão da recepção da revista e de sua ideologia no contexto estruturado dos anos 1960.

³³⁴ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. op. cit., p. 629.

³³⁵ IPÊS/GB. *Boletim Mensal*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 26-27, set./out. 1964, contracapa.

1.3.4 Acerca da recepção da revista e de sua ideologia

Através da leitura dos artigos contidos em todas edições da revista *DE*, a análise da revista em si e entrevistas realizadas com integrantes do IPESUL, podemos realizar algumas inferências a respeito do público-alvo e da possível recepção das formas simbólicas veiculadas.

A primeira pessoa do plural é frequentemente utilizada nos artigos quando remetem-se ao empresariado. No geral, são orientações sobre o que os empresários e “democratas” deveriam fazer para defender seus interesses dentro do sistema político vigente e evitar a vitória do “comunismo”. Os “chamados à ação” para lutarem na arena política pela “democracia” também são frequentes, o que constituiu um dos temas que veremos no próximo capítulo. Seja no pré-golpe ou após 1964 as características gerais da revista permanecem as mesmas, como o tom anticomunista e os textos voltados para a modernização da empresa e a reformulação do papel do empresário diante das demandas daquela década. O que mudou após o golpe foi a ênfase em textos de caráter mais técnico em detrimento dos textos de caráter anticomunista.

A partir destas informações, supomos que o público-alvo da revista eram as entidades de classe e os empresários que as compunham. Paulo Vellinho, sócio-fundador do IPESUL, ao ser questionado em entrevista se a revista era vendida ou distribuída, respondeu da seguinte forma: “eu acho que ela era distribuída. [...] eu me lembro [...] vagamente que [...] as empresas compravam, um certo número de unidades da revista e distribuía”³³⁶. Além disso, comentou que, pelo que lembrava, “não era vendido em banca”³³⁷. Carlos Gastaud Gonçalves, que ocupou diversos cargos diretivos no IPESUL após o golpe, também afirmou que os leitores da revista *DE* eram as entidades de classe, e que era distribuída.³³⁸ Também é possível supor que, pelo fato de os textos da revista não terem uma linguagem popular, as chances dela ter sido vendida em bancas de revistas pode ser menor.

O caráter ideológico da revista, no sentido crítico negativo, deve ser melhor explicitado sob a luz das considerações anteriores. No sentido que estamos utilizando neste trabalho, a ideologia está relacionada às formas simbólicas transmitidas através de um suporte dentro de um contexto estruturado, criando ou sustentando relações de dominação sistematicamente assimétricas entre classes. No caso do público-leitor desta revista, as

³³⁶ VELLINHO, Paulo D’Arrigo. op. cit., p. 8.

³³⁷ Idem.

³³⁸ GONÇALVES, Carlos Gastaud. op. cit., p. 9.

entidades de classe e o empresariado, conclui-se que seu potencial ideológico é remetido aos empregados destes patrões. A leitura dos textos veiculados pode ter mobilizado ações no sentido de participar do projeto de classe divulgado pela revista em consonância com os objetivos dos IPÊS centrais e com os interesses do capital multinacional e associado no Brasil. A ideologia da revista encontraria sua prática diária na reestruturação da empresa do patrão que a leu, ideologia esta que se coloca como moderna, defensora do ser humano e de sua dignidade, mas engendra uma ação política pela sobrevivência da propriedade privada e a defesa de seus interesses ligados a um projeto de classe de reestruturação do aparato estatal frente às agitações populares dos anos 1960.

A idéia de “humanização do trabalho”, bandeira do IPESUL e da revista *DE*, tinha fins bem específicos e que não eram omitidos pelos seus defensores. A meta era a contenção da comoção popular através do atendimento de algumas de suas demandas. As elaborações discursivas desta ideologia serão analisadas no capítulo seguinte.

1.4 Considerações parciais

A organização do IPÊS a nível nacional e suas articulações regionais a partir de 1962 abriram espaço para a efetivação da campanha de desestabilização do governo de João Goulart de forma mais eficiente, somando forças dos setores economicamente mais importantes de cada região para o cumprimento de seus objetivos. Ao longo deste capítulo defendemos que havia uma autonomia relativa do IPESUL em relação aos IPÊS centrais, tanto em sua fundação quanto na atuação do pré-golpe e no pós-golpe. No entanto, se havia tal autonomia, é importante considerar que com o encerramento do IPÊS, o IPESUL também termina. Também pudemos compreender a fundação do IPESUL como um processo, fazendo uma análise do pronunciamento do seu primeiro presidente, Álvaro Coelho Borges, presente nas atas de fundação. Através do cruzamento de diversas fontes, elencamos uma pequena biografia de alguns sócios-fundadores importantes dos diversos setores representados na entidade. Em seguida, identificamos os elos da campanha de desestabilização do governo de João Goulart no Rio Grande do Sul, sejam civis ou militares, e sua atuação. Também abordamos a campanha e a participação do IPESUL e seus membros. Posteriormente, falamos da nova configuração que a entidade assumiu após o golpe, tendo como presidente o Coronel Yeddo Jacob Blauth. Após, falamos a respeito da revista *DE*, sua história e inserção no contexto do mercado editorial dos anos 1960, além de suas relações com a Livraria do Globo,

que imprimiu todas as edições da revista. Demos destaque para a questão da publicidade na revista e para a discussão acerca da recepção e do público-alvo desta.

No capítulo seguinte nos dedicaremos à análise das formas simbólicas a respeito, de modo geral, da “humanização do trabalho”, da “democracia” e do “comunismo”, tópicos sempre presentes na revista *DE*. A partir de tais análises, faremos uma reflexão sobre as possibilidades de tais discursos terem sido ideológicos, demonstrando como foram mobilizados no contexto estruturado de 1962-1971, período do qual nos ocupamos nesta pesquisa.

2 A MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, A DEFESA DA “DEMOCRACIA” E A OPOSIÇÃO AO “COMUNISMO”

Neste capítulo, analisaremos o primeiro tema e as relações entre os discursos dos empresários, a defesa da “democracia” e a oposição ao “comunismo”. Glycon de Paiva, vice-presidente do IPÊS, afirmou: “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”³³⁹. Esta frase mostra claramente o fio condutor dos discursos que serão analisados nesta etapa do trabalho. No início dos anos 1960 houve a necessidade de reestruturar as empresas para que elas renovassem suas relações entre empregador e empregado, além de divulgar os supostos benefícios que a empresa privada poderia proporcionar para o desenvolvimento do Brasil e para o próprio trabalhador. Esta era considerada elemento essencial do regime “democrático”, fruto da livre iniciativa e da existência da propriedade privada no mundo ocidental. Estas características seriam opostas à do “comunismo”, onde o Estado suprimiria a “liberdade”, fosse política ou econômica, tornando-se o “grande capitalista” ao estatizar todas as empresas. Portanto, caberia aos empresários “popularizarem” a empresa antes que fosse tarde demais e que o “comunismo” tomasse conta do país. Tais idéias foram difundidas através da revista *DE* e exprimiam uma das principais bandeiras do IPESUL, que era defender a “humanização do trabalho”. A maior parte dos discursos mantém uma certa uniformidade entre o início da revista e o momento do golpe. No entanto, alguns discursos variam após o golpe, inclusive com críticas ao próprio governo militar.

2.1 Empresas, empresários e a reformulação de seus papéis

Neste tema analisaremos as propostas do empresariado de renovação da “democracia”, do capitalismo, da “mentalidade” empresarial e as idéias de “humanização do trabalho” que eram a principal bandeira de divulgação do IPESUL e da revista *DE*. Trabalharemos com as fontes deste pensamento através da DSI. Além disso, pretendemos analisar as possíveis críticas do empresariado vanguardista aos governos militares durante a ditadura, visto que, de

³³⁹ PAIVA, Glycon de. A encruzilhada dos três caminhos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 5, p. 36-38, fev. 1963. p. 38. Grifos no original. Transcrito do “Boletim da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra”, n. 97.

modo geral, apoiaram o golpe militar. Também identificaremos as relações entre defesa da “democracia”, combate ao “comunismo” e desenvolvimento econômico.

2.1.1 As encíclicas, a DSI e suas relações com a “democracia”

As encíclicas papais e suas orientações, que compõem a DSI, influenciaram fortemente o IPÊS e o IBAD em relação à postura que seus dirigentes assumiam como empresários de vanguarda. As propostas das encíclicas de superar o subdesenvolvimento e a pobreza para que assim fosse possível combater o “comunismo” na América Latina serviram de inspiração para a ação dos referidos Institutos. A encíclica mais citada era a *Mater et Magistra*, de autoria do papa João Paulo XXIII, da qual falaremos em seguida. Além das referências às encíclicas, os textos das revistas também diziam respeito à necessidade de uma reforma individual antes de reformas nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Além disso, também afirmava-se que o “comunismo” era incompatível com a Igreja.

A reforma da pessoa humana era um dos principais argumentos quando as questões morais ou religiosas vinham à tona na revista. De modo geral, afirmavam que para haver uma renovação da “democracia”, era necessária uma renovação da própria pessoa humana, de seus valores e de seus padrões éticos e morais. Este seria o caminho correto, pois sem passar por este processo a sociedade não estaria pronta para reformas de grande porte em sua estrutura. Tudo deveria passar inicialmente pela reforma do indivíduo, pois “o mal não está na estrutura, nem no regime, mas deriva do próprio homem”³⁴⁰. Esta idéia remete a uma transformação espontânea, ao contrário do que aconteceria em um regime “comunista”, em que a transformação seria algo imposto pelo Estado “totalitário”:

*Admitindo que todas [ideologias] desejem atingir um ideal sócio-econômico, onde impere mais justiça social, mais liberdade, mais segurança, mais harmonia e paz social, o cristianismo o pretende pela reforma de cada um, enquanto as outras ideologias o pretendem pela coação, e, às vezes, pela violência.*³⁴¹

O cristianismo, portanto, era compreendido como essencial para que as reformas de maior porte pudessem ser levadas a cabo, porque permitia a transformação individual. As reformas referidas eram as reformas de base, amplamente discutidas no governo de João Goulart pelas esquerdas e direitas, envolvendo forte polarização ideológica nos debates. Nesse

³⁴⁰ MANTA, A.. Temas para meditação. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 3-5, dez. 1962. p. 4.

³⁴¹ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Editorial. Porto Alegre, v.1, n. 3, p. 1, dez. 1962. p. 1. Grifos no original.

sentido, o empresariado “vanguardista” argumentava que as reformas de base poderiam e deveriam ser realizadas dentro do sistema “democrático”:

A Democracia, apesar de ser considerada falida, por muitos que se julgam evoluídos ou progressistas, *pode valizar o bem público*; pode realizar as tão apregoadas reformas de base; e, se ainda estas não foram realizadas no Brasil, é que o mal não está no regime, senão nos homens, em particular naquêles que têm exercido o Poder; é que *a primeira reforma de base que se torna urgente e necessária é a do próprio homem; é a reforma de caráter.*³⁴²

A crítica aos integrantes do governo de João Goulart é evidente, pois eram considerados “comunistas” pelo empresariado vanguardista. Se há necessidade de uma reforma do caráter do ser humano para que as reformas de base sejam realizadas, e os governantes não dispunham das características citadas, portanto haveria necessidade de uma renovação do governo para que as reformas fossem levadas a cabo, já que eram perfeitamente exequíveis em um regime “democrático”. Isto pode significar a deposição de João Goulart.

A idéia de que cada um deve se transformar para que a sociedade se cure de seus males passa pelas encíclicas papais. Como afirmamos, a mais importante naquele contexto foi a *Mater et Magistra*, e trata-se da encíclica mais referenciada nos textos da *DE* em relação à mudança da “mentalidade” empresarial: “No campo capitalista, por exemplo, vamos encontrar uma renovação da mentalidade, a partir da tomada de consciência (quem a despertou foi a “Mater et Magistra”, e por isso bendita seja!), das realidades sociais das classes menos favorecidas”³⁴³. Foi por influência desta encíclica que o empresariado propôs a “humanização do trabalho” através da qual o empregado poderia adquirir uma parcela do capital da empresa e também poderia participar na gestão da mesma, concretizando a “justiça social” que a Igreja preconizava nesta encíclica. Não é à toa que, segundo a revista *DE*, “o IPES abre seu documento sôbre a participação nos lucros, invocando a DSI, de que ‘não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital’”³⁴⁴, que remete à “harmonização” entre capital e trabalho defendida pelo IPESUL.

É importante observar que, embora haja a proposta de “justiça social”, como no “socialismo”, os artigos da *DE* diferenciavam o tempo todo as propostas “comunistas” das propostas das encíclicas papais, ao ponto de adotar a expressão “modelos de socialização” para designar alternativas dentro do sistema “democrático”. A Igreja afirmava sua

³⁴² *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. IPESUL. op. cit., p. 5. Grifos no original.

³⁴³ SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 20-24, fev. 1963. p. 23.

³⁴⁴ IPÊS. Caminho para participação nos lucros exige democratizar o capital. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12. 37-39, set. 1963. p. 37. Transcrito do “Jornal do Brasil”, 17/03/1963.

incompatibilidade com o “socialismo”, principalmente devido ao Concílio Vaticano II que ocorreu no início dos anos 1960. Diante das transformações do mundo, a Igreja se reuniu neste Concílio para se reformular e refletir sobre si mesma. Trata-se do mesmo período em que estava ocorrendo a “esquerdização” do clero, que resultou na Teologia da Libertação posteriormente.³⁴⁵ De acordo com a *DE* “o socialismo, enquanto doutrina imanentista e materialista é radicalmente incompatível com o cristianismo. Seria tão absurdo falar num socialismo cristão, quanto falar em um ateísmo cristão”³⁴⁶. Portanto, é possível compreender este tipo de idéia nas nossas fontes.

Outra questão levantada na revista foi a relação entre as encíclicas e o desenvolvimento econômico. Ao falar da encíclica *Populorum Progressio*, de autoria do Papa Paulo VI, em 1967, o padre Fernando Bastos de Ávila argumenta que um de seus trechos

se apóia sôbre uma teoria econômica que, embora aceita por muitos, não deixa de ser repudiada por alguns grandes economistas. O importante entretanto para o Papa não é a teoria, que nem sequer menciona; o importante é o fato da dependência em que se encontram os povos pobres dos mercados internacionais, dos quais não podem participar em igualdade de poder de barganha e cujas oscilações acarretam graves crises econômicas, geralmente associadas a crises sociais e políticas. O importante é que o Papa interpreta aqui uma das grandes reivindicações dos povos periféricos, que antes de receber ajuda, prefeririam receber a justa remuneração dos produtores gerados pelo seu trabalho. [...]

Vimos que o meio proposto pelo Papa para a supressão do problema da miséria é a mobilização de todos os recursos para o desenvolvimento. O desenvolvimento é o nome nôvo de paz.³⁴⁷

Podemos reconhecer a idéia da deterioração dos termos de troca e da dependência entre os países periféricos como o Brasil e os países capitalistas centrais. Além disso, a necessidade de desenvolvimento para garantir a paz está no cerne da DSN, conceito que foi trabalhado brevemente na Introdução, e que influenciou principalmente setores militares e empresariais de vanguarda para que houvesse a deposição de João Goulart em prol de outro governo. De modo geral, a DSN preconizava que só com desenvolvimento e defesa da segurança nacional o Brasil teria paz e “liberdade”. Portanto, nada mais coerente que dedicar algumas páginas para a divulgação da encíclica e de seus princípios.

³⁴⁵ Sobre a Teologia da Libertação, ver FABER, Marcos Emílio Ekman; SANTOS, Giovana Inácio dos; GOULART, Josiel Eilers. *Teologia da Libertação: Resistência Intelectual nos Anos de Chumbo*. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>> Acesso em: 8 jan. 2012.

³⁴⁶ ÁVILA, Fernando Bastos de. Socialismo e consciência cristã. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 1-2-3, p. 57-65, out./nov./dez. 1965. p. 57.

³⁴⁷ ÁVILA, Fernando Bastos de. A encíclica *Populorum Progressio*. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 21-28, set./out. 1967. p. 26-27.

É possível depreender das análises acima que a ênfase na idéia da reforma pessoal antes das reformas de base e da encíclica *Mater et Magistra* na necessidade de o empresariado se preocupar com seus empregados teve influências importantes sobre os criadores da revista *DE* e do IPESUL. Estas idéias, que já circulavam antes de sua publicação na revista, indicavam a necessidade de renovação, seja da “mentalidade” empresarial, que remete à reforma pessoal, seja da empresa em si e da relação dos seus empregados com ela e com seus lucros, que remete à “justiça social” da *Mater et Magistra*. Portanto, tais idéias assumem uma forma ideológica naquele contexto, visto que foram divulgadas com o intuito de defender os interesses do empresariado vanguardista em relação à sua própria classe e em relação às outras, além de suas relações com o Estado no desenvolvimento econômico do país.

2.1.2 “Humanização do trabalho” e “harmonização” entre capital e trabalho

A “humanização do trabalho” refere-se à necessidade que alguns empresários, que se consideravam vanguarda, identificaram de transformar suas relações entre empregador e empregado para que fosse possível, através desta reestruturação, defender a própria “democracia” contra o “comunismo”. Na primeira edição da revista *DE*, Antônio Jacob Renner, um dos sócios-fundadores do IPESUL, se manifestou sobre o que seria a “humanização do trabalho”:

“Entendo como Humanização do Trabalho, a obrigação do empregador de tratar seu empregado como um ser humano, dar-lhe justa remuneração pelo seu trabalho, ensinar-lhe, sempre que possível, oportunidade de melhorar a sua posição no emprêgo e oferecer-lhe ambiente de trabalho onde reine a ordem, asseio e boas condições de higiene. Isto é o mínimo que se pode exigir do empregador.”³⁴⁸

Diante da constatação de que os confrontos dos empregados com seus empregadores haviam se exacerbado no início dos anos 1960, principalmente através das greves, o empresariado vanguardista passou a difundir a necessidade de relacionar-se de maneira diferente com seus trabalhadores. Tratava-se de considerá-los como seres humanos e contemplar suas necessidades, e não percebê-lo apenas como mais uma peça no sistema de produção.

Paulo Vellinho, sócio-fundador do IPESUL, ao ser questionado sobre o que era a “humanização do trabalho”, afirmou:

³⁴⁸ RENNER, A. J.. Humanização do Trabalho. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 16-17, out. 1962. p. 16.

Eu acho que [...] quase todos nós tínhamos uma visão mais atual, mais verdadeira e mais necessária da relação trabalho e capital. Eu, por exemplo, [...] trabalhava em chão de fábrica, e tinha aprendido que, no fundo no fundo, nós todos somos seres humanos, com as mesmas características dos ricos e dos pobres, com os mesmos defeitos e virtudes. Portanto eu acreditava numa sociedade que se respeitasse. [...] Ou seja, todos nós éramos importantes, cada um no seu papel na empresa.³⁴⁹

O posicionamento de vanguarda que Vellinho e os fundadores do IPESUL arrogavam-se é evidente nesta passagem. Ao contrário da “luta de classes”, expressão utilizada amplamente pelas esquerdas no período, os empresários vanguardistas difundiam a necessidade de “harmonia” entre as classes, onde todos seriam igualmente importantes na empresa. De acordo com outro texto da *DE*, uma série de comportamentos inadequados por parte dos empresários “geram um estado de latente revolta, que apenas aguarda o momento propício para explodir em manifestações exteriores de hostilidade, quando não de indisciplina”³⁵⁰. Além disso, em outra referência, afirma-se que “A EXPERIÊNCIA de muitos anos tem mostrado que grande parte dos casos de revolta de subordinados contra seus superiores assenta suas raízes na carência de compreensão por parte dos elementos dirigentes”³⁵¹.

Portanto, podemos concluir que a tentativa de “harmonização” entre classes tem como um de seus objetivos conter os confrontos cada vez mais constantes dos empregados com os empregadores, através da modernização empresarial via “humanização do trabalho”.

Outra questão importante é a recorrência da afirmação de que a produtividade do trabalhador aumentaria caso a modernização se efetivasse, o que seria um dos benefícios desta nova relação entre as forças produtivas:

O capítulo das relações humanas no trabalho é, provavelmente, o que mais prende a atenção do empresário evoluído. A formação de administradores é básica na moderna empresa, assim como a descoberta de meios para aumentar a produtividade, através não apenas da melhoria do equipamento e da plena utilização da força de trabalho, como também da criação de um *esprit de corps* dentro da organização.³⁵²

³⁴⁹ VELLINHO, Paulo D’Arrigo. op. cit., p. 2.

³⁵⁰ HOFMANN, Leopoldo. Liderança no trabalho e compreensão. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 8, p. 8-9, mai. 1963. p. 9. Transcrito do “Jornal do Dia”, 31/01/1963.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 8. Grifos no original.

³⁵² VALE, Ney Peixoto do. A empresa privada precisa provar sua utilidade para ser bem sucedida. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 8, p. 33-35, mai. 1963. p. 34. Grifos no original. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, 17/12/1963.

Ou seja, o aumento da produtividade através da colaboração ativa dos trabalhadores sentindo-se em comunidade dentro da corporação. Em outro texto, de um artigo no qual Antônio Jacob Renner defendia que a “humanização do trabalho” era uma espécie de socialismo, o autor fala dos benefícios que oferecia aos seus empregados, mas também afirma: “em compensação exigimos e obtemos de nossos colaboradores maior produtividade e bons trabalhos”³⁵³. Esta afirmação complementa a nossa análise deste tipo de discurso.

É conferido um sentido *universal*³⁵⁴ para as supostas inovações que os empresários estariam implantando, argumentando que os interesses de ambos, empregadores e empregados, são convergentes, e que, portanto, suas reivindicações têm caráter universal. No contexto estruturado em que tais afirmações se situam, estas são ideológicas, pois sustentam uma relação de poder entre duas classes, a representada pelo capital e a pelo trabalho, através de uma estratégia de construção simbólica.

Um dos autores que escreveu especialmente para a *DE*, Lio Cezar Schmitt, afirmou que na revista “o leitor tomará contato com a democracia e com o capitalismo ‘humanizado’. Com a liberdade e com o progresso. Com as bases de uma nova sociedade, onde todos encontrarão sua vez, sem que ninguém perca nada. Sem que ninguém pereça”³⁵⁵. Podemos identificar uma síntese do pensamento da “harmonização” entre capital e trabalho, onde todos sairiam ganhando, ao contrário da luta de classes pregada pelas esquerdas. Esta argumentação reforça o caráter universalizante da proposta de modernização difundida pelo IPESUL e pela *DE*.

No pós-golpe, a argumentação permanece a mesma, portanto não analisaremos referências de revistas deste período, já que não há transformação relevante destes discursos. Artigos relacionados à necessidade de maior compreensão do patrão com o seu empregado continuaram sendo publicados na *DE* e com argumentação semelhante.

2.1.3 “Democratização” do capital e “co-gestão”

Um dos principais mecanismos para que houvesse “justiça social” e para que a “humanização do trabalho” se concretizasse era a “democratização” do capital da empresa,

³⁵³ RENNER, A. J. Socialismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 50, nov. 1962. p. 50. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 07/11/1961.

³⁵⁴ De acordo com Thompson, ocorre a estratégia de construção simbólica da universalização quando os interesses de uma classe são colocados como se fossem os interesses de todos. THOMPSON, John B. op. cit., p. 83.

³⁵⁵ SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. op. cit., p. 24.

que poderia acarretar também a “co-gestão” da propriedade da mesma.³⁵⁶ A revista *DE* deu bastante destaque para este tema, contando com artigos relacionados em praticamente todas as edições.

De modo geral, a “democratização” do capital significava a compra de ações da empresa em que o trabalhador estava empregado para que fosse possível obter parte dos lucros da mesma através da valorização das ações. Assim, o empregado participaria dos benefícios do aumento do valor destas, mas também dos riscos da desvalorização das mesmas, tomando parte diretamente na responsabilidade pelo bom andamento da empresa. Em um texto, afirma-se que a “democratização do capital é a difusão do patrimônio das empresas a uma parcela cada vez maior do povo, a um grande número de pessoas, as quais se tornam coproprietários (acionistas ou sócios), com todos os direitos e deveres”³⁵⁷. Através deste mecanismo, o capital estaria “democratizado”, o que seria a principal fórmula para concretizar a “harmonização” entre capital e trabalho e a “humanização do trabalho”. A “democratização” do capital poderia acarretar a “co-gestão” da propriedade da empresa, visto que os empregados seriam responsáveis por uma parcela da mesma através de suas ações, tomando, novamente, partido no bom andamento da empresa na qual trabalhavam.

Um dos objetivos da “democratização” do capital e da “co-gestão” da propriedade da empresa era mostrar para a população que o capital tinha uma “função social”. Esta função seria a de reverter o lucro obtido para a sociedade, seja em forma de assistência para os empregados ou de “distribuição” da riqueza produzida na empresa para estes.

Nesta perspectiva, foram criadas uma série de fundações vinculadas às empresas que prestavam diversos serviços aos seus empregados gratuitamente ou através da vinculação de um pequeno desconto no salário, supostamente muito mais baixo do que o preço normal do serviço. Estes iam desde auxílio para vestuário até alimentação e assistência médica. Em grande parte das edições da *DE* foram publicados artigos falando das empresas que haviam criado fundações e dos benefícios que estas estavam oferecendo aos seus empregados, tendo

³⁵⁶ Há vários textos publicados nas revistas *DE* sobre a história do conceito de “democratização” do capital e da “humanização do trabalho”. Para mais informações, ver CESARINO JÚNIOR, Antônio Ferreira. A participação nos lucros, num programa de reformas de base. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 40-49, set. 1963. Transcrito da revista “Arquivos do Instituto de Direito Social”, v. 14, n. 2, dez. 1962; LÂNGARA, Luiz Lima. Reforma de estrutura da empresa. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, p. 41-49, dez. 1962; SODRÉ, Ruy de Azevedo. A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 44-54, out. 1963. Transcrito da revista “Arquivos do Instituto de Direito Social”, vol. 14, n. 2.

³⁵⁷ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Democratização do capital é o caminho acertado para garantir progresso ao país. Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 18-19, out. 1962. p. 18.

como objetivo despertar o interesse de outros empresários a fazer o mesmo. De acordo com René Dreifuss,

as atividades sócio-ideológicas do complexo IPES/IBAD enfatizavam a “função social do capital”. Esse representava um esforço calculado de propaganda para dar às massas trabalhadoras um proveito claramente visível no sistema econômico, a idéia de participação nos lucros, propriedade social indireta e co-responsabilidade administrativa. Tal ação tinha dois objetivos: melhorar a imagem pública da empresa privada, equipará-la com a democracia, e retardar um violento levante até que se pudesse desenvolver uma ação política apropriada.³⁵⁸

Como argumentou Dreifuss, outro objetivo perseguido com as idéias apresentadas acima era tornar mais positiva a imagem da empresa privada diante da sociedade. Os artigos publicados na revista supunham que a imagem das empresas privadas estava cada vez pior, principalmente devido à ação das esquerdas, que, segundo o empresariado vanguardista, gostariam que a economia se tornasse cada vez mais estatizante e colocavam a culpa das mazelas nacionais nas multinacionais e nas empresas privadas em geral. Desta forma, a solução encontrada foi difundir entre os empresários e, a partir deles, para a sociedade, a utilidade da empresa privada, a “função social” do capital e a “democratização” do mesmo nas empresas, que proporcionaria inúmeros benefícios aos empregados.

No entanto, cabe destacar que, se Dreifuss tem razão ao enfatizar o caráter de contenção de levantes violentos que a “democratização” do capital teve, isso não é totalmente válido para o pós-golpe. Tais ações também tinham o intuito de combater a subversão após a ditadura, mas a “ação política apropriada” à qual Dreifuss se refere, ou seja, o golpe militar, já havia sido deflagrado, o que implica uma maior duração e complexidades do fenômeno da modernização empresarial levada a cabo no período, algo que vai além das medidas de contenção de levantes mais violentos no pré-golpe. A continuidade da ideologia da “democratização” do capital evidencia que este tipo de cooptação não se limita ao golpe, mas estende-se para além deste.

Outra premissa importante que os empresários consideravam a respeito da “democratização” do capital é a idéia de que apenas através do desenvolvimento econômico pela iniciativa privada é que poderia haver distribuição de riqueza entre a população. A este respeito, afirma-se:

quando perguntado se os atuais capitais das emprêsas devem ser redistribuídos: ‘o problema, a meu ver, não é bem êste. Um ‘bolo’ não se torna maior cortando-o de maneira diferente. O que se deve fazer no Brasil é aumentar o 'bolo'. As ações para

³⁵⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 307.

serem espalhadas entre o público e os próprios empregados devem representar um aumento dos capitais das empresas, ou seja, um aumento das nossas riquezas nacionais que as empresas representam. Um sistema tributário sensato poderia incentivar a transformação dos lucros, ou uma parte deles, neste tipo de ações populares. Com bom-senso, boa vontade, especialmente dos nossos homens de governo e dos nossos políticos, será possível a democratização do capital no Brasil. Não vejo porque aquilo que foi possível em outros países, também não poderá ser feito em nosso País, em benefício de muitos brasileiros.³⁵⁹

Para o “bolo” ser distribuído, ele precisa crescer primeiro. Trata-se da mesma metáfora utilizada pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto no governo Médici, de que o “bolo” deveria crescer, para que depois pudesse ser dividido. Analisando esta referência, é possível perceber uma crítica à atuação do Estado na distribuição da riqueza. De acordo com Mendes, o IPÊS sugeria:

Como substituto de uma legislação que viabilizava a manipulação eleitoral, impunha limites à produção e tinha outros desdobramentos negativos para a sociedade, propunham um “novo papel” para o capital privado na solução das questões sociais. Este seria exercido com o aumento da produtividade, transferindo aos “fatores de produção parte de seus ganhos e, desse modo, distribuindo renda”, evitando motivar o Estado a proceder a essa distribuição. Além disso, o crescimento da produção seria responsável pelo crescimento do número de empregos e a propagação do bem-estar.³⁶⁰

Ou seja, aumentando a produção o empregador poderia distribuir mais renda, desempenhando um papel social que auxiliaria no combate ao subdesenvolvimento dentro dos marcos do novo tipo de capitalismo que seria praticado. Além disso, o sistema financeiro tinha um papel essencial a desempenhar. Segundo Mendes “por meio da mudança da ‘estrutura mental’ dos chefes de empresa fechadas e da criação de um mercado de papéis mobiliários, os trabalhadores se transformariam em acionistas, ‘proprietários ou condôminos de uma parcela da riqueza coletiva’”³⁶¹. Ou seja, por meio das ações, os empregados poderiam ter parte da “propriedade” da empresa, o que configuraria uma “socialização” dentro dos marcos do capitalismo. A idéia era afirmar uma suposta convergência entre os interesses destes diferentes estratos da sociedade.³⁶² Portanto, as idéias do IPESUL, através da revista *DE*, estão de acordo com as dos IPÊS centrais, conforme a análise de Mendes. Além disso, havia uma cobrança do controle da inflação, pois com suas altas taxas as ações não seriam

³⁵⁹ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Democratização do capital é o caminho... op. cit., p. 19.

³⁶⁰ MENDES, Ricardo Antonio Souza. Anti-reformismo e a questão social no Brasil: o golpe de 1964. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *A ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 33-78. p. 41.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 42.

³⁶² *Idem.*

valorizadas de maneira adequada, e sim ilusória, visto que perderiam valor, reduzindo o poder de sedução da “democratização” do capital.

A “distribuição” dos lucros obtidos na empresa para seus funcionários era considerada uma grande arma contra o avanço do “comunismo” e da “subversão”, em defesa da “democracia”, da propriedade privada e da livre iniciativa. Frente ao ideal de “justiça social” para todos, que as esquerdas preconizavam com a proposta do “comunismo”, acreditava-se que a “democratização” do capital ofereceria benefícios semelhantes aos sugeridos pelos “comunistas”, com a vantagem de permanecer dentro do regime “democrático”, próprio da civilização cristã ocidental. Os “comunistas”, portanto, estariam contra esta modernização:

Não fôssem válidas as novas teses [sobre os benefícios da democratização do capital], não sairia alguém a escrever o seguinte: “Devemos impedir que o proletariado se aburgueze. Na Alemanha o proletariado se aburgueizou; já não é possível a revolução.” Teme-se, pois, a elevação do padrão de vida do operário, do assalariado. O capitalismo humanista busca isso.³⁶³

Ou seja, os “comunistas” temeriam a “democratização” do capital, pois ela propiciaria um aumento do padrão de vida dos trabalhadores, que não seriam seduzidos para o caminho da “subversão”. A Alemanha Ocidental, neste contexto, era utilizada como paradigma da superioridade da “democracia” frente ao “comunismo”, que foi implantado na Alemanha Oriental, questão sobre a qual falaremos posteriormente. Cabe adiantar que a “democratização” do capital teria sido realizada com sucesso na Alemanha Ocidental, e por isso a mobilizavam como exemplo a ser seguido. Em outro texto, afirma-se que “a democratização do capital, mais do que um *slogan*, é uma opção para a empresa de hoje. É o meio de socializar a riqueza, sem cair no socialismo do Estado que conduz à eliminação gradativa do empreendimento privado”³⁶⁴. Como argumentamos anteriormente, tratava-se de destacar os benefícios da “democracia” e da iniciativa privada que se modernizava frente ao “comunismo”, que encarnava uma série de males.

A “democratização” do capital também tinha outra proposta: a de utilizar as poupanças dos trabalhadores para financiar o desenvolvimento das empresas e assegurar um rendimento produtivo das economias dos empregados como retorno. De acordo com Dreifuss, as razões econômicas para a “democratização” do capital eram “colocar ações de companhias locais no

³⁶³ SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. op. cit., p. 23.

³⁶⁴ VALE, Ney Peixoto do. Democratizar o capital é a opção da empresa privada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 4, p. 38-39, jan. 1963. p. 38. Grifos no original. Transcrito do “Jornal do Brasil”, s/d.

mercado e a capitalização através de investidores menores”³⁶⁵. Outra referência argumentava o seguinte:

1) [a democratização do capital] Busca mobilizar a pequena e média poupança do povo para o financiamento de nosso desenvolvimento econômico em escala exigida pelo volume de negócios já atingido entre nós, escala essa que já ultrapassa a capacidade dos meios tradicionais de suprimento de recursos financeiros, seja o da família, dos pequenos grupos fechados ou dos estabelecimentos de crédito, tanto oficiais como privados; 2) Visa a assegurar ao povo a retribuição que lhe é devida pela utilização produtiva de suas economias; 3) Promove, por isso mesmo, mais equânime distribuição da renda; [...] 5) Estimula o processo da democratização da propriedade, o único antídoto eficaz contra a tendência à socialização dos meios de produção.³⁶⁶

Seria a partir das poupanças populares que o desenvolvimento econômico das empresas daria mais um passo. Este tom de orientação, característico dos artigos publicados na *DE*, revela que a importância dispensada à “democratização” do capital era fundamentalmente para salvaguardar a existência e o desenvolvimento das empresas, assim como na afirmativa de Glycon de Paiva que apresentamos no início deste capítulo: era necessário, antes de mais nada, que a empresa fosse “entregue” ao povo, antes que os “comunistas” a entregassem ao Estado, sem chances para a “democracia”.

Outro aspecto importante a ser considerado da “democratização” do capital é algo que ocorre devido à sua concretização, a “co-gestão”. Tratava-se da administração conjunta da empresa por parte dos trabalhadores e dos patrões, sendo que os primeiros, como acionistas poderiam dar sugestões e interferir nos rumos da empresa. De acordo com outro texto:

“Os proprietários das chamadas ações populares – disse o Dr. Rico Harbich, percebem os respectivos dividendos que, para o pequeno acionista, sempre representam um benvindo ‘sobre-salários’. [...] Quanto à participação ativa nas empresas, os empregados e operários têm voz através das respectivas assembléias gerais, tornando-se estas verdadeiros ‘comícios’ quando convocadas. As legislações modernas de sociedades prevêm, quase sempre, uma proteção especial para o ‘pequeno acionista’. As empresas que democratizam seu capital e espalham suas ações entre grande número de pessoas, são administradas por dirigentes profissionais eleitos pelos próprios acionistas, os quais têm todo interesse de escolher administradores eficientes e capazes de propiciar condições de rentabilidade às empresas e aos próprios acionistas.”³⁶⁷

Era difundida a idéia de que o pequeno acionista poderia, portanto, participar dos rumos da empresa porque era de seu interesse que tudo corresse bem para que pudesse receber

³⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. op. cit., p. 239.

³⁶⁶ HUBER, Gilberto. A democratização do capital. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 8, p. 10-13, mai. 1963. p. 11. Transcrito do “Boletim Mensal” do IPÊS, n. 6.

³⁶⁷ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Democratização do capital é o caminho... op. cit., p. 18.

um lucro maior proveniente da valorização das ações. No entanto, a essência da argumentação sobre a “democratização” do capital referia-se ao aumento da produtividade do trabalhador, à defesa da “democracia” frente ao “comunismo”, à prevenção contra levantes violentos, e à necessidade de capitais para financiar o próprio desenvolvimento da empresa.

Embora a maior parte dos artigos apresentem positivamente a idéia da “democratização” do capital, foi possível encontrar uma crítica à utilização superficial deste mecanismo:

Modernamente, os autores que propugnam por uma reforma estrutural nas empresas são coincidentes e unânimes na condenação das sociedades anônimas como forma de solucionar a questão social. De um modo geral, apresentam elas uma série de inconveniências graves e irremovíveis, orientadas exclusivamente por um grupo que domina o capital e lucros, a direção e a administração, onde a generalidade dos acionistas ignora a marcha da sociedade, contentando-se em receber, anualmente, seus dividendos, sem qualquer contato entre colaboradores e subordinados. Nestas condições, o acionariado seria uma alternativa de superfície, que tenta promover uma realidade mas, a rigor, não apresenta conteúdo substancial para a resolver no sentido desejado da humanização e da comunidade da empresa. Através dêle, a alegada “democratização do capital” não vai além de um mero estender de mão, em que a anônima paternalmente admite a posse de um certo e limitado número de ações, sem sofrer, no entanto, o que seria indispensável, uma substancial transformação em seu esquema básico.³⁶⁸

Neste fragmento o autor critica a mera “distribuição” dos lucros da empresa para o acionariado sem aprofundar as relações entre empregador e empregados. Ou seja, tratava-se de uma aplicação superficial desta modernização que não concretizava a “humanização do trabalho”. Provavelmente havia empresas que faziam uso desta simplificação, e a crítica publicada nas páginas da *DE* serviu, de todo modo, para alertar estes e outros empresários sobre o mau emprego da “democratização” do capital.

Após o golpe militar, os artigos mantêm o tom e a argumentação semelhantes aos do pré-golpe em relação à “democratização” do capital e à “co-gestão”. No entanto, pudemos encontrar algumas críticas veementes às políticas públicas levadas a cabo pelo governo federal na ditadura para implementar a “democratização” do capital. Em um artigo de 1966 intitulado “Empresas de capital aberto”³⁶⁹, o economista José Jardim Pozo apresentou e criticou o conceito de sociedade de capital aberto proposto pelo Banco Central:

Apreciando os dispositivos acima, conclui-se que as nossas autoridades monetárias adotaram um critério muito rígido e praticamente inexecutável para a maioria de nossas sociedades anônimas, em face da atual conjuntura nacional. [...]

³⁶⁸ LÂNGARA, Luiz Lima. op. cit., p. 44.

³⁶⁹ POZO, José Jardim. Empresas de capital aberto. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 4, n. 4-5-6, p. 22-26, jan./fev./mar. 1966.

Raras serão, porém, as firmas no Rio Grande do Sul que terão ações negociadas em Bolsa “pelo menos uma vez por semana e cinco vezes por mês”, cujos valores “sejam superiores a Cr\$ 8.000 semanais e Cr\$ 40.000 mensais. [...]”

Ora, a intenção do Governo, o interesse do País, é exatamente fazer a democratização do capital das empresas, abrindo as sociedades fechadas e proporcionando a canalização de recursos, mediante investimentos de particulares, que são mais sólidos e menos onerosos.

Urge, pois, que seja reexaminado o assunto pelo Banco Central, considerando os elevados objetivos que nortearam aquela Resolução e a conjuntura empresarial do País, de modo que sejam proporcionadas condições para as nossas empresas médias, e até as de maior porte, possam se enquadrar como sociedades abertas, e assim usufruírem dos benefícios fiscais que lhe foram concedidas pela legislação vigente.³⁷⁰

A crítica à proposta supostamente restritiva foi feita pelo economista, visto que a maior parte das empresas não poderia abrir seu capital. A “democratização” do capital era a modernização mais avançada para parte dos empresários do período e poderia contribuir para a diminuição da “subversão”, visto que com maiores benefícios o trabalhador se afastaria do “comunismo”. Portanto, contribuía com a “Revolução”, na medida em que defendia a “democracia” de forma concreta, atuando no setor produtivo. A crítica de Pozo revela, de acordo com o autor, a contradição do governo federal ao instaurar um regime que assegurou a “ordem” e a “democracia”, mas que não teve efeitos concretos no campo da “democratização” do capital, dificultando a ação da empresa privada na promoção da “democracia” e no desenvolvimento econômico do país.

Por outro lado, algumas atitudes do governo federal, em um contexto de economia planejada, podem ter desfavorecido alguns setores produtivos e beneficiado outros, dentro da perspectiva do que o governo considerava o “bem-comum” ou prioritário para a Segurança Nacional.

De qualquer modo, trata-se de uma constatação importante, visto que se houve forte apoio do empresariado à ditadura logo após sua instauração, inclusive com a publicação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) em uma edição da *DE*³⁷¹, também houve críticas contundentes à atuação do novo governo.

Diante desta interpretação, cabe enfatizar a argumentação de Fernando Henrique Cardoso a respeito do que seria o Novo Estado Autoritário no Brasil. Segundo o autor, é necessário diferenciar Estado de regime político, pois “uma forma idêntica de estado – capitalista e dependente, no caso da América Latina – pode coexistir com uma variedade de

³⁷⁰ Ibid., p. 25-26.

³⁷¹ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário 1964-1966. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 3, n. 1-2, p. 2-36, out./nov. 1964.

regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático”³⁷². Esta argumentação é adequada ao exemplo que apresentamos anteriormente. Independentemente do apoio que os empresários que se consideravam vanguarda da modernização ofereceram à conspiração golpista e à ditadura civil-militar em sua fase inicial, as fortes críticas que foram direcionadas ao governo de João Goulart não cessaram totalmente, e continuaram no novo governo. Nas páginas da *DE* há vários questionamentos à ação do governo federal, o que indica que acima do apoio a ideologias e à defesa da “democracia”, encontra-se a defesa da empresa privada e de sua importância frente às medidas de um governo centralizador. Portanto, embora o regime político tenha mudado após o golpe, o Estado continuou capitalista e dependente, e as relações específicas do empresariado vanguardista com seus interesses econômicos mais imediatos permaneceram.

2.1.4 Reforma da “mentalidade” empresarial, o papel da empresa e do empresário e a necessidade de integração e ação

A campanha pela “humanização do trabalho” e a “democratização” do capital levada a cabo pelo IPESUL e difundida nas páginas da *DE* tinha como objetivo principal orientar e convencer os empresários que ainda não tinham aderido a tais modernizações de que esta era a alternativa mais sensata para dar mais um passo no desenvolvimento econômico do país dentro da via “democrática”. Como argumentamos no Capítulo 1, a revista tinha como principal público-alvo os próprios empresários, e era inclusive distribuída dentro das entidades de classe do Rio Grande do Sul. Neste sentido, a revista tinha como objetivo reformar a “mentalidade” do empresariado para que este se adequasse às demandas sociais daquele contexto e pudesse sobreviver diante das críticas das esquerdas da época. Portanto, como diz a afirmativa do início deste capítulo, ou as classes empresariais mudavam sua “mentalidade” em relação aos empregados, à “democracia” e aos seus lucros ou em breve o “comunismo” tomaria conta do Brasil. Para combater o “comunismo”, deveriam unir-se para agir politicamente e difundir os benefícios que a nova empresa privada, “humanizada”, poderia trazer para a população, para o desenvolvimento econômico do Brasil e para a “democracia”. Após o golpe permanece a idéia de que são necessários alguns sacrifícios para que o “bem-comum” prevaleça sobre os interesses pessoais, dentro do contexto da economia planejada do pós-1964.

³⁷² CARDOSO, Fenando Henrique. op. cit., p. 47.

De acordo com a revista *DE*,

o obsoleto homem de empresa, de visão limitada e ambição desmedida, guiado pelo seu exclusivo egoísmo e cego para o interesse de seus empregados e de seus clientes, querendo explorar aqueles ao máximo e a estes enganar na medida do possível, é uma figura superada e ridícula, sem mais nenhuma vigência social nos dias que correm.³⁷³

Ou seja, o novo homem de empresa é aquele que sabe que o capital tem uma “função social” e esforça-se por cumpri-la. Aqui, é importante perceber a tensão entre o que deve ser o novo homem de empresa e o que ele é. Em alguns artigos o homem de “mentalidade” modernizada é um devir, algo que estaria ocorrendo naquele momento de forma muito incipiente, mas que deveria ser o futuro da empresa privada. Em outros, a reforma da “mentalidade” empresarial já estaria em curso, sem espaço para os abusos de outrora. Conforme Lio Cezar Schmitt, autor que escreveu artigos especialmente para a *DE*, “O I. P. E. S. (no sul IPESUL), se constituiu no órgão teórico dessa nova mentalidade caiptalista [sic], que lança raízes mesmo nos princípios cristãos de economia e de sociologia”³⁷⁴. Há, portanto, a percepção de que o IPÊS é o foco vanguardista desta renovação. Em outra referência, afirma-se que é necessário “que o público tome conhecimento de uma vez por todas que as classes empresariais não estão se omitindo e que têm consciência da sua alta responsabilidade social”³⁷⁵. Quanto mais difundida esta idéia para os empresários, e também para a população, melhor.

No entanto, esta reforma da “mentalidade” do homem de empresa não seria imediata. Muitos empresários ainda estariam atrelados à busca incessante pelo lucro e ignorantes da necessidade de “harmonizar” capital e trabalho dentro de sua empresa para o bem de todos e para a salvação da “democracia”:

As EMPRESAS FECHADAS que predominam ainda no Brasil, vêm resistindo ao desejo do público em se beneficiar das conquistas da revolução industrial. Teimam ainda em querer preservar sistemas anacrônicos incompatíveis com a época atual, e, portanto, contribuem para o aumento da tensão social.³⁷⁶

Os que não se adaptassem aos novos tempos eram um peso para a classe, que aumentaria a tensão social pelo fato de não estarem abertos às modernizações. Conforme outro texto, “o empresário que evoluiu e adaptou sua empresa à realidade política, social e

³⁷³ Instantâneos. Posição do Comércio. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, p. 54, dez. 1962. p. 54.

³⁷⁴ SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. op. cit., p. 23.

³⁷⁵ LUCA, Eraldo de. Humanização do trabalho e participação da imprensa na sua divulgação. op. cit., p. 7.

³⁷⁶ HUBER, Gilberto. op. cit., p. 12.

econômica do País, está mais preocupado com a omissão dos seus colegas do que pròpriamente [sic] com o êxito do seu negócio”³⁷⁷. Aqui podemos perceber o papel da revista *DE*, visto que pretendia difundir a idéia da “humanização do trabalho” e da reforma da “mentalidade” empresarial principalmente dentro de sua própria classe. A renovação, “embora ainda não esteja sendo assumida por todos os empresários, já é a de um grande número dêles, e aos poucos irá conquistando os outros, não só por razões de honestidade ou de solidariedade humana, mas também por razões comerciais”³⁷⁸. Dentro das razões comerciais podemos citar o ganho de produtividade e o aumento da renda do mercado consumidor, que também são os próprios trabalhadores. Novamente, a questão da produtividade tornava-se evidente.

Para combater o “comunismo” através das reformas supracitadas, era necessária a integração do empresariado e ação política em conjunto pela defesa da “democracia”. Neste contexto, os setores produtivos arrogavam-se a liderança do movimento contra a “subversão”: “As classes econômicas progressistas estão capacitadas desta gravidade. A elas, cabe uma posição de vanguarda nesta fase difícil da vida nacional, em que rondam, à espreita, as fôrças desagregadoras interessadas na subversão da ordem e do regime”³⁷⁹. O posicionamento de luta e de unidade foi recorrente nas páginas da revista *DE*:

É o momento em que as classes empresariais e as profissionais liberais, homens de tôdas as profissões, democratas convictos, precisam e devem assumir uma posição de luta por um Brasil melhor e mais feliz; de luta contra o falseamento da verdade; de luta contra a improvisação e a irresponsabilidade; de luta a favor de uma Democracia efetiva, em que não haja poderosos e miseráveis e em que o ideal de Fraternidade seja o propulsor de uma ação mais harmônica entre as classes, propiciando à sociedade um clima de convivência pacífica de seres que se compreendam e se ajudem.³⁸⁰

Tratava-se, portanto, da ação para a construção de um mundo pacífico, sem a luta de classes preconizada pelos “comunistas”, mas a “harmonia” entre as classes. As classes produtoras e entidades de classe deveriam assumir o papel de vanguarda desta luta, e, de acordo com outra idéia, seriam estas que deveriam “meditar e escolher os caminhos das autênticas soluções nacionais; a elas cabe dizer aos agitadores: - por aqui não passará a

³⁷⁷ VALE, Ney Peixoto do. op. cit., p. 33.

³⁷⁸ SANTOS, Fábio Araújo. Palestra realizada na PUC, pelo Dr. Fábio A. Santos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 7-11, nov. 1962. p. 10.

³⁷⁹ BIRMANN, Aron. Desenvolvimento e crédito. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 60-63, jul. 1963. p. 63

³⁸⁰ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. IPESUL. op. cit., p. 2.

subversão”³⁸¹. O papel do empresariado na luta contra o “comunismo” fica bem marcado nas referências acima, luta esta que permanece para além do golpe militar de 1964.

Após o golpe, em função das políticas públicas no campo da economia para o controle da inflação, o empresariado teve de refrear interesses pessoais em nome do “bem-comum”, visto que o PAEG afetava o empreendedor, pois o forçava a diminuir seus lucros no esforço de estabilização da inflação. Nesse sentido, o novo governo e o empresariado vanguardista trabalharam juntos. O desenvolvimento econômico do país foi regido pelo primeiro, mas este cooperava com o segundo. Assim, a situação no pós-golpe se colocava da seguinte forma:

A convocação, assim feita pelo Poder Público, das forças do capital para seu engajamento na política de estabilização de preços não podia deixar de ser saudada, como foi, com inabalável otimismo, guardadas as restrições de uma crítica nem sempre adequadamente construtiva, pelas lideranças das classes empresariais, confiante nos resultados positivos de medidas onde o próprio fator psicológico será valioso coadjuvante na feliz consecução de seus objetivos (5). Aliás, em movimento, como este, de verdadeira salvação nacional, lógico será esperar a opção certa do empresário, colocado entre a alternativa de ceder a uma taxa de socialização de seus lucros ou pôr a empresa em risco de socialização (6).³⁸²

Aqui, fica clara a forte ligação entre o empresariado brasileiro e o novo governo. A questão se colocava como uma opção entre ceder parte dos lucros da empresa na forma de impostos ou correr o risco do retorno do “caos” do pré-1964, onde o “comunismo” poderia tomar conta do país. Além disso, a empresa deveria conter seus lucros em função “da impossibilidade de controle oficial dos preços que dependem de complexa máquina de produção e distribuição e como contrapartida ao congelamento salarial já levado a efeito pelo Estado”³⁸³. Portanto, as relações entre governo e empresariado, seja o vanguardista ou não, foram um tanto conflitantes, mesmo logo após o golpe.

Outra referência indica as possíveis reclamações do empresariado em função do impacto das novas medidas em suas empresas:

Contente ou a contragosto, o fato é que a experiência do plano de estabilização está correndo, e não cabe a ninguém opor-se à sua execução. Para o empresário, o programa cria um impacto novo, que ele nunca sentiu antes com a mesma intensidade. Ante as pressões sobre ele exercidas pelo setores creditícios, fiscais e até administrativos, ele é compelido a tomar decisões com rapidez.³⁸⁴

³⁸¹ MANTA, A.. Papel das entidades de classe. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 1-3, nov. 1962. p. 2.

³⁸² CARVALHOSA, Jonas C. de. Estabilização de preços e aumento da produtividade. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 18-28, jun./jul. 1965. p. 21.

³⁸³ *Ibid.*, p. 20.

³⁸⁴ BANAS, Geraldo. Em debate.... *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 5-6, p. 1-3, fev./mar. 1965. p. 1. Transcrito da revista “Banás Informa”, 29/03/1965.

O tom da escrita é de resposta impaciente, pois as críticas do empresariado às novas medidas foram constantes. Portanto, para compreender as relações entre empresariado vanguardista e Estado é necessário identificar e analisar os pontos de tensão entre ambos, tão importantes quanto os de convergência.

A partir de 1967 o Marechal Artur da Costa e Silva assumiu o governo. Houve uma escalada da repressão com o AI-5 em dezembro de 1968 e transformações nos rumos da economia e da política externa, que passou a ser mais estatizante e nacionalista, inclusive com pontos de tensão entre o Brasil e os Estados Unidos³⁸⁵. Com seu sucessor, o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a repressão foi intensificada, ao mesmo tempo em que ocorreu o “milagre econômico”, período em que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro disparou e alcançou taxas de 9% de crescimento ao ano. No entanto, tal “milagre” revelou-se efêmero, pois com a crise do petróleo em 1973 a economia sofreu fortes reveses.³⁸⁶

Neste contexto, o economista Ênio Aveline da Rocha, quando de sua posse na FEDERASUL e na ACPA em 1970, esboçou algumas críticas aos rumos que a política econômica do governo tomava:

Como conciliar a contenção do processo desordenado, anterior a 1964, e ainda em plena cirurgia, da nossa inflação, com os processos eleitorais institucionalizados de uma democracia representativa? É indispensável, pois, aceitarmos, a contragosto, os sacrifícios inerentes ao processo de acumulação do capital, da disciplina e da coesão social a fim de preservarmos a continuidade do esforço que vem sendo dispendido. Embora favorável a uma economia de mercado, entendo que foi necessário moderar a expansão de consumo presente, em benefício de uma maior captação de capitais que permitisse a ampliação de maior consumo no futuro.³⁸⁷

Embora Ênio da Rocha tivesse opinião favorável à economia de mercado, afirmou que compreende a intervenção do Estado na economia no sentido de conter a expansão do consumo. Embora a crítica seja sutil, ela existe. Por outro lado, a pergunta inicial é importante, na medida em que questiona a possibilidade de conciliar a democracia representativa com as medidas de estabilização da inflação. Cabe lembrar que o ano de publicação do artigo é 1970, auge do “milagre econômico” e também auge da repressão, dois

³⁸⁵ BANDEIRA, Moniz. O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n. 2, p. 53-73, 1994. p. 65.

³⁸⁶ Sobre a política econômica do governo Médici e as consequências da crise do petróleo de 1973, ver MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, set./out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan. 2012.

³⁸⁷ ROCHA, Ênio Aveline da. Discurso do economista Ênio Aveline da Rocha. *Desenvolvimento e Empresa*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 27-31, jul./set. 1970. p. 29.

anos após o AI-5. Trata-se, portanto, de uma crítica ao governo. Ou, se pensarmos por outro lado, o artigo pode ser considerado um apoio, visto que a anulação da democracia representativa poderia ter se constituído em uma necessidade para o desenvolvimento econômico.

Em todo caso, empresários e militares deveriam somar forças, pois esta união seria “um imperativo da Segurança Nacional, não apenas em face da eventualidade de uma guerra externa, mas ante perspectiva de uma luta interna ou guerra de guerrilhas, na iminência da qual nos encontramos há pouco tempo”³⁸⁸. Portanto, a defesa da “democracia” e a luta contra o “comunismo” continuavam no pós-golpe, e o empresariado vanguardista continuava desempenhando um papel fundamental nestas lutas, desta vez lado a lado com os militares, embora tecessem uma série de críticas às suas políticas econômicas.

2.1.5 A “democracia”, sua adaptabilidade, crise e relações com o desenvolvimento econômico

A revista *DE* dedicou muitos artigos para a divulgação da idéia de que a “democracia” poderia ser adaptada às demandas sociais de cada época, e, portanto, poderia evoluir. Desta forma, ela poderia contemplar algumas das demandas do “comunismo”, como a de “justiça social”, em uma “democracia” de novo tipo, uma síntese de idéias dos dois sistemas. Para que fosse realizada esta proposta, houve inicialmente a constatação de que a “democracia” estaria em crise, necessitando, portanto, de renovação para não soçobrar. Além disso, as revistas *DE* discutiam a relação entre “democracia” e desenvolvimento econômico no combate ao “comunismo” a questão da “democracia” como um organismo social, de forma metafórica, como se o “comunismo” fosse uma toxina a ser retirada do corpo doente.

De acordo com alguns textos da *DE*, a civilização cristã ocidental estaria em franca decadência, e com ela a “democracia”. Em um destes, afirma-se:

Vivemos, realmente, numa sociedade em desintegração, anárquica e contraditória, época em que o homem se tornou o seu pior inimigo e em que as instituições, longe de se apoiarem mutuamente, opõem-se em conflitos ásperos, destruindo-se, e, resultando tudo naquele padrão regular de dissolução social de que fala o filósofo da História, Toynbee: de um lado um proletariado recalcitrante em que refervem abusivas reivindicações e raivas incontidas, de outro lado uma minoria

³⁸⁸ GOMES, Anápio. Contribuição da empresa privada para o poder militar terrestre. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 9-10, p. 38-44, jun./jul. 1964. p. 44.

inepta, egoísta e gozadora, espetáculo que sempre se nos depara no final de uma civilização, quer se trate do Egito, da Assíria, Grécia ou Roma.³⁸⁹

A analogia com a efervescência política e as greves e reivindicações dos trabalhadores naquele contexto é evidente. Assim, há uma utilização das reflexões do historiador inglês Arnold Toynbee para explicar aquele momento: o fim da civilização ocidental estava próximo, da mesma forma que ocorreu o fim da Grécia ou de Roma, por exemplo. Portanto, “agora, a geração presente, contempla o fim de uma época, a agonia de uma civilização, e, ao mesmo tempo, parece viver o seu próprio fim [...]”³⁹⁰. Em seus estudos sobre as civilizações, Toynbee argumentava que toda civilização tem uma primavera, verão, outono e inverno, onde ocorre sua decadência. Portanto, é recorrente a associação das idéias de Toynbee ao contexto do início dos anos 1960 para evidenciar que estaríamos chegando ao inverno da civilização ocidental:

Isso poderá acontecer [a ditadura] se não forem realizadas reformas profundas tendentes a extirpar de vez aquilo que o filósofo da História, Toynbee, prega ao dizer que “devemos abolir, sem perda de tempo, a guerra e a divisão de classes” [...], as palavras que tanto mais valor têm por partirem de um homem profundamente imbuído de espírito cristão.³⁹¹

Além da associação de Toynbee com o fim da “democracia” e da civilização ocidental, aqui houve a mobilização das idéias deste autor para referendar a principal bandeira do IPESUL e da revista *DE*, qual seja, a de divulgar a “humanização do trabalho” e a “harmonia” entre as classes em detrimento da luta de classes “comunista”. Em todo caso, a iminência da morte da “democracia” ou a ameaça de sua suplantação pelo “comunismo” convergia com as propostas da DSN, no sentido de que é necessário evitar que isso ocorra.

Para a revista *DE*, com a necessidade de combater o “comunismo” no início dos anos 1960, não havia espaço para um capitalismo que não contemplasse as demandas sociais daquele período. Frente ao avanço do “comunismo” após a Revolução Cubana e de um governo que, temiam, tomaria ares cada vez mais estatizantes, era necessário que a empresa privada, base dinâmica da economia capitalista, agisse para evitar tal avanço. Havia a compreensão de que o subdesenvolvimento tinha uma relação direta com a potência de eclosão de uma revolução “comunista”. Conforme outra referência, “o comunismo é o refúgio

³⁸⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. O coletivismo, por tôda a parte, a ameaçar o homem. Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 4-8, abr. 1963. p. 5-6.

³⁹⁰ SCHMITT, Lio Cezar. O encontro das revoluções. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 10-15, nov. 1963. p. 14.

³⁹¹ TOLLENS, Paulo. Enquanto as nações se armam a fome as devora.... *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 5-12, out. 1963. p. 5.

do desespero. Um povo, próspero e feliz não lhe dá campo. Quem quererá tornar-se escravo, a não ser na esperança de em troca da liberdade obter ao menos morada, roupa e comida?³⁹² Além disso, dizia-se que “Não há bom democrata de estômago vazio...”³⁹³ Portanto, era considerada intrínseca a relação entre país subdesenvolvido e potência de revolução “comunista”, pois, como diziam, a fome era a maior amiga de Moscou, e o Brasil deveria desenvolver-se para que a “democracia” resistisse. No entanto, como já argumentamos, há diversos tipos de opiniões nas páginas da revista *DE*, e um dos artigos do ano de 1963 chama-se “Não é apenas abolindo a miséria que se irá extirpar o comunismo”³⁹⁴, argumentando que não se trata apenas da solução do problema da fome e dos bens materiais, mas também dos problemas do “espírito”, sem a qual o “comunismo” prevaleceria de qualquer maneira. Em todo caso, o “comunismo” deveria ser combatido a qualquer custo.

A “democracia” era considerada um organismo social, e identificamos algumas argumentações em sua defesa que têm caráter de metáfora biológica:

As democracias, no seu metabolismo político e social, produzem toxinas e anticorpos; a mesma liberdade que introduz no organismo da nação os micróbios que o atacam, cria, concomitantemente, os antitóxicos que o imunizam. Sabe-se que os organismos assépticos podem ser presa fácil de infecções, por carência de meios naturais de defesa. O que fortalece as democracias é, pois, essa permanente e surda investida dos antidemocratas, que produz os anticorpos capazes de a deter. Dêsse conflito surge, em tôda a sua grandeza, a magnífica resistência do regime.³⁹⁵

Os “comunistas” e suas idéias seriam as toxinas que provocariam a produção de anticorpos para a “democracia”, o que a fortaleceria. O inimigo era encarado como uma doença e também como um desafio para que a “democracia” se renovasse e triunfasse. Para que tal renovação ocorresse, o empresariado vanguardista compreendia que cabia às empresas privadas cumprir com a “função social” do capital, sob a égide de um novo tipo de capitalismo, que se colocasse como “terceira via” entre o “totalitarismo” de esquerda, que eliminaria a “liberdade” do indivíduo no desenvolvimento econômico, sob o comando total do Estado, e o capitalismo egoísta, que seria o extremo oposto. Deveria ser realizada uma adequação do capitalismo às novas demandas sociais, onde a redistribuição de renda pudesse

³⁹² AMARAL, Rubens do. Combate ao comunismo ou combate à miséria. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 33-34, nov. 1963. p. 34. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 31/08/1963.

³⁹³ TORRES, José Garrido. A democratização da empresa no Brasil. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 24-29, ago. 1963. p. 27.

³⁹⁴ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Não é apenas abolindo a miséria que se irá extirpar o comunismo. Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 7-8, fev. 1963.

³⁹⁵ RIBEIRO, Francisco Luís. Toxinas e anticorpos na democracia. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 40-41, jun. 1963. p. 40. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, 16/03/1963.

ser feita através das próprias empresas privadas, e não pelo Estado.³⁹⁶ Vejamos as afirmações do IPESUL sobre a “democracia”:

O IPESUL parte da premissa de que a estrutura social atual precisa ser modificada. Há muita coisa errada que necessita ser corrigida, porém, todos os problemas, por mais difíceis que sejam, podem e devem ser resolvidos dentro da Democracia; vai mais longe: *acredita que só dentro da Democracia os problemas poderão encontrar soluções justas e humanas.*³⁹⁷

O IPESUL, logo na primeira edição da *DE*, indicava a necessidade de renovação da “democracia”. Quando a revista comemorou um ano de existência, houve um editorial que afirmava: *“temos sido os porta-vozes de um grupo de homens pertencentes às mais variadas atividades que acreditam na Democracia. Não como um regime estático, retrógrado, mas, como regime evolutivo que tem condições de adaptar-se [...]”*³⁹⁸. O novo sistema econômico que renovaria a “democracia” e o capitalismo atenderia às propostas de “justiça social” dos “comunistas” dentro dos marcos “democráticos”:

*O sistema em que vivemos não pode mais ser tido como simples “capitalismo”, mas como “neo-capitalismo”, “capitalismo democrático”, ou talvez “sistema misto” em evolução para o solidarismo do futuro. Se “socialismo” significa justiça social e atendimento dos interesses das massas, o nosso sistema é muito mais eficiente, posto que permite tôdas as realizações sem tirar a liberdade, sem a hipertrofia do Estado. As forças democráticas, impelidas pelo respeito e desejo de minorar o sofrimento do próximo, demonstraram ser muito mais eficazes que o Marxismo.*³⁹⁹

O empresariado vanguardista indicava que esta proposta era muito superior à dos “marxistas”, e que seria uma etapa superior do capitalismo. Se, por um lado, a idéia era evitar o perigo “totalitário”, por outro a nova proposta deveria ser como uma síntese entre capitalismo e “comunismo”: “daquele aproveitamento a alta estima pela autonomia da pessoa humana, dêste o papel crescente do Estado no coordenar as atividades sociais”⁴⁰⁰. Ou seja, aceitavam o papel do Estado na organização das “atividades sociais”, que podemos compreender aqui como um papel de interventor na economia para que não houvesse abusos por parte do empresariado e para que houvesse um planejamento econômico, como de fato ocorreu posteriormente, embora tenha havido críticas.

³⁹⁶ MENDES, Ricardo Antonio Souza. op. cit., p. 21.

³⁹⁷ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. IPESUL. op. cit., p. 3. Grifos no original.

³⁹⁸ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Editorial. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1, out. 1963. p. 1.

³⁹⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Slogans. Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 1-4, mar. 1963. p. 4. Grifos no original.

⁴⁰⁰ FAGUNDES, M.. Massas e elites. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 1-3, jun. 1963. p. 1.

Além da questão da participação do Estado neste novo modelo de sistema econômico, “urge canalizar os anseios da massa trabalhadora em quadros ideológicos tais que tenham o sentido de uma real evolução e não de uma trágica revolução”⁴⁰¹. Publicado no contexto do pré-golpe, esta referência sintetiza a nossa interpretação a respeito do caráter ideológico destas propostas no início dos anos 1960. Diante do avanço das reivindicações das massas urbanas e rurais, com greves cada vez mais frequentes, a proposta do empresariado era a de “enquadrar” as demandas dentro dos marcos da “democracia”, evitando uma possível revolução “comunista”.⁴⁰²

2.2 O “comunismo” e suas ameaças

O temor do “comunismo” no Brasil remonta à década de 1910 com a Revolução Russa de 1917 e sua recepção no país, e tem sua referência mais evocada na chamada “Intentona” Comunista de 1935.⁴⁰³ Não é à toa que em vários textos anticomunistas pós-1935 o episódio é lembrado como o ataque em que soldados foram assassinados enquanto estavam dormindo e em que os integrantes da “intentona” teriam traído o país. A frase mais difundida na construção da memória do evento foi “lembrai-vos de 1935...”, como que alertando para a possibilidade sempre presente de que o Brasil fosse tomado pelos “comunistas”.

Após a Revolução Cubana, o temor do “comunismo” se intensificou com a ameaça de que a América Latina se transformasse em satélite de Moscou. Se anteriormente o inimigo “comunista” estava localizado na Europa e na Ásia, longe do Brasil, após a Revolução Cubana, o mesmo passou a ser percebido como interno às fronteiras do país, e não externo. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, referindo-se ao início dos anos 1960, “durante a crise que antecedeu o golpe militar, dezenas de organizações anticomunistas surgiram no Brasil,

⁴⁰¹ LÂNGARA, Luiz Lima. op. cit., p. 42.

⁴⁰² Uma das interpretações possíveis desta proposta de “terceira via” entre o “totalitarismo” e o capitalismo individualista é a de que teria origem no pensamento conservador brasileiro dos anos 1920 e 1930, principalmente de Azevedo Amaral em seu livro *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938), onde este caracterizou o Estado Novo de “democracia autoritária” e diferenciou seu sistema econômico do capitalismo e do “comunismo”, colocando-o como “neocapitalismo”, da mesma forma que uma das formas simbólicas analisadas há pouco. O modelo econômico seria o corporativismo, onde setores produtivos e Estado trabalhariam em conjunto, mas sob a coordenação do Estado. Tratava-se de uma adaptação do capitalismo à realidade nacional e às novas demandas sociais daquele período, segundo as argumentações do próprio Azevedo Amaral. Portanto, as semelhanças são questões importantes, que embora não seja o nosso foco explorar neste trabalho, constituiria um tema de investigação interessante para compreender a atualização destes discursos nos anos 1960. Para mais informações sobre a atualização dos discursos do pensamento conservador autoritário brasileiro dos anos 1920 e 1930 no contexto dos anos 1960, com foco nos economistas Roberto Campos e Eugênio Gudin, ver SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Editora Argos, 2004.

⁴⁰³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. XXI.

uma profusão sem precedentes na nossa história”⁴⁰⁴. Tais organizações agiram politicamente para conter a ascensão do que consideravam o perigo “comunista” e auxiliaram, de modo geral, na deflagração do golpe em 1964. Cabe enfatizar que

a bandeira anticomunista não foi mero pretexto, simples “indústria” explorada com fins diversos dos propalados no discurso. O “perigo comunista” era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. Eles acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa contra as investidas revolucionárias. Afinal, os comunistas brasileiros não eram fantasmas.⁴⁰⁵

Ou seja, o temor do “comunismo” não deve ser compreendido como pretexto para conter forças sociais ou como fruto de manipulação das classes dominantes. É necessário perceber que se os símbolos do “comunismo” mobilizados pelos anticomunistas tinham uma ampla recepção, era porque dialogavam com a população de alguma forma. O importante é tentar compreender de que forma essas mobilizações eram realizadas e como elas podem ter influenciado as ações políticas dos agentes em questão. Isso também passa pela análise da campanha civil-militar de desestabilização do governo de João Goulart, que foi desencadeada tão logo este assumiu o governo brasileiro na forma parlamentarista, com poderes limitados.

A campanha levada a cabo contra João Goulart contou com muitos recursos e mobilizou diversos símbolos considerados “comunistas” para a luta anticomunista. Inclusive diversos livros e panfletos incitando a defesa da “democracia” contra o “comunismo” e sugerindo o que aconteceria se o Brasil se transformasse num país “comunista” foram amplamente distribuídos. Não é à toa que um dos livros mais distribuídos pelo IPÊS em seu projeto editorial foi *1984*, de George Orwell, publicado pela Editora Globo e com 1000 cópias distribuídas pelo IPÊS. O livro foi escrito em 1948 e se passa no ano que dá título à obra, em um contexto onde não havia mais “liberdade” e todos eram vigiados 24 horas por dia pelo Grande Irmão. Trata-se de uma narrativa sobre os malefícios de um Estado com poder total sobre o indivíduo e sobre as possibilidades e dificuldades de sobreviver e/ou lutar contra tal sistema. Nos anos 1960, o livro tornou-se uma espécie de alerta do que viria se o “comunismo” tomasse o poder no país. Até hoje, elementos que remetem ao anticomunismo dos anos 1960 são mobilizados em novo contexto para simbolizar novas situações.⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. 139.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 280.

⁴⁰⁶ Um exemplo interessante é a capa da revista *Veja* de 14 de julho de 2010, onde alguns dragões vermelhos são caracterizados como a fera que Lula domou, mas que Dilma não conseguiria domar, remetendo ao Partido dos Trabalhadores (PT). O radicalismo associado ao vermelho e a figura do dragão são elementos do discurso anticomunista muito anterior aos anos 2000, remetendo a uma duração maior destas idéias, bem como uma

Portanto, nesta seção pretendemos apreender as diversas facetas que o inimigo construído assumia de acordo com o empresariado vanguardista, através das páginas da *DE*, no contexto dos anos 1960. O pensamento anticomunista veiculado pela revista remetia a determinados elementos do inimigo a ser combatido, sejam suas características, a sua suposta infiltração no país, a guerra pela tomada do poder, a sedução dos “inocentes úteis”, a bravata progressista ou os discursos sobre as duas Alemanhas. Analisaremos cada um destes aspectos dentro de seu contexto estruturado.

2.2.1 A construção do inimigo “comunista” e a caracterização do “comunismo”

Compreenderemos o inimigo “comunista” como uma construção, visto que nosso foco não é a veracidade ou falsidade das formas simbólicas mobilizadas, mas o significado que elas podem ter em um contexto estruturado. É possível considerar que houve certo aproveitamento oportunista do temor do inimigo “comunista”, fantasiando em excesso a real capacidade de intervenção da União Soviética no Brasil, mas o fato é que tais pensamentos, em maior ou menor grau, mobilizaram ações efetivas contra este inimigo construído.

A principal estratégia de construção simbólica na mobilização contra o “comunismo” foi a *unificação*⁴⁰⁷ do inimigo como um bloco com características semelhantes, para depois realizar o que é chamado por Thompson de *expurgo do outro*⁴⁰⁸. Nesta estratégia, o “outro” deve ser criticado e combatido, para que deixe de existir. Logo na primeira página da primeira edição da revista, afirma-se:

O mundo atingiu um estágio em que a luta entre o Bem e o Mal está delineada; quem dominará, quem erguerá o império universal, Roma ou Cartago? [...]

*Esta é a posição que adotamos; nada devemos temer uma vez que, à semelhança dos marinheiros de Lepanto, soubermos empunhar a espada e o Evangelho.*⁴⁰⁹

Há uma associação do “bem” com Roma, *metáfora*⁴¹⁰ do Ocidente, e do “mal” com Cartago, *metáfora* do Oriente. Além disso, há uma *diferenciação*⁴¹¹ entre os dois “mundos” e

receptividade, pois tais símbolos são reconhecidos pela população, sejam aceitos ou não. *Veja*, São Paulo, vol. 43, n. 28, ed. 2173, 14 jul. 2010, capa.

⁴⁰⁷ THOMPSON, John B.. op. cit., p. 86.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 87.

⁴⁰⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Editorial. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1, out. 1962. p. 1. Grifos no original.

⁴¹⁰ THOMPSON, John B.. op. cit., p. 85.

⁴¹¹ Ibid., p. 87.

uma *unificação* ligada a um tipo de *padronização*⁴¹², pois há associação entre o “bem” e a “democracia” e o “mal” e o “comunismo”. O artigo defende que “nada **devemos** temer”, ou seja, há um apelo à unidade no combate ao “comunismo” forte, pois associa a civilização cristã ocidental aos “marinheiros de Lepanto”. De acordo com Marc Ferro, a Batalha de Lepanto, em 1571, deve ser entendida como um “freio à segunda expansão do Islã”⁴¹³ por parte dos cristãos. Da mesma forma, no contexto do Brasil nos anos 1960, era necessário impedir a expansão do “comunismo”, que deveria ser *expurgado*. Portanto, a luta contra o “comunismo” e a defesa da “democracia” é colocada nesta dualidade: “nós” contra “eles”. Tratava-se de um embate entre dois mundos compreendidos como completamente opostos, o ocidental associado à “democracia”, à cultura, à “liberdade” e ao cristianismo; o oriental associado ao “comunismo”, à pobreza de espírito, à anulação do indivíduo e ao ateísmo materialista. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, “a atuação política dos comunistas era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais. A nação, na concepção organicista dos conservadores, deveria ser preservada em sua integridade”⁴¹⁴. Como vimos anteriormente, o empresariado vanguardista defendia a “harmonia” entre as classes, em oposição à luta de classes “comunista” que desagregaria a unidade nacional.

Como representação de todo o mal do ser humano, os “comunistas” eram vistos como seres inferiores. A incapacidade da compreensão da grandeza da “democracia” seria um de seus problemas. Além disso, pelo fato de o “marxismo” estudar o materialismo histórico, os “comunistas” eram considerados meros “materialistas”, no sentido de que se preocupavam apenas com a concretude da existência e ignoravam as questões do “espírito”, como as artes, por exemplo:

Os defensores da primeira corrente, os materialistas, não têm a humildade para perceber que somos seres imperfeitos, em evolução, com capacidade de percepção limitada pelos nossos próprios sentidos, incapazes de sentir o que existe aquém e além de determinadas vibrações; incapazes de compreender o Universo em toda sua complexidade. Seria o mesmo que esperar que um selvagem entendesse o funcionamento de um aparelho de rádio; seria o mesmo que esperar que um micróbio alojado no nosso fígado pudesse entender a grandeza e a complexidade do nosso organismo material.⁴¹⁵

⁴¹² Ibid., p. 86.

⁴¹³ FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 22.

⁴¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. 30.

⁴¹⁵ MANTA, A.. Líderes revolucionários. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 49-51, fev. 1963. p. 49. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, 12/12/1962.

Há uma caracterização do “comunista” como um bárbaro, que não teria capacidade de compreender a complexidade e a imperfeição dos seres humanos. Esta interpretação revela a impossibilidade de diálogo entre os dois mundos, da mesma forma como não havia diálogo entre o “comunismo” e a Igreja Católica, questão que vimos anteriormente neste mesmo capítulo.

Para o empresariado vanguardista há uma relação essencial e importante entre desenvolvimento econômico e a ascensão do “comunismo” na América Latina. Dizia-se que “em todos os países, como no Brasil, se explora a miséria dos subdesenvolvidos, porque a fome é a grande aliada de Moscou”⁴¹⁶. O grande problema do chamado Terceiro Mundo⁴¹⁷ era o fato de que os “comunistas” exploravam sua fome e miséria para seduzir a população com propostas de solução destes problemas que significariam, segundo o empresariado vanguardista, a escravização da sociedade. A crítica não era à solução dos problemas decorrentes do capitalismo e do individualismo, mas a opção pelo “comunismo” para resolvê-los:

Aos problemas não resolvidos pelo liberalismo, procuram as ditaduras, tanto de esquerda como de direita, as soluções rápidas, responsabilizando pelos males sociais a liberdade – que os homens não souberam usar – deixando-a ser absorvida pelo estado propulsor de tôdas as atividades e criador de todos os valores.⁴¹⁸

A “liberdade” não deveria ser cedida ao Estado para a resolução dos problemas, a exemplo da União Soviética ou da Alemanha nazista e da Itália fascista. Estes regimes propuseram soluções rápidas para a resolução das desigualdades sociais e de renda, porém ilusórias. Para o empresariado, o principal era desconstruir a idéia de que o capitalismo não poderia ser transformado ou evoluído em benefício das camadas mais necessitadas da população, e construir a de que o “comunismo” e a adoção de regimes “totalitários” no geral eram as piores soluções. De acordo com outra referência,

nunca, no mundo livre, se negou a existência desses abusos [do capitalismo] nem os males políticos, sociais e econômicos que acarreta. O que se nega é que para coibir

⁴¹⁶ MANTA, A.. Papel das entidades de classe. op. cit., p. 2.

⁴¹⁷ O termo Terceiro Mundo foi cunhado na Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia, que reuniu 29 líderes de países da África e da Ásia. Para mais informações sobre a Conferência de Bandung, ver KOCHER, Bernardo. *De Bandung a Bagdá: Cinquenta anos de história e economia política do terceiro mundo*. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Bernardo%20Kocher.doc>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

⁴¹⁸ TOLLENS, Paulo. Não é sufocando a liberdade que iremos resolver o problema brasileiro. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 13-19, jun. 1963. p. 17.

esses abusos e para corrigir esses males, deva-se abdicar da concepção do primado das idéias para aderir à do primado dos fatos e com isso, despir a pessoa humana da dignidade que lhe confere o livre arbítrio para relegá-lo à condição de simples peça na engrenagem dos fatos, que lhe empresta o determinismo, da economia totalitária comunista.⁴¹⁹

Ou seja, o capitalismo tem problemas e estes nunca foram negados. No entanto, ele pode se adaptar às demandas sociais daquele momento, os anos 1960, onde as propostas de superar a desigualdade social feitas pelo “socialismo” deveriam ser compreendidas como desafios para a própria renovação do capitalismo. Estes aspectos foram abordados anteriormente nas relações da “democracia” com o desenvolvimento econômico, com a idéia do “neocapitalismo”, que poderia concretizar a “justiça social”. No entanto, esta idéia também está ligada à caracterização do “comunismo”, visto que este é apresentado como a solução a ser execrada. Além disso, a revista também difundia a idéia de que foi o “caos” reinante na política brasileira do início dos anos 1960 que abriu espaço para as possíveis soluções “comunistas”:

Pois é preciso não esquecer – ainda que o esquecimento seja a forma mais suave de censura aos pensamentos desagradáveis – que foi precisamente pelo desmantelamento da estrutura econômica e financeira do País que se procurou introduzir o cavalo de Tróia da subversão política e social.⁴²⁰

A opção pelo “comunismo” só se deu em função da desestabilização econômica, política e social do governo de João Goulart, segundo o empresariado vanguardista. Na mesma linha de argumentação, o mecanismo principal de “comunização” seria a realização do maior número possível de estatizações e a influência sobre as idéias da população para que aquelas fossem positivadas em detrimento das privatizações e das empresas privadas:

Assim situando, perante a opinião pública, as empresas privadas, os grupos de pressão totalitários ao mesmo tempo passam a exaltar a estatização, em todos os terrenos, e, por consequência lógica, sugerem ou exigem a nacionalização radical, a socialização crescente e a encampação de todas as sociedades criadas e dirigidas pela iniciativa privada.⁴²¹

⁴¹⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Fundamentos filosóficos do mundo livre e do mundo comunista. Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 23-28, jun. 1963. p. 24-25.

⁴²⁰ CAMPOS, Roberto de Oliveira. A realidade brasileira e os planos de reconstrução. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 11-12, p. 53-63, ago./set. 1964. p. 60.

⁴²¹ RIBEIRO, C. J. de. A empresa privada em face dos grupos de pressão totalitários. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 3-4, p. 32-38, dez./jan. 1965. p. 36. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, agosto de 1964.

Aqui fica claro o temor do fim da propriedade privada como consequência máxima da implantação do “comunismo”, além da perda da “liberdade”. Isto tudo ocorreria com o apoio e aval da população, através da propaganda maciça de que os “comunistas” lançavam mão, questão que abordaremos a seguir. A crítica às estatizações como parte da estratégia “comunista” de tomada do poder foi bastante forte no pré-golpe. No entanto, podemos perceber críticas às estatizações logo após o golpe, e direcionadas para a condução dos rumos da política econômica do regime, questão que abordaremos no tema “Problemas Econômicos” do capítulo seguinte, mas que adiantaremos aqui devido à sua forte relação com o tema em desenvolvimento:

A Bem da Verdade pois, confirmo que Democracia não coexiste com Estatismo, e que as Empresas do Governo absolutamente não são do Povo, que apenas é prejudicado e empobrecido ainda mais pela criação de uma oligarquia privilegiada de funcionários cheios de direitos e pobres de deveres, que serão a seu turno “engolidos” pelo Estado quando tiverem prestado seu serviço de contribuírem para a implantação do Estado Totalitário.⁴²²

O autor é o Coronel Yeddo Jacob Blauth, principal líder do IPESUL após o golpe, permanecendo nos cargos de presidente e vice-presidente durante toda a atuação da entidade após 1964. É importante perceber que o mesmo autor que fazia críticas às medidas estatizantes de João Goulart passou a atacar novamente o governo federal, naquele momento representado pelo presidente Castelo Branco. É bem possível que este artigo esteja se referindo apenas à incompatibilidade entre “democracia” e “estatismo”, de forma abstrata e no geral, e oferecendo apoio ao novo regime por não seguir o caminho estatizante. No entanto, como veremos no capítulo posterior, Yeddo Jacob Blauth fez críticas direcionadas ao caráter estatizante que o regime civil-militar adotou do governo Costa e Silva em diante. Podemos afirmar que a referência acima diz respeito a uma preocupação de Blauth com os possíveis rumos da política econômica do governo, visto que o PAEG já havia sido lançado e estava em ação.

Tanto o apoio ao estatismo como todo o processo de “comunização” do país seria realizado por minorias, conforme o empresariado vanguardista. Este não compreendia o fenômeno da ascensão das esquerdas como a ascensão dos “comunistas” necessariamente, mas como produto de minorias ativas que possuíam o caminho livre para potencializar a manipulação das massas de forma “demagógica” e defender seus interesses: “É uma luta em que os fracos e acomodados serão ultrapassados e esmagados por minorias espertas e ativas,

⁴²² BLAUTH, Cel. Yeddo. Democracia e estatismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 5-6, p. 3-4, fev./mar. 1965. p. 4

que procuram subverter tudo aquilo que dignifica o ser humano, em prol de uma sociedade materialista e subjugada pelos piores”⁴²³. Além de serem poucos os manipuladores, receberiam ordens da União Soviética e agiriam de forma extremamente organizada, somando mais dois elementos para a construção do inimigo “comunista”, a racionalidade da atuação e o caráter exótico de suas influências e pensamentos:

Minorias atuantes, subservientes a instruções vindas de além-mar, preparadas em cursos de treinamento lá mantidos, agem de uma forma concatenada, com movimentos ‘em cadeia’, dando, mesmo, a impressão de terem o controle da opinião pública em suas mãos.⁴²⁴

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “os comunistas seriam, assim, agentes de uma potência estrangeira, a URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas], sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil. Na propaganda anticomunista esta temática foi explorada de forma muito recorrente, da década de 1920 até os anos 1980”⁴²⁵. O método para que todo o projeto de “comunização” do país fosse levado a cabo era o da propaganda “comunista”. Compreendida como uma técnica utilizada conscientemente pelos “lacaio de Moscou”, era a ela e à sua eficiência que se devia a sedução constante dos “inocentes úteis” para a defesa da causa “comunista”:

Desde que a técnica da propaganda foi sendo desenvolvida e se tornando arma eficiente para formação de opinião, o mundo socialista passou a utilizá-la em alto grau. Por meio de notícias pré-fabricadas, estatísticas falsas, conceitos deturpados e um sem-número de slogans vem preparando a opinião pública mundial para o sonho da implantação da ditadura do proletariado. [...]

Sabem que para levar a cabo a tarefa de saturação de cérebros, é necessário uma força imensa dos que trabalham na propaganda. Cerca de 375 mil pessoas ocupam nela tempo integral, auxiliados por mais de 2 milhões de indivíduos.

*Há cerca de 6 000 centros especiais, onde são ensinadas técnicas e métodos modernos, freqüentados por um contingente aproximado de 180 000 pessoas.*⁴²⁶

Esta idéia remete à imaginação um complexo esquema de produção de propaganda com centenas de milhares de pessoas envolvidas. A opinião pública mundial estava sendo mobilizada para apoiar a “ditadura do proletariado”. É a propaganda que alimentaria a paixão revolucionária e garantiria membros para defender os interesses da União Soviética no Brasil.

⁴²³ DEMOCRACIA E EMPRÊSA. IPESUL. op. cit., p. 2.

⁴²⁴ KAMINSKI, Emílio. Minoria audaciosa tenta monopolizar a opinião pública. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 41-44, out. 1962. p. 42. Transcrito do “Jornal do Comércio”, 28/08/1962.

⁴²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. 31.

⁴²⁶ DEMOCRACIA E EMPRÊSA. Slogans. op. cit., p. 1. Grifos no original.

De acordo com o empresariado vanguardista, em diversos documentos publicados pelo IPÊS e pelo IBAD, a infiltração “comunista” já estava em curso no país, e o trabalho de propaganda ocorria paralelamente à ocupação de postos importantes no aparato estatal, rumo à conquista do Estado para a sua “comunização”. Conforme outro texto, “para o comunismo um grande jornal é mais poderoso que dez porta-aviões. O Ministério da Informação é mais importante que o da Defesa, a sua tática não é a da guerra em campo aberto, mas a subterrânea [...]”⁴²⁷. Além disso, “Não lhes convém a guerra quando estão conquistando com palavras”⁴²⁸. Ou seja, a tática da guerra secreta rumo à tomada do poder, que também foi chamada de guerra revolucionária⁴²⁹ por militares e civis, era realizada principalmente através da manipulação da informação.

A principal proposta para evitar o perigo “comunista” era a educação. Através do ensino da importância da “democracia” e dos perigos do “comunismo” é que os “inocentes úteis” tornar-se-iam cada vez mais escassos e que a população compreenderia a importância de manter as tradições ocidentais e cristãs no Brasil frente ao “comunismo” exótico e ateu. Outra referência afirmava que “a maneira de se derrotar o comunismo, que se alicerça em duas palavras demagogia e cumplicidade, é levar o esclarecimento ao povo”⁴³⁰. Portanto, o problema dos que se deixavam levar pelo “comunismo” era a ignorância de que ele era intrinsecamente mau. Apenas com a transmissão da “boa” informação e do conhecimento, esclarecendo a população sobre seus malefícios, é que esta saberia discernir o que era mais adequado para o Brasil.

2.2.2 Os “inocentes úteis” e os “comunistas”

A expressão “inocentes úteis” foi utilizada frequentemente pela revista *DE* e significava os “ingênuos” que acreditavam na possibilidade de transformação do mundo

⁴²⁷ LABIN, Suzanne. “O mundo livre se mantém mudo e cego à infiltração comunista”. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 57-59, out. 1963. p. 57. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 03/08/1963.

⁴²⁸ Ibid., p. 58.

⁴²⁹ Não entraremos na discussão sobre o conceito de guerra revolucionária e suas origens. Para mais informações, ver MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan. 2012; FONSECA, Raquel Silva da. *Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958-1963)* in FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846439_ARQUIVO_anpuh2011.2.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.

⁴³⁰ LABIN, Suzanne. op. cit., p. 58.

através do “comunismo”, sendo seduzidos por suas idéias. Este grupo de pessoas abrangia estudantes, trabalhadores, classe média e até mesmo empresários. No entanto, a ênfase dos artigos recaía na ingenuidade dos estudantes, e era conferida certa importância para seu poder de transformar o mundo.

Ivan Hasslocher, presidente do IBAD, lançou em janeiro de 1962 um estudo chamado “As classes produtoras diante do comunismo”, documento importante para a discussão sobre os “inocentes úteis”. De acordo com Hasslocher, havia nas classes produtoras 10% de “inocentes úteis”, 70% de elementos inconscientes e 4% de elementos conscientes.⁴³¹ Na leitura de Dreifuss, estes “inocentes úteis” eram “empresários liberais que apoiavam projetos sócio-econômicos rotulados de progressistas, devido à sua ingenuidade e boa intenção”⁴³². Os elementos inconscientes eram os membros da classe produtora que não militavam nas suas entidades, e os elementos conscientes eram aqueles que atuavam politicamente, defendendo as classes produtoras contra o “comunismo”.⁴³³ O trabalho de Hasslocher converge com as idéias expostas na *DE*, quando se afirma a preocupação com o “que nos espera se por descuido dos nossos ‘inocentes úteis’ e dos muitos burgueses que não se dão conta do perigo, tivermos aqui introduzido o socialismo que é a antecâmara do comunismo”⁴³⁴. Este tipo de interpretação tem ligação com a tentativa dos ipesianos de construir um consenso intra-classe de que as modernizações empresariais, como a “democratização” do capital e a luta contra o “comunismo”, eram necessárias e imprescindíveis para que as próprias empresas sobrevivessem, com a garantia da livre iniciativa e da propriedade privada.

Para a *DE*, os estudantes são os “inocentes úteis” por excelência. Não teriam maturidade suficiente para compreender que o “comunismo” era o contrário de tudo o que a civilização ocidental defendia, e não a salvação dos povos. Além disso, recorriam ao “comunismo” em função da desigualdade social do país naquele contexto, procurando uma solução. Conforme um dos artigos,

o socialismo seduz aos espíritos desavisados das sutilezas ideológicas, aos ingênuos, aos sonhadores sem verdadeira formação intelectual, embora todos êsses se revolvem, com razão, diante das incongruências e aberrações de uma ordem social pretensamente cristã que se contrapõe abertamente, aos preceitos de Evangelho.⁴³⁵

⁴³¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 165-166.

⁴³² *Ibid.*, p. 166.

⁴³³ *Idem.*

⁴³⁴ RENNERT, A. J.. Advertência aos “inocentes úteis” e aos democratas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 4, 36-37, jan. 1963. p. 36.

⁴³⁵ TOLLENS, Paulo. O reacionário socialismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 22-24, mar. 1963. p. 23.

Os jovens tinham razão em preocupar-se com os problemas de sua época. Só não tinham razão em adotar como solução o “comunismo”, apresentado aqui como a escolha de quem não teria “verdadeira formação intelectual”. Nas páginas da *DE*, o estudo das questões que afligiam a população brasileira era importante, mas os problemas deveriam ser estudados “sempre encarando-os no seu todo, ouvindo igualmente os homens de experiência e os que conhecem a realidade. Mas nunca devem esquecer que, em primeiro lugar, cabe cuidar dos estudos”⁴³⁶. Aqui, há uma crítica às manifestações estudantis, que estariam tomando o tempo dos estudos destes jovens. Isto prejudicaria sua formação, ao mesmo tempo em que poderiam ser manipulados como “inocentes úteis” pelos “comunistas”. Esta concepção de que os estudos devem vir em primeiro lugar em detrimento das manifestações estudantis implica pensar que tais manifestações não faziam parte da formação dos estudantes, constituindo meras agitações. Era frequente a referência à ingenuidade cheia de força dos jovens estudantes:

Sabemos que, de um modo geral, não se pode esperar conhecimento prático de adolescentes e dos jovens, em problemas que eles não conhecem na sua estrutura e que só a experiência dos anos vai lhes dar. E, se tais questões são apresentadas de maneira unilateral, explorando-lhes o sentimento patriótico, então criamos um clima de desassossêgo na mocidade, que só pode aproveitar aos extremistas, empenhados em subverter as instituições políticas da Nação.⁴³⁷

É possível compreender que se os jovens estivessem “bem informados” não fariam tais manifestações e não seriam seduzidos pelo “comunismo”. Outra referência importante é ao imediatismo dos jovens: “[o jovem] vê nêle [comunismo] o sistema político e econômico que pode dar *já* um nível de vida decente aos seus concidadãos, que pode salvar *já* as vidas das crianças e que pode *já* alfabetizar os povos”⁴³⁸. Embora fossem importantes para o futuro do país, de acordo com a *DE*, os estudantes eram ingênuos, imediatistas e imaturos. Conforme outro texto, os estudantes “são idealistas e impacientes, como dissemos, além de estarem submetidos a uma campanha científica de propaganda que toma partido dessas suas qualidades. Mas não devemos acusá-los, por isso, de serem criminosos ou imbecis. Não o merecem”⁴³⁹. Não o merecem porque a “democracia” depende da renovação, e a renovação

⁴³⁶ RENNER, A. J.. Um esclarecimento aos jovens estudantes. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 12-13, dez. 1962. p. 13. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, 17/06/1962.

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁴³⁸ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Por que há estudantes comunistas? Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 8-10, jul. 1963. p. 8. Grifos no original. Transcrito da revista “Primavera em Flor”, set. 1962.

⁴³⁹ *Ibid.*, p. 10.

significa juventude. Daí a importância da educação para a “democracia”: para evitar a sedução dos jovens estudantes pelos “comunistas”.

Após o golpe, há referências às manifestações estudantis ocorridas em 1968, embora não de forma explícita. Trata-se de críticas à idéia de que a juventude renova o poder ou faria algo de relevante para o desenvolvimento do país. Em um artigo chamado “O mito da juventude”, há questionamento forte à idéia de que o “jovem” revolucionaria o país:

É o mito, o mito idiota do nosso tempo. E ninguém ainda reparou que a “jovem revolução” não deu um gesto, uma idéia, uma frase. Ou melhor dizendo: deu uma frase ou seja a celeberrima. “É proibido proibir.” E houve um deslumbramento mundial. Foi impressa, cochichada, berrada em todos os idiomas. “É proibido proibir.” Uma frase, escassamente uma frase – foi o que rendeu, até êste momento, “o jovem”.⁴⁴⁰

Ao menos nas páginas da *DE*, após o golpe o estudante passou de potencialidade de desenvolver um país melhor no futuro, dentro dos marcos “democráticos”, se não fosse um “inocente útil”, para um elemento que poderia comprometer o próprio desenvolvimento. Portanto, a argumentação permanece semelhante, visto que aqui há referência aos jovens que participariam da Passeata dos Cem Mil, por exemplo, e não de outros.

2.2.3 A infiltração “comunista” e o discurso da guerra contra o Brasil

Tanto o IPÊS como o IBAD e as ligações regionais destes Institutos afirmavam que havia infiltrações “comunistas” no aparato estatal brasileiro, nos sindicatos e, principalmente, dentre os estudantes, desenvolvendo uma guerra contra os “democratas” que já estava em curso. Na revista *DE* as argumentações não são diferentes, e remetem ao suposto enfrentamento direto.

Um dos livros que mais influenciou, e ao mesmo tempo reforçou, este tipo de pensamento foi o *Assalto ao Parlamento*⁴⁴¹, do político tchecoslovaco Jan Kozak. O livro trata da tomada do poder pelo “comunismo” na Tchecoslováquia através da via democrática, pelo parlamento. Foi lançado no Brasil em 1962 pelo IBAD com tiragem de 5 mil cópias⁴⁴² e teve 3 mil cópias distribuídas pelo IPÊS, dentro do projeto editorial desta entidade a qual

⁴⁴⁰ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. O mito da juventude. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-3, jul./dez. 1968. p. 2. Transcrito da “Folha da Tarde”, 05/10/1968.

⁴⁴¹ KOZAK, Jan. *Assalto ao Parlamento*. São Paulo: IBAD, 1962.

⁴⁴² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 653.

fizemos referência no Capítulo 1.⁴⁴³ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, o livro foi célebre na época e foi publicado em fascículos no jornal *O Globo*⁴⁴⁴, serviço pelo qual este recebeu o valor de 714 mil cruzeiros, subsidiados pelo IPÊS.⁴⁴⁵ O livro teve sucesso também no estado de Minas Gerais, onde o IPÊS local o distribuiu.⁴⁴⁶ Neste texto é possível compreender a importância do livro na época:

Essa tomada do Poder pelo caminho pacífico foi posta à prova em mais de um dos países hoje satélites da URSS e descrita no manual de política prática de JAN KOZAK, deputado comunista da Tchecoslováquia, recentemente editado no Brasil com o título de “O Assalto ao Parlamento”. Tal é a importância dessa obra que os comunistas tudo fizeram para suprimi-la da circulação, tão logo se deram conta do que poderia significar em alerta a todo o mundo democrático. [...]

ESTEJAMOS ALERTAS A ESSA MANOBRA DE ASSALTO AO PODER QUE OS PRÓPRIOS COMUNISTAS CONFIRMAM JÁ ESTAR EM ANDAMENTO EM NOSSO PAÍS.⁴⁴⁷

Os ipesianos e ibadianos consideravam o livro um alerta para os “democratas”, visto que pensavam que a infiltração “comunista” já estava ocorrendo e havia uma guerra em curso contra a “democracia”. O temor do “comunismo” era visível, e agravava-se à medida que havia a tentativa de mostrar como a situação de tomada do poder pelo bloco “comunista” já estava em curso:

“O Plano conhecido por ‘Experiência Kosak’ está em adiantada aplicação; a ilegalidade e a violência executivas se manifestam sem cerimônias; a provocação dos caudilhos se multiplica; a maioria do Congresso Nacional começa a dar mostra de consaço [sic] e a ceder; o povo e as classes militares evidenciam sinais de confusão e indecisão; o Partido Comunista avança dia a dia. [...]”⁴⁴⁸

O tom apocalíptico e a forma como a argumentação foi construída levam o leitor a associar diretamente a experiência tchecoslovaca com a situação vivida no Brasil, no governo de João Goulart. O mecanismo de tomada do poder pela via democrática seguia a chamada “*Sanfona tcheca*, a qual procura fazer dançar a democracia mediante pressões alternadas de cúpula e de base, até o golpe da empalmação do Poder”⁴⁴⁹. Podemos interpretar que a constante instabilidade do governo de João Goulart no governo parlamentarista, e mais ainda

⁴⁴³ GONÇALVES, Martina Spohr. op. cit., p. 64.

⁴⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. 248.

⁴⁴⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 64.

⁴⁴⁶ STARLING, Heloisa Maria Murgel. op. cit., p. 99.

⁴⁴⁷ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. O assalto ao parlamento. Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 27, jul. 1963. p. 27. Grifos no original.

⁴⁴⁸ FRENTE DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR DE MINAS GERAIS. Plano Kosak. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 43, nov. 1962.

⁴⁴⁹ PAIVA, Glycon de. A encruzilhada dos três caminhos. op. cit., p. 38. Grifos no original.

no governo presidencialista, era considerada parte do plano, e não dificuldades de ordem política, social e econômica. Haveria uma intencionalidade por trás das crises, que foi “revelada” pelo livro de Kozak para “abrir os olhos” dos brasileiros.

Uma das influências que o livro teve foi a idéia de que a “democracia” era tão flexível e plural que permitia o florescimento das forças que queriam destruí-la. Assim, “o comunismo consegue infiltrar-se lentamente graças às brechas que os próprios democratas abrem num sistema que deveriam defender com mais veemência”⁴⁵⁰. Os “comunistas” se aproveitariam das “liberdades democráticas” para atacar a “democracia”. No caso específico do Brasil, “infelizmente, no meio da inconsciência geral, caminha aceleradamente para o Estado opressor e único, isso dentro da lei, de acôrdo com as franquias democráticas”⁴⁵¹. Trata-se de uma estratégia de construção simbólica que, além de tornar negativa a guerra que o “comunismo” estaria travando, também enaltece a “democracia” e a qualifica de forma superior, pois é ela quem “deixa” o “comunismo” se desenvolver, simplesmente pelo fato de que isso faz parte do “jogo democrático”, o conflito de opiniões e de visões de mundo.

É importante observar que o mesmo livro foi mobilizado em outro contexto. Nos anos 1980, nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, as classes dominantes defenderam seus interesses, de forma semelhante à defesa dos interesses das classes produtoras feita pelos ipesianos e ibadianos nos anos 1960. De acordo com René Dreifuss, o livro de Kozak foi distribuído amplamente dentro dos círculos militares para influenciar suas opiniões.⁴⁵² O autor também afirma que “além de ter sido citado pelo presidente Sarney [...], o livro de Kossak já fora um recurso de propaganda produzido e distribuído pelo complexo Ipês/Ibad, na década de sessenta, para ‘criar clima’ em sua campanha de desestabilização do governo Goulart”⁴⁵³.

Embora não esteja contemplado em nossa demarcação temporal para esta pesquisa, tal fato ilustra a importância que o livro teve nos anos 1960. Foi tão célebre que houve nova mobilização de suas idéias no contexto da “redemocratização”.

Uma das edições da *DE* do ano de 1964⁴⁵⁴, a terceira após o golpe, foi dedicada quase inteiramente a um curso sobre a infiltração “comunista” no Brasil e na América Latina. Tratava-se de uma conferência organizada pelo Coronel Carlos Alberto da Fontoura e pelo

⁴⁵⁰ ICHASO, Francisco. A verdadeira arma letal do marxismo-leninismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, 27-29, abr. 1963. p. 27. Transcrito da revista “Espejo”, I.I.S.E., México.

⁴⁵¹ DANTAS, Humberto. Economia que tem cheiro de morte. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 37-38, ago. 1963. p. 38. Transcrito do “Boletim Informativo” da FIESP, mar. 1963.

⁴⁵² DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. op. cit., p. 120.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 11-12, ago./set. 1964.

Major Washington Bermúdez, e orientado pelo General-de-Divisão Adalberto Pereira dos Santos, como parte integrante do programa de instrução de oficiais do Estado-Maior da 6ª Divisão de Infantaria, com sede em Porto Alegre.⁴⁵⁵ Foi realizada em 31 de julho de 1964 no auditório do Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, e também em Cruz Alta, no mesmo estado.⁴⁵⁶ De acordo com a *DE*, tratava-se de um trabalho “indispensável para todos aquêles que desejam conhecer a real situação do comunismo na América Latina e no Brasil, assim como, sua infiltração em todos os setores, para, debilitando a democracia, mais facilmente implantar o totalitarismo vermelho”⁴⁵⁷. Ou seja, mesmo após o golpe, a infiltração “comunista” estaria presente e ativa, tentando debilitar a “democracia”. A presença desta edição especial revela o grau de adesão do empresariado vanguardista ao golpe militar logo após a sua deflagração. Na edição anterior, argumenta-se: “não devemos esquecer, antes devemos fixar em nosso espírito como um ‘remember’ que, se as forças desagregadoras internas sofreram foram inteiramente destruídas e que, por certo, estão se recompondo para tentarem recuperar o terreno perdido”⁴⁵⁸. A ameaça “comunista” persistia e deveria continuar sendo combatida.

2.2.4 O “comunismo” progressista, de esquerda e nacionalista como “mistificação”

Associado à construção do inimigo “comunista”, existiam diversos textos na *DE* referentes ao suposto falso nacionalismo do “comunismo”, e que tentavam desconstruir a imagem positiva que era criada a seu respeito. Nesse sentido, o “comunismo” como sistema progressista, de esquerda e nacionalista era visto como uma “mistificação” criada pelas minorias ativas para confundir a opinião pública e seduzir a população, para defenderem um sistema que supostamente traria “justiça social” e era oposição ao sistema capitalista, de acordo com o que os autores pensavam a respeito das idéias das esquerdas. Assim, estas referências abriam espaço para a relativização do conceito de esquerda e direita, progressista e conservador, ou nacionalista e “entreguista”, matizando cada uma destas concepções. De acordo com o empresariado vanguardista, os “comunistas”,

na atualidade, revelando incoerência, mascaram a influência soviética sob a capa do “Nacionalismo”. Mas, o nacionalismo que pregam é sui-generis, pois é

⁴⁵⁵ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Editorial. Porto Alegre, v. 2, n. 11-12. op. cit., p. 1.

⁴⁵⁶ *Idem*.

⁴⁵⁷ *Idem*.

⁴⁵⁸ GOMES, Anápio. Contribuição da empresa privada para o poder militar terrestre. op. cit., p. 44.

*orientado visando produzir o enfraquecimento do bloco democrático, pela aversão aos Estados Unidos – principal adversário do bloco comunista-socialista; visa fomentar o sentimento duma independência fictícia, procurando incutir a tese de que todos os que podem ajudar o farão com o intuito de nos subjugar e nos espoliar. O objetivo máximo dos “Nacionalistas” é levar o povo à idéia de que o responsável por todos os nossos males são os Estados Unidos e que a União Soviética nos espera de “braços abertos”.*⁴⁵⁹

A concepção de que o “comunismo” se “esconde” atrás de uma fachada de nacionalismo está ligada não só às polêmicas sobre o desenvolvimento econômico que fervilhavam desde os anos 1950 com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), mas também com a questão do capital estrangeiro, que será discutida de forma mais aprofundada no capítulo seguinte, no tema “Problemas Econômicos”. Adiantamos que o capital estrangeiro era visto com bons olhos pelos IPÊS e pelo IPESUL, e criticavam as esquerdas por afirmarem que este tipo de capital era um dos principais motivos da “espoliação” do país, defendendo o capital nacional e as estatizações. Estas idéias inserem-se na polaridade que se formou desde os anos 1950 entre “nacionalistas” e “entreguistas”, que se intensificou com a criação da PETROBRÁS por Getúlio Vargas. Portanto, os “comunistas” teriam como estratégia golpear a “democracia” através de campanhas “nacionalistas” que, compreendidas de modo geral pela população como positivas em contraposição aos “entreguistas”, na verdade apenas disfarçariam a influência direta da União Soviética para que o “comunismo” fosse implantado no Brasil. É afirmado, em outro texto, que a liderança “marxista” é hábil “em coagir os adversários, apontando-os como vendilhões da pátria a serviço das potências estrangeiras. Com isso, freqüentemente, consegue submeter as maiorias desunidas a um processo de ‘nacionalismo coagido’”⁴⁶⁰. Ou seja, havia um processo de convencimento de que as multinacionais causariam parte dos problemas econômicos do país. No entanto, o que parece ser problemático na interpretação dos empresários a respeito deste “convencimento” nacionalista, é o fato de imaginarem que as esquerdas tratavam empresas multinacionais fixadas no Brasil e empresas privadas associadas ao capital estrangeiro do mesmo modo. Correta ou não, o importante é que esta interpretação implica existência de um posicionamento de esquerda coeso e unificado, grau de organização que nem os grupos anticomunistas nem os ipesianos lograram construir. Por outro lado, em alguns artigos da *DE* são feitas diferenciações em relação às matrizes do “comunismo”, fosse maoísta, leninista, etc., mas não constituíam a regra. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “a postura

⁴⁵⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Slogans. op. cit., p. 2. Grifos no original.

⁴⁶⁰ SIMONSEN, Mário Henrique. As tensões nacionalistas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 18-21, abr. 1963. p. 20.

nacionalista que os comunistas procuraram defender em alguns períodos, marcada pela denúncia do imperialismo e afirmação da necessidade de fortalecer o Estado nacional, foi atacada pelos anticomunistas [...]”⁴⁶¹. Como argumentamos anteriormente, o empresariado vanguardista considerava esta atitude dos “comunistas” apenas uma fachada que encobria suas verdadeiras intenções.

Além disso, há uma questão importante a respeito das esquerdas, direitas e suas discussões sobre as reformas de base: “serão progressistas os que desejam reformas de base? Mas, quem não as deseja? [...] Desde quando será *esquerda* aplaudir tiranias e deixar que elas se introduzam no Brasil?”⁴⁶². A primeira parte evidencia o debate comum sobre as reformas de base, tanto por parte das esquerdas como das direitas. A questão não era negar a necessidade de fazê-las, mas debater o modo de fazê-las. Quanto a isso, os diversos setores divergiam, embora houvesse pontos de contato.⁴⁶³ A reforma agrária, por exemplo, era um ponto sensível da discussão. Tão sensível que muitas pessoas, principalmente ipesianos, pensavam ser necessário realizar uma reforma agrária no Brasil, mas de acordo com seus critérios. Esta postura, embora minoritária, pois os ipesianos se consideravam uma espécie de vanguarda do empresariado, teve grande influência no debate político posterior. Inclusive houve uma tentativa de reforma agrária no governo de Castelo Branco, embora não tenha logrado êxito. Para cada proposta das reformas de base o IPÊS tinha uma contraproposta⁴⁶⁴, publicada em grandes jornais brasileiros e também na revista *DE*, no intuito de divulgar seus projetos para o grande público e também para o empresariado. É claro que, para o IPÊS, a reforma agrária deveria ser realizada com indenização prévia dos grandes produtores, dentro da legalidade do período e sem tensionar mais ainda os conflitos agrários.

Ser “progressista” nos anos 1960, de acordo com a análise das esquerdas feita pelo empresariado vanguardista, era apoiar estatizações e ser “nacionalista”. Além disso, dizia-se que o mundo marchava inexoravelmente para o “comunismo”, pois este seria o sistema do futuro: “o mais poderoso aliado da Rússia Soviética é a doutrina de que ‘a onda do futuro’ nos leva para o socialismo e que, em consequência, é ‘progressismo’ simpatizar com tôdas as

⁴⁶¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. 32. Grifo no original.

⁴⁶² MANTA, Antonio. Com quem está a razão? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p. 46-49, mai. 1963. p. 49.

⁴⁶³ Sobre o posicionamento dos setores mais conservadores do Exército, do IPÊS e do IBAD e da UDN, ver MENDES, Ricardo Antonio Souza. op. cit..

⁴⁶⁴ Os estudos produzidos e divulgados sobre as reformas de base compreendiam, por exemplo, os temas da “Remessa de Lucros, Reforma Tributária, Habitação Popular, Reforma Eleitoral, Inflação, Reforma Constitucional, Reforma Agrária e Planejamento”. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 238.

medidas que restrinjam mais e mais o funcionamento da economia de mercado”⁴⁶⁵. É importante observar que, se no período pré-golpe a intervenção do Estado nos rumos da economia era visto com algum receio, após o golpe ainda há o mesmo tipo de crítica. O que mudou foi principalmente o grau de agressividade da crítica contra a intervenção estatal na economia, sendo alta no pré-golpe e relativamente baixa após. É importante salientar que há multiplicidade de opiniões na revista *DE*, e críticas ao governo pós-golpe, inclusive ao seu caráter estatizante, não foram poupadas.

Há outra questão importante, relacionada à crítica do empresariado vanguardista aos “progressistas” e à solução “comunista”:

Sob êste aspecto, muitos que se dizem de esquerda, resultam mais reacionários porque se apegam ao velho conceito totalitário do Estado que domina tudo, mais conservadores porque se opõem a tôda evolução e mais anti-revolucionários porque impedem a nova revolução dos espíritos para o reencontro com a liberdade, com a exaltação de dignidade, com o espírito de fraternidade e cooperação internacional.⁴⁶⁶

Portanto, revolucionária mesmo seria a “democracia”, pois é ela quem estaria evoluindo para um sistema que não era nem individualista nem coletivista, mas uma “terceira via” que, supostamente, seria ideal para concretizar a “justiça social” entre os brasileiros, idéia que já trabalhamos anteriormente neste capítulo. O Estado que abarca tudo fazia parte de uma idéia falsamente progressista, pois este era estático e carecia da dinâmica que o empresariado de vanguarda imprimia à suposta renovação da “democracia”.

2.2.5 Entre Berlim Ocidental e Oriental: os discursos sobre as Alemanhas

A Alemanha Ocidental era apresentada nas páginas da *DE* como paradigma da superioridade da “democracia” em detrimento do “comunismo” vigente na Alemanha Oriental. Mostravam os benefícios que a população daquele país possuía e os problemas e privações que a população da Alemanha Oriental enfrentava. Portanto, é possível interpretar que utilizavam a experiência alemã como um laboratório real da experiência “comunista”, comparada à experiência capitalista no mesmo país, para servir de exemplo empírico para o

⁴⁶⁵ VON MISES, Ludwig. O intervencionismo conduz ao socialismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 52-60, abr. 1963. p. 60. Transcrito do “Temas Contemporâneos”, I.I.S.E., México.

⁴⁶⁶ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Ambigüidade. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 1-2, jan. 1963. p. 1.

Brasil. Desta forma, a livre iniciativa seria valorizada em detrimento do “caos comunista” que se vivia na República Democrática Alemã:

Quem quiser confrontar o funcionamento, o êxito e o resultado dos dois sistemas político-econômicos mais em evidência, no momento, basta olhar a Alemanha dividida em duas partes, cada uma governada por um desses sistemas. [...]

Ao revés, a Alemanha Oriental Socialista encontra-se em dificuldades, que a obrigou, inclusive, a recorrer ao auxílio da República Federal Alemã. Não produz o suficiente nem para seu próprio sustento. Pessoas que tiveram oportunidade de visitar as duas Alemanhas afirmam que o contraste é maior de que entre o dia e a noite. De um lado, progresso, bem-estar e liberdade; do outro, silêncio, racionamento e falta de bens de consumo.

[...] as duas Alemanhas, comparadas, mostram claramente qual o sistema de governo que melhor bem-estar traz ao seu povo.⁴⁶⁷

A caracterização da Alemanha Oriental converge com a idéia da construção do inimigo “comunista” que abordamos anteriormente. Serve também para lembrar o empresariado brasileiro de que um país ocidental possuía um enclave “comunista” dentro de suas fronteiras, a Berlim Oriental, que teria fracassado sobremaneira em comparação com sua vizinha Berlim Ocidental no esforço de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, um dos motivos do sucesso da Alemanha capitalista teria sido justamente a principal bandeira difundida pelo IPESUL: a “democratização” do capital. Através deste exemplo, pretendiam mostrar ao empresariado que é possível dinamizar o desenvolvimento econômico do país através deste mecanismo, visto que já deu certo em um país sob condições mais adversas que as do Brasil, quais sejam, as referentes a uma situação de pós-guerra. Há uma referência onde se afirma que “a Alemanha, depois da guerra, adotou, por exemplo, um sistema revolucionário, ao abrir à participação do público empresas de alta rentabilidade, vendendo, sob determinados critérios, uma parte das ações a preços abaixo do valor real”⁴⁶⁸.

A Alemanha também era considerada paradigma da não-intervenção do Estado no plano econômico, ou da menor intervenção possível. Esta exemplificação convergia com a visão anti-estatista do IPESUL e servia para reforçar suas idéias. De acordo com outra passagem, é afirmado que o caso da economia da Alemanha Ocidental era um “exemplo clássico de aplicação do NEOLIBERALISMO, pelo qual o povo germânico, eliminando o

⁴⁶⁷ RENNER, Egon. Estatização e livre iniciativa. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 31-32, jan. 1964. p. 31-32. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 10/11/1963.

⁴⁶⁸ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Função social do capital. Porto Alegre, v. 2, n. 7-8, p. 33, abr./mai. 1964. p. 33. Transcrito do jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 23/03/1964.

dirigismo e limitando a intervenção estatal ao imprescindível, tornou possível a economia livre do mercado”⁴⁶⁹.

Houve, portanto, uma mobilização do fenômeno das duas Alemanhas para demonizar o “comunismo” e positivar a Alemanha Ocidental em função da sua suposta superioridade e pujança no desenvolvimento econômico e social, o que serviu para reforçar idéias já citadas como a adaptação da “democracia” e do capitalismo às demandas sociais em um novo contexto, a “democratização” do capital e a “humanização do trabalho”.

2.3 Considerações parciais

Ao longo do capítulo pudemos identificar as concepções difundidas nas páginas da revista *DE* a respeito do empresariado e a reformulação de sua “mentalidade”, da “democracia” e sua evolução e também do “comunismo” e suas ameaças. A necessidade de reformar a “democracia” e o capitalismo para que uma possível revolução “comunista” não estourasse foi uma constante, bem como a construção detalhada de um inimigo que deveria ser combatido a todo custo. Além disso, vimos as fontes da argumentação do empresariado vanguardista, através das argumentações ligadas à DSI que apareciam nas revistas *DE*. As formas simbólicas deste capítulo são ideológicas na medida em que tinham como objetivos explícitos aumentar a produtividade dos trabalhadores enquanto estes tinham suas demandas contidas pela oferta da “democratização” do capital e de outros mecanismos da modernização empresarial preconizada no início dos anos 1960 pelos empresários vanguardistas. Este aumento da produtividade e a nova relação do empresariado com seus empregados auxiliariam no desenvolvimento econômico do Brasil, pois só assim, superando o subdesenvolvimento, o país deixaria de ser alvo dos “comunistas”, que explorariam a fome para tomar o poder.

Se houve uma convergência destas argumentações com a DSN no período do pré-golpe, foi possível identificar algumas críticas à política econômica criada logo no primeiro governo militar, o PAEG. A necessidade de conter lucros para que a estabilização da inflação fosse concretizada revoltou muitos empresários vanguardistas. Além disso, houve críticas ao aumento da intervenção estatal no campo econômico, com a questão das estatizações no governo militar, cada vez mais crescentes. Portanto, se houve convergência entre

⁴⁶⁹ TIEMANN, W. G.. Economia alemã e o auxílio ao seu desenvolvimento. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p. 14-15, mai. 1963. p. 14. Grifos no original. Transcrito da revista “Espejo”, I.I.S.E., México.

empresariado vanguardista e militares na defesa da “democracia”, os mecanismos pelos quais o subdesenvolvimento seria rompido têm uma série de matizes e de pontos de discordância entre os dois que devem ser melhor analisados para que se possa compreender a relação entre empresa privada, militares e Estado na ditadura civil-militar.

No capítulo seguinte, analisaremos formas simbólicas a respeito dos problemas brasileiros no campo político e no campo econômico, abordando questões como a demagogia, a estrutura do Estado, a inflação e o capital estrangeiro nas páginas da revista *DE*. Nesse sentido, elencaremos os diagnósticos e propostas do empresariado vanguardista para a solução dos problemas referidos.

3 PROBLEMAS BRASILEIROS E AS PROPOSTAS DA FRAÇÃO DE VANGUARDA DO EMPRESARIADO

Neste capítulo, temos como objetivo analisar os discursos da revista *DE* a respeito dos diversos problemas que identificavam no Brasil, os diagnósticos que faziam a respeito destes e suas propostas para solucioná-los. Para fins metodológicos, dividimos este tema em dois: problemas políticos e problemas econômicos. Embora alguns de seus subtemas possam ser relativamente intercambiáveis entre os temas principais, consideramos aqui a compreensão de tais problemas pelo empresariado vanguardista através da revista *DE*. Isto explica, portanto, o fato de o subtema “Reforma Agrária e os problemas do campo” estar no tema “problemas econômicos”, e não políticos, visto que os artigos difundidos na revista tratavam, em grande parte, dos aspectos econômicos da questão. Os problemas destacados na revista *DE* se referem, principalmente, à inaptidão do Estado para conduzir o país rumo ao desenvolvimento e para solucionar as desigualdades sociais do país. Ao invés da ineficiência do Estado, o empresariado de vanguarda propunha que a livre iniciativa poderia ajudar a resolver tais problemas, redistribuindo renda através do cumprimento da “função social” do capital, como vimos no capítulo anterior em relação à “humanização do trabalho” e à “democratização” do capital.

3.1 Problemas políticos

Os problemas políticos destacados pela revista versavam principalmente sobre o que consideravam ser a corrupção endêmica do Estado e a incapacidade de seus agentes para governar o país e desenvolvê-lo. Tais problemas foram divididos em três temas: a estrutura do Estado e a questão da intervenção no plano político e cultural; demagogia, governo e corrupção; partidos políticos. Há algumas diferenças entre os discursos anteriores e posteriores ao golpe de 1964, as quais pontuaremos ao longo das análises.

3.1.1 A estrutura do Estado e a questão da intervenção no plano político e cultural

Para este tema, selecionamos textos que versavam sobre o papel do Estado no plano político, o papel do governo, as possibilidades de intervenção ou não, as funções que o Estado

deveria assumir e as propostas para alguns dos problemas identificados pelo empresariado vanguardista.

Em um artigo de Roberto Campos intitulado “Freios para Leviatã”, da edição de março de 1963, o autor argumentava que era necessário estabelecer limites para o poder do Estado, ou seja, frear o Leviatã, que funcionava aqui como o Estado todo-poderoso, associado ao “totalitarismo”. De acordo com Campos:

Seja como fôr, com base em teorias ou regrinhas de bom-senso, tenho para mim que é necessário refrear-se Leviatã, o Estado todo-poderoso; a fim de evitar que, interferindo com as liberdade do mercado, não venha a privar-nos das liberdades mais importantes de oração no Templo, de diálogo na Academia de debate na Ágora.⁴⁷⁰

Questionava, portanto, o crescente poder do Estado no governo de Jango e receava a privação de “liberdades” individuais como a “livre-expressão” e a “liberdade” religiosa. No entanto, em outra edição da revista *DE*, afirma-se:

O que impende considerar é a razão, o fim da intervenção. Semelhante intervenção em tôdas as esferas da vida nacional, de “per si” não se justifica sem mais nem menos, porquanto importa sômente saber a que serve, se *ao homem total*, se ao engrandecimento do Estado, da classe, da raça ou da nação. Destarte, se não fôr para aquêle tríptico desenvolvimento humano (plenitude física, intelectual e espiritual) é êle de todo condenável, podendo até não intervir ou intervir ao mínimo e continuar opressor, como, interferir ao máximo e prosseguir democrático.⁴⁷¹

Aqui, considera-se que a intervenção política do Estado na sociedade deve ser condicionada às suas motivações. Se for em benefício do desenvolvimento humano, a intervenção na vida nacional está justificada, pois ela por si só não significa nada. Em primeiro lugar, trata-se de uma argumentação que qualifica positivamente um possível regime autoritário rumo ao “bem-comum” ou da coletividade. Desta forma, mesmo “intervindo ao máximo”, tal Estado permaneceria “democrático”, pois visaria o desenvolvimento de cada um. Isto nos remete aos discursos dos militares sobre a natureza do novo regime, que se legitimava como a “Revolução Democrática”, que teria salvado o Brasil e extirpado o “comunismo” do país. Em segundo lugar, se tratava de uma crítica ao governo de João Goulart, que estaria intervindo cada vez mais na sociedade e, ao invés de agir em benefício da sociedade, incitava a luta de classes e a desarmonia entre esta. É importante observar que as

⁴⁷⁰ CAMPOS, Roberto. Freios para Leviatã. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 28-31, mar. 1963. Transcrito da “Revista das Classes Produtoras”, nov. 1962. p. 31.

⁴⁷¹ TOLLENS, Paulo. O intervencionismo estatal e a livre emprêsa. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 22-30, dez. 1962. p. 28. Grifos no original.

referências acima, embora aparentemente conflitantes, complementam-se. Ambas fazem críticas ao governo de João Goulart e seu caráter crescentemente “estatizante” e “comunizante”.

Também era questionada a excessiva centralização do Estado, propondo, em contrapartida, a descentralização do aparato estatal para que a administração se tornasse mais eficiente:

O primeiro [mal do Estado, o congestionamento] nasce da concentração de poderes nos órgãos centrais: não temos descentralização, nem descongestionamento. No regime presidencial, o presidente assumia as mais incríveis e espantosas atribuições [...]. Em regime parlamentar, com a elevação do presidente da República a uma magistratura suprapolítica e a entrega da chefia do governo e da liderança do Parlamento a outra pessoa, poderia haver uma certa distribuição de tarefas, facilitando o trabalho. [...] É a velha centralização já criticada no Império e que não tem feito senão crescer (os homens de 1889 achavam que a Federação resolveria os problemas, esquecidos de que, com ou sem Federação, há o govêrno federal e suas repartições nos Estados). Outro problema: os Estados são centralizados. Não há qualquer categoria administrativa de âmbito infra-estadual que permitisse um desdobramento, pelo menos nos Estados de maior área, da administração estadual permitindo que o cidadão do interior pudesse resolver seus problemas sem sair de seu Município, ou, pelo menos, de sua região.⁴⁷²

Um dos problemas levantados foi o da falta de representatividade estadual nos municípios, para que os serviços centrais de um estado pudessem ser oferecidos também em cada um de seus municípios. São críticas à centralização do poder do Estado. Além disso, identificamos também uma referência aos serviços públicos do mesmo tipo prestado por mais de um órgão do Estado:

Além da concentração, há a distorção, ou melhor, o paralelismo. É um livro que sugeriria a algum técnico do DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público]: um levantamento completo dos órgãos mantidos pelo poder público (federal, estadual, municipal, autárquico, paraestatal e outros mais, como o SAMDU [Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência]), destinados a prestar os mesmos serviços – como assistência médica, fomento de determinada cultura, etc. Alguém já “desenglobou”, como diria o Visconde do Uruguai, o que é competência da união, dos Estados e dos Municípios, a fim de fixar-se rigorosamente a linha demarcatória entre as diferentes áreas de competência?⁴⁷³

De modo geral, os dois textos acima criticam a má organização do Estado, que gerava ineficiência e gastos desnecessários pagos pelo contribuinte. A mobilização destas críticas no pré-golpe visava a desestabilizar o governo de João Goulart, mostrando para o empresariado leitor das revistas *DE* que tipo de gestão havia naquele momento: a mais desorganizada,

⁴⁷² TÔRRES, João Camillo de Oliveira. Reformas de Cúpula. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 20-21, dez. 1962. p. 20-21. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 15/11/1962.

⁴⁷³ *Ibid.*, p. 21.

ineficiente e centralizada possível. Também cabe lembrar o receio de que, com uma crescente centralização de poderes, João Goulart realizasse uma guinada à esquerda e transformasse o país em uma nova Cuba.

Após o golpe, permanece a crítica de que o Estado brasileiro é mal administrado:

O BRASIL NÃO É SUBDESENVOLVIDO, mas sim Subadministrado – É claro que o tom é de humor, mas vejam a profundidade do pensamento, pois de um lado mostra que com boa administração, já seríamos Desenvolvidos, mas que por outro lado, enquanto perdurarem os malefícios da Subadministração, em que pêsse nossa pujança latente, dificilmente atingiremos estágio satisfatório de Prosperidade.⁴⁷⁴

Esta idéia pertence ao artigo “A Escola Superior de Guerra e Nossos Problemas”, de autoria do Coronel Yeddo Jacob Blauth, que se encontra na edição de janeiro/junho de 1968, e, portanto, no governo Costa e Silva. A crítica à má administração do Estado persiste, mesmo que este estivesse sob controle dos militares e civis que colaboraram, junto com o IPESUL, para o surgimento do novo regime. É certo que nem o autor nem os golpistas imaginavam que os problemas brasileiros se resolveriam de uma hora para outra. No entanto, também é certo que neste artigo não há referência alguma ao Brasil estar no caminho correto do desenvolvimento ou da boa governança. Diante do conturbado contexto político de 1968 e de forte oposição à ditadura civil-militar, a referência em questão nos parece mais uma crítica negativa do que tema a ser estudado por um governo que estaria correto em seus passos.

Conforme o empresariado vanguardista, uma das consequências possíveis da má administração do Estado é a produção de leis em excesso, regulamentando demasiadamente e interferindo na iniciativa privada e no trabalho do empresariado em geral:

A organização e as atividades estatais no Brasil, entretanto, ainda têm de se modificar bastante para se ajustarem às necessidades funcionais das empresas. De um lado, gera o Estado uma superprodução de leis, regulamentos e portarias que tumultuam a vida das empresas, reduzindo-lhes a produtividade. De outro, a imprevisibilidade da direção administrativa, notadamente na infra-estrutura do serviço público, deixa as empresas sem pontos de referência para planejarem suas atividades.⁴⁷⁵

Se o governo de João Goulart não tinha capacidade de proporcionar uma boa infraestrutura para que as empresas pudessem trabalhar tranquilamente em termos de diminuição das amarras do Estado frente aos empreendimentos privados, o governo de Castelo Branco

⁴⁷⁴ BLAUTH, Yeddo Jacob. A Escola Superior de Guerra e Nossos Problemas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 30-32, jan./jun. 1968. p. 30. Grifos no original.

⁴⁷⁵ OSÓRIO, Antônio Carlos do Amaral. Responsabilidade Social do Empresário. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 10, p. 22-24, jul./ago. 1966. p. 23.

também estaria impondo os mesmos obstáculos. Portanto, a crítica permanece, mesmo que o novo governo estivesse combatendo a “subversão” e proporcionando um clima mais ameno para o desenvolvimento econômico.

O artigo “As defesas da democracia”, incluído na revista *DE* de junho/julho de 1965, foi escrito por Gustavo Corção⁴⁷⁶ e publicado em junho de 1965 em um jornal de grande circulação do Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo*. Tratava dos limites da “liberdade” na “democracia” e dava exemplos no campo da cultura:

De um modo geral pode-se dizer que não compete ao govêrno dirigir a cultura de um povo. Essa atividade vem da imanência social e não pode sofrer nenhuma censura das instituições governamentais, que não têm nível nem competência para tal fiscalização. É insuportável a idéia de um govêrno que faz crítica oficial de arte, como grotescamente fazia o pobre Kruschev, ou de um govêrno que quer orientar a ciência, como se viu o propósito da genética, no sinistro reinado de Stalin. [...]

Há porém uma manifestação da cultura que dá origem a problemas novos e que justificam alguma intervenção dos poderes públicos: é aquela em que se vê claramente que o cultural está imediatamente a serviço de uma ação social visando a subversão do regime. A edição de livros de pregação comunista se configura mais como atividade política subversiva do que como atividade cultural especulativa. Não há comunismo especulativo. [...] Tenho para mim que num destes casos de fronteira ainda será melhor alargar um pouco a tolerância e permitir uma taxa de estupidez marxista, ou coisa que valha, na sociedade. Sem abrir mão do princípio, e sem cair no latitudinamismo arrombado dos liberais que se deixam deflorar alegremente pelos mais cruéis terroristas da história, podemos admitir, em termos de prudência, de razão prática, e como mal menor, certa licença cultural. Quando, porém, o caso ganha maior nitidez e os seus agentes são surpreendidos em outras atividades práticas e inequívocas, creio que o alargamento da tolerância já não se pode mais admitir sem traição do ideal democrático em suas mais puras exigências.⁴⁷⁷

Na referência acima, publicada no governo Castelo Branco, demonstra-se abertamente a argumentação a favor da censura das produções culturais consideradas “comunistas”. É interessante fazer o exercício de comparação com o artigo que referenciamos antes, no pré-golpe, intitulado “Freios para Leviatã”, cujo autor era Roberto Campos. Nele, Campos preocupava-se com a extensão do poder do Estado ao ponto em que não fosse possível o livre debate de idéias, com o fim da “liberdade” de expressão entre os cidadãos. Já no texto que analisamos acima, a cultura poderia ser censurada em benefício da defesa dos valores “democráticos”. Desta forma, a escolha deste artigo para compor uma edição da revista *DE* pode ser um indício de uma mudança de pensamento a respeito da tolerância às produções

⁴⁷⁶ Corção foi um intelectual autoritário católico que publicou livros e textos ativamente desde os anos 1930. No mesmo rol estão Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Corção foi conferencista dos cursos do IPÊS, dirigente do IBAD e apoiou o golpe de 1964. MENDES, Ricardo Antonio Souza. op. cit., p. 47.

⁴⁷⁷ CORÇÃO, Gustavo. As Defesas da Democracia. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 29-31, jun./jul. 1965. p. 30. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 13/06/1965.

culturais por parte do Estado e uma aceitação da censura, desde que fosse em prol da “democracia” que os civis e militares apoiadores do novo regime defendiam.

Nas referências em questão demonstram-se algumas continuidades como a crítica à ineficiência e má administração do Estado. Também pudemos identificar algumas diferenças, como a crítica da ingerência estatal na “liberdade” de expressão antes do golpe e a defesa da censura no contexto da ditadura civil-militar. Além disso, vimos também a crítica à centralização e à concentração do poder estatal no pré-golpe.

3.1.2 Demagogia, governo e corrupção

Em muitos artigos, tanto do pré quanto do pós-golpe, houve a crítica à demagogia dos agentes políticos, principalmente dos parlamentares. Além disso, a crítica à corrupção do aparato estatal recaía não apenas a estes, mas também aos funcionários públicos, compreendidos como meros alimentadores da máquina burocrática que trabalhavam de forma ineficiente e geravam, assim, prejuízos para o desenvolvimento do Brasil. Conforme parte das esquerdas, a culpa dos problemas brasileiros era das empresas privadas e das multinacionais. No entanto, segundo o empresariado vanguardista, a culpa era, do próprio Estado brasileiro. Os questionamentos não eram direcionados ao governo de João Goulart, e muitas vezes assumiam um ar de crítica generalizada à gestão do país, afirmando que os problemas já existiam há muitos anos, formando características do Estado brasileiro.

Uma das principais críticas no pré-golpe se referia à falta de pessoal capacitado para trabalhar no governo e no aparato estatal. A idéia a seguir faz parte de um artigo escrito provavelmente pela equipe de redação do IPESUL, já que não há citação de fonte original nem autoria explícita, intitulado “Slogans” e que abre a edição de março de 1963 da revista *DE*. Nele, há críticas contra a argumentação “slogâmica” da propaganda dos esquerdistas que “mistificariam” as causas dos problemas brasileiros e também as suas possíveis soluções. Contra o “comunismo” milagroso, o artigo afirma que

*o bem-estar social só será possível quando o Estado possuir meios (não esbanjados) para entender os problemas das classes de menores recursos, e isso só se conseguirá com dirigentes sérios e capazes. Não será com demagogos, pregadores de ódio, mistificadores e incapazes; êstes o que desejam é restringir a liberdade dos outros para se perpetuarem no poder; servirem-se do Estado sem que ninguém possa censurá-los.*⁴⁷⁸

⁴⁷⁸ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Slogans. op. cit., p. 3. Grifos no original.

Os donos do poder, naquele contexto, não estariam aptos a compreender a realidade nacional e lidar com as demandas da sociedade. Estariam preocupados apenas com a manutenção do poder, e que estariam se utilizando do Estado em benefício próprio. As críticas à inaptidão dos governantes eram constantes. Retiramos um trecho de um depoimento do diretor do *Jornal do Brasil*, M. F. do Nascimento Pinto, a respeito da visita que fez à União Soviética, onde fala dos horrores do “comunismo”. Neste extenso artigo de 18 páginas, transcrito da *Revista da Confederação Nacional do Comércio* de novembro/dezembro de 1963, o autor faz uma comparação com o Brasil, analisando a realidade de seu país à luz do que viu na União Soviética, fazendo analogias com a falta de “liberdade” que teria no país se o “comunismo” tomasse o poder:

O povo está cansado das discussões políticas estéreis, visando a vantagens pessoais. Está farto de ouvir explicações de interessados em confundir os fatos. O perigo que ronda o Brasil é o engalfinhamento a que estamos assistindo e que não deixa lugar para julgamento daqueles que sabem avaliar as liberdades e não aceitam nenhum valor material em troca de um patrimônio muito mais valioso. [...]

Não são os debates o mal do Brasil, pois apenas representam um sinal de que os responsáveis pela vida nacional não estão à altura da realidade brasileira. Mas, havendo debates, quem se fortalece é a liberdade. O Brasil, estamos certos, não será jamais campo de experiência social infeliz como aquela que acabei de conhecer e onde um povo admirável se afirma sobre uma ordem social que é sinistra. E é preciso esclarecer o povo brasileiro, porque só esclarecido, devidamente esclarecido, ele poderá fazer a opção que desejar.⁴⁷⁹

Fica evidente na leitura do texto que a opção correta é pela “democracia”. O problema é que os debates “estéreis” evidenciam o fato de que não há pessoas capacitadas no poder para governar o país. Esta mesma crítica é feita em vários outros textos, como neste de Paulo Tollens, retirado de um artigo sobre a agricultura e a indústria no Rio Grande do Sul:

O que tem havido é falta de seriedade, de espírito público, de patriotismo, como sempre, neste país infeliz; é golpismo, falso e espúrio nacionalismo feito por semi-alfabetizados (os piores) e aproveitadores; é ausência de coragem e sinceridade, em resumo, e sobretudo, muita, mas muita mesmo, ignorância que tudo invade e se espalha dominadora nesta nação em que para o poder sobem os mais atrevidos e broncos, quando deveria ser o contrário por precisar o Brasil, fundamentalmente, de “organização” como dizia o grande Alberto Tôrres, organização que só se pode empreender na base da inteligência e do conhecimento.⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ BRITO, M. F. do Nascimento. Depoimento Sobre a União Soviética. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 30-47, mar. 1964. p. 47. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, nov./dez., 1963.

⁴⁸⁰ TOLLENS, Paulo. Agricultura ou Indústria? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 35-38, dez. 1962. p. 35-36.

Na referência acima, além de haver menção ao pensador conservador Alberto Torres⁴⁸¹, podemos identificar uma caracterização altamente negativa dos responsáveis pelos rumos do país. De golpistas a semi-alfabetizados, passando por ignorantes, brancos e atrevidos. Desta temática, podemos interpretar que havia a proposta de substituição dos agentes políticos do Estado por outros mais qualificados para compreender a realidade nacional e transformá-la. Quem seriam os substitutos? Ao longo dos anos 1950 e principalmente no início dos anos 1960 a tecnocracia estava no auge de seu prestígio. O conhecimento técnico, principalmente dos economistas, possuía um reconhecimento social muito grande, e os complexos problemas que o Brasil enfrentava no período eram discutidos por pessoas como Roberto Campos, Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões, economistas que ocuparam ministérios responsáveis pelos rumos da economia no Brasil em contextos diferentes. Campos e Bulhões, por exemplo, ocuparam respectivamente o Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda no governo de Castelo Branco. O principal Instituto que congregava intelectuais, empresários, políticos, militares e técnicos em geral era o IPÊS, do qual os três citados anteriormente eram membros. Embora o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) também tivesse técnicos em seus quadros⁴⁸², era considerado foco de “comunistas” pelos setores mais conservadores da sociedade. O IPÊS teve como objetivo, dentre tantos outros, fazer frente ao ISEB.⁴⁸³ O que fica implícito na crítica à inaptidão dos agentes políticos do governo de João Goulart e de outros governos é que seus possíveis substitutos deveriam ter conhecimento e inteligência para lidar com os problemas nacionais, e estas características eram atribuídas aos membros e dirigentes do IPÊS. Ao propor discutir os problemas do país de maneira neutra e imparcial e projetos de vários tipos de reforma a serem implantadas, os ipesianos se colocavam como a vanguarda habilitada para conduzir os rumos do país. Após o golpe, o que efetivamente ocorreu foi a integração de diversos membros do IPÊS em cargos de alto escalão do aparato estatal⁴⁸⁴, ratificando o reconhecimento da importância do saber técnico dos ipesianos.

⁴⁸¹ Não analisaremos a referência a Alberto Torres, nome importante do pensamento conservador brasileiro, pois não é o foco deste trabalho. Há diversas referências a estes pensadores nos artigos das revistas *DE*, e a análise da mobilização de suas idéias no contexto dos anos 1960 mereceria um trabalho específico.

⁴⁸² Para mais informações sobre o ISEB, ver TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977; TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

⁴⁸³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 258. Para uma comparação entre o ISEB e o IPÊS, ver TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. *Revista de Estudos Estratégicos E-Premissas*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 120-130, jun./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.08.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

⁴⁸⁴ Para maiores informações sobre membros do IPÊS e cargos que ocuparam no aparato estatal, ao menos no governo Castelo Branco, ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. op. cit., p. 417-479.

Além da inaptidão para governar, os agentes políticos também tinham a característica de utilizar a “demagogia” para enganar a sociedade:

Eis aí – e é o que se passa aqui no Brasil – a inversão completa de toda a técnica de governo: ao invés de se captar a livre aquiescência dos cidadãos, falando à inteligência deles, procura-se estabelecer certa unidade social apelando para as forças instintivas, para a coação física e moral, ou mesmo para o franco e aberto derramamento de sangue. Isso se revela nitidamente no sistema de propaganda que – di-lo um sociólogo – não pretende mudar nem instruir o povo, antes sujeitá-lo e fazê-lo leal.⁴⁸⁵

Trata da idéia de dialogar diretamente com a emoção da população, e não com a sua racionalidade. Habilmente, os demagogos se utilizam destas técnicas sem interesse algum no bem-comum, visto que “a astúcia, o cambalacho, o artifício, a esperteza, a mentira erigiram-se em armas de uso comum para alcançar ou manter o poder, à custa da ingenuidade e da ignorância do povo”⁴⁸⁶. Deste modo, o poder existia para a sua própria reprodução, e não para buscar alguma transformação social, política ou econômica. O uso de discursos e imagens para seduzir a sociedade e ganhar popularidade, dialogando com ela e flertando com o radicalismo era denominado de “populismo” pelos opositores de João Goulart. Fica implícita a crítica de que a sociedade estava sendo “treinada” para ser leal e submissa ao governo, e não para que esta fosse efetivamente livre e dominasse os instrumentos de sua própria emancipação. A submissão e a sujeição ao Estado estavam a um passo do “comunismo”, e só a “democracia” serviria para emancipar o ser humano.

Outra crítica importante encontrada nas páginas das revistas *DE* era à tática constante dos “demagogos” de colocar a culpa dos problemas brasileiros na iniciativa privada, devido aos abusos dos chamados burgueses. Em parte, o próprio empresariado vanguardista afirmava que havia empresários que ainda estavam presos a uma “mentalidade” retrógrada na condução de seus negócios e não praticavam a “humanização do trabalho”, mas sim o abuso do capitalismo individualista e egoísta. No entanto, tal fração da classe empresarial criticava os “demagogos” quando eram estes que colocavam a culpa da chamada “espoliação nacional” nas empresas. Em um artigo de crítica ao emissionismo e empreguismo do governo, que, supostamente, provocava muito desperdício, afirma-se:

No entanto, vêm certas figuras políticas atacar firmas e emprêsas particulares, taxando-as de incapazes, ineptas, impatrióticas, açambarcadoras, etc., quando a

⁴⁸⁵ TOLLENS, Paulo. Não é sufocando a liberdade que iremos resolver o problema brasileiro. op. cit., p. 19.

⁴⁸⁶ VIANNA, Carlos Roca. O processo espoliativo. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 44-45, nov. 1962. p. 44. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 27/09/1962.

técnica do emprêgo de um “bode expiatório” é visível no caso: atacando a iniciativa particular e o livre empreendimento procuram desviar a atenção do povo para as falhas, os erros e desacertos que eles próprios, demagogos, cometem.⁴⁸⁷

Culpar a empresa privada seria apenas uma maneira de desviar a atenção da sociedade para os reais causadores dos problemas do país: os demagogos e inaptos da política brasileira. Além disso, estes detratores esqueciam-se das dificuldades “que encontram os homens de emprêsa para manter os seus negócios em andamento [...] tais são os tropeços e os óbices que o poder político vem criando à expansão da atividade econômica, pelo empreguismo, por uma inepta burocracia, por leis zarolhas...”⁴⁸⁸ Conforme o empresariado vanguardista, o outro bode expiatório dos problemas brasileiros era a “espoliação” do Brasil devido a fatores externos ao país, que pode ser interpretada como a presença do capital estrangeiro e das multinacionais:

Nenhuma dessas explicações simplistas ou “slogâmicas” [dos demagogos] resiste a qualquer análise. Mas são exatamente encantadoras para comícios de arrabalde. E a popularidade de algumas dessas explicações (particularmente as que lançam a culpa sôbre fatores externos ao País) entre os nossos políticos revela o baixo grau de educação técnica, o desamor à investigação científica e a propensão ao animismo pré-lógico.⁴⁸⁹

Aqui, também se faz referência à mesma crítica à inaptidão técnica dos governantes, que podemos interpretar como uma proposta sutil de substituição dos dirigentes que ditariam os rumos do desenvolvimento do país.

Após o golpe, a visão difundida nas páginas da *DE* foi a de que a deposição de João Goulart livrou o país da corrupção: “Em movimento que passará à História, como verdadeiro marco de libertação, o que contou com o apoio, solidariedade e cooperação dos ‘verdadeiros democratas’, afastaram o Govêrno a máquina corrompida e corruptora”⁴⁹⁰. Nesta passagem, podemos identificar o apoio do empresariado vanguardista ao golpe, cujos integrantes se consideravam “verdadeiros democratas”. Da mesma forma, podemos ver tal adjetivação no Anexo B, onde consta um panfleto de divulgação para assinatura da *DE*. Além disso, o novo regime foi visto como “salvador”, na medida em que livrou o país também dos “comunistas”, que estavam associados pelo empresariado vanguardista aos “demagogos”, de acordo com a construção do inimigo “comunista”, que foi analisada no capítulo anterior.

⁴⁸⁷ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. Emissão, empreguismo, desperdício. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 3-4, jan. 1963. p. 3.

⁴⁸⁸ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. O que existe é um poder econômico nas mãos do poder político. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 5-6, jan. 1963. p. 6.

⁴⁸⁹ CAMPOS, Roberto. A imbecilidade dos “slogans”. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 25-27, fev. 1963. p. 26. Transcrito da revista “Brasil em Marcha”, ago. 1962.

⁴⁹⁰ SANTOS, Fábio Araújo. Intervencionismo e livre iniciativa. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 2, n. 9-10, p. 5-10, jun./jul. 1964. p. 7.

3.1.3 Partidos Políticos

Semelhantes às críticas aos demagogos, as idéias das revistas *DE* sobre os partidos políticos são, principalmente, a respeito do questionamento da função dos mesmos na sociedade no contexto do pré-golpe. Os partidos eram considerados grupos de interesses privados, que se preocupavam apenas com possuir o poder e permanecer com ele nas mãos, e não se importavam com o “bem-comum”. De acordo com um artigo, “convertem-se os partidos políticos em meios para proteger interesses ocultos e conquistar rendosas posições, fomentando a corrupção, o favoritismo, a manutenção de cargos inúteis, o desperdício em suma”⁴⁹¹. Da mesma forma, remetem ao importante pensador conservador Oliveira Vianna e seus diagnósticos dos problemas da realidade nacional brasileira, no contexto dos anos 1920 e 1930, antes do Estado Novo: “afinal, não era outro o pensamento do nosso grande sociólogo Oliveira Vianna, ao se pronunciar sobre os partidos políticos brasileiros: - ‘Associações de interesse privado que se disputam as eleições para explorar burocraticamente a nação’”⁴⁹². Estas referências remetem à inutilidade do parlamento, que só existiria para onerar o Estado e a sociedade, sem oferecer nenhuma contribuição para ambos. Ao evocar Oliveira Vianna, há a mobilização de um pensador que criticava fortemente a Constituição de 1891 e afirmava que os parlamentares da República Velha eram inadequados para lidar com a realidade nacional do país naquele momento, além de corruptos e “demagogos”. Nesse sentido, estavam preocupados apenas com o jogo político do poder e com seus interesses regionais, representados nos clãs, como assevera Vianna. O autor sugeria uma solução autoritária para resolver este problema, e esta concepção tornou-se hegemônica quando foi instaurado o Estado Novo por Getúlio Vargas. Não entraremos em uma análise mais detida das idéias do pensador, mas a evocação de Vianna no pré-golpe pode ser interpretada como uma crítica à inaptidão dos parlamentares daquele contexto, sugerindo sutilmente que um regime autoritário, como preconizava Vianna, poderia reordenar e garantir bons rumos para o país.

Além disso, segundo textos da revista *DE*, havia uma associação entre os interesses partidários e as falhas do Estado na administração de empresas. Era devido a tais interesses que as empresas estatais eram deficitárias, em oposição à iniciativa privada, onde haveria

⁴⁹¹ TOLLENS, Paulo. A reforma dos partidos políticos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 5-11, dez. 1962. p. 6.

⁴⁹² FAGUNDES, M.. A política, um negócio. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 13-15, ago. 1963. p. 14.

trabalho visando ao sucesso do empreendimento: “e como é difícil entre nós o Estado funcionar sem atender a interesses partidários. E é por isso que temos o malôgro do Estado, quando administra diretamente a produção ou quando dirige a política econômico-financeira do nosso País”⁴⁹³.

Outra crítica recorrente nas páginas da revista *DE* era o fato de os partidos políticos, para o empresariado vanguardista, não terem um programa político sólido como seria o correto em uma “democracia”:

E de fato, os nossos partidos, ainda viciados pelos erros do liberalismo, não demonstram uma vitalidade de equilíbrio e serenidade, não travam debates realmente construtivos em torno de idéias e programas, em derredor de problemas e soluções, antes se dispersam em energias malbaratadas num entrechoque estéril, mórbido e febricitante de mesquinhas questiúnculas pessoais, de ressentimentos doentios, de vaidades malferidas e ambições insatisfeitas.⁴⁹⁴

Quando a crítica se refere aos erros do liberalismo, está remetendo aos políticos da República Velha e à argumentação de Oliveira Vianna que explicitamos mais acima. Refere-se a uma repetição dos erros do passado, como os lutar pelo poder sem propostas para o país. Além disso, “o Brasil nunca possuiu, na realidade, estrutura político-partidária objetiva. Não surpreenderia, mesmo, a afirmação da inexistência de um verdadeiro partido político”⁴⁹⁵. Aqui, identificamos um complemento da idéia anterior, onde afirma-se a inexistência de partidos políticos de qualidade.

Por outro lado, encontramos uma opinião diferente nas revistas. Encontramos um texto de Lio Cezar Schmitt, desembargador gaúcho que escreveu vários artigos especialmente para a revista *DE*, além de ser colunista do *Jornal do Dia*, de Porto Alegre. Este intitulava-se “O Brasil e a Encruzilhada”. Em suma, Schmitt argumentava que, naquele contexto, o Brasil precisava escolher um caminho: ou “democracia” ou “comunismo”. Nesse sentido, o autor fala da polarização política consolidada no início dos anos 1960, que teve seu embrião em 1945 com a criação dos partidos políticos da “redemocratização”. Para Schmitt, a polarização foi positiva para a “democracia” brasileira:

A redemocratização, em 1945, criou a confusão político-partidária. Os homens se amontoaram. Os grupos funcionaram para *o-poder-pelo-poder*. O poder,

⁴⁹³ MARQUES, Dionísio. Não precisamos de comunismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 22-23, dez. 1963. p. 22. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 21/11/1963.

⁴⁹⁴ TOLLIN, Jean. Partidos e programas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 19-22, set. 1963. p. 19.

⁴⁹⁵ SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 20-24, fev. 1963. p. 22.

significou a dinâmica das benesses grupais, regionais. E se esqueceu o povo. Isso, num primeiro momento. Porque a evolução da mentalidade brasileira, a despeito de tudo, mormente a partir da campanha eleitoral do senhor Jânio Quadros, e mais ainda pelas conseqüências inesperadas da inesperada renúncia, imprimiu à conjuntura político-partidária, nova dimensão, no sentido da polarização das forças políticas em torno de teses definidas e de princípios doutrinários claros.⁴⁹⁶

Trata-se, portanto, de idéia destoante das outras opiniões que elencamos anteriormente a respeito da ausência de programa político real nos partidos políticos do início dos anos 1960. Se por um lado o autor encara positivamente a polarização dos partidos, por outro utiliza esta mesma polarização para sugerir que o caminho a ser escolhido deve ser o da “democracia”, mantendo-se, portanto, no fio condutor de todos os artigos das revistas *DE*. A contradição é apenas aparente, e estas referências se complementam.

As revistas também mobilizavam a crítica aos partidos políticos por seu suposto caráter de classe:

Eis por que se tornam os partidos de classes divisivos e desintegradores da nacionalidade, pois, acirrando os antagonismos sociais, erigindo em dogmas e princípios de ação as diferenças entre os grupos tornados ídolos e potestades supremas – sobrevém fatal e irreduzível o ódio, intransponível agora a qualquer tentativa de aproximação acoimada dos mais torpes adjetivos, como se ilustra o que acabamos de dizer com a atitude comunista que tacha a ciência, a arte, a filosofia ocidentais de “burguesa”, “reacionária”, “contra-revolucionária”, nada merecendo ela e os seus cultores que a condenação, o banimento, o extermínio... os partidos de classe se transformam em órgãos de “reivindicação”, sem se importarem com os interesses da Nação.⁴⁹⁷

Neste caso, há uma referência aos esquerdistas, sejam do PTB ou do Partido Comunista do Brasil (PCB), que defenderiam a própria classe em detrimento dos interesses da nação. Além disso, os esquerdistas também contribuiriam para a desintegração do país, ao acirrar os antagonismos sociais e propor a luta de classes ao invés da “harmonia” entre as classes, como quer a “humanização do trabalho”, difundida pelo IPESUL e pela *DE*. Em complemento à idéia exposta acima, argumenta-se a possibilidade de ação contra os partidos que se opõem à Constituição: “a possibilidade de PROIBIR OU DISSOLVER OS PARTIDOS opostos à Constituição; êstes partidos, por sua vez, podem defender-se protestando ou reclamando perante o Supremo Tribunal”⁴⁹⁸. Evidentemente, esta referência remete ao PTB, pois o empresariado vanguardista e outros setores conservadores da sociedade, como parte da Igreja e dos militares, receavam a radicalização dos integrantes

⁴⁹⁶ Idem. Grifos no original.

⁴⁹⁷ TOLLENS, Paulo. A reforma dos partidos políticos. op. cit., p. 7.

⁴⁹⁸ Organização do Estado democrático. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 35, nov. 1963. p. 35. Transcrito do “Jornal do Dia”, Porto Alegre, 12/10/1963. Grifos no original.

deste partido. Portanto, temiam que ultrapassasse a linha da legalidade e que o “comunismo” tomasse o país, justificando, então, a dissolução de um ou mais partidos em defesa da “democracia”. É provável que a crítica esteja mais direcionada ao PTB, pois o PCB, desde sua fundação em março de 1922 até 1964, completou apenas cerca de dois anos de existência legal, se contarmos os pequenos momentos em que sua atuação foi liberada.⁴⁹⁹

Após o golpe militar, a crítica à inexistência de programas reais nos partidos políticos permanece. Em um artigo do Coronel Yeddo Jacob Blauth, da edição de dezembro/janeiro de 1965, intitulado “A Nova República”, o autor apóia o novo regime e diz que a “democracia” se sustenta nos partidos políticos, fazendo um apelo às elites para que estes coloquem em primeiro lugar seus programas, e depois os políticos:

Realmente a Democracia repousa nos esteios que são os partidos, mas êstes esteios só são fortes e capazes de sustentarem esta mesma Democracia na proporção em que forem ricos de conteúdo doutrinário e programático. Diz-se que no Brasil a Política é feita em tórno de pessoas e não de programas. Realmente assim é, mas a culpa não é do eleitor e sim dos partidos. Não havendo difusão da doutrina partidária, o eleitor é obrigado a escolher seu candidato pelas características pessoais, fazendo tábua rasa do partido. Fôssem os partidos conhecidos por meio de doutrinação partidária, por meio de programas, cartilhas, plataformas e etc., que muito naturalmente os eleitores se colocariam em sintonia com um dos diferentes partidos, e depois de escolhido o partido, iriam naturalmente escolher um candidato daquele partido. Essa é a ordem natural na coisa.⁵⁰⁰

Naquele momento os partidos ainda não haviam sido extintos e nem imposto o bipartidarismo pelo AI-2, decretado em 18 de outubro de 1965. Portanto, o que foi exposto acima seria uma crítica construtiva ao novo regime, para que os partidos de fato cumprissem a sua função e propusessem programas à população, que escolheria os melhores nos pleitos. Portanto, a crítica feita no pré-golpe permanecia. Cabe lembrar que, conforme Maria Helena Moreira Alves, “a oposição obteve [...] maioria absoluta nos quatro Estados mais importantes e industrializados em que se realizaram eleições: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso”⁵⁰¹, o que provocou a crise que culminou com o AI-2, dificultando de várias formas a participação dos “demagogos” nos próximos pleitos, já com o bipartidarismo instituído.

Em um artigo de 1966 encontramos a transcrição de uma palestra realizada por Paschoal Gorresse da ADR, entidade anticomunista criada após o golpe à qual nos referimos

⁴⁹⁹ CPDOC. *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 20 out. 2011.

⁵⁰⁰ BLAETH, Cel. Yeddo Jacob. A nova República. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 3-4, p. 15-16, dez./jan. 1965. p. 15.

⁵⁰¹ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 88.

no Capítulo 1. A palestra referia-se à possibilidade de uma reforma eleitoral, visto que a população brasileira “não sabia votar” e que os partidos políticos “não funcionavam como verdadeiros partidos”, com ideologia e um programa concreto para oferecer à população, como vimos na temática anterior. O que nos interessa agora é a crítica à “inaptidão” do brasileiro para votar:

Todo o sucesso ou desgraça nacionais depende dos governos, pelo aspecto psicossocial que imprima na população.

Nas chamadas democracias, o poder político, que monta o Governo, provém do voto, que por isto é função de imensa responsabilidade.

Nas condições atuais não há democracia.

Até então tentei chegar ao diagnóstico da doença, e o cacoete profissional impõe a terapêutica... o remédio. [...]

É preciso que se considere que uma eleição nacional com incapacidade eleitoral, poderá corresponder a uma calamidade pública, constituindo um Governo mais desgraçante que um terremoto ou enchente nacional.⁵⁰²

Aqui, o autor argumenta que não há “democracia” efetiva quando uma eleição ocorre sem capacidade eleitoral para votar, e compara o fato a uma calamidade pública. É importante considerarmos bem o contexto com o qual estamos lidando. A palestra foi realizada em 18 de outubro de 1965, um dia após a assinatura do AI-2. Nele, dentre outras estipulações, foi instituída a eliminação dos partidos políticos e o bipartidarismo. O contexto de publicação da transcrição da palestra é o ano eleitoral de 1966, onde o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já existindo legalmente como oposição consentida à ARENA, enfrentava uma série de restrições devido à enxurrada de leis complementares que dificultavam a participação do partido no pleito de outubro.⁵⁰³ Os obstáculos impostos funcionaram, e o MDB ganhou poucas cadeiras no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas em relação à ARENA.⁵⁰⁴ Parece haver uma crítica, no contexto do ano eleitoral de 1966, à capacidade dos brasileiros de optar pelos apoiadores do novo regime, a ARENA, visto que o MDB, embora oposição consentida, ainda assim era oposição e buscava cumprir este papel. Além disso, o AI-2 foi instituído justamente pelas vitórias em locais importantes do país pelos opositores do regime nas eleições de 3 de outubro de 1965. A referência acima remete, portanto, à idéia de que se os brasileiros foram ludibriados pelos demagogos naquele pleito, também poderiam fazer o mesmo em novas eleições.

⁵⁰² GORRESE, Paschoal P.. op. cit., p. 17-18.

⁵⁰³ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 101.

⁵⁰⁴ Ibid., p. 104.

Somado a estas argumentações, também identificamos a defesa do fim do voto obrigatório como solução para o problema da falsa “democracia” em que se vivia em função da incapacidade dos eleitores para votar racionalmente:

Inicialmente deveria ser abolida a obrigatoriedade do voto. Todo o ato compulsório executado por alguém desinteressado e incapaz dêle sai mal, principalmente quando secreto. No caso brasileiro, todos concordarão que a rigor, nos 15 milhões de eleitores, não passa de um milhão o número dos capacitados, com qualquer intenção; o resto é cabresto. Realmente quem decide o futuro de nossa Pátria é um milhão de eleitores, e por que então não é só este quem vota?⁵⁰⁵

Trata-se de uma argumentação elitizante, que coloca apenas uma parcela da população como realmente capacitada para votar e decidir o futuro do país. Portanto, a obrigatoriedade do voto deveria ser abolida, deixando os destinos do país na mão de quem “realmente” se preocupa em votar. Em outra referência, afirma-se que “a voluntariedade afastaria do pleito uma enorme massa amorfa, pasto excelente da demagogia”⁵⁰⁶. Como só as elites votariam, a “demagogia” não surtiria efeito e todos os aptos poderiam exercer sua cidadania racionalmente, optando pelos programas partidários que lhe parecessem melhores. No caso da obrigatoriedade se manter, o artigo propõe duas soluções para o problema:

Determinado que a politização dos jovens demorará a apresentar frutos, e que a dos adultos é difícil, restar-nos-ia, mesmo que a título transitório e sem prejuízo destas, duas medidas preconizadas, evitar que o incapaz prejudique o pleito e violente sua própria vontade.

Como?

Só existem duas maneiras. Ou irmos para uma ditadura, que a longo prazo é sempre deplorável, ou criarmos um Colégio Eleitoral qualificado.⁵⁰⁷

A proposta que tem mais atenção por parte do artigo, evidentemente, é a da criação de um Colégio Eleitoral, que votaria para o eleitor incapaz. Este mecanismo foi implementado posteriormente, ainda na ditadura.

3.2 Problemas econômicos

Neste tema analisaremos formas simbólicas a respeito da inflação, do capital estrangeiro, da intervenção do Estado na economia, do desenvolvimento econômico do país e

⁵⁰⁵ GORRESE, Paschoal P.. op. cit., p. 18.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 19.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 18.

sua relação com os impostos, e da questão da Reforma Agrária. Para tanto, assim como fizemos ao analisar os problemas políticos na visão do empresariado vanguardista, tentaremos comparar os textos de antes do golpe com os publicados após o mesmo, buscando semelhanças e diferenças nos discursos apresentados.

3.2.1 Inflação

As principais discussões sobre os problemas econômicos do Brasil, nas revistas *DE*, eram sobre a inflação, seus diagnósticos e as diversas propostas para sua solução. Uma das causas da inflação seria o déficit da receita da União: “ninguém mais pode duvidar que a causa da inflação brasileira é a deficiência de receita do governo da União”⁵⁰⁸. Além disso, em outro texto afirmava-se que “o Conselho Nacional de Economia, em recente exposição ao Presidente do Senado, considera os deficits apresentados pelas organizações estatais, de um modo geral, a causa principal da inflação”⁵⁰⁹. Somado a essa argumentação, o empresariado vanguardista negava a argumentação das esquerdas de que o capital estrangeiro, ou a espoliação internacional, eram os culpados pela inflação:

Não aceitamos a tese de que a nossa inflação seja motivada pela espoliação do Capital estrangeiro. Concordamos que a remessa de lucros, royalties, etc. tenha seu reflexo no balanço de pagamentos, porém o montante dessas remessas não atinge a meio por cento do produto interno bruto; logo, parece exagerado imputar-lhe a culpa da inflação nacional.⁵¹⁰

Esta idéia do capital estrangeiro como causa da inflação seria mais uma das “mistificações” pseudo-nacionalistas e “demagogas” criadas para confundir o cidadão comum. Segundo o empresariado vanguardista, da mesma forma que aqueles fantasiavam sobre as causas da inflação, também não pensavam seriamente em como combatê-la:

O que existe de concreto na atual conjuntura é uma indiferença total pelas soluções adequadas ao combate da inflação. Os políticos sabem que qualquer medida que vise isto terá como ponto de partida exigir um sacrifício conjunto, em

⁵⁰⁸ PASQUALINI, Arlindo. Comunidade deve garantir recursos à sobrevivência do sistema democrático. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 20-21, out. 1962. p. 20.

⁵⁰⁹ DIDONET NETO, João. Política nacionalista. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 41-43, fev. 1963. p. 41. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, s/d.

⁵¹⁰ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. A inflação em expansão. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 22-24, out. 1962. p. 22.

maior ou menor escala para cada parte, dos grupos que compõem a nossa estrutura econômica.⁵¹¹

As soluções consideradas adequadas e o sacrifício conjunto viriam posteriormente com o PAEG e suas consequências para a população e para o empresariado, inclusive o vanguardista. Também é sugerido, implicitamente, que os governantes do pré-golpe não estavam dispostos a pagarem os custos políticos das medidas impopulares típicas de uma política econômica de estabilização da inflação, sugerindo também que estes devem ser substituídos por quem as realize sem receios.

Havia a compreensão, tanto antes como depois do golpe militar, que era necessário controlar a inflação para que o país superasse o subdesenvolvimento e garantisse um clima ideal para que a livre empresa pudesse impulsionar o desenvolvimento econômico:

É necessário combater-se o subdesenvolvimento mas, para isso, é imperioso um planejamento que trace metas, prioridades e que assegure, no tempo e no espaço, os meios e recursos a empregar. Mas, como conseguir os recursos? *Sem vencermos o ciclo inflacionário pouco ou nada poderemos fazer.*⁵¹²

Além disso, em complemento à idéia exposta acima, identificamos outra afirmando que “a eficiência da execução das demais reformas de base que o País está a exigir depende fundamentalmente da rapidez com que se conseguir dominar a inflação”⁵¹³. Ou seja, para o país lograr o desenvolvimento econômico, estabilizar a inflação é imprescindível, sendo fundamental antes de qualquer transformação estrutural no país. Pudemos identificar várias propostas para solucionar a inflação e lograr o desenvolvimento nas revistas *DE* como, por exemplo, a utilização das poupanças populares para financiar o desenvolvimento das empresas:

Sentimos a necessidade de se combater a inflação, atacando enérgicamente tôdas as suas causas, inclusive pelo aumento da produtividade e realização de investimentos novos e reprodutivos. Se assim pensamos, é inadiável o engajamento das poupanças populares para capitalizar nossa evolução.

Não será somente com o dinheiro oficial – que já não sobra; com os empréstimos externos e os da rede bancária particular, que poderemos financiar nossa expansão.

A Democratização das empresas poderá canalizar, com a oferta das ações ao público e aos próprios empregados, a economia das massas para a batalha do

⁵¹¹ BARBOSA, João Alberto Leite. Perigos da inflação. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 11, dez. 1962, p. 11. Transcrito do jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, s/d.

⁵¹² *DEMOCRACIA E EMPRESA*. IPESUL. op. cit., p. 7.

⁵¹³ IPÊS. Reformas de base. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 28-35, fev. 1963, p. 30.

desenvolvimento, evitando que ela se distorça em empreendimentos imobiliários ou outros de caráter inflacionário.⁵¹⁴

Já que o Estado tinha déficits em sua receita, uma das possibilidades de contornar a inflação seria estimular o desenvolvimento das empresas através da utilização das poupanças populares canalizadas via “democratização” do capital. Assim, o acionariado se beneficiaria com a valorização de suas ações, e as empresas também sairiam ganhando com o financiamento de seu desenvolvimento para obter maior produtividade e não deixar a inflação distorcer seus lucros. Outra possibilidade de combate à inflação era realizar a reforma tributária e a reforma bancária:

Essas duas reformas [tributária e bancária], além de propiciarem o clima de normalidade para a perfeita atividade empresarial, propiciará também ao poder público, meios efetivos para combater a inflação. E, de todos os males que no momento se deve conjurar é a meu ver a inflação o mais nefasto e a raiz ou impulsor de todos os outros. Ainda há pouco tempo, ouvi em um comentário a seguinte figura, que me parece perfeita: “Combater a especulação e a corrupção em clima inflacionário é o mesmo que tentar matar mosquito a tapa. Não resolve e ainda arrisca-se a quebrar alguma louça. Assim como é preciso eliminar o foco de mosquitos, é preciso também eliminar o foco daqueles males, que é a inflação.”⁵¹⁵

A inflação seria ainda o mal maior a ser combatido, mas eram necessários instrumentos para fazê-lo. As duas reformas, a tributária e a bancária, estavam incluídas nos diversos estudos que os ipesianos elaboraram no pré-golpe. Os projetos de lei referentes à primeira foram elaborados por Mário Henrique Simonsen⁵¹⁶, e consistiam fundamentalmente na defesa do fim das injustiças na aplicação dos impostos indiretos, para não onerar o cidadão comum, e no apoio à reestruturação dos impostos diretos para impedir ao máximo a sonegação.⁵¹⁷ Já a reforma monetária e bancária objetivava organizar o crédito público e privado, criar um Banco Central e um Conselho Monetário e modernizar as práticas bancárias dos bancos comerciais.⁵¹⁸ Com estas reformas, além do empresariado poder desenvolver seus negócios de forma mais estável, o poder público teria mecanismos para lidar melhor com o problema da inflação.

⁵¹⁴ MANTA, Gen. Antônio. Trechos de um discurso proferido pelo Gen. Antônio Manta, por ocasião da inauguração da Exposição Rural de Uruguaiana. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 55-56, dez. 1962, p. 56.

⁵¹⁵ SANTOS, Fábio Araújo. Palestra realizada na PUC pelo Dr. Fábio A. Santos. op. cit., p. 11.

⁵¹⁶ Mário Henrique Simonsen era engenheiro civil com especialização em Engenharia Econômica e Economia. Foi presidente do Banco Central no governo Castelo Branco, além de assumir os cargos de Ministro da Fazenda no governo Geisel e de Ministro do Planejamento no governo Figueiredo.

⁵¹⁷ IPÊS. Reformas de base. fev. 1963. op. cit., p. 28-29.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p. 30-31.

Além disso, outra forma de solucionar o problema da inflação seria estabilizar politicamente o país, para então poder estabilizá-lo economicamente: “finalmente é oportuno salientarmos que a estabilidade política se torna vital para que se inicie uma política desinflacionária eficaz. Nos dias em que vivemos, de insegurança e incertezas, quem se anima a produzir mais ou realizar maiores investimentos?”⁵¹⁹. Em suma, a agitação política era negativa para os negócios. É importante destacar esta construção de consenso por parte dos ipesianos em torno da impossibilidade de recuperação econômica em meio à agitação das forças sociais, plasmando nestas a responsabilidade pela desarmonia e pelos entraves às alternativas viáveis de estabilização financeira.

As referências analisadas acima são todas do período anterior ao golpe militar, devido ao fato de que as do pós-golpe estão mais ligadas à temática da intervenção do Estado na economia, que será trabalhada mais adiante. Em suma, a inflação era vista como um problema que estava sendo solucionado através do PAEG e das diversas políticas econômicas do governo, exigindo um sacrifício conjunto para que a economia se estabilizasse e, no longo prazo, todos pudessem se beneficiar da nova situação. A respeito destes sacrifícios, afirma-se: “o industrial se descapitaliza através de uma política de fixação de preços arbitrários que não correspondem à conjuntura econômica e conseqüentemente anulam todo intento criador de novas atividades”⁵²⁰. Ou seja, a contenção dos lucros do empresariado através da fixação dos preços como consequência do PAEG dificultavam o trabalho do empresariado, seja do vanguardista ou não. Esta questão será analisada na temática da intervenção do Estado no plano econômico, que veremos posteriormente neste capítulo. Agora, veremos os discursos sobre os possíveis problemas e “mistificações” gerados pelo capital estrangeiro.

3.2.2 Capital Estrangeiro

Dentro desta temática, analisaremos críticas referentes à oposição das esquerdas à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico do país e também à oposição, por parte do empresariado vanguardista, à modificação da Lei de Remessa de Lucros realizada no governo de João Goulart, que prejudicou as multinacionais.

Em relação ao primeiro tópico, afirma-se que

⁵¹⁹ *DEMOCRACIA E EMPRÊSA*. A inflação em expansão. op. cit., p. 24.

⁵²⁰ GIMENEZ, Ovídio. A inflação e o caso brasileiro. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 3, n. 11-12, p. 50-55, ago./set. 1965. p. 51.

é certo, positivamente claro, irretóquivelmente provado que o Brasil, se deseja vencer a barreira do subdesenvolvimento, não pode prescindir do concurso de investimentos forâneos, eis que não dispõe de poupanças internas capazes de assegurar novas inversões, que projetem a nação na senda da industrialização e do progresso.⁵²¹

Coloca-se aqui o auxílio deste tipo de capital como imprescindível para superar o subdesenvolvimento, sem questionar ou oferecer alternativas viáveis. A proposta, portanto, é de um desenvolvimento associado. Além disso, em outro texto, afirma-se: “*Queremos lembrar que quando formos governados por homens dignos e capazes, nenhum capital estrangeiro será nocivo; será tratado com altivez e oportunidade*”⁵²². A negação do capital estrangeiro para auxiliar no desenvolvimento econômico do país seria uma atitude digna de governantes incapazes de dirigir o país. Mais uma vez, a sutileza da sugestão de novos governantes que fossem aptos a dar conta de um desenvolvimento econômico adequado, aproveitando as oportunidades que se mostravam para o país. Em transcrição de uma palestra dada por Fábio Araújo Santos, empresário e sócio-fundador do IPESUL, em 1962, este se mostrou favorável à reforma tributária justa, que taxaria as grandes rendas. Sendo nestas que se encontram as maiores poupanças, Santos argumentou que

como para haver desenvolvimento é necessário haver investimento anterior que o preceda e como todo investimento é fruto das poupanças, diminuí-las, significa, em contrapartida, restringir o processo desenvolvimentista; não há outra solução para o dilema que se coloca - desenvolvimento ou redistribuição - senão o apêlo às poupanças estrangeiras. Daí esta verdade indiscutível a ser proclamada em alto e bom som: restringir a inversão dos capitais estrangeiros no País significa reduzir a possibilidade de uma melhor redistribuição das rendas, ou seja, significa, por equívoco imperdoável, por interesse inconfessável, por demagogia criminosa ou por ideologia marxista, evitar uma melhoria real das camadas mais pobres da população.⁵²³

Novamente, a situação é colocada de modo que não haja alternativa possível para o desenvolvimento econômico do país: recorrer ao capital estrangeiro para dinamizar e financiar a saída do subdesenvolvimento seria imprescindível. Além disso, quem estivesse a favor das restrições ao capital estrangeiro poderia estar agindo de má fé “comunista”, “marxista”, ou ser simplesmente contra o desenvolvimento do Brasil. A idéia do “nacionalismo caolho”, que seria característica dos discursos dos “comunistas”, também foi mobilizada. Significava as pessoas que tinham receio da livre iniciativa e do empreendedorismo individual, porque

⁵²¹ VIANNA, Carlos Roca. O processo espoliativo. op. cit., p. 45.

⁵²² DEMOCRACIA E EMPRÊSA. Slogans. op. cit., p. 4. Grifos no original.

⁵²³ SANTOS, Fábio Araújo. Palestra realizada na PUC pelo Dr. Fábio A. Santos. op. cit., p. 11.

poderiam contribuir para a dominação estrangeira no país. Nesse sentido, apoiavam estatizações crescentes para defender a nacionalidade:

Os campos se delinham na exasperação do individualismo egoísta, escorado num conceito desvirtuado de liberdade ampla de ação, no campo econômico, e na antítese desesperada do nacionalismo caolho, temendo a presença do indivíduo na produção de riquezas, não pelo temor do indivíduo, mas pelo medo à dominação estrangeira, através dos trustes e dos cartéis, preconizando, por isso mesmo, a estatização crescente dos meios de produção, para a defesa da soberania da nacionalidade.⁵²⁴

Em setembro de 1962, uma lei que foi bastante criticada pelo empresariado vanguardista e aprovada pelas esquerdas em geral foi a Lei de Remessa de Lucros⁵²⁵. O Projeto de Lei ficou conhecido como “projeto Celso Brant”, por ser de autoria deste senador, e versava sobre o controle do fluxo da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior. Em relação a este projeto, afirma-se:

No mesmo comentário, afirmamos que o projeto Celso Brant jamais teria sido aprovado pela Câmara do Deputados se não existisse tanta ignorância na opinião pública e no próprio Congresso Nacional, sobre a significação dos investimentos estrangeiros para a aceleração de nosso desenvolvimento econômico e para a situação social propriamente dita.⁵²⁶

Novamente, reiteravam a associação com o este tipo de capital como algo imprescindível e, mais ainda, inevitável para o objetivo de desenvolvimento. Esta idéia é complementada por outra argumentação: “no Rio Grande do Sul, encampados pelo Estado os serviços de energia elétrica para não ser o povo espoliado pelo capital estrangeiro, esse mesmo povo passou a pagar pela luz e força elétrica que consome, duas ou três vezes mais”⁵²⁷. Trata-se de uma crítica à estatização das filiais gaúchas das empresas *Bond and Share* e *ITT*, respectivamente de energia elétrica e de telefonia, no governo de Leonel Brizola, do PTB, em 1959 e 1962. Os serviços prestados pelo Estado seriam muito inferiores aos oferecidos anteriormente pela iniciativa privada, evidenciando, portanto, que as multinacionais, com capital estrangeiro, poderiam auxiliar muito mais o país no caminho para o desenvolvimento.

⁵²⁴ SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. op. cit., p. 23.

⁵²⁵ CONGRESSO NACIONAL. *Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm>. Acesso em 20 out. 2011.

⁵²⁶ Ignorância sobre inversões: são culpadas as empresas nacionais e estrangeiras. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 25-26, out. 1962, p. 25. Transcrito do jornal “Estado de São Paulo”, s/d.

⁵²⁷ DIDONET NETO, João. Política nacionalista. op. cit., p. 42.

Em relação ao período após o golpe, foi criticado o desenvolvimento associado realizado sem uma transferência tecnológica que compensasse os incentivos para a instalação das multinacionais no país:

Todavia, o desenvolvimento industrial do Brasil encontra um dos seus postos de estrangulamento na tecnologia; sabemos que a grandeza industrial de um país começa na retorta de seus laboratórios e nos seus institutos de pesquisas de toda ordem; no entanto, o Brasil está expandindo seu parque fabril principalmente à base de tecnologia estrangeira com dois graves inconvenientes:

- a) sobrecarga em nosso balanço de pagamentos com as despesas de **royalties**, assistência técnica, assistência científica, etc;
- b) subordinação crescente dos mais importantes setores industriais brasileiros a poderosos grupos internacionais.

É claro que devemos aproveitar as conquistas técnicas e científicas já alcançadas pelas nações pioneiras e não procurarmos repetir seus longos esforços de ensaios e pesquisas; mas precisamos nos equipar com os nossos próprios meios materiais e recursos humanos exigidos por uma Nação que realmente aspire a tornar-se potência industrial.⁵²⁸

Estas afirmações ocorreram no governo de Castelo Branco, onde a limitação de 10% para remessa de lucros para o exterior da Lei de Remessa de Lucros foi revogada, facilitando a fuga do capital para as sedes das multinacionais.⁵²⁹ Além disso, houve um processo de desnacionalização neste governo, o que nos ajuda a entender as preocupações explicitadas acima. Conforme Eduardo Cruz:

Durante o biênio 1965-1966, diversas companhias autóctones sucumbiram à concorrência, vendendo total ou parcialmente seus acervos acionários a similares forâneas. Esse processo de desnacionalização ganhou as páginas dos jornais, tornou-se objeto de uma CPI e de reclamações públicas de entidades patronais, às quais se somaram militares da linha-dura e inclusive alguns generais e almirantes do próprio gabinete governamental, como Peri Constant Bevilaqua, chefe do EMFA, Ernesto Geisel, Secretário-Geral do CSN [Conselho de Segurança Nacional], e Ernesto de Mello Baptista, Ministro da Marinha.⁵³⁰

O argumento anterior foi apresentado pelo General Anápio Gomes, o que nos oferece mais evidências em relação às diferentes matizes do pensamento militar e dos tipos de críticas direcionadas às políticas econômicas do próprio governo civil-militar.

De modo geral, as referências sobre a questão do capital estrangeiro no país criticavam as “mistificações” da oposição e os caracterizavam como incapazes de perceber a única

⁵²⁸ GOMES, Gen. Anápio. A estrutura industrial em face do desenvolvimento econômico. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 7-8-9, p. 4-10, abr./jun. 1966. p. 5-6. Grifos no original.

⁵²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 75-76.

⁵³⁰ CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. *A política externa brasileira no período 1964-1979: o papel do Itamaraty, das Forças Armadas e do Ministério da Fazenda*. Dissertação de Mestrado. 2009. 531 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. p. 27-28.

alternativa viável de desenvolvimento econômico. Para a superação do subdesenvolvimento, era imprescindível a participação do capital estrangeiro em um tipo de desenvolvimento associado, longe das estatizações e do nacionalismo “retrógrado” e “slogâmico” que impedia o pensamento racional para uma política econômica mais eficaz para o país. No pós-golpe, como vimos, houve críticas em relação à ameaça das multinacionais a setores estratégicos da economia. É possível interpretar que o empresariado vanguardista apoiava o desenvolvimento associado, mas com ressalvas em relação às atitudes permissivas com as multinacionais em detrimento de um desenvolvimento independente.

3.2.3 O papel do Estado no plano econômico

A revista *DE* defendia a necessidade de planejamento para que a economia brasileira pudesse se desenvolver de forma responsável. Era uma crítica ao governo de João Goulart, que embora tenha proposto o Plano Trienal para conter a inflação sem prejudicar o desenvolvimento, falhou e não teve os resultados esperados.⁵³¹ Durante o governo civil-militar, houve defesa do PAEG por parte do empresariado vanguardista, esperançoso de que haveria estabilização da inflação, como prometido no programa de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. No entanto, embora apostassem que a política econômica do governo surtiria efeito, houve uma série de críticas às consequências do PAEG para o empresariado em geral, as quais não se restringiram ao governo Castelo Branco. No período do governo Costa e Silva, por exemplo, pudemos identificar uma série de críticas às estatizações. A relação do empresariado com o novo governo instaurado através das páginas da *DE* não foi, portanto, de apoio incondicional.

Segundo a revista, o Estado deveria intervir na economia de acordo com as circunstâncias, e de forma complementar à iniciativa privada:

À guisa de palavras iniciais que consubstanciam todo um programa, a função do Estado é fiscalizar, auxiliar, organizar a economia privada – sua tarefa essencial – cabendo-lhe, é claro, quando forem fracas e apoucadas as iniciativas privadas, uma função supletiva que o leva a intervir no plano da economia, erigindo-se mesmo um empresário. *O campo de intervenção do Estado, pois, varia conforme as circunstâncias*, indo desde o geral (domínio do bem comum) até o particular (seguro social).⁵³²

⁵³¹ Para mais informações sobre o Plano Trienal e suas consequências, ver TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 43-52.

⁵³² TOLLENS, Paulo. O intervencionismo e a livre empresa. op. cit., p. 25-26. Grifos no original.

O Estado seria um mediador das relações entre a empresa privada e o mercado. Este também deveria participar em áreas fundamentais como “defesa nacional, segurança pública, organização da vida urbana e rural, saúde pública, comunicações postais, defesa dos recursos naturais, administração da justiça, execução do plano rodoviário, etc”⁵³³.

Identificavam problemas na atuação do Estado como empresário no governo de João Goulart:

Entretanto, em vez de sair de determinados empreendimentos, que poderiam ser transferidos para a esfera da iniciativa privada, ou então simplesmente fechados, como se deve proceder sempre em relação às empresas desmoralizadas e falidas, o Estado cada vez mais amplia o seu âmbito de ação, sob os aplausos das chamadas correntes nacionalistas, muito embora os ônus de todos os empreendimentos estatais fracassados, com a famosa socialização dos prejuízos, venham a recair sobre todas as camadas da população, atingindo de forma muito mais implacável sobretudo as menos favorecidas da fortuna.⁵³⁴

O argumento era de que a iniciativa privada deveria substituir o Estado nas atividades em que este estava fracassando, o que acarretava gastos cada vez maiores de dinheiro público sem resolver os problemas. O episódio da estatização das filiais gaúchas das multinacionais de energia elétrica e de telefonia pelo governo Leonel Brizola foi visto com maus olhos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, e gerou atrito entre João Goulart e os Estados Unidos. Embora a idéia acima seja de um período em que recém havia sido eleito um governador de oposição ao PTB no Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, a manutenção de empresas estatais deficitárias por João Goulart e o receio de que o governo sofresse uma guinada à esquerda e estatizasse empresas por parte do empresariado vanguardista deve ser considerado na análise destes discursos. Para este,

Uma das razões é de que o Estado, na direção de empresas econômicas, sofre a influência prejudicial da ação político-partidária. Outra, é de que não tem o estímulo da concorrência, que, na iniciativa privada, faz a seleção natural dos melhores e mais competentes. A empresa mal dirigida cede lugar às melhores administradas, que crescem e se desenvolvem enquanto bem dirigidas.⁵³⁵

As empresas estatais seriam mal dirigidas e não contariam com a concorrência, que impõe a necessidade de qualidade nos serviços e de superávit para que a empresa não seja ultrapassada pelas adversárias. Outra questão relevante para o empresariado vanguardista era

⁵³³ IPÊS. Reformas de base – Conclusões apresentadas pelo “IPES”. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v.1, n. 7, p. 37-39, abr. 1963. p. 37.

⁵³⁴ Socialização dos prejuízos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 49, nov. 1962. p. 49. Transcrito do jornal “Folha da Tarde”, Porto Alegre, 27/09/1962.

⁵³⁵ RENNERT, A. J.. Socialismo. op. cit., p. 50.

a compreensão de que o problema não deveria ser polarizado entre “estatistas” e “privatistas”, mas de forma que um complementasse o outro:

O problema da intervenção estatal na vida econômica tem sido colocado em termos de oposição entre a ação do poder público, de um lado, e o exercício da iniciativa privada de outro. [...]

Na verdade, tal dilema só se apresenta quando a ação estatal se processa no sentido de substituir a iniciativa privada, ao em vez de cooperar com ela, estimulando-a, quando possível protegendo-a inclusive contra suas próprias deformações.⁵³⁶

Portanto, antes do golpe, houve a defesa da intervenção estatal na economia na medida em que havia uma série de abusos cometidos pelos empresários que ainda não haviam implantado as modernizações empresariais que o IPESUL e a *DE* defendiam, praticando o “liberalismo egoísta” que os vanguardistas tanto criticavam. A mediação do Estado para que a “humanização do trabalho” fosse concretizada não era algo negativo, e auxiliava na tarefa. No entanto, os déficits das empresas estatais, os gastos públicos com as mesmas em detrimento de privatizá-las, e o receio de que houvesse mais estatizações em uma possível radicalização do governo de João Goulart eram algumas das preocupações do empresariado vanguardista em relação à temática.

No início do governo militar foi publicado na *DE* um artigo baseado em uma conferência de Roberto Campos, onde este argumentou que “nas economias subdesenvolvidas é aceitável e necessário um grau maior de intervenção governamental do que nas economias industrializadas, cujo crescimento já se tornou automático”⁵³⁷. Esta argumentação está coerente com sua atuação como Ministro do Planejamento e criador do PAEG junto com Otávio Gouveia de Bulhões. De acordo com ambos,

Este Programa de Governo parte do pressuposto de que a idéia de Planejamento não é incompatível com a da predominância da livre empresa no sistema econômico. Mesmo as nações mais tradicionalmente capitalistas recorrem, pelo menos, a um embrião de planificação ao programarem seus investimentos públicos e ao fixarem a sua legislação econômica.⁵³⁸

⁵³⁶ FARACO, Daniel. A orientação econômica do Estado deve ser de estímulo à iniciativa privada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 54-56, fev. 1963. p. 54.

⁵³⁷ CAMPOS, Roberto. Função da empresa privada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 7-8, p. 11-28, abr./mai. 1964. p. 12. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, jan./fev. 1964.

⁵³⁸ MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Programa de ação econômica do governo revolucionário 1964-1966. *Democracia e Empresa*, v. 3, n. 1-2, p. 2-36, out./nov. 1964. p. 4. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, set. 1964.

É importante lembrar que a idéia do planejamento advém tanto do *New Deal* estadunidense nos anos 1930 como dos Planos Quinquenais da União Soviética de Stálin, que evidencia a utilização do planejamento estatal da economia pelos dois blocos em confronto na Guerra Fria. Os economistas citados também afirmavam que “o mundo real compõe-se, assim de misturas de planejamento e sistemas de mercado. As proporções das misturas é que configuram os regimes econômicos”⁵³⁹, corroborando a interpretação de que o planejamento não elimina a iniciativa privada e não compromete o mercado.

Todavia, tanto o planejamento em si como o excesso de intervenção poderiam acarretar consequências indesejáveis, e o empresariado vanguardista não poupou críticas aos governos militares. De acordo com um dos artigos, chamado “É lícito nacionalizar?”, “o problema da nacionalização de emprêsas vem-se inscrevendo na ordem do dia, principalmente depois que autoridades nacionais lançaram mão desta medida, circunstâncias que são do conhecimento público”⁵⁴⁰. Aqui, se trata da reprodução do texto publicado pelo padre Fernando Bastos de Ávila S. J. em 1959, onde este expõe argumentos pró e contra nacionalizações, publicado no governo Castelo Branco. No entanto, a mobilização de sentido para o contexto do pós-golpe oferece uma crítica à atuação do governo militar em função do PAEG e de suas consequências para o empresariado vanguardista.

Conforme outro texto, podemos identificar críticas diretas ao governo de Castelo Branco partindo do presidente do IPESUL à época, Coronel Yeddo Jacob Blauth, em 1965:

Felizmente a opinião pública está começando a reagir contra os desmandos do Poder Público. É preciso reagir com persistência contra o delírio emisionista. É preciso ir contra o aumento já agora quase que mensal dos preços da Empresa Estatal Volta Redonda, eis que sendo as chapas de ferro ingrediente obrigatório em grande parte de nossa indústria, seu simples encarecimento implica em elevação geral dos preços. Também os produtos do Petróleo sobem muito, e idem os transportes estatizados.⁵⁴¹

O PAEG teve uma série de consequências impopulares, que atingiram tanto empregados como empregadores, com a justificativa de que eram necessários alguns sacrifícios iniciais para poder estabilizar a inflação e a economia como um todo e colocá-la no caminho do desenvolvimento. De acordo com Thomas Skidmore, “o governo aumentou também o preço em cruzeiros de importações básicas, como petróleo e trigo, usando uma taxa

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ ÁVILA, Fernando Bastos de. É lícito nacionalizar? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 22-26, set./out. 1966. p. 22. Transcrito da revista “Síntese Política Econômica Social”, n. 3, jul./set. 1959.

⁵⁴¹ BLAUTH, Cel. Yeddo Jacob Blauth. Inflação – Inimigo n. 1. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 5-6, p. 7-8, fev./mar. 1965. p. 7.

de câmbio realista em vez das taxas anteriores artificialmente baixas”⁵⁴². De acordo com o autor, a taxa de câmbio era mantida em defasagem artificial intencionalmente por João Goulart e outros presidentes para baratear o preço do pão e das passagens de ônibus, o primeiro produzido com trigo importado, e o segundo dependente do petróleo importado.⁵⁴³ Isto explica a insatisfação evidenciada acima, pois com o aumento do preço do petróleo todos os setores produtivos tiveram seus custos de produção aumentados devido ao uso desta matriz energética. Quanto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Skidmore afirma que o PAEG havia identificado que uma das causas da inflação no país era o caráter deficitário das empresas estatais, e Castelo Branco

tratou de pôr fim imediatamente aos gigantescos déficits das indústrias federais que administravam ferrovias, navegação e exploração de petróleo. Em cada caso era fatal o aumento dos preços dos serviços, medida que elevava diretamente o custo de vida a curto prazo. Mas a cobertura de custos significava a possibilidade de investimentos há muito adiados voltarem a ser feitos nas empresas estatais aumentando-lhes a produtividade e, conseqüentemente, reduzindo seus custos no futuro.⁵⁴⁴

Possivelmente esta foi a causa da insatisfação exprimida no artigo pelo Coronel Yeddo Blauth, pois a CSN também teve um aumento no custo de seus produtos, gerando como consequência um crescimento no preço de outros produtos industriais. Um dado interessante demonstra o descontentamento com a política econômica do governo pós-golpe já em maio de 1964, através de uma pesquisa de opinião pública da empresa MARPLAN na Guanabara, publicada no jornal *Correio da Manhã*, onde “perguntados se aprovavam e apoiavam a política do novo governo, 63% responderam ‘não’, 18% não tiveram opinião, e apenas 19% mostraram-se a favor”⁵⁴⁵. Pode-se depreender desta informação que a impopularidade das consequências do PAEG também afetou o empresariado como um todo.

Se havia uma abertura à intervenção do Estado na economia para que ela funcionasse de forma mais adequada, mediando as relações entre a iniciativa privada e o mercado, as críticas aos governos militares tornaram-se cada vez mais contundentes nas páginas das revistas *DE*. Estas se referiam principalmente ao excesso de intervenção do Estado na economia e com o inchaço das empresas estatais, que estariam dificultando a atividade da iniciativa privada:

⁵⁴² SKIDMORE, Thomas E.. *Brasil: de Castelo Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 72.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ MARPLAN apud ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 80-81.

Talvez a mais importante das condições para a retomada do desenvolvimento hoje resida na revisão das proporções das atividades do setor público e do setor privado. Apesar de tôdas as promessas em contrário, o atual Governo continuou a comprimir o setor particular e a engordar a área estatal. É provável que cêrca de dois terços da formação de capital do País hoje se concentrem nas várias esferas de Govêrno e respectivas emprêsas, restando apenas um minguado têrço para o setor privado. A carga tributária do País é desmedidamente alta, agravada por inúmeras contribuições para fiscais [sic]. As dificuldades de crédito e a escassez de fundos para inversão, particularmente para o capital e giro, que hoje tanto afligem as emprêsas, nada mais são do que a contrapartida monetária do excessivo peso real do Govêrno sôbre o sistema econômico. Acrescente-se que o pêsô explícito se tem somado uma espécie de pêsô implícito, correspondente à superprodução legislativa dos últimos tempos.⁵⁴⁶

De acordo com esta passagem, a expectativa do empresariado vanguardista era a de que o novo governo dispensasse maior atenção para os setores privados em detrimento das empresas estatais, e tiveram suas esperanças frustradas. Além da crítica à fortificação das empresas estatais, também questionavam a alta carga tributária, que revertia, em parte, para as mesmas empresas. Ou seja, retiravam uma parcela do lucro da iniciativa privada para investir nas estatais que, segundo o empresariado vanguardista, não deveriam receber tamanha atenção. Cabe lembrar que, segundo Thomas Skidmore, “o segundo instrumento importante da política de estabilização de Campos e Bulhões foi o controle do crédito do setor privado”⁵⁴⁷, o que prejudicou os produtores. Tais obstáculos eram vistos como sacrifícios pelas empresas:

[...] vitoriosa a revolução que teria sido **feita para proteger as classes patronais**; na ânsia de conter a hiperinflação e de sanear as finanças, fêz-se incindir sôbre as emprêsas o pêsô de uma série de medidas, que, isoladamente acertadas ou mesmo perfeitas, constituíram, por sua simultaneidade e convergência, um terrível gravame que vem sendo **suportado com ingentes sacrifícios**.⁵⁴⁸

Portanto, mesmo que as revistas *DE* publicassem discursos solicitando paciência do empresariado, pois estava em curso um trabalho de reconstrução nacional onde muitos sofreriam algumas consequências de curto prazo em benefício do bem comum, críticas como as referidas acima também eram publicadas, o que evidencia opiniões divergentes dentro da classe empresarial. Se no pré-golpe havia uma coalizão com o objetivo comum de evitar o “comunismo” e derrubar Goulart, após o golpe críticas semelhantes às feitas ao governo anterior foram direcionadas aos militares, como ao excesso de intervenção estatal na economia e ao fortalecimento das estatais.

⁵⁴⁶ SIMONSEN, Mário Henrique. Política econômica e retomada do desenvolvimento. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 13-16, jan./fev. 1967. p. 16. Transcrito da “Revista Econômica JB”, n. 66-67.

⁵⁴⁷ SKIDMORE, Thomas E.. op. cit., p. 75.

⁵⁴⁸ COSTA, Octavio Pereira da. As Forças Armadas e as classes empresariais. op. cit., p. 8. Grifos nossos.

O Coronel Yeddo Jacob Blauth mostrou-se descontente com o governo Castelo Branco: “[...] a Nacionalização das Empresas de navegação já foi um ato contra a Democracia. Neste momento foi ultrapassado o limite e a Democracia começou a periclitir. A partir deste instante a Democracia Brasileira passou a ser ameaçada pelo perigo totalitário”⁵⁴⁹. Neste artigo, datado da edição de março/abril de 1967 e intitulado “Democracia e Estatismo”, o autor argumenta que onde há espaço para a atuação da livre iniciativa não deveria existir monopólio estatal. Faz concessão ao setor da telefonia e do petróleo, que poderiam ser monopólio do Estado, e põe em questão as ferrovias. Todavia, para o caso das companhias de navegação, argumenta que “nada obsta que vários barcos singrem as mesmas águas”⁵⁵⁰. Portanto, haveria espaço para a iniciativa privada, e o monopólio estatal não seria justificável. Em seguida, o autor explica o motivo de afirmar que a nacionalização das companhias de navegação foi um ato contra a “democracia” e que o perigo “totalitário” estava à espreita:

É que, instaurada a Estatobrás, com Aerobrás, Farmacobrás, Cargobrás, Imprensabrás, etc. O Governo terá não só o Poder Político, como o Econômico, e com estes dois Poderes Somados torna-se de um poderio tão grande que como é natural dada a imperfeição do ser humano, os detentores deste Poder, se não em um Governo, mas certamente no seguinte ou subsequente, sofrerão a tentação natural e humana, como já expliquei, de se perpetuarem no Poder, vale dizer no Governo, e ninguém os deterá, pois com manobras de bastidores farão as nomeações para “montarem o dispositivo continuista” e por meio de greves e agitações criarão o clima de intranquilidade necessário para a implantação do “Estado Totalitário” não só antidemocrático o que a rigor poderá ser apenas uma opção mas desgraçadamente contra o Povo, que se verá esbulhado de todos os seus direitos e condenado ao trabalho escravo e a pobreza, que afinal é a realidade dos países comunistas.⁵⁵¹

Portanto, avaliando a ação do governo civil-militar, o Coronel Yeddo Jacob Blauth, presidente do IPESUL, criticou fortemente a nacionalização das companhias de navegação com receio de que o regime constituído, com o poder político e econômico em mãos em função das estatizações, se transformasse num Estado “totalitário” com governantes que se perpetuariam no poder através de mecanismos de continuidade. Estas idéias evidenciam novamente a discordância de setores civis e militares com os rumos da economia no primeiro governo pós-golpe.

Outra crítica importante feita pelo mesmo autor é de um artigo intitulado “A Escola Superior de Guerra e Nossos Problemas”, da edição de janeiro/junho de 1968, já no governo Costa e Silva. Antes do texto há uma nota de redação: “Novamente vive o Brasil um ambiente

⁵⁴⁹ BLAUTH, Cel. Yeddo Jacob. Democracia e estatismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 13-14, mar./abr. 1967. p. 13.

⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ Ibid., p. 13-14.

de intranquilidade, queixas e acusações recíprocas. Por oportuno, reproduzimos anotações que, com simplicidade, mas com objetividade e coragem fazem uma síntese da complexa problemática brasileira”⁵⁵². Neste ano houve uma série de manifestações de oposição ao novo regime, na esteira das manifestações dos jovens, estudantes e trabalhadores do mundo inteiro contra a Guerra do Vietnã, o que culminou em 13 de dezembro com o AI-5.⁵⁵³ Costa e Silva era considerado um militar da “linha dura”, em contraste com Castelo Branco que era visto como um militar ligado à ESG e mais intelectualizado. Embora esta divisão seja esquemática, pois não comporta as matizes ideológicas dos governantes militares nem de outros integrantes da instituição militar, o fato é que com Costa e Silva o governo tornou-se mais truculento e lançou mão da repressão de forma mais contundente, o que se agravou, posteriormente, com Emílio Garrastazu Médici, a partir de 1969.⁵⁵⁴ Este contexto explica o tom da nota de redação. O artigo em si trata de uma série de problemas no Brasil, do “comunismo” ao subdesenvolvimento, passando pela questão dos estudantes e da universidade, além de comentar sobre ciência, tecnologia e trabalho, tudo com base em seus apontamentos do Ciclo de Estudos da ESG⁵⁵⁵. Também afirmou:

Permanece o povo pobre, com um Estado forte e aparentemente rico. É claro que o ideal é o equilíbrio, mas como tal é quase impossível de conseguir, preferível dar prioridade à Nação, ou seja, ao Povo, dentro do conhecido conceito de que – O Estado é Servo do Homem e não seu Amo.⁵⁵⁶

Há uma possível crítica ao governo naquele momento, visto que as estatizações aumentaram em quantidade no governo de Costa e Silva. Conforme as críticas que identificamos em relação ao governo Castelo Branco, há grande possibilidade de que Blauth, aqui, tenha feito questionamentos semelhantes. Aqui, o autor argumenta que o Estado não deve se fortificar sob pena de rumar para um Estado “Totalitário”, onde o povo ou a Nação não teriam suas demandas atendidas.

Portanto, as críticas à intervenção econômica por parte do empresariado vanguardista nas páginas da revista *DE* foram realizadas tanto no pré-golpe como nos governos civil-

⁵⁵² BLAUTH, Cel. Yeddo Jacob. A Escola Superior de Guerra e Nossos Problemas. op. cit., p. 30.

⁵⁵³ Para mais informações sobre as manifestações de 1968, ver HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

⁵⁵⁴ Para uma crítica da divisão reducionista “linha dura” e “moderados”, ver MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995; MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 125-140.

⁵⁵⁵ O autor não informa a qual Ciclo de Estudos da ESG se referiu neste artigo.

⁵⁵⁶ BLAUTH, Cel. Yeddo Jacob. A Escola Superior de Guerra e Nossos Problemas. op. cit., p. 30.

militares. Embora a coalizão que auxiliou na conspiração golpista tenha sido formada por entusiastas de primeira hora do golpe militar, perceberam que as medidas de estabilização da economia também afetavam de diferentes maneiras os seus interesses. Embora o empresariado vanguardista tenha solicitado a união dos empresários para um sacrifício em benefício do “bem-comum”, o fato é que houve diversas críticas apresentadas contra as medidas estabilizantes do governo.

3.2.4 Desenvolvimento econômico e sua relação com os impostos

Ao longo da leitura das revistas *DE* encontramos diversos artigos que debatiam a questão dos impostos no Brasil, seja a alta carga tributária, seja a alta incidência de sonegação por parte do empresariado distanciado da nova “mentalidade” empresarial em curso. Seja no pré ou no pós-golpe, os tributos foram temas discutidos nas revistas, e o modo como elas afetavam o desenvolvimento econômico do país dizia respeito diretamente aos empresários. De 1962 até o golpe de 1964 as principais referências a respeito dos impostos eram referentes à sua sonegação:

Aqueles que mais deveriam contribuir, porque para isso têm mais capacidade e, além disso, são os maiores interessados na manutenção da ordem jurídica em que vivemos, são os que mais procuram fugir dessa obrigação. Assim procedendo, eles não só enfraquecem essa ordem jurídica, que lhes assegura tantos direitos e tantas garantias, como, inclusive, prejudicam os demais concidadãos e causam sérios danos aos seus concorrentes que pagam religiosamente seus impostos, num procedimento que, além de moralmente ilícito, traz grave perturbação ao próprio sistema de livre empresa e livre concorrência.⁵⁵⁷

O empresariado vanguardista tentava conquistar a opinião de seus colegas, numa construção de consenso intra-classe para que fosse possível lograr o desenvolvimento econômico ao evitar praticar a sonegação de impostos, fosse por ser ilegal, fosse porque, a longo prazo, prejudicaria o próprio negócio dos sonegadores. Além disso, havia propostas de que o imposto para artigos de luxo fosse aumentado, e que os de consumo essencial fossem diminuídos em relação aos impostos indiretos. Mesmo que fizessem parte das elites econômicas do Rio Grande do Sul e do Brasil, os ipesianos faziam esta defesa:

⁵⁵⁷ PASQUALINI, Arlindo. Comunidade deve garantir recursos à sobrevivência do sistema democrático. op. cit., p. 21.

Basta, para isso, que se isentem totalmente ou tenham seus impostos reduzidos os artigos de consumo essencialmente e se aumente o gravame sôbre os de consumo das camadas mais ricas, da população, de acôrdo, aliás, como o princípio consagrado no art. 202 da Constituição, eliminando-se, outrossim as incidências múltiplas que não mais se coadunam com o estágio de industrialização a que já atingimos. Paralelamente, os impostos diretos têm de ser estruturados de maneira a reduzir ao mínimo a possibilidade de sonegação e eliminar as injustiças mais flagrantes.⁵⁵⁸

Além disso, em relação aos impostos diretos, argumentavam que deveriam ser estruturados de maneira que evitassem a sonegação o máximo possível. Com efeito, esta proposta foi levada a cabo após o golpe militar através da política econômica do governo Castelo Branco.

Outra questão que permeia a discussão da “função social” da empresa privada era a participação na carga tributária. De acordo com Mendes, “o sistema tributário, para o qual o empresário contribuía fortemente, atuaria como um instrumento de desconcentração de renda, cabendo evitar que essa atuação não se revertesse num ‘distributismo *à outrance*’ que significaria apenas a repartição da miséria”⁵⁵⁹.

Por outro lado, também pudemos identificar críticas ao excesso de impostos no pré-golpe: “não é o ‘espírito de lucro’ atribuído ao produtor que encarece o preço das utilidades e sim os tremendos impostos que oneram a produção, não raro em cinquenta e mais por cento [...]”⁵⁶⁰. Ou seja, contra o senso comum de que os setores produtivos encareciam os preços de seus produtos simplesmente em busca de lucros maiores, o empresariado vanguardista argumentava que eram os impostos que aumentavam tais preços. Jogavam, portanto, a “culpa” da situação no Estado e na carga tributária. Cabe enfatizar que a crítica aos altos tributos e o apoio à diminuição da sonegação de impostos não são contraditórios, mas complementares. O empresário moderno e que compreende a necessidade de ligar-se à nova “mentalidade” empresarial, a da “humanização do trabalho”, sabe que deve pagar o imposto e não sonegá-lo, porque assim colabora com o desenvolvimento nacional em forma de investimentos através do Estado. Isto não impede o empresário vanguardista de criticar as altas tributações, inclusive para evitar que o empresariado antigo sonegue os impostos em função da alta carga.

No pós golpe as críticas mais encontradas foram contra o excesso de carga tributária no país: “Nos últimos anos, entretanto, o que se observa é um estrangulamento do setor privado através das transferências de sua melhoria de produtividade para a área oficial através

⁵⁵⁸ IPÊS. Reformas de base. fev. 1963. op. cit., p. 28-29.

⁵⁵⁹ MENDES, Ricardo Antonio Souza. op. cit., p. 42. Grifos no original.

⁵⁶⁰ DEMOCRACIA E EMPRÊSA. Emissão, empreguismo, desperdício. op. cit., p. 4.

das sucessivas elevações da carga tributária”⁵⁶¹. O texto encontra-se numa edição da revista *DE* de julho/dezembro de 1968, já no governo de Costa e Silva. Quando se refere aos “últimos anos” o artigo também está falando do governo Castelo Branco e do PAEG. De acordo com Maria Helena Moreira Alves, “as rigorosas medidas de arrecadação de impostos resultaram em significativa elevação da receita federal. Ela passou de 7,8 por cento do PIB em 1963 para 8,3 por cento em 1964, depois para 8,9 por cento em 1965 e 11,1 por cento em 1966”⁵⁶². Assim, o empresariado vanguardista reclamava da transferência de seus ganhos em termos de produtividade para o Estado em forma de impostos, interferindo no desenvolvimento de seus negócios. Além disso, em complemento à idéia exposta acima, afirma-se que:

Em 1966, por exemplo, os investimentos governamentais já representavam, aproximadamente, 80% do investimento total do País. A crise estrutural do setor industrial decorre, por conseguinte, na maioria dos casos, não por desinterêsse do empresariado pelo aprimoramento da sua capacidade tecnológica e dos seus processos de produção, mas da crescente carga tributária que tem transferido os resultados da maior produtividade para o setor estatal.⁵⁶³

Na referência acima há uma crítica ao crescimento exacerbado da participação do Estado na economia, beneficiado pelos altos impostos pagos com o aumento da produtividade das empresas privadas. As críticas à intervenção do Estado na economia e às estatizações crescentes, principalmente no governo de Costa e Silva já foram analisadas anteriormente neste capítulo, mas a argumentação retorna aqui com a questão da alta carga tributária. Da mesma forma, em outro texto afirma-se:

O principal é o que diz respeito à elevada e gravosa carga tributária a que estão submetidas as indústrias do País. O desenvolvimento econômico brasileiro só poderá ser intensificado, no atual estágio, em que já se encontram praticamente esgotadas as possibilidades de substituição de importações, quando os aumentos de produtividade do setor privado redundarem em novos investimentos e em melhoria efetiva do poder de compra dos consumidores. A esfera industrial, por exemplo, só superará as crises de mercado que tem enfrentado nos últimos anos, quando tiver possibilidade de utilizar suas melhorias de produtividade na redução real de seus preços e em novas aplicações de capital.⁵⁶⁴

Podemos interpretar que, para o empresariado vanguardista, os ganhos de produtividade deveriam permanecer retidos nas empresas para que estas pudessem investir em

⁵⁶¹ ROSSI, Luiz Rodovil. Carga tributária freia desenvolvimento. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 10-12, jul./dez. 1968. p. 11. Transcrito da revista “Indústria e Desenvolvimento”, n. 4.

⁵⁶² SYVRUD, *Foundations of Brazilian Economic Growth*, p. 130 apud SKIDMORE, Thomas E.. op. cit., p. 75.

⁵⁶³ ROSSI, Luiz Rodovil. op. cit., p. 11.

⁵⁶⁴ Idem.

desenvolvimento e para que os consumidores pudessem se beneficiar, consequentemente, dos preços mais baixos.

Concluimos que a fração de vanguarda do empresariado adotava uma postura de oposição à sonegação fiscal e à alta carga tributária. Preconizava uma redistribuição de renda através da iniciativa privada, e se opunha à realizada pelo Estado. Portanto, criticavam a apropriação de seus ganhos de produtividade pelo Estado, pois isto impunha obstáculos às empresas para que estas pudessem desenvolver seu potencial produtivo.

3.2.5 Reforma Agrária e os problemas do campo

Com propostas tanto à esquerda como à direita, o tema da reforma agrária estava presente constantemente quando as Reformas de Base eram evocadas. A principal argumentação dos artigos sobre esta temática era a de que se houvesse uma reforma agrária, o mais importante não era a questão da redistribuição das terras, com ou sem indenização prévia, mas a assistência técnica, o crédito agrícola e a educação para os trabalhadores rurais. Neste sentido, portanto, “a reforma agrária está para o campo assim como a “democratização” do capital das empresas está para a cidade”⁵⁶⁵.

Uma questão levantada a respeito da reforma agrária é o uso do próprio termo “reforma”:

*Organizar, isso sim, o que está desorganizado e não pretender “reformular” o que inexistente, entendendo-se por organizar, objetivo da Política Agrária, todo um conjunto de normas e medidas destinadas a valorizar o Homem e a Terra, àquele elevando e dignificando profissional e espiritualmente, e, a esta, sabendo-se a aproveitar com amor e conhecimento.*⁵⁶⁶

Ou seja, há de realizar uma política agrária que valorize o homem do campo, algo que realmente organize o meio rural, tanto em relação à propriedade da terra como em relação às condições de trabalho. Da mesma forma argumenta-se:

Em suma, em face da incapacidade, até agora, do estado estabelecer as condições gerais de bem comum, qualquer política agrária em nossa pátria, antes de consistir em distribuição ou redistribuição de terras, deverá constar de uma reforma agrônômica, com orientação e assistência geral do Estado, visando, outrossim, a instauração de um regime de pequena e média propriedade, manipulada em moldes

⁵⁶⁵ IPÊS. Reformas de base. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p. 40-45, mai. 1963. p. 40.

⁵⁶⁶ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Reforma agrária ou organização agrária? Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 30-35, nov. 1962. p. 30-31. Grifos no original.

domésticos, evitando-se o parasitário regime dos arrendamentos, exploração do homem pelo homem, já que a terra deve pertencer a quem a trabalha com suas próprias mãos.⁵⁶⁷

As falhas do Estado até os anos 1960 no tema das políticas agrárias impõem uma reforma agrônômica antes da redistribuição de terras, que constituía o cerne de grande parte das discussões. Como se afirma em outra matéria, “o que tem a ver a posse ou o tamanho da propriedade com a omissão e os erros dos governos relapsos?”⁵⁶⁸ Ou seja, a questão da redistribuição não é tão importante quanto a da assistência agrícola e a da modernização do meio rural. Em outra referência, afirma-se: “*de que vale atribuir a propriedade da terra a quem não disponha de crédito, de técnica, de educação, de saúde e dos diversos meios assistenciais para refertilizá-la de modo eficiente?*”⁵⁶⁹ Ou seja, todas as argumentações indicam que não adiantaria dar terra para quem não teria condições objetivas de produzir nela. O simples fato de distribuí-la não significaria maior produtividade rural nem redução de desigualdades sociais. Para que houvesse real transformação, eram necessários outros mecanismos mais complexos.

De acordo com Ricardo Mendes, havia duas propostas de lidar com a questão agrária por parte do complexo IPÊS/IBAD. A primeira ancorava-se na questão da redistribuição das terras, onde a idéia da indenização prévia para as desapropriações era forte. Nesta via, a educação do homem do campo era importante, bem como a assistência rural. A segunda proposta era a de expandir a fronteira oeste e norte do país e ocupar terras devolutas, desviando da discussão sobre a reforma agrária.⁵⁷⁰ Além disso, um dos objetivos do IPÊS/IBAD com esta reforma seria a formação de uma classe média rural:

O objetivo fundamental a ser atingido pela Reforma Agrária, no caso brasileiro, é a criação de uma classe média rural organizada e bem estruturada, formada não só de pequenos proprietários e de trabalhadores adaptados e ajustados às tarefas diretas da agricultura, como de artesões e profissionais cujas atividades são indispensáveis a esse desenvolvimento.⁵⁷¹

Ou seja, tratava-se de apoiar a criação de uma infra-estrutura mais sólida para que os pequenos produtores pudessem prosperar no meio rural, algo que o Estado até então não teria propiciado. Estas propostas do pré-golpe não diferem muito das feitas nos artigos publicados

⁵⁶⁷ Ibid., p. 31-32.

⁵⁶⁸ REZENDE, José Peres. Reformar, o quê? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 20-22, jun. 1963. p. 21. Transcrito do jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 20/04/1963.

⁵⁶⁹ *DEMOCRACIA E EMPRESA*. Reforma agrária ou organização agrária? op. cit., p. 32. Grifos no original.

⁵⁷⁰ MENDES, Ricardo Antonio Souza. op. cit., p. 45-47.

⁵⁷¹ IPÊS. Estudos para reforma agrária. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 51-56, jul. 1963. p. 54.

após a instauração da ditadura civil-militar. O apelo para que houvesse assistência no campo era o tipo de argumentação mais difundida naquele contexto. Estes textos, de modo geral, contêm um caráter ideológico, pois sustentam relações de dominação entre classes, na medida em que os conflitos rurais no início dos anos 1960 tornavam-se cada vez mais intensos, com as Ligas Camponesas atuando fortemente e pressionando o governo para a realização da reforma agrária sem indenização prévia. Portanto, as referências analisadas acima têm caráter ideológico, pois possivelmente seus leitores, a fração vanguardista do empresariado gaúcho, atuaram em seus negócios influenciados de alguma maneira pela leitura destes artigos.

3.3 Considerações parciais

Os textos selecionados sobre as discussões referentes aos problemas políticos e econômicos difundidos pelo empresariado de vanguarda na revista *DE* faziam parte do projeto de inserção do IPÊS e de suas seccionais regionais nos debates da época. As idéias analisadas neste capítulo não eram novas quando foram publicadas, mas estavam circulando na sociedade há mais tempo do que a conjuntura imediata. O que o IPÊS logrou fazer foi sistematizar estas idéias em forma de estudos que se tornaram, em grande parte, hegemônicos no pós-golpe.⁵⁷²

As referências analisadas são ideológicas na medida em que constituíram parte do esforço do empresariado vanguardista de produzir um consenso intra-classe a respeito de quais seriam as melhores propostas para resolver os problemas do Brasil visando aos seus interesses. Além disso, buscando inserir-se nos debates contemporâneos, o IPÊS e o IPESUL também se preocupavam em difundir tais idéias para um público mais amplo. Embora esta não seja a proposta da revista *DE*, tendo em vista sua linguagem e a sua venda voltada para as entidades de classe, é possível supor que o potencial ideológico da mesma tenha sido direcionado para os trabalhadores através da influência, em menor ou maior grau, exercida pela revista sobre seus leitores.

⁵⁷² Sobre a utilização de projetos do IPÊS ou adaptações destes no pós-golpe, além da assessoria oferecida pelo Instituto e seus membros à ditadura civil-militar, ver DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. op. cit., p. 417-479.

CONCLUSÃO

O IPESUL formou a base de uma campanha ideológica de desestabilização do governo de João Goulart a partir do Rio Grande do Sul, compreendendo civis e militares que atuaram na política partidária, aglutinaram-se com outros grupos anticomunistas e criaram a revista *DE*. O IPESUL estava preocupado com os meios para defender a “democracia” e a propriedade privada. A proposta da entidade era de difundir o ideal da “humanização do trabalho” e da “democratização do capital” que seriam efetivados em conjunto com a reforma da “mentalidade” empresarial. A revista *DE* era peça fundamental na difusão destes discursos ideológicos.

O Instituto desempenhou papel fundamental dentre os IPÊS mais ativos, ao lado de Minas Gerais. Através desta pesquisa, pudemos confirmar a importância de estudar o regional para matizar as generalizações da composição do quadro golpista, que não era tão homogêneo e centralizado como René Dreifuss argumenta. Pudemos apurar a existência de autonomia relativa do IPESUL em relação aos IPÊS centrais e também a participação ativa dos membros do IPESUL nos cursos da ADESG e na ADR, entidade anticomunista criada após o golpe militar. Não foi à toa que esta foi fundada na sede do IPESUL, no Palácio do Comércio de Porto Alegre. A convergência ideológica era grande e havia vários membros em comum. Entre a segurança e o desenvolvimento, militares e a fração vanguardista do empresariado andaram juntos durante o período estudado.

A revista *DE* serviu como suporte difusor de discursos ideológicos calcados na defesa de um tipo específico de democracia baseada no reformismo e na renovação da mesma por via do empresariado vanguardista e, após, de todo empresariado, com o objetivo de conter o “comunismo” e aumentar a produtividade. Tal democracia via as soluções para os problemas brasileiros na via autoritária, através do governo das “elites”, dos mais “competentes”, apoiado em uma tecnocracia preparada e pronta para ocupar cargos importantes do aparato estatal.

Esta visão elitista dos rumos do Brasil estava em convergência com a DSN e seus preceitos a respeito do desenvolvimento econômico. Não nos cabe avaliar se o consenso construído logrou êxito intra e/ou extra-classe, mas inferir que a idéia de democratização do capital das empresas extrapolou nosso período de análise e se encontra presente ainda hoje, como forma de aumentar a produtividade. Também é

importante considerar que a crítica às estatizações e ao engrandecimento do Estado era elemento tão forte nos artigos da revista que se manteve no pós-golpe.

Os discursos ideológicos da *DE* tinham um forte tom anticomunista e variavam de construções positivas às negativas. Construía positivamente a idéia de que uma nova “democracia” renovada seria o caminho natural a ser seguido pelos brasileiros em função de sua tradição católica, de sua cordialidade e da aversão ao conflito. Desta forma, deveria imperar a “harmonia” entre as classes, e não a luta de classes pregada pelos “comunistas”. Nesta renovação a empresa privada teria papel fundamental, na medida em que concretizaria a “função social do capital” e afastaria o fantasma do “comunismo”. As reformas no país deveriam ser realizadas a partir da redistribuição de renda via empresa privada, e não através do Estado. O Estado deveria oferecer as garantias mínimas para a livre iniciativa e através dos ganhos de produtividade da empresa esta poderia pagar melhores salários e “humanizar” mais ainda o trabalho, oferecendo cada vez mais benefícios para seus empregados. Portanto, os impostos não deveriam ser abusivos, pois a redistribuição de renda era tarefa da empresa privada.

Ao mesmo tempo faziam uma construção negativa do inimigo “comunista” e de suas diversas facetas. Representava o ateísmo, o oportunismo, o aliciamento de “inocentes úteis” supostamente mal informados para a causa “comunista” e a potência de eclosão de uma “revolução” que já estaria em curso no país. No contexto do início dos anos 1960, com a efervescência política, a intensificação das greves e as reivindicações crescentes de melhores condições por parte das massas urbanas e rurais, os movimentos das esquerdas eram encarados, de modo geral, como “comunistas”.

Somado a essas construções, a fração vanguardista do empresariado também diagnosticava os problemas brasileiros e propunha soluções para os mesmos. Desde modo se inseria nas discussões do período acerca das reformas de base e elaborava estudos que defendiam os seus interesses. É importante considerar que a fração vanguardista não se omitia diante dos debates sobre estas reformas, e disputava as opiniões dos leitores dos jornais e revistas onde seus artigos eram publicados a respeito de quais proposições eram melhores para o país. Nesse sentido, a revista *DE* também publicava tais estudos e difundia uma visão elitista para a solução dos problemas, como já foi referido.

Diante da problemática apresentada e dos objetivos que procuramos contemplar ao longo do trabalho, as idéias acima constituíram os discursos ideológicos difundidos pela revista *DE* para a construção de um consenso entre o empresariado, ou seja, intra-

classe, e também para a população em geral, por parte da fração vanguardista do empresariado gaúcho.

Destacamos algumas questões que foram desenvolvidas nesta pesquisa e que podem ser retomadas futuramente em novos estudos, de forma mais aprofundada, com novos olhares e abordagens. Seria interessante, por exemplo, realizar um estudo prosopográfico dos sócios-fundadores e dirigentes do IPESUL, a fim de analisar suas origens sociais, trajetórias e posições quando membros da instituição. Além disso, através desta análise poderia ser verificada a atuação ou não em cargos estatais pré e pós-golpe, possivelmente relativizando a idéia utilizada por Dreifuss de *colonização* do aparato estatal. Dentro deste mesmo estudo seria relevante analisar a relação das empresas às quais os sócios-fundadores e dirigentes do IPESUL estavam ligadas com capital estrangeiro. Seria averiguada concretamente a existência desta relação, o grau de sua força e suas possíveis implicações.

A comparação das revistas *DE* com outras publicações de entidades empresariais do Rio Grande do Sul constituiria um estudo importante para verificar a existência de um padrão de argumentação e para matizar a compreensão que se tem das diversas frações do empresariado gaúcho no contexto dos anos 1960. A respeito da recepção da *DE* no meio empresarial pudemos tecer apenas algumas suposições. No entanto, caberia um estudo concreto para avaliar qual o impacto que idéias como a “humanização do trabalho” e a “democratização do capital” tiveram nas empresas, bem como outras idéias-chave difundidas em publicações diferentes da *DE* a serem comparadas.

Como referido, pudemos identificar algumas relações entre o pensamento autoritário dos anos 1920 e 1930 e os discursos do IPESUL nos anos 1960. Caberia um estudo específico comparando os dois momentos e analisando como se deu a atualização dos discursos do início do século XX nos anos 1960 mobilizando sentidos para outras questões.

Estabelecemos as principais relações entre a ADR e o IPESUL. No entanto, acreditamos que estas são mais profundas. A ADR e suas relações com outras organizações anticomunistas merecem um estudo específico. Também poderia ser feita uma análise da participação concreta dos membros do IPESUL na instituição e a relação de outros empresários com a ADR, principalmente na busca por recursos para viabilizar financeiramente o seu funcionamento.

Por último, a busca por mais documentação a respeito da estrutura do IPESUL é imperativa para podermos aprofundar a pesquisa sobre seu funcionamento e atividades

desenvolvidas. Há relatórios anuais e atas de reunião, mas não conseguimos encontrar tais documentos. É possível que não existam mais. Todavia a busca se faz necessária e deve continuar.

REFERÊNCIAS

A – FONTES SECUNDÁRIAS

1 – Referências teóricas e metodológicas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HEINZ, Flavio M.. Notas sobre o uso de anuários sociais do tipo *Who's who* em pesquisa prosopográfica. In: HEINZ, Flavio M.. (org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-165.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

2 – Livros

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

BEOZZO, Padre José Oscar. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.

COMBLIN, Padre José. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis and good neighbors: the United States campaign against the Germans of Latin América in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

LARAÑA, Ildelfonso Camacho. *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação geral). *31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 13.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva;FAPESP. 2002.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: UEL, 2001.

RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo;Minas Gerais: Annablume; CPP/Emater, 2000.

RODEGHERO, Carla Luciana. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROUT JR., Leslie B.; BRATZEL, John F.. *The Shadow War: German Espionage and United States Counterespionage in Latin America during World War II*. [s/c]:Praeger, 1986.

SILVA, Carla Luciana Souza da; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). *Velhos Integralistas: a memória de militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Editora Argos, 2004.

SKIDMORE, Thomas E.. *Brasil: de Castelo Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORRESINI, Elisabeth Wenhäusen Rochadel. *Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos Anos 30 e 40*. São Paulo;Porto Alegre: Editora da Universidade de São Paulo/Com-Arte; Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

3 – Capítulos de livros

CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41-62.

HARRES, Marluza Marques. Movimentos Sociais Rurais. In: GERTZ, René E.; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4, p 235-256.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 125-140.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Anti-reformismo e a questão social no Brasil: o golpe de 1964. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *A*

ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 33-78.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPESZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.) *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. Vol. 1. p. 33-50.

4 – Artigos de periódicos

BANDEIRA, Moniz. O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n. 2, p. 53-73, 1994.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss)”. *Lua Nova*, n. 58, CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil, p. 255-262, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a12n58.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*, ano 1, n. 1, p. 55-76, abr. 2005.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n. 106, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto106.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, ps. 29-60, 2004.

JORNADA, Maria Isabel Herz da. Os industriais gaúchos e a política salarial: “por quem os sinos dobram”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 10, n. 1, p. 47-82, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1277/1643>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, set./out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan. 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan. 2012

TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. *Revista de Estudos Estratégicos E-Premissas*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 120-130, jun./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.08.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

5 – Teses de doutorado

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

6 – Dissertações de mestrado

BETT, Ianko. *A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. *A política externa brasileira no período 1964-1979: o papel do Itamaraty, das Forças Armadas e do Ministério da Fazenda*. Dissertação de Mestrado. 2009. 531 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

DETOFFOL, Carolina. *Direita volver: o IBAD no golpe de 64 lido pela imprensa gaúcha*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MORAES, Gilmar Ferreira de. *A Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul no contexto da abertura 1974-1984*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PAULA, Luis Antonio de. *As sete mortes do Diário Popular - 117 anos de um jornal à procura de identidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

7 – Monografias

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os movimentos sócio-políticos e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. 2008. 153 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

8 – Referências virtuais

CPDOC. *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 20 out. 2011.

FABER, Marcos Emílio Ekman; SANTOS, Giovana Inácio dos; GOULART, Josiel Eilers. *Teologia da Libertação: Resistência Intelectual nos Anos de Chumbo*. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>> Acesso em: 8 jan. 2012.

VARGAS, João Protásio Farias Domingues de. *Dialética e Defesa do Consumidor: A Relação Dialética de Consumo como correlativo necessário da Relação Dialética de Produção. Quem defende trabalhador, defende consumidor: o trabalhador é o “elo de papel” entre o cidadão e o consumidor, na formação da humanidade da modernidade*. Disponível em: <http://www.protasiovargas.com.br/bdpv/tex/dialconsum_mon1.htm>. Acesso em: 30 jan. 2011.

KOCHER, Bernardo. *De Bandung a Bagdá: Cinquenta anos de história e economia política do terceiro mundo*. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Bernardo%20Kocher.doc>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

9 – Textos de anais de eventos

FONSECA, Raquel Silva da. *Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958-1963)* in FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846439_ARQUIVO_anpuh2011.2.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.

MORAES, Thiago Aguiar de. *As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991)*. In: *Jornada de Estudos sobre ditaduras e direitos humanos: Anais*. Porto Alegre: APERS, 2011. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011. p. 114-123.

SOARES, André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos. *Imigração japonesa em Santa Maria através do jornal A Razão: 1956-1958*. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210796488_ARQUIVO_ArtigoANPUHjapaocompleto.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011.

ZARDO, Murilo. *O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha*. In: *Jornada de Estudos sobre ditaduras e direitos humanos: Anais*. Porto Alegre: APERS, 2011. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011. p. 151-160.

B – FONTES PRIMÁRIAS

1 – Documentos Administrativos

AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *Ata de Extinção*. Protocolo de Inscrição n. 698.181.

_____. *Relação da atual diretoria*. 13 nov. 1970. Protocolo de Inscrição n. 356.789.

_____. *Relação dos sócios-fundadores (cópia do livro de presença de 13/9/65)*. 13 nov. 1970. Protocolo de Inscrição n. 356.789.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *96ª Sessão Ordinária, em 3 de novembro de 2009*. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/visualiza.asp?ID_SESSAO=917>. Acesso em: 29 ago. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Composição Histórica da Diretoria – por área de atuação – desde 1965*. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/historia/comp_historica_BCB_area.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, Brasília, vol. 13, 3 jun. 1968.

_____. *Diário Oficial da União*. 24 ago. 1937.

_____. *Diário Oficial da União*. 21 fev. 1946.

_____. *Diário Oficial da União*. 26 nov. 1957.

_____. *Diário Oficial da União*. 14 jun. 1960.

_____. *Diário Oficial da União*. 18 jan. 1971.

_____. *Diário Oficial da União*. 4 nov. 2008.

CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE SANTA MARIA. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cacism.com.br/sites.php?page=historico/2//>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Exposição de motivos*. Projeto de Lei n. 274/07. p. 1. Disponível em: <http://200.169.19.94/processo_eletronico/081712007PLL/081712007PLL_PROJETO_25449570_70.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. *Ex-presidentes*. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/?conteudo=expresidentes>>. Acesso em: 29 ago. 2011

CONGRESSO NACIONAL. *Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm>. Acesso em 20 out. 2011.

FARSUL. *Mandato de 1961 a 1963*. Disponível em: <http://www.farsul.org.br/pg_presidentes.php>. Acesso em: 29 ago. 2011

FEDERASUL. *Gestão Atual*. Disponível em: <<http://www.federasul.com.br/acpa/gestao.asp>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

PERNAMBUCO. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, Recife, 10 nov. 1975, p. 357-358. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/013_08-1-001-1-140.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. 16/10/1952.

_____. *Diário Oficial Indústria e Comércio*, Porto Alegre, v. 16, n. 77, 23 abr. 1991.

TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Não se iluda, eminência*. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/MAN%2075-11-13%20N%C3%A3o%20se%20iluda.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

2 – Documentos do IPÊS

IPÊS. Assuntos com Dr. João B. L. Figueiredo, 12/3/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1963.

_____. Reunião Conjunta, 5/2/1962. Grifos nossos. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1962, Súmulas e Atas de reuniões conjuntas e plenárias (cópias) 1962.

_____. Reunião da Comissão Diretora, 20/04/1962. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas da Comissão Diretora 1962, Súmula das reuniões da Comissão Diretora (cópias) 1962.

_____. Reunião da Comissão Diretora, 21/9/1964. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (Código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmula das reuniões do comitê executivo e da comissão diretora 1964, Súmula das Reuniões do Comitê Executivo e Comissão Diretora copias, 1964.

_____. Reunião da Comissão Diretora, 24/9/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e Súmulas 1963.

_____. Reunião da Comissão Diretora, 27/3/1962. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas da Comissão Diretora 1962, Súmula das reuniões da Comissão Diretora (cópias) 1962.

_____. Reunião do Comitê Executivo (Pleno) Rio/São Paulo, 22/1/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1963.

_____. Reunião do Comitê Executivo (pleno) Rio/São Paulo, 22/1/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1963.

_____. Reunião do Comitê Executivo, 12/2/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e Súmulas 1963.

_____. Reunião do Comitê Executivo, 12/4/1962. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas do Comitê Executivo 1962, Súmulas das reuniões do Comitê Executivo cópias 1962.

_____. Reunião do Comitê Executivo, 22/11/1962. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Súmulas do Comitê Executivo 1962, Súmulas das reuniões do Comitê Executivo cópias 1962.

_____. Reunião do Comitê Executivo, 8/11/1963. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 2, PAC 01, Súmulas do comitê executivo 1963.

_____. Reunião Geral, 23/10/1962. Localização: Arquivo Nacional, Fundo IPÊS (código QL), Caixa 3, PAC 01, Atas e súmulas 1962, Súmulas e Atas de reuniões conjuntas e plenárias (cópias) 1962

IPÊS/GB. *Boletim Mensal*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40-41, nov./dez. 1965.

_____. *Boletim Mensal*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 26-27, set./out. 1964.

3 – Documentos do IPESUL

IPESUL. Ata da Assembléia Geral de Constituição, 1962.

_____. Carta do Rio de Janeiro. Relatórios parciais das comissões da II reunião plenária das classes produtoras. 1962?. Localização: Biblioteca Central da PUCRS, Delfos, Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP), Fundo 5 – Diversos, Série 3 – Folhetos, Seção 3.1 Documentos.

_____. Conselho Orientador (sócios-fundadores), 1962.

_____. Estatutos do IPESUL, 1962.

_____. Inscrição, 1962.

4 – Revista *Democracia e Empresa*

AMARAL, Rubens do. Combate ao comunismo ou combate à miséria. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 33-34, nov. 1963. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 31/08/1963.

ÁVILA, Fernando Bastos de. É lícito nacionalizar? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 22-26, set./out. 1966. Transcrito da revista “Síntese Política Econômica Social”, n. 3, jul./set. 1959.

_____. Socialismo e consciência cristã. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 1-2-3, p. 57-65, out./nov./dez. 1965.

_____. A encíclica *Populorum Progressio*. *Democracia e Empresa*. Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 21-28, set./out. 1967.

BANAS, Geraldo. Em debate.... *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 5-6, p. 1-3, fev./mar. 1965. Transcrito da revista “Banás Informa”, 29/03/1965.

BARBOSA, João Alberto Leite. Perigos da inflação. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 11, dez. 1962. Transcrito do jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, s/d.

BIRMANN, Aron. Desenvolvimento e crédito. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 60-63, jul. 1963.

BLAUTH, Cel. Yeddo Jacob. Inflação – Inimigo n. 1. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 5-6, p. 7-8, fev./mar. 1965.

_____. A nova República. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 3-4, p. 15-16, dez./jan. 1965.

_____. Democracia e estatismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 13-14, mar./abr. 1967.

_____. Democracia e estatismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 5-6, p. 3-4, fev./mar. 1965.

_____. A Escola Superior de Guerra e Nossos Problemas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 30-32, jan./jun. 1968.

BRITO, M. F. do Nascimento. Depoimento Sôbre a União Soviética. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 30-47, mar. 1964. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, nov./dez., 1963.

BURGER, Ary. Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 4, n. 12, p. 31-40, nov./dez. 1966.

CAMPOS, Roberto. A realidade brasileira e os planos de reconstrução. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 11-12, p. 53-63, ago./set. 1964.

_____. A imbecilidade dos “slogans”. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 25-27, fev. 1963. Transcrito da revista “Brasil em Marcha”, ago. 1962.

_____. Freios para Leviatã. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 28-31, mar. 1963. Transcrito da “Revista das Classes Produtoras”, nov. 1962.

_____. Função da empresa privada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 7-8, p. 11-28, abr./mai. 1964. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, jan./fev. 1964.

CARVALHOSA, Jonas C. de. Estabilização de preços e aumento da produtividade. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 18-28, jun./jul. 1965.

CESARINO JÚNIOR, Antônio Ferreira. A participação nos lucros, num programa de reformas de base. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 40-49, set. 1963. Transcrito da revista “Arquivos do Instituto de Direito Social”, v. 14, n. 2, dez. 1962.

CORÇÃO, Gustavo. As Defesas da Democracia. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 29-31, jun./jul. 1965. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 13/06/1965.

COSTA, Octavio Pereira da. As Fôrças Armadas e as classes empresariais. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 3, n. 3-4, p. 1-14, dez./jan. 1965.

DANTAS, Humberto. Economia que tem cheiro de morte. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 37-38, ago. 1963. Transcrito do “Boletim Informativo” da FIESP, mar. 1963.

Democracia e Empresa, Porto Alegre, v. 2, n. 11-12, ago./set. 1964.

_____, Porto Alegre, v.1, n. 1, out. 1962.

DEMOCRACIA E EMPRESA. A inflação em expansão. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 22-24, out. 1962.

_____. Álvaro Coelho Borges. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 15, abr./jun. 1969.

_____. Ambigüidade. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 1-2, jan. 1963.

_____. Democratização do capital é o caminho acertado para garantir progresso ao país. Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 18-19, out. 1962.

_____. Editorial. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1, out. 1962.

_____. Editorial. Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1, dez. 1962.

_____. Editorial. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1, out. 1963.

_____. Editorial. Porto Alegre, v. 2, n. 11-12, p. 1, ago./set. 1964.

_____. Editorial. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 1, jan./jun. 1968.

_____. Editorial. Porto Alegre, v. 7, n. 3-4, p. 1, jul./dez. 1969.

_____. Emissão, empreguismo, desperdício. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 3-4, jan. 1963.

_____. Função social do capital. Porto Alegre, v. 2, n. 7-8, p. 33, abr./mai. 1964. Transcrito do jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 23/03/1964.

_____. Fundamentos filosóficos do mundo livre e do mundo comunista. Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 23-28, jun. 1963.

_____. IPESUL. Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 2-9, out. 1962.

_____. Não é apenas abolindo a miséria que se irá extirpar o comunismo. Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 7-8, fev. 1963.

_____. O assalto ao parlamento. Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 27, jul. 1963.

_____. O coletivismo, por tôda a parte, a ameaçar o homem. Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 4-8, abr. 1963.

_____. O mito da juventude. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-3, jul./dez. 1968. Transcrito da “Folha da Tarde”, 05/10/1968.

_____. O que existe é um poder econômico nas mãos do poder político. Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 5-6, jan. 1963.

_____. Por que há estudantes comunistas? Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 8-10, jul. 1963. Transcrito da revista “Primavera em Flor”, set. 1962.

_____. Porto Alegre, vol. 6, n. 1, jan./jun. 1968.

_____. Reforma agrária ou organização agrária? Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 30-35, nov. 1962.

_____. Slogans. Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 1-4, mar. 1963.

DIDONET NETO, João. Política nacionalista. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 41-43, fev. 1963. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, s/d.

FAGUNDES, M.. A política, um negócio. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 13-15, ago. 1963.

_____. Massas e elites. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 1-3, jun. 1963.

FARACO, Daniel. A orientação econômica do Estado deve ser de estímulo à iniciativa privada. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 54-56, fev. 1963.

FRENTE DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR DE MINAS GERAIS. Plano Kosak. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 43, nov. 1962.

GIMENEZ, Ovídio. A inflação e o caso brasileiro. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 3, n. 11-12, p. 50-55, ago./set. 1965.

GOMES, Anápio. Contribuição da emprêsa privada para o poder militar terrestre. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 2, n. 9-10, p. 38-44, jun./jul. 1964.

_____. A estrutura industrial em face do desenvolvimento econômico. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 4, n. 7-8-9, p. 4-10, abr./jun. 1966.

GORRESE, Paschoal. Reforma Eleitoral. *Democracia e Emprêsa*, Porto Alegre, v. 4, n. 7-8-9, p. 15-21, abr./jun. 1966.

HOFMANN, Leopoldo. Liderança no trabalho e compreensão. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 8, p. 8-9, mai. 1963. Transcrito do “Jornal do Dia”, 31/01/1963.

HUBER, Gilberto. A democratização do capital. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 8, p. 10-13, mai. 1963. Transcrito do “Boletim Mensal” do IPÊS, n. 6.

ICHASO, Francisco. A verdadeira arma letal do marxismo-leninismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, 27-29, abr. 1963. Transcrito da revista “Espejo”, I.I.S.E., México.

Ignorância sobre inversões: são culpadas as empresas nacionais e estrangeiras. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 25-26, out. 1962. Transcrito do jornal “Estado de São Paulo”, s/d.

Instantâneos. Posição do Comércio. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, p. 54, dez. 1962.

IPÊS. Caminho para participação nos lucros exige democratizar o capital. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, 37-39, set. 1963. Transcrito do “Jornal do Brasil”, 17/03/1963.

_____. Estudos para reforma agrária. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 51-56, jul. 1963.

_____. Reformas de base – Conclusões apresentadas pelo “IPES”. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v.1, n. 7, p. 37-39, abr. 1963.

_____. Reformas de base. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 28-35, fev. 1963.

_____. Reformas de base. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p. 40-45, mai. 1963.

KAMINSKI, Emilio. Minoria audaciosa tenta monopolizar a opinião pública. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 41-44, out. 1962. Transcrito do “Jornal do Comércio”, 28/08/1962.

LABIN, Suzanne. “O mundo livre se mantém mudo e cego à infiltração comunista”. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 57-59, out. 1963. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 03/08/1963.

LÂNGARA, Luiz Lima. Reforma de estrutura da empresa. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, p. 41-49, dez. 1962.

LUCA, Eraldo de. Humanização do trabalho e participação da imprensa na sua divulgação. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 4-8, set. 1963.

MANTA, A.. Líderes revolucionários. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 49-51, fev. 1963. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, 12/12/1962.

_____. Papel das entidades de classe. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 1-3, nov. 1962.

_____. Temas para meditação. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 3-5, dez. 1962.

_____. Com quem está a razão? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p. 46-49, mai. 1963.

_____. Trechos de um discurso proferido pelo Gen. Antônio Manta, por ocasião da inauguração da Exposição Rural de Uruguaiana. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 55-56, dez. 1962.

MARQUES, Dionísio. Não precisamos de comunismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 22-23, dez. 1963. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 21/11/1963.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário 1964-1966. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 3, n. 1-2, p. 2-36, out./nov. 1964.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Programa de ação econômica do governo revolucionário 1964-1966. *Democracia e Empresa*, v. 3, n. 1-2, p. 2-36, out./nov. 1964. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, set. 1964.

Organização do Estado democrático. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 35, nov. 1963. Transcrito do “Jornal do Dia”, Porto Alegre, 12/10/1963.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Amaral. Responsabilidade Social do Empresário. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 4, n. 10, p. 22-24, jul./ago. 1966.

PAIVA, Glycon de. A encruzilhada dos três caminhos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 5, p. 36-38, fev. 1963. Transcrito do “Boletim da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra”, n. 97.

PASQUALINI, Arlindo. Comunidade deve garantir recursos à sobrevivência do sistema democrático. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 20-21, out. 1962.

POZO, José Jardim. Empresas de capital aberto. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 4, n. 4-5-6, p. 22-26, jan./fev./mar. 1966.

RENNER, A. J.. Advertência aos “inocentes úteis” e aos democratas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 4, 36-37, jan. 1963.

_____. Humanização do Trabalho. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 16-17, out. 1962.

_____. Socialismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 50, nov. 1962. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 07/11/1961.

_____. Um esclarecimento aos jovens estudantes. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 12-13, dez. 1962. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, 17/06/1962.

RENNER, Egon. Estatização e livre iniciativa. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 31-32, jan. 1964. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 10/11/1963.

REZENDE, José Peres. Reformar, o quê? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 20-22, jun. 1963. Transcrito do jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 20/04/1963.

RIBEIRO, C. J. de. A empresa privada em face dos grupos de pressão totalitários. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 3, n. 3-4, p. 32-38, dez./jan. 1965. Transcrito da “Revista da Confederação Nacional do Comércio”, agosto de 1964.

RIBEIRO, Francisco Luís. Toxinas e anticorpos na democracia. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 40-41, jun. 1963. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, 16/03/1963.

ROCHA, Enio Aveline da. Discurso do economista Enio Aveline da Rocha. *Desenvolvimento e Empresa*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 27-31, jul./set. 1970.

ROSSI, Luiz Rodovil. Carga tributária freia desenvolvimento. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 10-12, jul./dez. 1968. Transcrito da revista “Indústria e Desenvolvimento”, n. 4.

SANTOS, Fábio Araújo. Intervencionismo e livre iniciativa. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 9-10, p. 5-10, jun./jul. 1964.

_____. Palestra realizada na PUC pelo Dr. Fábio A. Santos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 7-11, nov. 1962.

SCHMITT, Lio Cezar. O Brasil e a encruzilhada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 20-24, fev. 1963.

_____. O encontro das revoluções. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 10-15, nov. 1963.

SIMONSEN, Mário Henrique. As tensões nacionalistas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 18-21, abr. 1963.

_____. Política econômica e retomada do desenvolvimento. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 13-16, jan./fev. 1967. Transcrito da “Revista Econômica JB”, n. 66-67.

Socialização dos prejuízos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 49, nov. 1962. Transcrito do jornal “Folha da Tarde”, Porto Alegre, 27/09/1962.

SODRÉ, Ruy de Azevedo. A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 44-54, out. 1963. Transcrito da revista “Arquivos do Instituto de Direito Social”, vol. 14, n. 2.

TIEMANN, W. G.. Economia alemã e o auxílio ao seu desenvolvimento. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p. 14-15, mai. 1963. Transcrito da revista “Espejo”, I.I.S.E., México.

TOLLENS, Paulo. A reforma dos partidos políticos. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 5-11, dez. 1962.

_____. Agricultura ou Indústria? *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 35-38, dez. 1962.

_____. Enquanto as nações se armam a fome as devora.... *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 5-12, out. 1963.

_____. Não é sufocando a liberdade que iremos resolver o problema brasileiro. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 13-19, jun. 1963.

_____. O intervencionismo estatal e a livre empresa. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 22-30, dez. 1962.

_____. O reacionário socialismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 22-24, mar. 1963.

TOLLIN, Jean. Partidos e programas. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 19-22, set. 1963.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. Reformas de Cúpula. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 20-21, dez. 1962. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 15/11/1962.

TORRES, José Garrido. A democratização da empresa no Brasil. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 24-29, ago. 1963.

VALE, Ney Peixoto do. A empresa privada precisa provar sua utilidade para ser bem sucedida. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 8, p. 33-35, mai. 1963. Transcrito do jornal “Diário de Notícias”, 17/12/1963.

_____. Democratizar o capital é a opção da empresa privada. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, vol. 1, n. 4, p. 38-39, jan. 1963. Transcrito do “Jornal do Brasil”, s/d.

VIANNA, Carlos Roca. O processo espoliativo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 44-45, nov. 1962. Transcrito do jornal “Correio do Povo”, Porto Alegre, 27/09/1962.

VON MISES, Ludwig. O intervencionismo conduz ao socialismo. *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 52-60, abr. 1963. Transcrito do “Temas Contemporâneos”, I.I.S.E., México.

5 – Periódicos

FREITAS, Antônio Saint Pastous de. Aliança para o Progresso. *Veritas*, Porto Alegre, vol. 7, n. 2, p. 119-127, jul. 1962.

MAYER, Helmut. Helmut Mayer. *Revista Sindilat/RS*, v. 2, n. 6, edição especial 40 anos. Disponível em: <http://issuu.com/sindilat/docs/especial40anos_final>. Acesso em: 29 ago. 2011.

Veja, São Paulo, vol. 43, n. 28, ed. 2173, 14 jul. 2010.

Zero Hora, Porto Alegre, Ano 28, 12/3/2009, Edição Especial (Fábio Araújo Santos). Disponível em: <http://issuu.com/tradesign/docs/tradesign_fabioaraujosantos>. Acesso em: 29 ago. 2011.

6 – Documentos virtuais

COLÉGIO BRASILEIRO DE RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.unimagem-net.com.br/cbrportal/publico/?historico>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Conselheiro Paulo Vellinho*. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conselho/3/paulo-vellinho.html>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

DARONCO, Marilice. *Na medida da fé*. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/imprensa/4,38,2276881,>>. Acesso em: 29 ago. 2011

DIÁRIO POPULAR. *Cidade*: Empreendedorismo marcou a vida de Necy Oliveira Bird. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/18_11_05/ps171101.html>. Acesso em: 29 ago. 2011.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Turma de 1956. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1956/>>. Acesso em; 29 ago. 2011.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1973-1974)*. Disponível em: <http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_30.php>. Acesso em: 30 jan. 2011.

LEAL, Natália. *Super Aurora parabeniza toda rede supermercadista pelo dia do supermercado*. Disponível em: <http://www.jovemsulnews.com.br/user3/index.php?id=36506>>. Acesso em; 29 ago. 2011.

MEMÓRIAS DO VENTURA. 23 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://ventura-memriasdoventura.blogspot.com/2009/09/23-de-setembro-de-2009.html>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

PTSUL. *CDES prepara-se para a primeira reunião*. Disponível em: <http://www.ptsul.com.br/t.php?id_txt=33246>. Acesso em: 29 ago. 2011.

SINDICATO RURAL DE VIAMÃO. 35 anos de outorga da Carta Sindical. Disponível em: <http://www.sindicatouraldeviamao.com.br/novosite/index.php?option=com_content&view=article&catid=6&id=16&Itemid=18>. Acesso em: 29 ago. 2011.

7 – Fontes orais

GONÇALVES, Carlos Gastaud. *Sobre o IPESUL, sua participação na entidade e a revista Democracia e Empresa* [03/05/2011]. Entrevistador: Thiago Aguiar de Moraes. Porto Alegre.

VELLINHO, Paulo D'Arrigo. *Sobre o IPESUL, sua participação na entidade e a revista Democracia e Empresa* [27/04/2011]. Entrevistador: Thiago Aguiar de Moraes. Porto Alegre.

8 - Outros

AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. *III Ciclo de Palestras*. Rio de Janeiro: s/e, 1977.

ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *II Ciclo de Estudos*. Porto Alegre: Editoras Gráficas da Livraria Selbach, 1965.

INNAUGURATION of Economic and Social Research Institute, do agente consular dos Estados Unidos da América (EUA) em Porto Alegre para o Departamento de Estado dos EUA, Porto Alegre, RS, 06/04/1962. Localização: NARA II, RG 59, Publication Number C-80 dos microfilmes, Records of US Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil 1960-1963, Rolo 12.

KOZAK, Jan. *Assalto ao Parlamento*. São Paulo: IBAD, 1962.

LUCA, Eraldo de. *Enciclopédia das sociedades comerciais*. Porto Alegre: Sulina, 1961.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: URGs, 1978.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

RENNER, A. J.. *Discursos e artigos (1931/1952)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/CORAG, 2000. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=2XQW0SJYcU%3D&tabid=3101&language=pt-BR>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

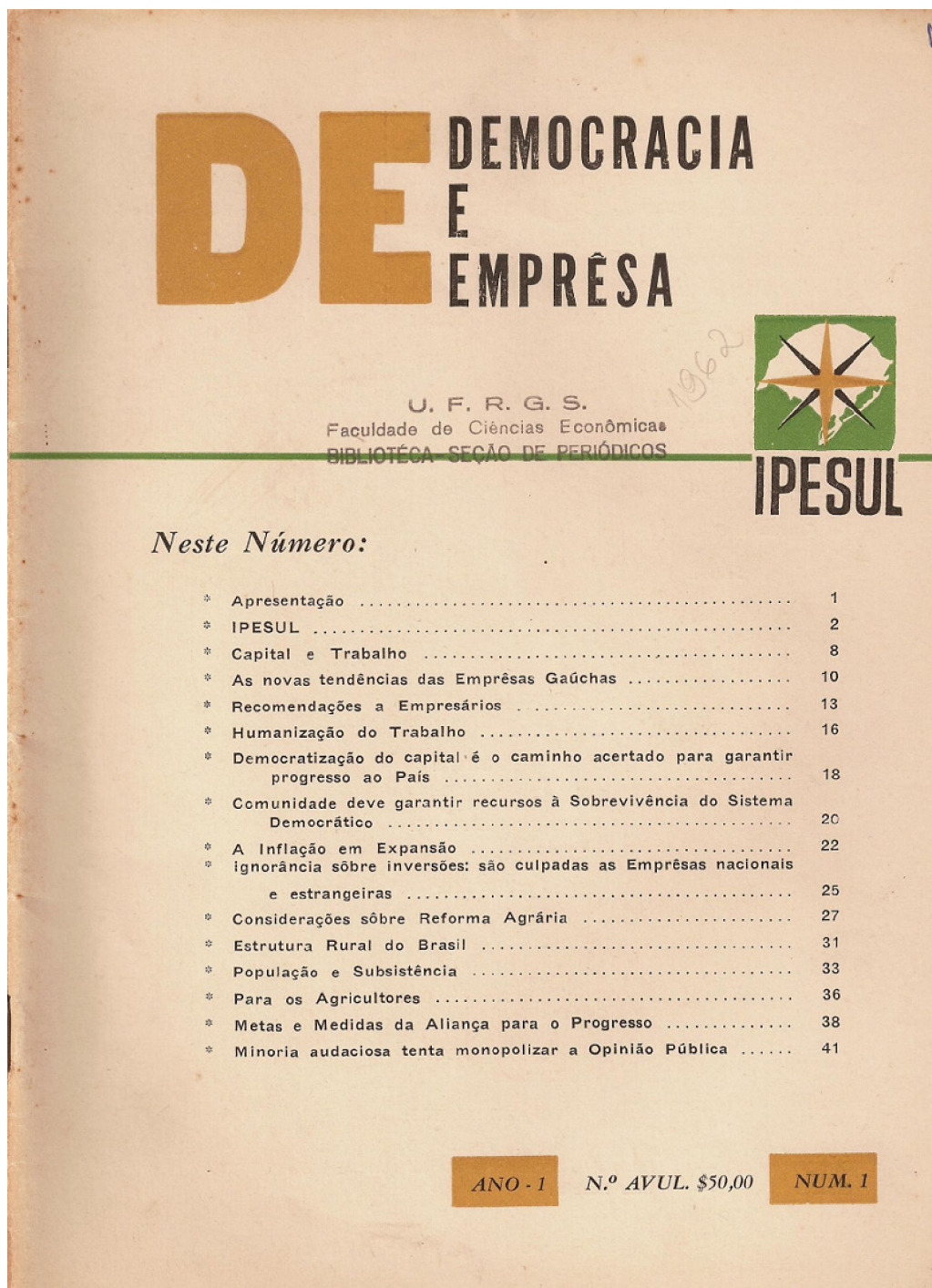
WHO'S who in Brazil. 3. ed. São Paulo: [s/e], 1971. 2 v.

ANEXOS

ANEXO A – Capa da primeira edição da revista *Democracia e Empresa*

ANEXO B – Panfleto de assinatura da revista *Democracia e Empresa*

ANEXO C – Ata de Fundação e Estatutos do IPESUL

Anexo A – Capa da primeira edição da revista *Democracia e Empresa*

Anexo B – Panfleto de assinatura da revista *Democracia e Empresa*

**REVISTA DE DEMOCRACIA
E
EMPRESA**

VOCÊ, COMO BRASILEIRO E DEMOCRATA, DEVE LER E ASSINAR A REVISTA "DEMOCRACIA E EMPRESA".

PUBLICAÇÃO MENSAL, ABORDANDO TEMAS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS, ESTA REVISTA É UM VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO DOS IDEAIS DE LIBERDADE, DE HARMONIZAÇÃO ENTRE O CAPITAL E TRABALHO, E DE FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE CRIADORA NO PAÍS.

FAZENDO SUA ASSINATURA ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 1963, VOCÊ RECEBERÁ GRATUITAMENTE UM EXEMPLAR DA EDIÇÃO ESPECIAL DESTA REVISTA, ONDE É FORNECIDA ORIENTAÇÃO PRÁTICA PARA A INSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO POR PESSOA JURÍDICA.

OS PEDIDOS DE ASSINATURAS DEVEM SER FEITOS DIRETAMENTE AO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL — "IPESUL" — EDIFÍCIO PALÁCIO DO COMÉRCIO, 4.º ANDAR — CONJUNTO N.º 401 — PORTO ALEGRE.

O VALOR DA ASSINATURA ANUAL: PORTE SIMPLES — CR\$ 500,00; REGISTRO SIMPLES — CR\$ 980,00; REGISTRO AÉREO — CR\$ 1.200,00, DEVE SER PAGO POR CHEQUE.

SOLICITE A SUA ASSINATURA PREENCHENDO O CUPOM ABAIXO E ENVIANDO-O PARA O NOSSO ENDERÊÇO:

Anexo ao presente estamos remetendo o cheque n.º.....
 contra o Banco

em pagamento de assinatura(s) da Revista "Democracia e Empresa".
 Porte simples Registro simples Registro aéreo

Nome:

Enderêço:

Observações:

Anexo C – Ata de Fundação e Estatutos do IPESUL



EXMO. SR. DR. JUIZ DIRETOR DO FÓRO



156461
Bivros Anic

Deferido, em termos.
Em 25 / 4 / 1962
Juiz do Fôro

... para fins de ...
... 156.461 ...
... 24 de Abril de 1962 ...

ALVARO COELHO BORGES, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, à Av. Carlos Gomes, 1130, na qualidade de Presidente da entidade denominada INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (IPESUL), requer a V.Excia., se digne autorizar o Cartório de Registro Especial proceder à inscrição.

Nestes termos,
P. Deferimento.

Pôrto Alegre, 23 de Abril de 1962

CARTÓRIO TRINDADE

CARTÓRIO TRINDADE

Reconheço a firma
Em testem. da verdade.
Pôrto Alegre, de 1962

OSMAR LOPES
judiciale substituto



156.461

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Realizada em 23 de março de 1962 - às 20,00 horas

Presidência do Sr. Antonio Jacob Renner

Às 20,00 (vinte) horas do dia 23 de março de 1962, reuniram-se, no Salão de Reuniões da Associação Comercial de Porto Alegre, 6ª andar do Palácio do Comércio, atendendo a convocação da Comissão Organizadora, os Senhores Sócios Fundadores do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul - IPESUL, conforme constá do respectivo Livro de Presenças.

Por proposição do Sr. Álvaro Coelho Borges é aclamado o nome do Sr. Antonio Jacob Renner para presidir a Assembléia Geral de Constituição.

Ao assumir o Sr. Antonio Jacob Renner agradece a deferência e convida o Sr. Antonio Saint Pastous para assessorá-lo na Presidência, bem como, os Srs. Fábio Araújo Santos e Moziul Moreira Lima para funcionarem, respectivamente, como Secretário e Escrutinador.

Uma vez composta a Mesa, o Sr. Presidente, solicita ao Sr. Fábio Araújo Santos que proceda a leitura do Projeto de Estatutos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul - IPESUL.

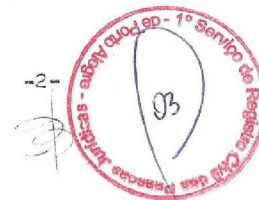
Terminada a leitura do referido documento, o Sr. Presidente coloca-o em discussão e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, submete-o à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Assim, aprovados os Estatutos, declarou o Sr. Presidente definitivamente constituído o Instituto.

A seguir, o Sr. Presidente declarou que, de acordo com os Estatutos aprovados, os Senhores Sócios Fundadores passariam a constituir o Conselho Orientador do Instituto.

Desta forma, solicita ao Sr. Secretário que proceda a leitura dos nomes dos senhores sócios integrantes do Conselho Orientador:

Álvaro Coelho Borges
Antonio Chaves Barcellos
Antonio Jacob Renner



-2-

Antonio Saint Pastous
 Carlos Dreher Neto
 Carlos Osório Lopes
 Dan Charles Bird
 David Enzo Guaspari
 Diego Blanco
 Eugênio Martins Pereira
 Fábio Araújo Santos
 Imério Kuhn
 João Dico de Barros
 João Alves Osório
 Jorge Sehbe
 Julio Eberle
 Kurt Weissheimer
 Leopoldo de Azevedo Bastian
 Luiz F. Guerra Blessmann
 Marius Smith
 Moziul Moreira Lima
 Paulo Barbosa Lessa
 Paulo Simões Lopes
 Paulo Vellinho
 Rico Harbich
 Roberto H. Nickhorn
 Sérgio de Azevedo Bastian
 Walter Cechella
 Werner P. Wallig

Ato contínuo, o Sr. Presidente, de conformidade com os Estatutos, declara que aos senhores membros do Conselho Orientador caberá a eleição da Comissão Diretora. Para êsse fim, suspende a sessão a fim de que se proceda a votação para a referida eleição, finda a qual declara os trabalhos reiniciados, determinando ao Sr. Escrutinador que proceda, na forma estatutária, à respectiva apuração.

Isto feito, solicita o Sr. Presidente ao Secretário que leia os resultados, o que é feito sob vibrante salva de palmas. É procedida a leitura dos nomes dos seguintes eleitos, integrantes da chapa oficial do Instituto:

Álvaro Coelho Borges
 Carlos Osório Lopes
 Eugênio Martins Pereira
 Imério Kuhn

João Alves Osório
 Paulo Vellinho
 Rico Harbich
 Sérgio de Azevedo Bastian
 Walter Cechella

-3-



O Sr. Antonio Jacob Renner, proclamados êsses resultados, declara eleitos e empossados os membros da Comissão Diretora.

A seguir o Sr. Presidente comunica que irá suspender os trabalhos pelo tempo necessário para que os membros da Comissão Diretora procedam a eleição dos seus Presidente e Vice-Presidente, de conformidade com que preceitua os Estatutos, findo o que declara reiniciados os trabalhos, solicitando ao Secretário que leia o resultado, sendo os dois nomes eleitos Sr. Álvaro Coelho Borges e Sr. Carlos Osório Lopes, respectivamente, recebidos com uma salva de palmas.

O Sr. Antonio Jacob Renner então, convida o Presidente eleito a tomar assento à mesa, o que é feito sob salva de palmas.

Estando a palavra a disposição dos interessados o Sr. Álvaro Coelho Borges solicita-a e pronuncia o seguinte discurso:

Meus Senhores:

Muitas idéias deixam de ser concretizadas por que, embora convencidos de sua grandeza, vêzes há que preferimos o comodismo a nos propormos, com fé e entusiasmo, à sua realização.

Sem pretendermos fugir à regra e muito menos buscar para nós méritos de pioneirismos, que não temos, certo é que estamos hoje pondo em prática um pensamento que há muito se generalizou entre os homens de emprêsa, qual seja o de promover alguma coisa que, em bases reais e científicas, procurasse equacionar nossos problemas sócio-econômicos, e propor e defender as suas legítimas soluções.

É comum ouvirmos de homens da maior responsabilidade pronunciamentos que, longe de indicarem para êsses problemas soluções lógicas e acertadas, visam a criar na consciência popular concepções errôneas e não concentradas com as nossas tradições de povo livre e amante da democracia.

-4-

Diante desses fatos, e sentindo que a persistir tal estado de coisas viríamos a assistir fatalmente ao desmoronamento de nossas instituições, entendemos ser de nosso dever, como homens práticos e experientes, e bem pensando ainda a responsabilidade que nos cabe na preservação dos ideais democráticos, contrapor a esses pronunciamentos a nossa orientação, de conformidade com o que, na realidade, mais convém aos cidadãos e à Pátria, com fundamento em dados tecnicamente apurados e lealmente analisados.

Desde que assumimos a presidência da Associação Comercial de Porto Alegre e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, conscio do dever que nos compete como depositário da confiança da classe, por várias vezes temos alertado os homens de empresa para o relevante papel que nos cabe na condução dos destinos da Pátria e externado a opinião de que todos os graves problemas que nos preocupam podem e devem ser resolvidos dentro dos princípios da livre iniciativa.

Com esses mesmos propósitos, apresentamos, em Setembro de 1959, na III Conferência Brasileira de Comércio Exterior, realizada no Recife, uma tese que mereceu a unânime aprovação do plenário.

Da mesma forma, ocorreu na IV Conferência, realizada em Porto Alegre, em Novembro de 1960, e na V Conferência, esta realizada na Bahia, no decorrer do mês de Outubro de 1961.

Mais recentemente, entretanto, ou seja em Dezembro do ano passado, em palavras que pronunciamos na instalação da II Reunião Plenária das Classes Produtoras Nacionais, no Rio de Janeiro, novamente procuramos alertar os homens de empresa para a necessidade de unirmos nossos esforços na preservação e aprimoramento da democracia e dizíamos parecer-nos chegado o momento de meditarmos bem nas tendências de uma aceitação pacífica das ideologias extremistas, especialmente da esquerda, e tomarmos de imediato nossas próprias prevenções.

Alertávamos também aos participantes daquêle conclave das Classes Produtoras, que não bastava proclamar que o regime que mais convém é a democracia, e que é vivendo nela que o homem pode alcançar a plenitude de suas aspi-



rações. Era necessário também provar que realmente assim o é, praticando-a com convicção, não somente para que nós mesmos usufruamos das suas vantagens, mas, sim, para que todos, indistintamente, possam alcançá-las.

Dêsse conclave, meus senhores, resultou a elaboração de um importante documento, a que se deu o nome de "Carta do Rio de Janeiro", no qual, além de definir-se claramente a posição das classes empresariais em relação aos problemas sócio-econômicos, inscreveram-se decisões do mais alto sentido patriótico, do ponto-de-vista da consolidação e aprimoramento do regime, da função social do capital e do trabalho, da necessidade de se promover o aceleramento do desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, inclusive pela remuneração justa e pela possibilidade de participação dos trabalhadores no capital e a sua ascensão aos postos dirigentes das empresas.

Proclamam ainda as classes produtoras, nesse documento, a necessidade de exercerem importante missão pedagógica, promovendo o esclarecimento da opinião pública, e formulam outras recomendações, tendentes, tôdas, à maior humanização das empresas, ao maior intercâmbio entre as classes empresariais e outras classes, especialmente as intelectuais, e à participação efetiva dos empresários na vida nacional, inclusive no campo político.

Era evidente, meus senhores, que diante dessas recomendações, tão incisivas e tão claras, havia chegado o momento de pormos em prática aquilo que preconizávamos. Como fazê-lo, entretanto?

Entendemos que somente através de um órgão devidamente estruturado, do qual participassem empresários, profissionais liberais, homens de tôdas as profissões, porém democratas convictos, no qual se pudesse reunir não somente os esforços individuais de cada um como os recursos indispensáveis à realização dos estudos, digo, estudos e sua necessária divulgação, seria possível, com absoluto êxito, levar a bom termo todos êsses elevados propósitos.

A idéia, assim, foi se corporificando, e graças ao espírito público e à alta compreensão de uma plêiade de personalidades das mais destacas, digo, destacadas de nos-



-6-

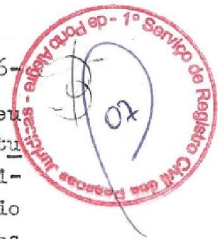
so meio econômico e social, que de imediato emprestaram seu apóio decisivo à realização de um empreendimento dessa natureza, que podemos hoje proclamar oficialmente a constituição do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul - IPESUL -, de que são fundadores e membros de seu Conselho Orientador, individualidades do mais alto gabarito moral e intelectual.

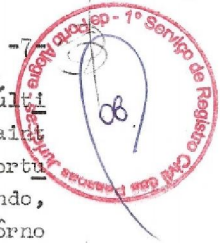
Através dêsse Instituto, serão realizados trabalhos objetivos, no sentido de evitar que a situação difícil que atravessa o país venha a comprometer nossas instituições democráticas e tradições cristãs, com risco para a sua preservação; promover o bem-estar geral, com respeito à dignidade humana, e, finalmente, atualizar a nossa organização social de modo a satisfazer as aspirações de um número sempre crescente de cidadãos, sem prejuízo de suas liberdades, inclusive a de iniciativa.

Para que essas finalidades básicas sejam atendidas, o IPESUL se propõe a propugnar pela consecução de várias medidas, tôdas elas condizentes com os altos princípios que se propõem a defender.

Como vêm, meus senhores, trata-se de uma iniciativa realmente séria, com propósitos os mais elevados, que moveram estes homens a fundar o Instituto que hoje solenemente instalamos. A todos quero dirigir, neste momento, as minhas calorosas saudações e as minhas congratulações e efusivas pela patriótica decisão que tomaram, e ao mesmo tempo expressar a minha convicção de que se todos os bons patriotas se dispuserem igualmente a adotar os mesmos princípios e a nos proporcionarem a sua indispensável colaboração, vindo participar conosco dêste órgão, teremos alcançado para o nosso, digo, nosso Estado e para o Brasil um clima de liberdade e de tranquilidade, de valorização da pessoa humana, de prosperidades e de moralização nos setores político-administrativos, enfim, teremos contribuído para a maior grandeza e respeito de nossa querida Pátria.

Desejo, finalmente, manifestar ao egrégio Conselho Orientador, que me sinto sumamente honrado pelo privilégio de presidir êste nosso Instituto e, em meu nome e dos Companheiros da Comissão Diretora, ora eleita, os mais sinceros agradecimentos pela confiança que nos depositaram.





Após, serenadas as palmas que coroaram as últimas palavras do Sr. Álvaro Coelho Borges, o Sr. Antonio Salgado Pastous solicita a palavra e passa a discorrer sobre a oportunidade da criação da entidade que ora se instalava, tecendo, ainda, em brilhantes palavras, várias considerações em torno do problema social que estamos atravessando.

Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra o Sr. Antonio Jacob Renner renova aos senhores sócios seus agradecimentos pela deferência da escolha de seu nome para presidir esta Assembléia, e expressa aos eleitos cumprimentos e votos de uma profícua gestão, agradece o comparecimento de todos e dá por encerrados os trabalhos.

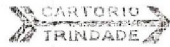
Porto Alegre, 23 de março de 1962



[Handwritten signature]

Antonio Jacob Renner
Presidente

Fábio Araújo Santos
Secretário

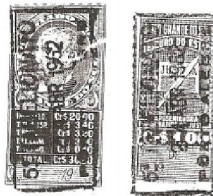


[Handwritten signature]

CARTORIO TRINDADE

TABELONATO Reconheço, como verdadeiras, as firmas assinadas com esta cota: da verdade. Em testemunho de 1962
em Porto Alegre, dia de 1962

OSMAR LOPES
ajudante substituto





- I P E S U L -
INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Álvaro Coelho Borges - brasileiro, casado, comerciante.

VICE-PRESIDENTE

Carlos Osório Lopes - brasileiro, casado, médico.

DIRETORES

Eugênio Martins Pereira - brasileiro, casado, comerciante.
Imério Kuhn - brasileiro, casado, economista.
João Alves Osório - brasileiro, casado, eng^a agrônomo.
Paulo Vellinho - brasileiro, casado, engenheiro.
Rico Harbich - brasileiro, casado, economista.
Sérgio de Azevedo Bastian - brasileiro, casado, comerciante.
Walter Cechella - brasileiro, casado, economista.



- I P E S U L -
 INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO ORIENTADOR (SÓCIOS FUNDADORES)

Antonio Jacob Renner	- brasileiro, casado, industrialista.
Álvaro Coelho Borges	- brasileiro, casado, comerciante.
Antonio Chaves Barcellos	- brasileiro, casado, comerciante.
Antonio Saint Pastous	- brasileiro, casado, médico.
Carlos Dreher Neto	- brasileiro, casado, industrialista.
Carlos Osório Lopes	- brasileiro, casado, médico.
David Enzo Guaspari	- brasileiro, casado, industrialista.
Diego Blanco	- brasileiro, casado, engenheiro.
Dan Charles Bird	- americano, casado, comerciante.
Eugênio Martins Pereira	- brasileiro, casado, comerciante.
Fábio Araújo Santos	- brasileiro, casado, economista.
Imério Kuhn	- brasileiro, casado, economista.
João Dico de Barros	- brasileiro, casado, comerciante.
João Alves Osório	- brasileiro, casado, eng ^o agrônomo.
Jorge Schbe	- brasileiro, casado, médico.
Julio Eberle	- brasileiro, casado, industrialista.
Kurt Weissheimer	- brasileiro, casado, economista.
Leopoldo de Azevedo Bastian	- brasileiro, casado, comerciante.
Luiz F. Guerra Blessmann	- brasileiro, casado, médico.
Marius Smith	- brasileiro, casado, industrialista.
Moziaul Moreira Lima	- brasileiro, casado, comerciante.
Paulo Barbosa Lessa	- brasileiro, casado, advogado.
Paulo Simões Lopes	- brasileiro, casado, advogado.
Paulo Vellinho	- brasileiro, casado, engenheiro.
Rico Harbich	- brasileiro, casado, economista.
Roberto H. Nickhorn	- brasileiro, casado, industrialista.
Sérgio de Azevedo Bastian	- brasileiro, casado, comerciante.
Walter Cechella	- brasileiro, casado, economista.
Werner P. Wallig	- brasileiro, casado, industrialista.



ESTATUTOS DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E
SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (IPESUL)

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e finalidades

Art. 1º - Fica constituída uma sociedade civil denominada - IPESUL - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul, com fôro e sede nesta cidade, de duração por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, de intuítos educacionais e pesquisas científicas, tendo por finalidade a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos.

Art. 2º - Para consecução de seus objetivos e finalidades, o Instituto usará de quaisquer meios adequados, entre os quais Campanhas educativas, Cursos, Conferências, Seminários, Difusão e Propaganda, Manutenção de Escolas, Institutos, Entidades ou Bolsas de Estudos, etc.

CAPÍTULO II

Do quadro social

Art. 3º - É ilimitado o número de sócios e, do quadro social, podem participar tôdas as pessoas físicas e jurídicas que o desejarem e forem aceitas pela Comissão Diretora.

§ 1º - São considerados sócios fundadores as pessoas físicas que assinarem a ata de fundação.

§ 2º - Qualquer sócio poderá ser eliminado se, a critério da Comissão Diretora, não estiver efetivamente colaborando para que o Instituto cumpra suas finalidades, cabendo-lhe o direito de recurso ao Conselho Orientador, dentro do prazo de quinze (15) dias.

CAPÍTULO III

Da renda e patrimônio

Art. 4º - A renda do Instituto será constituída de:

a) Dotação inicial decorrente da doação da quo



ta de Cr\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros) por sócio que subscreveva a Ata de Fundação.

b) Contribuições mensais dos associados, a serem fixadas pela Comissão Diretora.

c) Auxílios, subvenções ou doações que forem concedidas por pessoas físicas ou jurídicas de Direito Público ou Privado.

d) A renda dos seus próprios bens.

e) A receita de seus serviços e publicações.

Art. 5º - A alienação da propriedade imóvel só se fará mediante autorização expressa da Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos de direção

Art. 6º - São órgãos de direção:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Orientador;
- c) Comissão Diretora;
- d) Coordenador.

CAPÍTULO V

Da Assembléia Geral

Art. 7º - A Assembléia Geral se reunirá, ordinária e extraordinariamente, por convocação do Presidente da Comissão Diretora com antecedência mínima de dez (10) dias, e serão instaladas, em primeira convocação, com maioria absoluta de sócios em pleno gozo de seus direitos, e, em segunda convocação, uma hora após, com o número de sócios presentes.

§ único - Nas Assembléias Gerais não será admitida a representação por procuração.

Art. 8º - A Assembléia Geral delibera por maioria simples de votos...

§ 1º - As votações serão habitualmente simbólicas e, a requerimento de qualquer sócio presente, com aprovação do plenário, poderão ser por aclamação.

Para os cargos eletivos serão sempre secretas as respectivas votações.

§ 2º - Cada associado terá direito a um voto,

que será pessoal e indelegável. As entidades jurídicas serão representadas por um dos seus responsáveis, podendo ser-lhes exigido, pelo Presidente da Assembléia, em caso de dúvida, uma declaração por escrito em papel timbrado da organização que representa, em que esteja expressa aquela condição.

Art. 9º - A Assembléia Geral ordinária se reunirá obrigatoriamente no mês de agosto de cada ano para a tomada de contas da Comissão Diretora, encaminhadas pelo Conselho Orientador, a partir de 1963 inclusive, e aprovação ou não dos nomes indicados pela Comissão Diretora para preencher as vagas do Conselho Orientador.

Art. 10º - A Assembléia Geral extraordinária se reunirá sempre que convocada por iniciativa da Comissão Diretora ou por solicitação de um número de sócios igual ou superior a metade, condição em que a convocação se tornará obrigatória.

§ único - No caso de omissão do Presidente, a convocação poderá ser feita pelos próprios sócios solicitantes.

Art. 11º - As Assembléias Gerais serão instaladas pelo Presidente da Comissão Diretora e presididas pelo sócio que, digo, que para isso fôr indicado pelos presentes, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 9º, caso em que serão instaladas e presididas pelo sócio indicado pelos presentes.

Art. 12º - Caberá ao Presidente da Assembléia a escolha dos secretários e, no caso de eleições, também dos escrutinadores.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Orientador

Art. 13º - O Conselho Orientador é o órgão de orientação geral do Instituto e se reunirá sempre que convocado pelo Presidente da Comissão Diretora.

Art. 14º - São atribuições do Conselho Orientador:

- a) Eleger a Comissão Diretora;
- b) Traçar as idéias gerais sobre a doutrina;
- c) Estabelecer as normas de procedimento da Comissão Diretora;
- d) Deliberar em linhas gerais, sobre a obtenção de recursos.

Art. 15º - O Conselho Orientador é composto de,





no máximo, 50 (cinquenta) membros, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária.

§ 1º - Os fundadores do Instituto são membros natos do Conselho Orientador.

Art. 16º - O Conselho Orientador será presidido pelo Presidente da Comissão Diretora, cabendo-lhe expor e discutir os assuntos em pauta, porém, sem direito a voto, salvo o voto de Minerva.

Art. 17º - As reuniões do Conselho Orientador funcionam válidamente quando presentes, no mínimo, um terço dos conselheiros e o presidente ou seu substituto legal.

§ único - As resoluções serão tomadas, digo, tomadas por simples maioria de votos, observando-se, nas votações, os mesmos princípios da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII

Da Comissão Diretora

Art. 18º - A Comissão Diretora é o órgão que supervisiona a execução dos trabalhos do Instituto.

Art. 19º - São atribuições da Comissão Diretora:

- a) Estabelecer os planos de trabalho segundo as diretrizes traçadas pelo Conselho Orientador;
- b) Orientar o trabalho dos diversos órgãos e departamentos;
- c) Representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a sociedade e exercer sua gerência.

Art. 20º - É composto de nove (9) membros, sendo seus componentes eleitos pelo Conselho Orientador, para um período de dois (2) anos.

§ único - Por votação interna no início de cada mandato, a Comissão Diretora elegerá o seu próprio Presidente e Vice-Presidente e, bem assim, determinará as funções específicas para os demais membros e estabelecerá as atribuições que competirão a cada membro da Comissão Diretora.

Art. 21º - Além das atribuições que lhe forem designadas pela Comissão Diretora, compete ao seu Presidente dirigir suas reuniões, convocar e presidir o Conselho Orientador, bem como, convocar e instalar as Assembléias Gerais.



§ único - Ao Vice-Presidente, além das atribuições que lhe forem destinadas pela Comissão Diretora, compete substituir o Presidente em seus impedimentos temporários ou permanente.

Art. 22ª - A Comissão Diretora reunir-se-á, sempre que achar conveniente, e, no mínimo, uma vez por semana, por convocação do Presidente ou seu substituto legal, e funciona válidamente quando presentes, no mínimo, quatro de seus membros.

Art. 23ª - Em caso de vaga na Comissão Diretora, o Conselho Orientador elegerá novo membro para ocupá-la até o fim do mandato, procedendo-se, para a determinação de suas funções e atribuições, de acordo com o disposto no § único do art. 18ª.

CAPÍTULO VIII

Do Coordenador

Art. 24ª - O Coordenador é o elemento executivo e encarregado de coordenar os órgãos e os departamentos da infraestrutura nas tarefas que lhes forem atribuídas.

§ único - Será escolhido pela Comissão Diretora e trabalhará em regime de tempo integral.

Art. 25ª - O Coordenador para o desempenho de seus trabalhos contará com uma Secretaria cujos componentes também trabalharão em regime de tempo integral.

CAPÍTULO IX

Dos órgãos de execução

Art. 26ª - São órgãos de execução:

- a) Departamento de estudos;
- b) Departamento de contacto;
- c) Departamento Administrativo.

CAPÍTULO X

Do Departamento de Estudos

Art. 27ª - O Departamento de Estudos é o órgão incumbido de executar as pesquisas e estudos que lhe forem solicitadas pela Comissão Diretora.

Art. 28ª - O Departamento de Estudos será constituído de uma chefia e um número variável de secções cada uma delas destinada a atender assuntos específicos (doutrina, economia,

pesquisas, relações sociais, informações, administração científica, etc.) cujo desdobramento será feito à medida das necessidades.

CAPÍTULO XI

Do Departamento de Contacto

Art. 29ª - O Departamento de Contacto é o órgão incumbido de, através de relações externas específicas, promover os meios para que o Instituto possa atingir as suas finalidades.

Art. 30ª - O Departamento de Contacto será constituído de uma chefia e tantos Grupos de Contacto quantos forem necessários.

CAPÍTULO XII

Do Departamento Administrativo

Art. 31ª - O Departamento Administrativo é o órgão incumbido de executar as tarefas administrativas consequentes das atividades desenvolvidas pelo Instituto.

Art. 32ª - O Departamento Administrativo será constituído de um chefe e um número variável de secções, cada uma delas destinada a atender assuntos específicos (tesouraria, contabilidade, pessoal, etc.), cujo desdobramento será feito na medida das necessidades.

CAPÍTULO XIII

Dos Órgãos de consulta

Art. 33ª - São órgãos de consulta:

- a) Conselho de Representação Setorial;
- b) Conselho de Representação Regional.

CAPÍTULO XIV

Do Conselho de Representação Setorial

Art. 34ª - O Conselho de Representação Setorial é um órgão de consulta da Comissão Diretora.

Art. 35ª - É atribuição do Conselho de Representação Setorial opinar sobre assuntos de ordem geral, que lhe forem submetidos pela Comissão Diretora.

Art. 36ª - O Conselho de Representação Setorial é composto de tantos representantes dos diversos setores de ati





vidades quantos forem julgados necessários pela Comissão Diretora.

Art. 37ª - Caberá ao Presidente da Comissão Diretora, convocar e presidir as reuniões do Conselho de Representação Setorial.

CAPÍTULO XV

Do Conselho de Representação Regional

Art. 38ª - O Conselho de Representação Regional é um órgão de consulta da Comissão Diretora.

Art. 39ª - É atribuição do Conselho de Representação Regional opinar sobre assuntos de ordem geral que lhe forem submetidos pela Comissão Diretora.

Art. 40ª - O Conselho de Representação Regional é composto de 8 representantes, um por região geo-econômica do Estado.

Art. 41ª - Caberá ao Presidente da Comissão Diretora convocar e presidir as reuniões do Conselho de Representação Regional.

CAPÍTULO XVI

Das disposições gerais

Art. 42ª - Os associados não respondem pelas obrigações sociais.

Art. 43ª - Os presentes estatutos só poderão ser alterados em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, por proposta da Comissão Diretora aprovada pelo Conselho Orientador, por maioria simples de votos dos sócios presentes.

Art. 44ª - O Instituto poderá ser dissolvido por Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, desde que a deliberação seja tomada pela maioria absoluta da totalidade de sócios.

§ 1ª - Uma vez dissolvido o Instituto o seu patrimônio social reverterá em favor de institutos filantrópicos do Estado a juízo da mesma Assembleia que deliberar a dissolução.

Art. 45ª - São absolutamente proibidas na sede do Instituto, reuniões para fins políticos partidários.

Art. 46ª - Todos os cargos eletivos serão exercidos gratuitamente.



Art. 47ª - Todos os cargos que exigirem tempo integral de trabalho, serão remunerados.

Art. 48ª - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Conselho Orientador.

CAPÍTULO XVII

Das disposições transitórias

Art. 49ª - Os Conselhos de Representação, Regional e Setorial, serão constituídos à medida que for julgado necessário pela Comissão Diretora.

Porto Alegre, 23 de março de 1962

CARTÓRIO TRINDADE

FÁBIO ARAÚJO SANTOS
Secretário

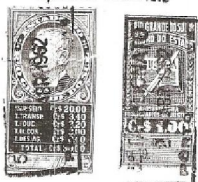
CARTÓRIO TRINDADE

ANTÔNIO JACOB RENNER
Presidente

CARTÓRIO TRINDADE

5º TABELIONATO
Reconheço, como verdadeira, as 2 firmas
assinadas com este selo: 2 CARTÓRIO TRINDADE
Em testemunho
Porto Alegre, 23 de março de 1962

OSMAR LOPES
ajudante substituto



APÊNDICES

APÊNDICE A – Sócios-fundadores e dirigentes do IPESUL por gestão

APÊNDICE B – Lista de anunciantes da revista *Democracia e Empresa* e quantidade de anúncios

APÊNDICE C – Lista de fontes de artigos transcritos utilizados na revista *Democracia e Empresa*

APÊNDICE D – Índice Onomástico

APÊNDICE A – Sócios-fundadores e dirigentes do IPESUL por gestão**Sócios-fundadores:**

A. J. Renner
Álvaro Coelho Borges
Antonio Chaves Barcellos
Antonio Saint Pastous
Carlos Dreher Neto
Carlos Osório Lopes
David Enzo Guaspari
Diego Blanco
Don Charles Bird
Eugênio Martins Pereira
Fábio Araújo Santos
Imério Kuhn
João Dico de Barros
João Alves Osório
Jorge Sehbe
Julio Eberle
Kurt Weissheimer
Leopoldo de Azevedo Bastian
Luiz F. Guerra Blessmann
Marius Smith
Moziul Moreira Lima
Paulo Barbosa Lessa
Paulo Simões Lopes
Paulo Vellinho
Rico Harbich
Roberto H. Nickhorn
Sérgio Freytag de Azevedo Bastian
Walter Cechella
Werner P. Wallig

1962-1964

Presidente: Álvaro Coelho Borges
Vice-presidente: Carlos Osório Lopes
Diretores:
Eugênio Martins Pereira
Imério Kuhn

João Alves Osório
 Paulo Vellino
 Rico Harbich
 Sérgio Freytag de Azevedo Bastian
 Walter Cechella

Coordenador:
 Eraldo de Luca

Departamentos:

Administrativo: Sérgio Freytag de Azevedo Bastian
 Contato: Fábio Araújo Santos e Moziul Moreira Lima
 Estudos: Rico Harbich

1965-1966

Presidente: Cel. Yeddo Jacob Blauth
 1º vice-presidente: Cândido José de Godoy Bezerra
 2º vice-presidente: Paulo Barbosa Lessa
 3º vice-presidente: Oudinot Willadino
 1º diretor-secretário: Don Charles Bird
 2º diretor-secretário: João Antônio O. Martinez
 1º diretor-administrativo: Carlos Gastaud Gonçalves
 2º diretor-administrativo: Itacyr Pinto Schilling

Diretores:
 José Jardim Pozo
 Paulo do Couto e Silva
 Amadeu da Rocha Freitas
 Carlos Osório Lopes
 José de Abreu Fraga
 Emílio O. Kaminski
 José Zamprogna

Coordenador-Geral: Armando Ferreira
 Diretor responsável da revista: Armando Ferreira

1966-1968

Presidente: Cel. Yeddo Jacob Blauth
 1º vice-presidente: Cândido José de Godoy Bezerra
 2º vice-presidente: José Zamprogna
 3º vice-presidente: João Antônio O. Martinez

1º diretor-secretário: José Luiz Ethur Neto
 2º diretor-secretário: Itacyr Pinto Schilling
 1º diretor-administrativo: José Jardim Pozo
 2º diretor-administrativo: Harry Jorge Auler

Diretores:

Carlos Gastaud Gonçalves
 Carlos Osório Lopes
 Félix de Araújo Santos
 Guinter Albrecht
 Juracy de Souza Cardoso
 Neil Morrow
 Oudinot Willadino

Coordenador-geral: Armando Ferreira
 Diretor responsável da revista: Armando Ferreira

1968-1970

Presidente: Cândido José de Godoy Bezerra
 1º vice-presidente: José Zamprogna
 2º vice-presidente: Amadeu da Rocha Freitas
 3º vice-presidente: Cel. Yeddo Jacob Blauth
 1º diretor-secretário: Carlos Gastaud Gonçalves
 2º diretor-secretário: Itacyr Pinto Schilling
 1º diretor-administrativo: Oudinot Willadino
 2º diretor-administrativo: João Antônio O. Martinez

Diretores:

João Alves Osório
 José Jardim Pozo
 Juracy de Souza Cardoso
 Paulo Simões Lopes
 Paulo Jardim
 Rodolpho Englert
 Sérgio F. de Azevedo Bastian

Diretor responsável revista: Armando Ferreira

1970-1972

Presidente: Cel. Yeddo Jacob Blauth

Vice-presidente: José Zamprogna
Vice-presidente: José Jardim Pozo
Vice-presidente: Cândido José de Godoy Bezerra
1º diretor-administrativo: Itacyr Pinto Schilling
2º diretor-administrativo: Raul Euclides Joenck
1º diretor-secretário: Kurt A. Halbig
2º diretor-secretário: Germano Parenti

Diretores:

Alfredo Zimmer
Haroldo de Souza Silva
João Alves Osório
João Antônio O. Martinez
Oswaldo Guindani
Oudinot Willadino
Sérgio F. de Azevedo Bastian

Diretora da revista: Juracy Rocha
Redator: José Zamprogna

APÊNDICE B – Lista de anunciantes da revista *Democracia e Empresa* e quantidade de anúncios

Empresa	Anúncios	%
Editora Globo	38	14,96%
Azevedo Bento S. A. - Comércio e Indústria	26	10,24%
Casa Dico S/A - Comércio e Indústria	26	10,24%
Livraria do Globo	26	10,24%
Lojas Renner	25	9,84%
Galeria J. H. Santos	21	8,27%
Masson	15	5,91%
Zamproгна S/A - Imp. Com. e Indústria	15	5,91%
Admiral	12	4,72%
Tri-Lax	10	3,94%
Cia. Geral de Indústrias	8	3,15%
Cia Regional de Financiamento e Câmbio	7	2,76%
Consultor Radiológico	5	1,97%
Páginas Amarelas	5	1,97%
S. A. Moinhos Rio Grandenses	5	1,97%
Casa de Máquinas Falk S. A.	2	0,79%
Trorion Gaúcha S. A.	2	0,79%
Ipiranga	1	0,39%
Montepio da Família Militar	1	0,39%
Primor	1	0,39%
Wallig	1	0,39%
Walter Gerdau S/A Comercial e Industrial	1	0,39%
Werner Katz	1	0,39%
Total	254	100,00%

Fonte: *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, 1962-1971.

APÊNDICE C – Lista de fontes de artigos transcritos utilizados na revista *Democracia e Empresa*

Fontes	Quantidade	%
Jornal Correio do Povo	32	11,99%
Jornal do Dia	23	8,61%
Jornal Diário de Notícias	20	7,49%
IPÊS	15	5,62%
Revista BC Economia e Política	14	5,24%
Revista da Confederação Nacional do Comércio	13	4,87%
Jornal O Estado de São Paulo	12	4,49%
Trecho ou capítulo de livro	12	4,49%
Jornal do Brasil	8	3,00%
Jornal O Globo	7	2,62%
Revista das Classes Produtoras	5	1,87%
Revista Indústria e Desenvolvimento	5	1,87%
A. I. E.	4	1,50%
Revista BANAS Informa	4	1,50%
Revista Espejo	4	1,50%
Revista IDORT	4	1,50%
A Voz do Pastor	3	1,12%
Jornal Correio da Manhã	3	1,12%
Jornal Folha da Tarde	3	1,12%
Revista Conjuntura Econômica	3	1,12%
Revista Desenvolvimento e Conjuntura	3	1,12%
Revista Finanças e Desenvolvimento	3	1,12%
A Doutrina Social da Igreja à Luz do Vaticano II	2	0,75%
APEC - Análise e Perspectiva Econômica	2	0,75%
Boletim Cambial	2	0,75%
Boletim da ADESG	2	0,75%
Boletim do Diretório Central da LIGA DE DEFESA NACIONAL	2	0,75%
Boletim do M. D. C.	2	0,75%
Boletim Informativo da FIESP	2	0,75%
Boletim Informativo do CIESP-FIESP	2	0,75%
Carta Mensal	2	0,75%
Censo de 1960	2	0,75%
Jornal Folha de São Paulo	2	0,75%
Jornal do Comércio	2	0,75%
Notícias de 1a CEPAL n. 2	2	0,75%
Revista Arquivos do Instituto de Direito Social	2	0,75%
Revista do Conselho Nacional de Economia	2	0,75%
Boletim da Organização L. Figueiredo	1	0,37%
Boletim da SUMOC	1	0,37%
Boletim Informativo	1	0,37%
Boletim Informativo Rural e Econômico	1	0,37%
Boletim Semanal do Dep. De Imprensa e Informação do Governo Federal da Alemanha	1	0,37%
Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí	1	0,37%
Cruzeiro do Sul - Rio Grande	1	0,37%
Diário do Comércio	1	0,37%
Gaudium st Spes - Concílio Vaticano II	1	0,37%
Hoje de Informação Econômica	1	0,37%
Jornal do Brasil e Boletim Mensal do IPÊS-Rio	1	0,37%
Linhas Extras - publicação de Linhas Telefônicas Brasileiras	1	0,37%
Oitavo Relatório Anual do BID	1	0,37%

Petrobrás	1	0,37%
Relatório Anual do BID	1	0,37%
Revista A Luz de Damasco	1	0,37%
Revista Agricultura em São Paulo	1	0,37%
Revista Alemanha Internacional	1	0,37%
Revista Aproximações	1	0,37%
Revista Brasil em Marcha	1	0,37%
Revista Brasileira dos Municípios do IBGE	1	0,37%
Revista Direção	1	0,37%
Revista Econômica JB	1	0,37%
Revista Estudos	1	0,37%
Revista interna de Listas Telefônicas Brasileiras S. A. - Páginas Amarelas	1	0,37%
Revista Momento Nacional	1	0,37%
Revista O Cruzeiro	1	0,37%
Revista Orientação Econômica	1	0,37%
Revista Primavera em Flor	1	0,37%
Revista Problemas Brasileiros	1	0,37%
Revista Rainha dos Apóstolos	1	0,37%
Revista Seleções Internacionais do Administrador	1	0,37%
Revista Síntese Política Econômica Social	1	0,37%
Scala - Internacional	1	0,37%
Série Cadernos Brasileiros sob o título "O Grande Despertar"	1	0,37%
Temas Contemporâneos	1	0,37%
Vozes	1	0,37%
Total	267	100%

Fonte: *Democracia e Empresa*, Porto Alegre, 1962-1971.

APÊNDICE D – Índice Onomástico

ALBUQUERQUE, Otto – 72.

ALMEIDA, Rui Gomes de – 61.

ALVES, Rubem Bento – 61.

ANTUNES, (S. J.) José Carlos – 72.

ÁVILA, (Padre) Fernando Bastos de – 91, 158.

AZEVEDO, Julio Castilhos de – 72, 73.

BARCELLOS, (Coronel) Walter Peracchi – 60, 61, 63, 66.

BARCELLOS, Antonio Chaves – 44, 215.

BARCELLOS, Othon – 60.

BARRETO, (General) Ramão Menna – 76.

BARROS, João Dico de – 44, 215.

BASTIAN, Leopoldo de Azevedo – 44, 215.

BASTIAN, Sérgio Freytag de Azevedo – 44, 71, 215, 216, 217, 218.

BASTOS, (General) Justino Alves – 73.

BERMÚDEZ, (Major) Washington – 81, 125.

BERTASO, José Otávio – 77, 78, 83.

BEZERRA, Cândido José de Godoy – 72, 73, 216, 217, 218.

BIRD, Don(ald), Charles – 44, 45, 46, 215, 216.

BLANCO, Diego Gonzales – 44, 215.

BLAUTH, (Coronel) Yeddo Jacob – 66, 67, 72, 73, 86, 117, 135, 145, 158, 159, 161, 162, 216, 217.

BLESSMANN, Luís Francisco Guerra – 44, 215.

BORGES, Alvaro Coelho – 42, 43, 44, 45, 46, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 86, 215.

BRANCO, (General) Castelo – 33, 47, 117, 127, 135, 136, 139, 154, 155, 158, 159, 161, 162, 164, 165.

BRANT, Celso – 153.

BRASIL, (General) Penha – 59.

BRIZOLA, Leonel – 32, 53, 59, 78, 153, 156.

BUAES, Nagipe – 72.

BUENO, Protazio de Paiva – 72.

BULHÕES, Otávio Gouveia – 139, 155, 157, 160.

BURGER, Ary – 69, 71.

CABRAL, (Coronel) Jurandir Palma – 61.

CAMARINHA, José – 75.

CAMINO, Guido Navarro de – 72.

CANABARRO, Cyro Garcia – 68.

CANDIOTA, Cláudio – 72.

CATTANI, (General) Armando – 63.

CEHELLA, Walter – 44, 49, 50, 215, 216.

CERIZARA, Carlos Romano – 72.

CLEMENTE, (Irmão) Elvo – 72, 73.

CORÇÃO, Gustavo – 136.

COSTA, (Tenente-Coronel) Octavio Pereira da – 66.

COSTA, Darci Geyer da – 72

COUTO, Adolpho João de Paula – 72, 74.

COUTO, Ruy de Paula – 72.

DANTAS, J. – 80.

DENTICE, João – 60.

DREHER NETO, Carlos – 44, 215.

DUTRA, Tarso – 60, 61.

DUVAL, Joaquim – 61.

EBERLE, Júlio João – 44, 215.

ESCOSTEGUY, Jorge – 72.

FARACO, Daniel – 61.

FERRARI, Fernando – 61.

FERRAZ, Sérgio – 75.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves – 75.

FERREIRA, Aldo Leão – 72.

FERREIRA, Armando – 81, 216, 217.

FIGUEIREDO, (General) Plínio Lohman – 61.

FIGUEIREDO, Diogo de – 75.

FIGUEIREDO, João Baptista Leopoldo – 62.

FIGUEIREDO, Wilson – 80.

FONTOURA, (Coronel) Carlos Alberto da – 81, 124.

FONTOURA, Oscar Carneiro da – 54, 64, 65.

FREITAS, Amadeu Fagundes da Rocha – 69, 72, 216, 217.

FREITAS, Antônio Saint Pastous de – 44, 45, 46, 49, 51, 53, 60, 215.

FURTADO, Cid – 61.

GAELTZER, F. J. – 72.

GODOY, Ribeiro – 74.

GOLDIN, Mário – 68.

GOMES, (General) Anápio – 79, 154.

GONÇALVES, Carlos Gastaud – 21, 39, 67, 71, 85, 216, 217.

GORRESE, Pachcoal Pery – 71.

GOULART, João – 17, 18, 19, 23, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 47, 51, 52, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 80, 86, 89, 90, 91, 102, 112, 116, 117, 123, 124, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 169.

GUASPARI, David Enzo – 44, 67, 215.

GUDIN, Eugênio – 111, 139.

HALBIG, Kurt Arnaldo – 218.

HARBICH, Rico – 44, 99, 215, 216.

HARTZ, Bruno – 72.

HASSLOCHER, Ivan – 120.

HOFFMANN, Alberto – 61.

HÜBNER, Hugo João – 67.

JARDIM, João de Souza – 72.

JARDIM, Paulo de Souza – 67, 71, 72, 73, 217.

JOÃO XXIII, (Papa) – 31.

JOBIM, Homero – 72.

KAMINSKI, Emilio Otto – 64, 216.

KOZAK, Jan – 122, 123, 124.

KUBITSCHEK, Juscelino – 33.

KUHN, Imério – 44, 215.

LACERDA, Flávio Vellinho de – 72.

LEAL, (Coronel) Pedro Américo – 21, 72, 73.

LESSA, Paulo Barbosa – 44, 46, 80, 215, 216.

LIMA, (General) Moziul Moreira – 27, 39, 44, 50, 51, 52, 62, 215, 216.

- LOEBMANN, (S. J.) Antônio Loebmann – 72.
- LOPES, Carlos Osório – 44, 46, 55, 215, 216, 217.
- LOPES, José Paulo Corrêa – 72.
- LOPES, Paulo Simões – 44, 53, 54, 65, 215, 217.
- LOPES, Roberto Leite – 72.
- LOPES, Waldomiro – 72.
- LOTÁRIO, Zeferino Vezio – 50
- LUCA, Eraldo de – 55, 57, 67, 68, 81, 216.
- MACHADO, Luciano – 61.
- MAGALHÃES, Odílio de – 72.
- MANTA, (General) Antônio Adolfo – 79.
- MARTINEZ, João Antônio Osório – 68, 216, 217, 218,
- MARTINS, Edson Quintella – 79.
- MEA, Victor Della – 72.
- MÉDICI, (General) Emílio Garrastazu – 97, 106, 162.
- MENDONÇA, Jacy de Souza – 72.
- MENEGHETTI, Ildo – 56, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 78, 156.
- METZLER, Wolfram – 50.
- MOREIRA, Ibá Mesquita Ilha – 72, 73.
- MOURÃO FILHO, (General) Olympio – 34, 52, 59, 60, 65.
- NETTO, Delfim – 97.
- NICKHORN, Roberto Herbert – 44, 68, 215.
- ONAR, Tadeu – 60.
- OSÓRIO, João Alves – 44, 53, 54, 65, 215, 216, 217, 218.
- PAIVA, Glycon de – 62, 63, 88, 99.

- PASTERNOSTER, Clovis – 72.
- PAULO VI, (Papa) – 91.
- PAZ, Hugo di Primio – 72, 73.
- PEDROSO, Dagmar Souza – 72.
- PELEGRINI, Leonardo – 72.
- PEREIRA, Eugênio Martins – 44, 215.
- PESTANA, Clóvis – 61.
- PILLA, Raul – 61.
- PINTO, M. F. do Nascimento – 138.
- PIRES, Antônio – 64, 65.
- POZO, José Jardim – 100, 101, 216, 217, 218.
- QUADROS, Jânio – 23, 30, 32, 33, 61, 144.
- RENNER, Antônio Jacob – 42, 44, 48, 92, 94, 215.
- ROCHA, Ênio Aveline da – 106.
- ROCHA, Juracy – 79, 81, 218.
- RODRIGUES, Maximiano – 72.
- SALDANHA, César – 72.
- SANTANA, Telmo – 72.
- SANTOS, (General) Adalberto Pereira dos – 125.
- SANTOS, Fábio Araújo – 44, 46, 47, 51, 63, 64, 65, 67, 72, 152, 215, 216, 217.
- SANTOS, Lourival Cândido dos – 79.
- SARAIVA, Olmir Borba – 72.
- SARTORI, (Dom) Vitor José – 60.
- SCANTIMBURGO, João de – 75.

- SCHILLING, Itacyr Pinto – 39, 84, 216, 217, 218.
- SCHMITT, Lio Cezar – 79, 94, 103, 143.
- SEHBE, Jorge – 44, 215.
- SILVA, (General) Golbery do Couto e – 52.
- SILVA, (Marechal) Artur da Costa e – 106, 117, 135, 155, 161, 162, 165.
- SILVA, Oscar Luís da – 74.
- SILVA, Paulo do Couto e – 71, 216.
- SIMONSEN, Mário Henrique – 150.
- SMITH, Marius – 44, 215.
- STENZEL, Clóvis – 72, 73, 74.
- TOYNBEE, Arnold – 107, 108.
- TRICHES, Euclides – 61.
- URUGUAI, Visconde do – 134.
- VARGAS, Getúlio – 126, 142.
- VELLINHO, Paulo D'Arrigo – 21, 39, 40, 44, 45, 48, 51, 71, 85, 92, 93, 215, 216.
- VIANNA, Oliveira – 142, 143.
- VIEIRA, Miguel Sevi – 60.
- VILLAÇA, Maria José – 75.
- WALLIG, Werner Pedro – 44, 215.
- WEISSHEIMER, Kurt – 44, 49, 53, 215.
- WETTERNICK, Ernani Mazza – 72.
- WILLADINO, Oudinot – 67, 216, 217, 218.
- ZAMPROGNA, José – 67, 71, 72, 73, 79, 81, 216, 217, 218.
- ZAMPROGNA, Mário José – 67.